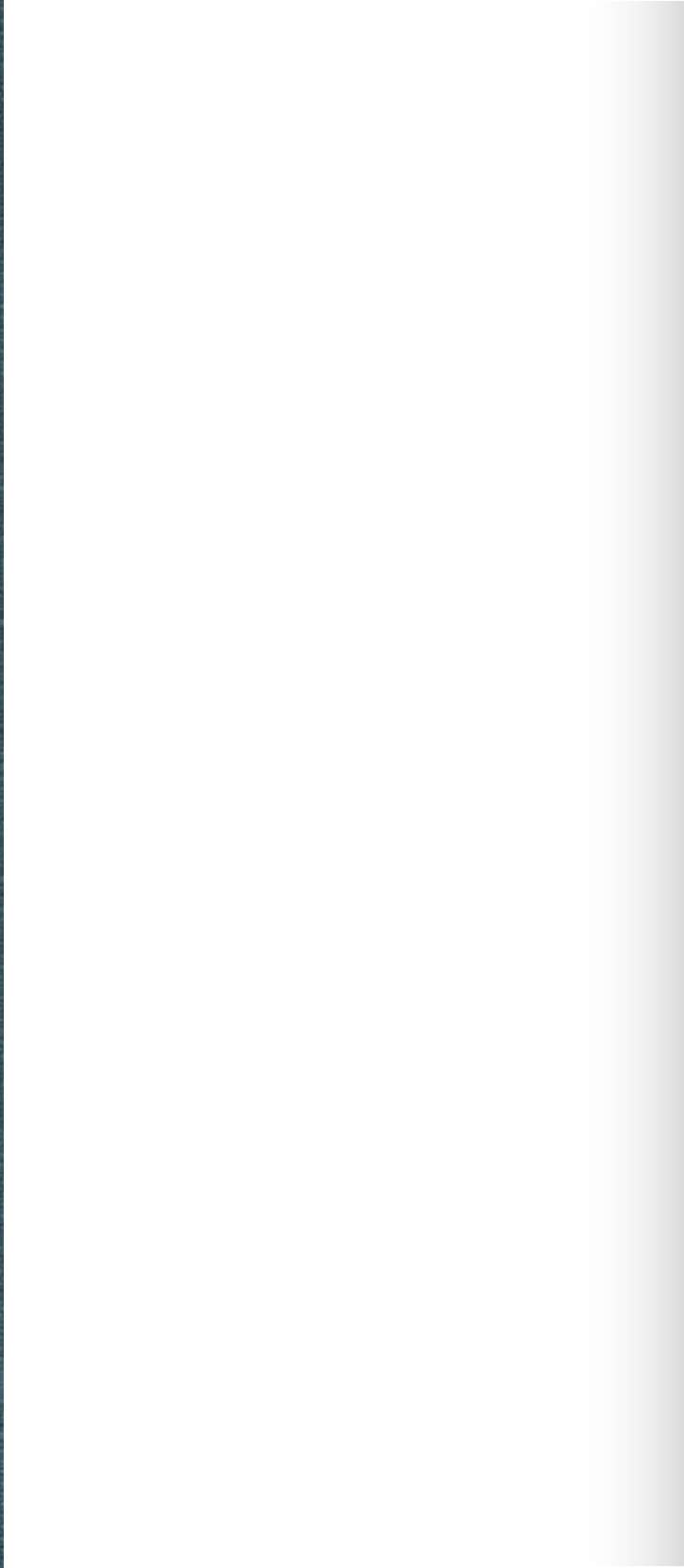


IMAGINÁRIOS DO MAR

UMA ANTOLOGIA CRÍTICA

VOL. 4





IMAGINÁRIOS DO MAR

UMA ANTOLOGIA CRÍTICA

VOL. 4

O MAR CONTEMPORÂNEO

Esta obra foi submetida a um processo de avaliação por pares.

© 2024, IELT – NOVA FCSH

IELT – Instituto de Estudos de Literatura e Tradição

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa

Título	Imaginários do Mar – volume 4 Uma antologia crítica – O mar contemporâneo
© Autores	Carlos F. Clamote Carreto Luís Martins Ângela Salgueiro
I.S.B.N.:	978-989-8968-16-6
Paginação	Isabel Pinto – ACDPRINT
Design da capa	Isabel Pinto – ACDPRINT
Edição	Novembro de 2024

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/00657/2020 com o identificador DOI <https://doi.org/10.54499/UIDB/00657/2020>.

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDP/00657/2020 com o identificador DOI <https://doi.org/10.54499/UIDP/00657/2020>.

IMAGINÁRIOS DO MAR

UMA ANTOLOGIA CRÍTICA

VOL. 4

O MAR CONTEMPORÂNEO

Carlos F. Clamote Carreto

Luís Martins

Ângela Salgueiro

(editores)



IELT | IHC

Lisboa

2024

O respeito pelo Acordo Ortográfico atualmente em vigor
é da única responsabilidade dos autores de cada artigo.

Índice geral

INTRODUÇÃO

Confluências	11
Carlos F. Clamote Carreto	
Luís Martins	

PATRIMÓNIOS EM DIÁLOGO

"A me nascer"	21
Yara Costa	
"Mar, nos tradison"	29
Maria Isabel Lemos	
Paisagem insular: património e ordenamento	47
Larsen Vales	
Os imaginários do património: Uma incursão pela escrita baleeira nos Açores	61
Carmo Daun e Lorena	
Entre a terapia e o lazer: representações do ir à praia e do turismo balnear marítimo em Portugal (c.1780 – c.1930)	85
Pedro Martins	

ECOSISTEMAS: CIÊNCIA E COMUNIDADES

O Olhar Naturalista – as origens da ciência moderna e uma perspetiva histórica sobre o pensamento ecológico	103
Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão	
Gilmar Soares Furtado	
A indústria baleeira nos Açores Sistemas de organização da produção	127
José Carlos Garcia	

Com os pés no Atlântico: o Observatório Meteorológico da Figueira da Foz – século XIX.....	169
Carlos Batista	
Elisabete Pereira	
Maria de Fátima Nunes	
Entre águas salobras, redes de pesca e microscópios: o papel da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais no estabelecimento do Aquário Vasco da Gama (1898 – 1935)	187
Mariana Galera Soler	
A co-gestão como facilitadora de transformações e ecossitêmicas: o caso da comunidade de pescadores de lira	223
Javier Seijo Villamizar	
Sebastián Villasante Larramendi	

DISCURSO DIRETO

Conversa com...

Antonio García-Allut.....	248
Director da Fundación Lonxanet para la Pesca Sostenible, A Coruña	
Maria Clara Amorim	259
Sons nos Oceanos	
Amaya Sumpsi Langreo	263

ECOS DE LEITURAS

.....	271
-------	-----



INTRODUÇÃO

Confluências

Carlos F. Clamote Carreto

IELT – Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (NOVA FCSH)

Luís Martins

IELT – Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (NOVA FCSH)

Fiel à sua vocação matricial de tecer laços entre discursos, modos de representação, olhares e abordagens diversos sobre o mar e as formas sociais e simbólicas que gera e alimenta, as problemáticas abordadas por este IV.º volume dos *Imaginários do mar* estendem-se das questões do património às da história das práticas científicas, numa inter-relação disciplinar que abre espaço às inquietações e discursos académicos e ao diálogo entre os campos da produção de conhecimento e os da produção cultural. Num contexto ideológico e mediático onde as pseudo-certezas prevalecem sobre o questionamento sistemático e onde impera o solipsismo de convicções erguidas em verdades absolutas, torna-se, mais do que nunca, essencial reafirmar o primado da dúvida e reabilitar, por razões tanto epistemológicas como humanísticas, a arte do diálogo em torno da nossa relação complexa e paradoxal com o planeta terra e os mares. Neste sentido, o debate público e científico sobre a influência dos oceanos no clima e nas reflexões sobre a crise climática, ou acerca do impacto que as culturas costeiras têm neles e a crise climática nas águas, deve envolver sempre múltiplos focos perspectivísticos e pontos de referência: diásporas e emigrações forçadas, poluições, subida do nível das marés, alteração das correntes, mineração dos fundos, pescas e biodiversidade.

Patrimónios em diálogo

A primeira parte convida-nos a percorrer, através cinco autores, este espaço poroso, mas também nodal e produzido por múltiplas confluências, que designamos de *património*. Yara Costa introduz as fases dos procedimentos construtivos de uma *Dhow*, veleiro de origem árabe-suaíli para o transporte de pessoas, produtos e atividades de pesca, que no passado navegou nos mares da costa oriental de África, entre Mogadíscio (Somália) e Inhambane (sul de Moçambique), estabelecendo-se nas encostas da Cabaceira Pequena e Ilha de Moçambique por volta do século XIII: “a me nascer” é um documentário visual que segue o trabalho de artesãos e nos mostra as possibilidades de que dispõem as linguagens falada e gestual / visual quando queremos reconhecer a vida física e cultural na história de um artefacto. Em “Mar, nos tradison”, Maria Isabel Lemos enquadra a expressão “nos tradison” no processo de renovação da salvaguarda do património do arquipélago cabo-verdiano, onde o mar / oceano se tornam a grande pauta das narrativas de identidade e uma ferramenta no seu resgate, e é catalisador para novos nichos e pesquisas, como o património cultural subaquático, e para a inserção do imaginário simbólico das ilhas e do crioulo no sistema patrimonial internacional. Em “Paisagem insular: património e ordenamento”, Larsen Vales defende a especificidade do conceito de património insular e, a partir dos casos de estudo das Ilhas de Moçambique e do Ibo, aponta três desafios: suspender a oposição imaterial versus material e a aplicação do conceito apenas às coleções à guarda de museus e demais entidades canónicas; fixar o princípio da indissociabilidade das noções de património e natureza; repensar os patrimónios marítimo e insular no âmbito das mudanças climáticas, atentando em especial nos efeitos dos fenómenos oceânicos em áreas costeiras e nas tomadas de consciência dos seus habitantes. Carmo Daun e Lorena descreve em “Os imaginários do património: uma incursão pela escrita baleeira nos Açores” a emergência e transformação, que diríamos ontológicas pela força das palavras da autora, da baleação açoriana, um percurso paralelo às conjunturas internacionais e que é agora objeto de enquadramento jurídico patrimonial, e argumenta em favor do reequilíbrio das pesquisas e inventariações nas áreas do património material com um deslocamento do olhar para a arena dos acervos documentais, incluindo a literatura e a imprensa, partes ativas na produção e transmissão do imaginário baleeiro. Trazemos para a equação deste conjunto inicial o título “Entre a terapia e o lazer: representações do ir à praia e do turismo balnear marítimo em Portugal (c.1780-c.1930)”, de Pedro Martins, para inscrever o fenómeno da vilegiatura na tradição das práticas de humanização

da existência, e que o autor assinala numa dupla perspetiva: história das terapêuticas e das relações e tensões entre indivíduos de sexos e grupos sociais diversos; eco das transformações socioeconómicas e culturais, e das tomadas de consciência dos impactos da deslocação e estadia de veraneantes em urbanizações costeiras, “na transição entre a modernidade e a contemporaneidade”.

Ecossistemas: ciência e comunidades

Os ensaios que formam a segunda parte deste volume expandem as relações intrínsecas entre património e comunidade à esfera da ciência. Os artigos de Maria do Rosário Leitão e Gilmar Soares Furtado, e de José Carlos Garcia, oferecem-nos assim, de forma emblemática, a ponte entre as abordagens que problematizam o domínio do património e as que refletem em torno da história das ciências e da implementação de ferramentas de análise científica. Em “O Olhar Naturalista – as origens da ciência moderna e uma perspetiva histórica sobre o pensamento ecológico”, Leitão e Furtado afirmam que os métodos de observação e registo postos em exercício no começo da Idade Moderna – de que um dos símbolos maiores é a obra fundamental dos estudos naturalistas do Nordeste brasileiro, *História Natural do Brasil* (1648) – iniciam uma “transformação profunda da paisagem-mundo” potenciada pelo capital e pela circulação universal de mercadorias, pessoas, trabalho e energia: o mapeamento dos territórios e o reconhecimento e registo (descrição escrita e desenho, e posteriormente a classificação) do que nas novas naturezas podia ser explorado, reaproveitado e comercializado, são elementos do desígnio das expedições e anunciam algumas causalidades que entram nas atuais reflexões sobre mudanças climáticas e preservação da natureza. Em “A indústria baleeira nos Açores, Sistemas de organização da produção”, Carlos Garcia identifica as bases materiais móveis e imóveis que compõem o substrato histórico da organização e desenvolvimento das atividades de produção-transformação e distribuição da baleia no arquipélago dos Açores – indústria manufatureira itinerante (1848-1888), indústria manufatureira costeira (1851-) e indústria fabril costeira (1937-) —, que hoje estão integradas em *processos culturais lúdicos, patrimoniais, museológicos e turísticos*, e são fator de promoção da identidade e do desenvolvimento local e regional: a história desta *indústria de tecnologia euro-americana, adaptada a contextos ecológicos e sociais insulares e arquipelágicos*, tornou-se um vasto campo de manifestações culturais e da memória coletiva e individual.

A história das ciências do mar é a da alteração das condições de pesquisa e exploração oceânicas, quer pensemos nos procedimentos de navegação, ou tenhamos em vista a organização e desenvolvimento do universo científico. Por exemplo, a expedição dos navios *Erebus* e *Terror* comandada por John Franklim, que saiu da Groenlândia no verão de 1845 em busca da Passagem Noroeste entre os Oceanos Atlântico e Pacífico, teria um desfecho diferente se fosse organizada sob a proteção dos registos científicos a que temos acesso no presente¹. Hoje o tecido que interliga estratégias e preferências de investigação, de governo e concepção de cenários, é provavelmente menos relevante pelo mapeamento da extensão do conhecimento e do espanto perante o imprevisível e o desconhecido (de que os mapas medievais cheios de criaturas fantásticas são o melhor exemplo), ou pelo mapeamento da expansão dos impérios e das suas economias (a cartografia da Idade Moderna), do que pela representação de regiões onde ocorrem desastres ambientais, ou há o risco de serem afetadas pelos efeitos das alterações climáticas. A cartografia emergente é a que figura as previsões de ocorrências e frequências catastróficas. Na carta marítima, onde traça a rota entre o ponto de partida e o de destino, o navegador atual dispõe de informações sobre o que deve considerar no decurso da viagem e no local de chegada, tanto no que respeita aos fenómenos atmosféricos, quanto oceânicos, como correntes, ventos dominantes, formação de tufões (o comandante de um navio de pesca verá a passagem de cardumes, abundância ou escassez de espécies alvo, tipos de fundos): um atlas de dados acumulados durante anos, desde registos de diários de bordo dos navios e observações empíricas a observações meteorológicas, das captações de satélite ao uso de instrumentos digitais e reanálise dos materiais coligidos em épocas anteriores, permitindo um cotejo contínuo e a elaboração de modelos de previsão por computador. As representações atuais são geográficas, e porque cruzam informações de ordem e temporalidade muito variadas são sistémicas, e epistemológicas por exigirem uma teoria das ideias e uma reflexão sobre o conhecimento e o poder.

Carlos Batista, Elisabete Pereira e Maria de Fátima Antunes, dão-nos um olhar sobre uma parcela desta história no artigo “Com os pés no Atlântico: o Observatório Meteorológico da Figueira da Foz – século XIX”: como é que esta cidade se tornou uma referência central na rede nacional de observatórios, num movimento que

¹ “Hoje, os navios no mar comunicam entre si através do AIS (para sistema de identificação automática), outro milagre da era digital, que une sinais de rádio VHF e GPS numa rede partilhada de conhecimento... A tecnologia transformou a extensão anónima do mar em algo muito menos opaco – um navio no oceano ainda está sozinho, mas é incapaz de se esconder” (Rappaport, 2023: 136 e 199 – tradução dos editores).

impulsionado pelos Estados europeus a partir da segunda metade do século XIX, e onde cientistas e políticos tiveram um papel decisivo. Em “Entre águas salobras, redes de pesca e microscópios: o papel da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais no estabelecimento do Aquário Vasco da Gama (1898 – 1935)”, Mariana Galera Soler analisa a transição do Aquário Vasco da Gama de instituição de recreio popular e exaltação do governo monárquico para uma estação marítima pensada segundo o modelo de uma instituição científica internacional, com ligação aos investigadores da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais e da Universidade de Lisboa, que teriam, já no período da República, um papel orientador em direção a uma cultura científica, potenciando desde logo o primado da investigação e o surgimento de investigadores notáveis. Javier Seijo Villamizar e Sebastián Villasante Larramendi desenvolvem em “A cogestão como facilitadora de transformações ecossistémicas: o caso da comunidade de pescadores de Lira”, onde argumentam em favor da cogestão como instrumento de aproximação dos profissionais aos regulamentos, a partir da experiência da *Fundação Lonxanet para a Pesca Sustentável*. Defendem ainda que a gestão colaborativa, baseada na cogestão, é uma ponte para a coordenação e informação, apoio às decisões políticas e regulamentares, às decisões técnicas e um estímulo à alteração de padrões sociais ou de comportamentos anti-conservacionistas através da aprendizagem social partilhada e do desenvolvimento de políticas.

Silêncios

A nossa herança milenar de narrativas marinhas – criaturas míticas (o Kraken, o Adamastor, o Leviatã, as Sereias), relatos de viagem e de expedições naturalistas, épicos como a *Odisseia* e os *Lusíadas*, romances como *Moby-Dick* e *Vinte Mil Léguas Submarinas*, representações pictóricas de tensões culturais e raciais², ou as paisagens marinhas figuradas por José Malhoa na Praia das Maças —, é feita de descobertas

² Por exemplo “O Navio Negroiro” (1840) de Joseph Turner e “A Corrente do Golfo” (1899, 1906) de Winslow Homer: este é uma parábola onde um homem negro dirige uma lancha desmastreada e olha indiferente os perigos da morte e dos tubarões que rodeiam em frenesi a embarcação; Turner evoca o homicídio de 132 africanos presos a correntes e atirados a um mar tempestuoso e cheio de tubarões para que os proprietários da “carga” pudessem auferir do dinheiro do seguro, que é um episódio na ligação escravagista entre África e as Caraíbas.

e transformações, de encontros de afinidades e de identidades suspensas face a figurações da alteridade, de perdas e renascimentos. Era nossa preocupação inicial acolher no seio destas reflexões em torno da contemporaneidade oceânica trabalhos e problemáticas sobre as questões do “aquecimento global”³, da “crise climática” e das “alterações climáticas”, da sobrepesca e do consumo de produtos do mar, que acabaram, no entanto, por ter uma presença residual neste volume.

Faltaram igualmente debates sobre o modo como leitores, observadores e a comunidade em geral recebem, percecionam e reagem à produção científica e artística, ficcional e não-ficcional sobre o mar e os oceanos, às publicações que, independentemente dos media através dos quais circulam, pensam os estados do clima, lançam alertas para o acréscimo anual nos mares de milhões de toneladas de resíduos plásticos, ou para as rotas da morte no fluxo de refugiados políticos e de migrações forçadas que, com origem no Médio Oriente e no Norte de África, têm por destino a Europa.

A mensagem de que as sociedades e os ecossistemas precisam de políticas para contrariar as alterações climáticas de origem antropogénica exige, aparentemente, o desenvolvimento de narrativas e de imagens literárias fortes (Schneider-Mayerson, 2017, 2018, 2020)⁴. Por exemplo, os distópicos mundos futuros que projetamos e conjuramos nos textos de ficção e de não-ficção mostram cenários de miséria e privação, epidemias, cidades-fortalezas de bem-estar versus campos concentracionários de exclusão económica e social, catástrofes e cenários apocalípticos que seriam mais propensos a gerar a paralisia do que o desejo de agir (Brick, Nielsen & Hofmann, 2023).

³ A expressão “global warming” foi empregue em 1975 pela primeira vez por Wallace Broecker num artigo no qual defende que a queima de combustíveis químicos estava a causar o aumento de CO₂ na atmosfera e a elevação das temperaturas na Terra (Broecker, 1975).

⁴ Nos seus trabalhos mais recentes, Schneider-Mayerson (2020) defende, por exemplo, que, na leitura da ficção climática, o impacto das ideias e alertas tende a enfraquecer com o tempo e face ao fascínio exercido pelos bens económicos e culturais

Concluiríamos então que, nos assuntos do mar contemporâneo, humanidades, artes e ciências dão as mãos⁵, embora domine no modelo científico dos parâmetros físicos do clima uma linguagem de urgências, de um tempo que está a tornar-se escasso para aplicar uma cura. Vejamos uma rápida síntese. Produzimos dióxido de carbono, o gás residual que mais concorre para a elevação do efeito de estufa e para a aceleração das mudanças climáticas, a uma velocidade muito superior à que é absorvido. As águas profundas absorvem e armazenam a maior parte do excesso deste calor retido na atmosfera e expandem-se, causando a subida dos níveis do mar nas áreas costeiras, eles próprios agravados por degelos resultantes do aumento das temperaturas nas regiões montanhosas e no Ártico⁶. Nas zonas superficiais diminui a capacidade de as águas dissolverem o oxigénio e degradam-se as condições de vida de espécies que dependem da sua abundância (tubarões e atuns). Decrescem de igual modo os níveis de salinidade junto à superfície e reduz-se a mistura das águas superficiais com as massas líquidas subjacentes nas zonas do mar com forte precipitação ou elevado afluxo de águas dos degelos. Aumentam a frequência e a intensidade de fenómenos atmosféricos extremos com impactos nos habitats das comunidades biológicas e na atividade humana⁷: de 2013 a 2015 uma vaga de calor afetou o Nordeste do Pacífico e matou milhões de seres marinhos; as comunidades biológicas que habitam áreas onde cresce a acidificação das águas e descem

⁵ Ver a criação da Rede do Património Climático (Climate Heritage Network, Edimburgo 2019), um fórum informal de colaboradores voluntários fundado nos objetivos do Acordo de Paris de (2015) e que se apoia no papel de ações culturais para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e promover a ajuda às comunidades no uso de técnicas de construção tradicionais e para fazerem face às consequências das alterações climáticas e *uma transição justa para um mundo descarbonizado*. Neste lançamento houve também a intenção de arranjar modos de colaboração com os governos, “desenvolver políticas modelo” para projetos sustentáveis, aumentar o perfil do sector do património cultural nas principais negociações internacionais sobre alterações climáticas, cuja representatividade fora até então mínima face a outras ONG. Ver <https://www.climateheritage.org/press/2023/92-novos-membros> e <https://www.climateheritage.org/> (consultados s 7 de outubro de 2024).

⁶ O aumento das temperaturas do ar no Ártico faz diminuir a área mínima de gelo no verão em cerca de 40% desde que o registo por satélite começou em 1979, tornando-o mais fino e passando com mais facilidade ao estado líquido

⁷ Ver *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. Working Group II Contribution to the IPCC Sixth Assessment Report.

os valores de oxigénio migram para ambientes mais ajustados aos seus hábitos⁸; os ecossistemas estão sujeitos cada vez mais ao stress térmico (com efeitos, por exemplo, no branqueamento das áreas coralígenas); as datas de proliferação e desaparecimento de algas deixam de coincidir com as datas de eclosão das larvas dos peixes que delas se alimentam na fase juvenil; os patrimónios e sítios arqueológicos localizados nos oceanos, nas manchas de gelo, nos litorais e em zonas húmidas, encontram-se em situação vulnerável⁹, sendo exemplo o plano dos responsáveis pelo Museu do Navio Viking (Roskilde, Dinamarca), que planeiam a transferência de cinco navios do século XI para um local mais elevado e protegido dos temporais¹⁰.

Inclinamo-nos a concordar com Bruno Latour quando contradiz a existência de separações, dentro da ecologia, das abordagens científicas e das perspetivas políticas: a noção de “natureza” deixou de constituir um ideal e uma representação estáveis (Latour, 2015: 48), tornando-se o par Natureza/Cultura pouco operativo face à imensa variedade das formas dos grupos se ligarem à terra e estabelecerem as suas regras e sentimentos de segurança, *quebrando a ilusão de unanimidade subjacente ao apelo à Natureza*¹¹. Porém, esta é uma temática totalmente em aberto, provavelmente a pedir novos números destes *Imaginários do mar*, onde a literatura, a arte e as ciências se intersectem¹².

⁸ Os investigadores mantêm-se cautelosos nas situações que foram revertidas, como a do desaparecimento das baleias-corcunda do Mar Salish (Oceano Pacífico, costa NW do continente norte-americano) ao longo do século XX. Na verdade, os padrões de alimentação e migração destes animais estão a ser afetados e vários locais de reprodução podem ser postos fora da tolerância de temperatura da espécie. Entre outros riscos, um decorreria da possibilidade das áreas de trânsito e migração das baleias coincidirem com as zonas de operação dos navios de pesca, implicando a possibilidade de colisões e emaranhamento nos aparelhos. Ver, von Hammerstein *et al.* (2022) e Ganley *et al.* (2022).

⁹ Uma das dificuldades para a aplicação de planos de adaptação climática e para desenvolver ações específicas seria a “desconexão em matéria de alterações climáticas entre os decisores políticos e o setor do património cultural em todo o mundo” (ver Hollesen [2022] e Daly [2022]).

¹⁰ Ver <https://www.vikingskibsmuseet.dk/en/news/a-new-and-ambitious-home-for-the-viking-ships-in-roskilde> (consultado a 7 de outubro de 2024).

¹¹ Na 5.ª Conferência, Latour (2015: 190-191) considera que um paradoxo da modernização decorre do facto de, pretendendo “estar totalmente atentos aos recursos terrestres”, na verdade perdeu o contacto com a materialidade e o mundo moderno e criou outro mundo imanente (Latour, 2015: 250 – 6.ª Conferência).

¹² Esta introdução muito deve aos comentários e preciosas sugestões dos revisores científicos deste volume a quem não podemos deixar de dirigir palavras de gratidão: David Florido del Corral, Professor Titular do Departamento de Antropologia Social da Universidade de Sevilha; João Vicente Mendes Santana, Professor Titular do Instituto Federal do Ceará – Campus Acaraú; Luís Parente Maia, Professor Titular da Universidade Federal do Ceará.

Bibliografia

- Brick, Cameron, Nielsen, K. S., & Hofmann, W. (2023). "Opportunities for Emotion Research on Biodiversity". *Emotion Review*, 15(4), pp. 263-266. <https://doi.org/10.1177/17540739231193755> (consultado a 7 de outubro de 2024).
- Broecker, Wallace Smith (1975). "Climatic Change: Are We on the Brink of a Pronounced Global Warming?". *Science* 189 (4201), pp. 460-463. <https://www.science.org/doi/10.1126/science.189.4201.460> (consultado a 7 de outubro de 2024).
- Daly, Cathy *et al.* (2022). "Climate change adaptation policy and planning for cultural heritage in low and middle-income countries", *Antiquity*, Vol. 96, Issue 390, pp. 1427 – 1442. <https://doi.org/10.15184/aqy.2022.114> (consultado a 7 de outubro de 2024).
- Ganley, Laura C. *et al.* (2022). "Effects of changing temperature phenology on the abundance of a critically endangered baleen whale", *Global Ecology and Conservation* (Vol. 38). <https://doi.org/10.1016/j.gecco.2022.e02193> (consultado a 7 de outubro de 2024).
- Hollesen, Jørgen (2022). «Climate change and the loss of archaeological sites and landscapes: a global perspective», *Antiquity*, Vol. 96, Issue 390, pp. 1382 – 1395. <https://doi.org/10.15184/aqy.2022.113> (consultado a 7 de outubro de 2024).
- Latour, Bruno (2015). *Face à Gaïa, Huit Conférences sur le Nouveau Régime Climatique*. Paris: Éditions La Découverte.
- Rappaport, Elliot (2023). *Reading the Glass: A Captain's View of Weather, Water, and Life on Ships*, Penguin Random House, LLC.
- Schneider-Mayerson, Matthew (2017). "Climate Change Fiction." In Rachel Greenwald Smith (ed.). *American Literature in Transition: 2000–2010*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 309 – 321.
- _____ (2018). "The Influence of Climate Fiction: An Empirical Survey of Readers." *Environmental Humanities* 10, n.º 2, pp. 473–500. <https://doi.org/10.1215/22011919-7156848> (consultado a 7 de outubro de 2024).
- _____ (2020). "'Just as in the Book'? The Influence of Literature on Readers' Awareness of Climate Injustice and Perception of Climate Migrants." *ISLE: Interdisciplinary Studies in Literature and Environment* (Vol. 27, n.º 2), pp. 337-364. <https://doi.org/10.1093/isle/isaa020> (consultado a 7 de outubro de 2024).
- Von Hammerstein H, et al. (2022). "High-Resolution Projections of Global Sea Surface Temperatures Reveal Critical Warming in Humpback Whale Breeding Grounds", *Frontiers in Marine Science* (Vol. 9). <https://doi.org/10.3389/fmars.2022.837772> (consultado a 7 de outubro de 2024).



PATRIMÓNIOS EM DIÁLOGO

“A me nascer”¹

Yara Costa

Cineasta²

Ao longo desta histórica costa suaíli, desde Mogadíscio na Somália, até à pequena Ilha dos Porcos em Inhambane, no sul de Moçambique, reconhecem-me por vários nomes, “*dhow*”, “*mashua*”, “*ekalauwa ya ntanga*”, “*ngalava nha litanga*”.

Sou árabe-suaíli e uma das minhas origens é Oman. Durante séculos costurei a geografia marítima desta costa, transportando produtos, atravessando culturas, cruzando gentes, para quem até hoje o mar é a extensão natural das suas vidas. Também fui muito usado para levar centenas de milhares de pessoas sequestradas, violentadas e vendidas para a escravatura tanto para o Oriente como para o Ocidente.

¹ A expressão “me nascer” é muito comum em Moçambique, sobretudo no Norte, e usa-se significando que “alguém nos (faz) nascer”. Por exemplo, um filho ou filha dizem “a minha mãe me nasceu...”.

² Yara Costa nasceu em Moçambique, peregrinou culturas e continentes (África do Sul, Angola, Brasil, Estados Unidos, Cuba e Haiti) e encontrou o destino no cinema e no documentário. Entre os seus filmes, destacamos “Por que aqui? Histórias chinesas em África” (2011); “A travessia” (2014) e “Entre Eu e Deus” (2018).



Figura 1 – Sou árabe-suaíli e uma das minhas origens é Oman

Conta a tradição oral que os meus antepassados terão aportado e se estabelecido por estas encostas da Cabaceira Pequena e Ilha de Moçambique por volta do século 13. Mas hoje vou contar-vos a minha história, de como eu “*Ezipo Zampahari (Som do Mar)*”, fui talhado de raiz pelas mãos do mestre Daúdo, bem amarrado pelas cordas “*khero*”, fiadas nas pernas da dona Fátima, tudo isto num quintal de uma vila de pescadores e depois toquei e velejei o mar, pela primeira vez, com a minha vela enfunada, cozida pelas agulhas nos dedos do mestre Saíde.



Figura 2 – Mestre Daúdo talhando-me



Figura 3 – Mestre Daúdo munido do seu “prumo” e da sua” rabeca”



Filme 1 – Mestra Fátima fazendo corda Khero



Figura 4a e Figura 4b – Bem amarrado pelas cordas “khero”

São 5 horas de uma manhã de Agosto, 10 pescadores da Cabaceira Pequena carregam com todo esforço e dignidade um enorme tronco de madeira “musinji” e paus de mangal, “n’saluma”, que juntos vão compor a minha espinha dorsal.

Lua após lua, maré após maré, o mestre Daúdo munido do seu “prumo” e da sua “rabeca”, corta, raspa, fura, prega...

Algumas luas se passaram e eu já mal posso suportar o inchaço do corpo que me sustém. Estou grande, enorme, capaz de albergar muitas vidas dentro de mim. Foram dias a fio, de preparação, de atenção aos mínimos detalhes, enquanto vi as minhas formas transformando-se, todos os dias, um pouco mais.

Graças aos sábios conhecimentos ancestrais, que ao longo do tempo percorreram esta grande costa, e foram passando de mãos em mãos, de mestres e mestras, que persistem e reinventam-se todos os dias, aqui na Cabaceira Pequena, através do talento de Daúdo, Fátima e Saíde, eu vou nascer!

Foram semanas de muita espera e paciência e aguardando o grande dia. Neste momento, tudo me dói, mas sinto que o momento de me vir irromper nas águas, está próximo e logo esta agonia se vai transformar numa grande festa de cânticos, risos, gargalhadas, lágrimas, gritos de alegria e de vida de todos os presentes e que os ausentes serão evocados. Sei que vão ser muitas as histórias carregadas dentro de mim. Algumas de lamento e preocupação, outras de amor e de reinvenção, e todas elas necessárias para continuarmos vivos.



Figura 5 – Eu quase pronto

Até lá, sucumbo às dores impostas pelas cavernas colocadas por mestre Daúdo. Não muito longe, alguém mais se ocupa dos pequenos importantes detalhes para o dia do meu nascimento: o pano de vela e as cordas khero, para as amarrações finais. No quintal da dona Fátima, chumaços de fibras amareladas da casca do coco jovem, que foram anteriormente queimados pelo sol, batidos, enterrados em maré baixa durante 3 meses, desenterrados, desfiados e cujo as fibras são agora enroladas na perna, com os pés e mãos. Fibra que enrola na fibra que enrola no fio e juntos fazem a corda que nos segura. Este ritual que a dona Fátima aprendeu com a avó, que por sua vez aprendeu com a sua avó, tem o seu próprio ritmo, que deve ser respeitado e não pode ser apressado.

Enquanto isso, na sombra de um grande embondeiro, o mestre Saíde, já alinhavou os 8 metros de retângulos do grosso pano cru que veio da Tanzânia, e agora com suas fiéis agulhas, costura com amor, a grande vela.



Filme 2a e Filme 2b – Mestre Saíde costurando a vela

Agora, sim, está quase tudo a postos. Estão prestes “a me nascer”.

Os respeitados Nakhodas (capitães do dhow) já anunciaram na vila: “Matjane”, o décimo quarto dia da lua! O dia em que todos da vila, devem-se reunir na praia, para juntos celebrar e honrar. Primeiro para agradecer e rezar, e depois do duro coco ser-me atirado ao peito, comer, cantar, e abençoar-me.



Filme 3 – Inaugurando a minha vida



Filme 4a e Filme 4b – Dia do meu nascimento

Hoje nasci! Venho de um passado antigo, estou presente na vida de quem, quase todos os dias, se faz ao mar para pescar ou para se fazer transportar nas viagens curtas e nas mais longas. Pela minha natureza, sou ecológico, integrado no mar que me rodeia, por isso também pertenço ao futuro urgente.

Sou “dhow”, “mashua”, “ekalauwa ya ntanga”, “ngalava nha litanga” e não deixarei de existir em muitas línguas e sotaques.



Filme 5 – Nasci

[Clique para os filmes do meu nascimento.](#)

“Mar, nos tradison”¹

*Maria Isabel Lemos*²

IELT | CRIA -NOVA FCSH

Numerosas são as perspectivas críticas acerca dos limites, significados e “modos de fazer” relativos ao património cultural e à semântica que o envolve. Para além da ressignificação do conceito, as últimas décadas foram palco do engendramento de um regime político internacional de salvaguarda e da setorização das práticas que o governam, episódios que se traduzem no alastramento da semântica patrimonial pelo globo e por múltiplas camadas sociais, assim como na multiplicação

¹ “Tradison di tera” foi o termo adotado pelo Instituto do Património Cultural de Cabo Verde como tradução para o conceito de “património cultural imaterial” em língua cabo-verdiana. “Nos tradison”, por sua vez, foi uma expressão utilizada por diferentes interlocutores cabo-verdianos para referirem-se a práticas e símbolos culturais. O termo é por mim traduzido como “nossas tradições”. Este trabalho insere-se na investigação doutoral financiada pela FCT, de referência DOI 10.54499/PD/BD/151350/2021.

² Maria Isabel Lemos é antropóloga e focaliza sua investigação em Práticas e Políticas da Cultura no âmbito das Tradições Orais, do Património Cultural Imaterial e da Literatura. É doutoranda integrada no Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT), no Centro e Rede de Investigação em Antropologia (CRIA) e participa no Working Group “Narrative Cultures” (SIEF). Cursa o programa doutoral Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia (ISCTE-IUL). Desenvolveu projeto de investigação em Cabo Verde e outros em parceria com o Instituto do Património Cultural local.

de documentos internacionais vinculativos como, por exemplo, a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (UNESCO, 2003) e a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático* (UNESCO, 2001). Não obstante a complexificação do conceito, contudo, as variadas categorias de patrimônio cultural permanecem indissociáveis das nuances discursivas e políticas que dão corpo a narrativas identitárias e memoriais de diferentes grupos, marcando relações de poder e agencialidade. Em sua dimensão simbólica, a semântica patrimonial ressignifica componentes da retórica identitária, conferindo uma dimensão meta-cultural ao processo valorativo que Kirshenblatt-Gimblett (2004: 58-59) conceitua como uma “segunda vida”: a patrimonialização acentua elementos de identificação extremamente localizados ao passo que os internacionaliza por meio de listas, dossiês e agendas político-econômicas assentes no ideário da salvaguarda. Atores centrais a este regime internacional, os Estados-Nação ocupam corriqueiro *locus* medular na criação e seleção de símbolos e patrimônios a serem identificados e salvaguardados, em uma complexa gestão que combina regulamentos internacionais, expectativas e demandas comunitárias e sociais e posicionamento geopolítico (Schreiber, 2017: 46). Não surpreende, portanto, que o patrimônio cultural desponte como vantajosa ferramenta de inserção político-econômica, principalmente para países de alcance periférico no sistema internacional, caso do arquipélago de Cabo Verde.

Ocupadas e exploradas pela coroa portuguesa por mais de quatro séculos, as dez ilhas vulcânicas localizam-se no Atlântico Central e são caracterizadas por um clima árido que enquadra a sucessão de secas escarpas e, em determinadas zonas do território, longos areais. Compreender historicamente a semântica patrimonial em Cabo Verde implica o reconhecimento da gradual ocupação do território desde o século XV e da lenta formação desta identidade crioula, forjada no encontro forçado entre escravizados trazidos do continente africano e europeus, nomeadamente portugueses, neste árido arquipélago dantes desabitado (Batalha / Carling, 2008: 14). Mais que crioula, a identidade cabo-verdiana é, hoje, transnacional, resultado da cultura de migração que há muito distingue esta multifacetada experiência identitária e que se traduz na vasta diáspora cabo-verdiana e em sua nostálgica relação com as ilhas e sua cultura. Esta mesma diáspora é também um agente político fundamental da difusão da semântica patrimonial para além das fronteiras do país (Sieber, 2005; Miguel / Sardo, 2014), uma vez que a produção e a manifestação da cultura são inerentes aos próprios fluxos que compõem o corpo deste “arquipélago transnacional” (Batalha

/ Carling, 2008) e que as atividades dos muitos núcleos diaspóricos impactam o imaginário ligado às ilhas.

Contendas acerca da identidade cabo-verdiana e de sua vinculação aos elementos africano e europeu, bem como relativas à precedência do nacionalismo à estrutura estatal não são recentes: resgatada no âmbito da luta de libertação nacional e comumente associada ao movimento cultural, político e literário “Geração de 50”, a influência africana na formação da cultura cabo-verdiana foi silenciada durante a ocupação colonial e, em certa medida, pelas próprias elites intelectuais oriundas do arquipélago (Vale de Almeida, 2005: 42-44). Enquadrados numa lógica regionalista e, posteriormente, numa retórica luso-tropical, movimentos literários e culturais prévios, como “Claridade” e “Nativismo”, contudo, e apesar de não centrados no descortinamento da situação colonial, fomentaram o nascimento da retórica identitária por meio da textualização da experiência da cabo-verdianidade com base no enaltecimento da figura do mestiço e na singularização da cultura local: da língua à gastronomia, da tradição oral às secas, do homem ao meio (Hopffer Almada, 2020; Madeira, 2018; Anjos, 2006).

A dominação colonial, apesar de frequentemente apontada, por razões lógicas, como altura em que as iniciativas voltadas para a cultura e, no caso aqui analisado, para a preservação de bens culturais, foram praticamente inexistentes (Freire, 1993; Martins, 2011; Gouveia, 2013), foi imprescindível para a própria construção desta retórica identitária de singularidade e para as práticas institucionais estabelecidas pelo país. Sintetizar a emergência da nação e do Estado passa, portanto, pela observação dos contornos históricos e sociais que envolvem o arquipélago, assim como pela análise das narrativas de gênese identitária que as elites culturais e administrativas veicularam ao longo dos séculos e que estão altamente fundamentadas em símbolos múltiplos, hoje condensados sob a alçada do termo “tradison di tera”. Deste movimento pendular de identificação com as raízes europeias e africanas construiu-se não só parte do universo simbólico cabo-verdiano, este irredutível às raízes culturais que o moldaram, mas também o *modus operandi* da política externa do país e de sua governança interna, ambos marcados pela construção de uma identidade nacional ligada a elementos e símbolos diversos, dentre os quais o doravante analisado.

Componente incontornável dos muitos fragmentos que se dispõem à caracterização da vivência cabo-verdiana, o mar não figurou, ao longo do tempo, apenas

como objeto artístico, horizonte físico ou fronteira política: o mar é amálgama, é palco tanto dos fluxos que caracterizam tal experiência sociocultural, como base fundamental de sua essencialização. Para uma terra cujas fronteiras contemporâneas tornaram-se praticamente ficcionais, dada a vastidão da diáspora, o mar permanece como um horizonte representacional a partir do qual a legitimidade simbólica da cultura é expressa e o imaginário local, fortificado (Gale, 2011: 94). No caso do arquipélago, pensar o mar é refletir, portanto, acerca de limites físicos e horizontes do imaginário: hoje patrimônio cultural, outrora objeto poético, rota de comércio, da migração e da consolidação da cabo-verdianidade (Mourão, 1988:61). Mais que costeiro, o imaginário do arquipélago é marcado pela insularidade, enquanto fenômeno metafísico e metacultural (Conkling, 2007: 200), fator que faz do mar um alicerce identitário que, curiosamente, alimenta tanto a retórica do enraizamento na árida terra quanto a cultura da migração. Preterível ao aprofundamento da conceitualização de “islandness”³, contudo, é, aqui, a observação da conexão entre a insularidade e o mar enquanto elemento simbólico, sendo a primeira considerada por sua visceralidade na composição da identidade cabo-verdiana (Vannini / Taggart, 2013) e o segundo, com base em sua carga emblemática, por vezes até metafórica, e política.

Tamanha a força figurativa do mar e de seus desdobramentos na vivência humana, o mesmo não se restringe à categorização de patrimônio natural, por exemplo, sendo por isso a ótica aqui explorada a de sua interpretação também enquanto patrimônio cultural. Refletir acerca de símbolos, é refletir sobre política e por isso se observa a dimensão institucional desta categorização do mar: não que a política (potencialmente em sua melhor versão) não tome corpo nas esquinas do cotidiano, porém, considerada a complexidade do regime e da semântica patrimonial, o recorte analítico selecionado potencializa uma compreensão histórica do mar enquanto símbolo cabo-verdiano composto – também e não só – no seio da institucionalidade, que começa com movimentos intelectuais e artísticos e desponta

³ Relativamente ao conceito, o mesmo é aqui explorado em concordância com os contributos explorados por Philip Conkling (2007: 191): “a metaphysical sensation that derives from the heightened experience that accompanies physical isolation. [...] Islandness is a sense that is absorbed by islanders through the obstinate and tenacious hold of island communities”. [Uma sensação metafísica derivada da experiência intensificada que acompanha o isolamento físico. [...] *Islandness* é um sentimento absorvido pelos ilhéus por meio do obstinado e tenaz vínculo das comunidades insulares. Tradução minha].

nas agendas governamentais do pós-independência. De que mar falamos? Para além das correntes que movem os muitos km² que compõem o mar territorial cabo-verdiano, a partir de que instrumentalizações este elemento ganha novas interpretações e usos? De que forma, no contexto geopolítico contemporâneo, no qual a patrimonialização é ferramenta substancial para as agendas da cultura, da economia e do turismo, o mar é interpretado? As veredas aqui exploradas enquadram-se em investigação doutoral mais abrangente e são resultado de um longo exercício etnográfico nas Ilhas de Santiago e São Vicente, exercício este que se deu nas secas ribeiras, no acompanhamento da chegada do peixe no início da manhã e no balanço dos “hiaces”⁴, mas também nos corredores do “Instituto do Património Cultural de Cabo Verde”⁵ (doravante IPC-CV) na Cidade da Praia e nas longas conversas com ilhéus que não só refletem acerca do mar, mas o vivem.

Horizonte ou fronteira? O mar e o imaginário crioulo

Pautada, a partir do século XIX, pelos esforços da elite cultural e administrativa, a afirmação da identidade cabo-verdiana foi temática recorrente na produção artística das mesmas e, também, ferramenta política imprescindível para o seu posicionamento no quadro social da exploração colonial e do Império Ultramarino. Nesta construção de um lirismo cabo-verdiano enraizado nas peculiaridades da terra e, a partir de certa altura histórica, distante do cânone português, o mar assumiu diversificadas roupagens metafóricas: de mediador a deus mitológico, como bem apontado pela investigadora Carmen Secco (1997: 42), de horizonte da resistência à rota de fuga. Vasco Martins (1988: 81) frisa a constância e o mistério deste elemento, que “evoca quase sempre uma coisa desconhecida, misteriosa e dramática”. Inúmeras são as reflexões centralizadas na poética da insularidade e na análise do mar enquanto elemento fulcral da literatura cabo-verdiana (Luz, 2020), assim como em sua importância na composição das mornas⁶ e na construção deste universo simbólico crioulo e de suas rotas pelo Atlântico.

⁴ Em Cabo Verde, o transporte entre localidades nas diferentes ilhas é feito pelos Hiaces, termo homônimo à categoria do veículo comumente utilizado para tal.

⁵ Informações disponíveis em: <https://ipc.cv/>.

⁶ Género musical cabo-verdiano.

Genivaldo Sobrinho (2010: 113), ao analisar a obra de Eugénio Tavares, sintetiza o mar enquanto “caminho que leva o cabo-verdiano para outras paragens e que permite à sociedade de Cabo Verde sustentar um olhar direto com o mundo exterior”, contudo, nesta balança de horizonte e fronteira, o mesmo é também sustento e inspiração alegórica do desconhecido, do mitológico, do sobrenatural. Anteriores à produção literária e estética das elites culturais locais são, por exemplo, os registros da literatura tradicional, para a qual o mar foi recurso da oralição da experiência cotidiana, de seus mistérios e do testemunho inter-geracional de diversas camadas sociais. Comprometido em descortinar a formação das metáforas aquáticas – dentre as quais as marítimas – Bachelard (1997: 159) aponta para esta visceralidade limítrofe entre o onírico e o prático, entre o cotidiano e o fantástico:

o mar propicia contos antes de propiciar sonhos. [...] Sem dúvida os contos acabam por juntar-se aos sonhos; os sonhos acabam por alimentar-se dos contos. [...] O mar é fabuloso porque se exprime primeiro pelos lábios do viajante da mais longínqua viagem; o herói dos mares sempre volta de longe, volta de um além; nunca fala da costa.

O longe, para o cabo-verdiano, não representa apenas as distâncias físicas e os limites geográficos, uma vez que dialoga com a cultura da migração, o ir e vir, a terra e a “tera-lonji”⁷. Do pulsante viver das docas e da calma contemplação do horizonte nas zonas rurais é que emergem não só o imaginário crioulo, como também as interpretações metafóricas do mar. O que o poeta Jorge Barbosa (1941: s/p) descreve como “o drama do Mar, o desassossego do Mar”⁸ coloca tal elemento na turva fronteira entre limite e horizonte, entre o sonho e a realidade. Este constante retorno ao meio, ou seja, ao mar, à aridez e ao cotidiano das ilhas, é observável fora da esfera literária, estando presente também nas artes plásticas, no teatro e na produção cinematográfica do arquipélago e da diáspora.

⁷ Em língua cabo-verdiana, a expressão designa a “terra distante”, longe das ilhas. Tradução minha.

⁸ Referência retirada do volume *Ambiente*, publicado em 1941 e consultado na Biblioteca Nacional de Cabo Verde (Praia, Santiago).

Limiar e paradoxal é, ainda, a balança entre o excesso de água salgada em contraponto à escassez das chuvas e à aridez do solo no qual o cultivo, exceto em determinadas zonas, torna-se tarefa hercúlea. Dos esforços dos ilhéus para adaptarem-se às potencialidades de seu meio não emergem apenas símbolos, mas também resistência. Política e cultural. O mar foi palco do transporte de escravizados e de navios baleeiros, rota para a migração forçada de cabo-verdianos para as roças de cacau em São Tomé e Príncipe e também *locus* do desenvolvimento de técnicas piscatórias. Foi inspiração para contos, arquétipos e personagens pertencentes ao imaginário tradicional e trilho das idas e vindas que concretizaram e construíram a história do arquipélago e de seus habitantes. Na luta pela independência, emerge como um elemento de vínculo à terra, de enaltecimento do que é verdadeiramente cabo-verdiano – e não há nada mais cabo-verdiano que o horizonte e sua proximidade com o continente africano. Retorno brevemente ao imbróglio da precedência da nação em Cabo Verde com relação ao Estado, Estado, este que é moldado à luz do imaginário coletivo e de uma identidade fortemente marcada pela influência do meio na experiência cultural e cotidiana. Por isso, na política, a previamente descrita dimensão simbólica do mar, profundamente vinculada à identidade crioula, permitiu que este elemento, ao longo da história, fosse transformado em ferramenta de inserção, de projeção da economia insular e em autêntico patrimônio.

Cabo Verde e o patrimônio cultural: o mar enquanto objeto e a agenda contemporânea

Revisitado por Martins (2011) e Freire (1993), o percurso da salvaguarda patrimonial em Cabo Verde ganha projeção a partir da Independência Nacional, em 1975. Poucas são as iniciativas prévias ao marco histórico, estando a maioria elencada dentre as políticas desenvolvidas pelo Governo de Transição (1974-1975), fortemente orientado pela dinamização e promoção da cultura cabo-verdiana. Ao longo da I República e, principalmente após a ratificação da *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (UNESCO, 1972), diversas iniciativas políticas passam a ser implementadas relativamente à consolidação de um aparato estatal e legislativo referente à salvaguarda do patrimônio. O embrião do atual IPC-CV, por exemplo, data desta altura histórica

e vincula-se à criação da Direcção-Geral do Património Cultural, em 1978. Embora no domínio do património natural poucas ações possam ser consideradas expressivas, na área da cultura, a tutela patrimonial e a valorização do imaginário cabo-verdiano ditavam a agenda governamental. Este período comporta, ainda, o embrião da inserção cabo-verdiana no sistema internacional, direcionada pela cooperação multilateral e pela construção de uma retórica da boa governança (Baker, 2009), estratégias imprescindíveis para um país insular de poucos recursos. Não surpreende, portanto, que, com o passar das décadas, a cultura tenha ocupado um lugar dinamizador e despontado como pilar do desenvolvimento e ferramenta econômica.

À luz da II.ª República, inaugurada na década de noventa e caracterizada, dentre outros fatores, pelo multipartidarismo⁹, observa-se uma “reestruturação profunda do setor da Cultura em Cabo Verde” (Queirós, 2018: 281). Para além de alterações institucionais, entra em vigor a Lei n.º102/III/90 de 29 de dezembro, orientada para a salvaguarda patrimonial e muito semelhante à então legislação análoga portuguesa. A primeira foi revista e substituída, em 2020, pelo *Regime Jurídico de Proteção e Valorização do Património*¹⁰. Apesar de uma revisão aprofundada do histórico institucional da salvaguarda patrimonial no arquipélago ser aqui inexequível, algumas de suas etapas são incontornáveis para a contextualização da análise desenvolvida, principalmente se considerada a centralidade de iniciativas e retóricas identitárias vinculadas ao mar no âmbito da patrimonialização cultural de bens intangíveis. A partir dos anos noventa, a agenda cultural do arquipélago passa a estar não apenas voltada para a consolidação do imaginário simbólico cabo-verdiano e crioulo ou para a dinamização artística, mas também para a sua inserção no sistema internacional por meio da ratificação

⁹ A independência cabo-verdiana foi, até certa etapa, um projeto de libertação binacional orientado para Cabo Verde e Guiné-Bissau pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Este último foi substituído, após cisões e dissidências políticas relativas à unificação dos dois países, pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), que governou o arquipélago em regime monopartidário até a inauguração da II República (Lopes, 1997).

¹⁰ Aprovado pela Lei n.º 85/IX/2020.

de documentos e da cooperação com diferentes atores na consolidação da retórica da salvaguarda patrimonial.

A princípio, como relatado pelo historiador Carlos Carvalho em entrevista e comprovado na consulta aos arquivos institucionais, os esforços governamentais estiveram mais voltados para a salvaguarda do patrimônio cultural edificado, nomeadamente para a cooperação em projetos de reabilitação de monumentos, bem como para o patrimônio natural, por meio da identificação e proteção de espécies e ecossistemas, que resultou na criação de parques e reservas naturais. Neste âmbito, o mar figurou, quase sempre, como meio. A aparente falta de centralidade simbólica neste regime explica-se pela lógica do desenvolvimento comunitário que o rege: da conjugação entre preservação e participação comunitária, emerge uma lógica de salvaguarda voltada para a criação de oportunidades e de um aparato ecoturístico no qual o mar não representa, necessariamente, a única profícua esfera de ação. Esta lógica, por sua vez, relaciona-se à vasta extensão das águas territoriais cabo-verdianas, cuja proteção implica imensos recursos financeiros e técnicos, bem como à agenda do desenvolvimento, fortemente pautada pelo turismo. Isto não significa, entretanto, que no seio da salvaguarda do patrimônio natural, o mar não seja uma problemática recorrente e que suas dimensões prática e simbólica não exerçam influência. Contudo, e dada sua relevância emblemática para a identidade e vivência cabo-verdianas, o mesmo ganha proeminência em outros nichos do regime patrimonial, nomeadamente os da salvaguarda do patrimônio cultural subaquático e imaterial.

Oportuna é a clarificação de que, partindo de uma perspectiva crítica dos Estudos do Patrimônio, a cristalização de fronteiras entre categorias patrimoniais é aqui vista com certa descrença, uma vez que os tipos de patrimônio dialogam e sobrepõem-se, estando o material indissociável do imaterial, bem como o natural do cultural. É justamente desta sobreposição que emerge o destaque do mar no universo cultural e simbólico, fator que se traduz em projetos como o Museu do Mar, localizado em São Vicente, e o Margullar¹¹, atualmente em sua segunda etapa e voltado para a preservação do ambiente e gestão eficiente de recursos. O último, para além da inventariação e salvaguarda do patrimônio cultural subaquático, conjuga a relevância simbólica, histórica e identitária do mar

¹¹ Informações disponíveis em: <http://margullar.com/>.

à promoção do Turismo no arquipélago. A agenda patrimonial do país relaciona-se diretamente ao imaginário cabo-verdiano e a adaptação deste tem vínculo dialético com as práticas políticas implementadas na primeira: neste turbilhão, o mar foge à caracterização oscilante entre fronteira e horizonte para transformar-se num patrimônio cultural e natural que, para além de abarcar muito da cultura local, encerra em si próprio a estruturação da narrativa identitária cabo-verdiana e a experiência cotidiana das ilhas. De tanta materialidade, o mar atinge o máximo de sua intangibilidade à medida que dispositivos legais e institucionais convergem para agendas identitárias e de salvaguarda num mundo cada vez mais transnacional e globalizado.

A ratificação tanto da *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (UNESCO, 2003) quanto da *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático* (UNESCO, 2001) por parte do arquipélago datam, respectivamente, de 2016 e 2019, apesar de os esforços de proteção em ambas as frentes serem precedentes. A articulação cabo-verdiana nos regimes políticos correspondentes, para além da agenda doméstica, fundamenta-se na diversificação de parcerias, principalmente com órgãos como a própria UNESCO, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e, ainda, a Macaronésia. Esta diversificação ampliou-se com o alastramento da retórica da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (doravante PCI), em que aspectos comunitários, discursivos e identitários passaram a estar fortemente relacionados ao desenvolvimento econômico sustentável e à política cultural. Por isso, a ratificação da “Convenção de 2003” tem um impacto direto na agenda patrimonial do país, mas, também, em fatores políticos e econômicos mais abrangentes como, por exemplo, a integração regional, a narrativa identitária nacional e o fomento às indústrias criativa e do turismo.

No domínio subaquático, padrão semelhante se afigura: a integração do país em projetos como a Cátedra UNESCO Patrimônio Cultural dos Oceanos (Universidade Nova de Lisboa)¹², e nos subsidiários CONCHA¹³ e Patrimônio

¹² Informações disponíveis em: <https://cham.fcsh.unl.pt/catedra/index.html>.

¹³ Referência do projeto: H2020 – MSCA-RISE-2017 CONCHA PROJECT n.º 777998.

Cultural na Macaronésia (CHAM-FCT)¹⁴, são exemplificativos desta lógica dual voltada para a conservação do mar cabo-verdiano enquanto exercício de defesa territorial e ecológica, mas, também, de proteção do que se consideram como paisagens e memórias atlânticas. O domínio das narrativas e versões do passado é uma preocupação no seio destes regimes, que versam sobre objetos, fluxos e bens intangíveis vinculados ao colonialismo e suas rotas, à estruturação pós-colonial e ao consolidado capitalismo globalizado. O mar transforma-se, portanto, em recurso primordial para o resgate identitário e a inserção política de determinadas localidades, nomeadamente as insulares, assim como para o seu desenvolvimento econômico e para o questionamento do *status quo* internacional.

Para além de central na solidificação da identidade cabo-verdiana, o objeto em análise moldou específicos modos de vida nas ilhas, da pesca à gastronomia, da tradição oral à medicina tradicional; fator que faz com que a história do mar seja parte fundamental da própria história do arquipélago, da exploração dos recursos naturais e do comércio. A pesca tradicional é um exemplo de PCI identificado e salvaguardado pelo IPC-CV e pelas comunidades da Ribeira Grande, na Ilha de Santiago, definido como “atividade realizada pelos pescadores, utilizando materiais tradicionais, em botes com dois remos, sem motores de popa” (IPC-CV, 2020: 78). Despontando como elo entre as dimensões política, legal e sociocultural, a pesca tradicional elevada à categoria de PCI revela novas interpretações dos oceanos enquanto ferramenta de governança e de inserção comunitária, *locus* primário da circulação de diferentes práticas culturais potencialmente patrimonializáveis e, por fim, elemento fundamental para as negociações comerciais contemporâneas, tendencialmente pautadas pela problemática da sustentabilidade.

¹⁴ Informações disponíveis em: <https://patrimonioculturalnamacaronesia.pt>.



Figura 1 – Desembarque do atum na Ribeira da Prata, Santiago. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Outro exemplo curioso de seus usos simbólicos é a menção do mar e dos desdobramentos da insularidade para a sociedade e cultura do arquipélago como uma das temáticas fundamentais na composição de Mornas, gênero musical e performático elevado a Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade em 2019. No âmbito do Museu do Mar, a importância dos fluxos diaspóricos é incontornável: relatos e memórias da embarcação de cabo-verdianos em baleeiros no século XVIII são revisitados, assim como fragmentos múltiplos da narrativa simbólica que coloca o oceano no epicentro da vivência local. O museu em questão, renovado e reaberto em parceria com o projeto Margullar²¹⁵ em 2023, explora de maneira profícua as conexões entre mar enquanto PCI, patrimônio natural e, ainda, horizonte simbólico do arquipélago. Recuperando o mar no seio da literatura e na formação da identidade nacional, a proposta museológica está voltada para a releitura de práticas tradicionais em concordância com as agendas patrimonial, turística, cultural e de desenvolvimento.

A mesma lógica circunda o Museu da Arqueologia (Santiago) e o mais recente projeto do Núcleo da Arqueologia (Boa Vista), ambos ancorados na retórica da importância patrimonial do mar para o desenvolvimento do país e para a aproximação de Cabo Verde a outras paragens atlânticas. Enquanto o Museu do Mar reabriu, dentre outras atividades, com a exposição “Cabo Verde nas rotas do Atlântico: Um olhar através da arqueologia”, o Núcleo de Arqueologia da Boa Vista retrata com maior ênfase fluxos e naufrágios representativos do papel estratégico da ilha e do arquipélago em diferentes alturas históricas, da escravidão às rotas comerciais atlânticas. Este tipo de iniciativas não ignora, ainda, os contextos insulares específicos, como frisam Brito *et. al.* (2018: 36):

It is also necessary to remember that each port, integrated in a specific insular context, generated given dynamics and responded – or not – with different rhythms to the waves of global history [...]¹⁶.

Além das especificidades de cada ilha e das dinâmicas locais, a instrumentalização do mar permite a integração do mesmo, e dos bens e práticas culturais que

¹⁵ Informações disponíveis em: <http://margullar.com/>.

¹⁶ [É necessário relembrar que cada porto, integrado em contextos insulares específicos, gerou determinadas dinâmicas e respondeu – ou não – com diferentes ritmos às ondas da história global [...]. [Tradução minha].

encerra, na ampla semântica do regime internacional de salvaguarda, posicionamento-chave na política transnacional contemporânea. Dos usos e interpretações aqui abordados, depreende-se que não só “a consciência da insularidade provoca e presentifica a tematização do mar” (Leite, 1998: 69), como o mesmo, para além sua óbvia dimensão natural, é revestido de uma carga simbólica irreduzível, fator que o promove como importante aliado para diversificadas agendas. Assim, a nível institucional, o mar em Cabo Verde é hoje um patrimônio cultural, agente e objeto da construção de narrativas identitárias e da criação de laços comunitários, bem como da conscientização da sustentabilidade e da preservação ambiental.

No plano econômico, tanto a cultura quanto o regime patrimonial representam relevantes ativos de inserção internacional do arquipélago, além de reais trilhos de subsistência para uma economia insular, nomeadamente por meio do turismo e da pesca. As problemáticas que envolvem a intrincada relação entre patrimônio, turismo e economia, todavia (Bendix, 2008) não são aqui desconsideradas, muito menos a lógica ocidental e burocrática que rege os regimes de salvaguarda. O enquadramento do mar enquanto patrimônio cultural institucionalmente tutelado suscita questões de ordem abrangente, como a sua indissociabilidade de processos como a seleção simbólica da tradição e a mercantilização da cultura, e inquietações de ordem mais específica, como a reação pós-colonial ao *status quo*, o papel da diáspora e de seus fluxos transnacionais em regimes políticos contemporâneos, a crônica falta de recursos do país e suas potencialidades de gestão e governança.

O mar enquanto “nos tradison” revela um novo enquadramento, fortemente pautado por narrativas históricas e identitárias legitimadoras da “segunda vida” (Kirshenblatt-Gimblett, 1995) deste elemento que, ademais de ambiente, figura como componente simbólica e instrumento da agenda política. Esta visão contemporânea e sua relação com a imaterialidade e a arqueologia subaquática permitem um descortinamento das rotas e vivências do Atlântico na modernidade e, acima de tudo, a construção de novos olhares sobre o passado e a agencialidade de diferentes grupos no presente. Dadas as complexidades da lógica patrimonial e do financiamento de projetos de salvaguarda, a tensão entre horizonte e fronteira permanece central à análise da patrimonialidade das águas cabo-verdianas (Mourão, 88:62), uma vez que o valor simbólico do mar é indissociável de sua valoração no seio de agendas políticas mais abrangentes cujo impacto na vida comunitária torna plausíveis os seguintes questionamentos: que vozes contam as histórias do mar cabo-verdiano, com que intuito e para quem?

Bibliografia

- Anjos, José Carlos Gomes dos (2006), *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*, Porto Alegre, UFRGS Editora.
- Bachelard, Gaston (1997). *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*, trad. Antônio de Pádua Danesi, São Paulo, Martins Fontes [1942].
- Baker, Bruce (2009), "Cape Verde: Marketing Good Governance", *Africa Spectrum*, 44, 2, 135-147.
- Barbosa, Jorge (1941), *Ambiente, Praia, Minerva de Cabo Verde*.
- Batalha, Luís / Carling, Jørgen (2008), "Cape Verdean Migration and Diaspora", in Luís Batalha / Jørgen Carling (eds.), *Transnational Archipelago. Perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*, Amsterdam, Amsterdam University Press, pp. 13-31.
- Bendix, Regina (2008), "Heritage between economy and politics: An assessment from the perspective of cultural anthropology, in Laurajane Smith / Natsuko Akagawa (eds.), *Intangible Heritage*, Londres, Routledge, pp. 253-269.
- Brito, Cristina / Carvalho, Patricia / Garcia, Ana Catarina / Vieira, Nina / Bettencourt, João / Oliveira e Costa, João Paulo (2018), "The UNESCO Chair on the Ocean's Cultural Heritage: A brief note on ocean history, science and literacy", in Ana Cristina Roque / Davis Pereira de Paula / João Alveirinho Dias / Luiz Antônio A. Gonçalves / Luís Cancela da Fonseca / Maria Antonieta C. Rodrigues / Raimundo E. P. Junior / Silvia Pereira (eds.), *Mares e Litorais: Perspetivas transdisciplinares – Tomo VII da Rede BRASPOR*, Rio de Janeiro, Editora UERJ, pp. 31-44.
- Freire, Verónica dos Reis (1993), "A experiência Cabo-Verdiana no domínio do património", *Africana*, 1, pp. 65-73.
- Gale, Ana Maria Martinho (2011), *The Protean Web. Literature and Ethnography in Lusophone Africa*, Lisboa, Edições Colibri.
- Gouveia, Henrique (2013), "Museus de Cabo Verde – continuidade e inovação", *Anais do Museu Paulista*, 21, pp. 63-76.
- Hopffer Almada, David (2020), *A Construção do Estado e a Democratização do Poder em Cabo Verde*, Praia, Livraria Pedro Cardoso.
- Instituto do Património Cultural (2020), *Catálogo do Inventário do Património Cultural Imaterial – Concelho de Ribeira Grande de Santiago*, Praia, Instituto do Património Cultural.
- Leite, Ana Mafalda (1998), *Oralidades & Escritas nas Literaturas Africanas*, Lisboa, Edições Colibri.

- Lopes, José Vicente (1997), *Cabo Verde: Os Bastidores da Independência*, Praia: Spleen Edições.
- Luz, Hilarino (2020), “O mar na poesia de Ruy Duarte de Carvalho, Jorge Barbosa e na obra Os Pescadores de Raul Brandão”, in António M. Ferreira / Carlos Morais / Rosa L. Coimbra / Maria Fernanda Brasete (eds.), *Pelos Mares da Literatura em Português*, Berlim, Peter Lang, pp. 173-184.
- Madeira, João Paulo (2018), *Nação e Identidade – A singularidade de Cabo Verde*, Praia, Livraria Pedro Cardoso.
- Martins, Vasco (1988), *A música tradicional Cabo-verdiana – I: (a morna)*, Praia, Instituto Cabo-Verdiano do Livro e do Disco.
- República de Cabo Verde (1990), Lei n.º102/III/90 de 29 de dezembro. [Consultado no arquivo físico do IPC-CV, em 03/10/2021].

Webgrafia

- Conkling, Philip (2007), On Islanders and Islandness, *Geographical Review*, 97, 2: 191-201, disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/toc/19310846/2007/97/2>, consultado em 23/09/2023.
- Kirshenblatt-Gimblett, Barbara (2004), “Intangible Heritage as Metacultural Production”, *Museum International*, LVI, 1-2: 52-65, disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000135858/PDF/135852eng.pdf.multi.nameddest=135858>, consultado em 01/10/2023.
- Martins, António F. (2011), *Legislação sobre a defesa do Património em Cabo Verde (1975-2005)*, Dissertação de Mestrado em Património e Desenvolvimento, disponível em https://www.academia.edu/35702529/TESE_LEGISLA%C3%87%C3%83O_SOBRE_PATRIMONIO_CV_pdf, consultado em 02/10/2023.
- Miguel, Ana Flávia / Sardo, Susana (2014), “Classificar o património (re)classificando as identidades. A inscrição do Kola San Jon na lista portuguesa do PCI”, e-cadernos CES, 21: 52-75, disponível em <https://journals.openedition.org/eces/1756>, consultado em 05/10/2023.
- Mourão, Fernando Augusto Albuquerque (1988), Elementos do processo da identidade caboverdiana, *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, 11, 1: 61-72, disponível em <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/95974>, consultado em 23/09/2023.

- Queirós, Carla (2018), Património Cultural Imaterial: Políticas patrimoniais, agentes e organizações. O processo de patrimonialização do Kola San Jon em Portugal, Tese de Doutoramento em Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia, disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/61279>, consultado em 02/10/2023.
- República de Cabo Verde (2020), Lei n.º 85/IX/2020 de 20 de abril, disponível em <https://covid19.cv/wp-content/uploads/2020/04/BO-49-RES-63-2020.pdf>, consultado em 02/10/2023.
- Schreiber, Hannah (2017), "Intangible Cultural Heritage and Soft Power – Exploring the Relationship", IJIH – International Journal of Intangible Heritage, 12: 44-57, disponível em <https://www.ijih.org/volumes/article/663>, consultado em 09/10/2023.
- Secco, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro (1997), Mar, memória e metapoesia na lírica cabo-verdiana, Cerrados – Revista do Curso de Pós-Graduação em Literatura, 6, 6: 41-50, disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/864>, consultado em 21/09/2023.
- Sieber, Timothy (2005), "Popular music and cultural identity in the Cape Verdean post-Colonial diaspora", Etnográfica, 9, 1: 123-148, disponível em <https://journals.openedition.org/etnografica/2952?lang=en>, consultado em 23/09/2023.
- Sobrinho, Genivaldo R. (2010), Eugénio Tavares: retratos de Cabo Verde em prosa e poesia, Dissertação de Doutoramento em Estudos Comparados de Literaturas em Língua Portuguesa, disponível em https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-28092010-152302/publico/2010_GenivaldoRodriguesSobrinho.pdf, consultado em 02/10/2023.
- UNESCO (1972), Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, disponível em <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>, consultado em 02/10/2023.
- UNESCO (2001), Convenção sobre a Proteção do Património Cultural Subaquático, disponível em <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/43%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20patrim%C3%B3nio%20subaqu%C3%A1tico%20-%20UNESCO%202001.pdf>, consultado em 02/10/2023.
- UNESCO (2003), Convenção Para Salvaguarda do Património Imaterial, disponível em: <http://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>, consultado em 27/09/2023.
- Vale de Almeida, Miguel (2005), "Crioulização e fantasmagoria", Anuário Antropológico, 30, 1: 33-49, disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6918>, consultado em 12/09/2023.

Vannini, Phillip / Taggart, Jonathan (2013), Doing islandness: a non-representational approach to an island's sense of place, *Cultural Geographies*, 20, 2, 225-242, disponível em <https://www.jstor.org/stable/44289605>, consultado em 21/09/2023.

Websites

Cátedra da UNESCO "O património cultural dos oceanos", disponível em <https://cham.fcsh.unl.pt/catedra-unesco.php>, consultado em 28/09/2023.

IPC-CV, disponível em <https://ipc.cv/>, consultado em 01/10/2023.

Margullar, disponível em <http://margullar.com/>, consultado em 28/09/2023.

Património Cultural da Macaronésia, disponível em <https://patrimonioculturalnamacaronesia.pt/>, consultado em 01/10/2023.

Paisagem insular: património e ordenamento

Larsen Vales¹

Introdução

Os indivíduos, ou grupos de indivíduos, cujo quotidiano depende ou é influenciado por um determinado meio, de forma activa ou passiva atropizam-no, configurando continuamente a paisagem. Esta, comumente conhecida por *paisagem cultural* – expressão adotada como categoria de conservação do património na década de 1990 (Jones, 2003, p. 21) –,² tem evoluído conceptualmente. O que propicia a existência de correntes diferenciadas que, entretanto, parecem convergir no aspeto em que é reconhecida a interação e integração entre os activos de génese natural e os de génese antrópica,³ como aliás prescreve a Convenção do Património Mundial de 1992 (UNESCO, 1992).

¹ Arquiteto e planificador físico de formação. Investigador e doutorando em Arquitetura e Urbanismo no Programa Patrimónios de Influência Portuguesa da Universidade de Coimbra,

² Segundo Jones (2003, p. 21), *paisagem cultural* como expressão académica remonta a Friedrich Ratzel (1895-1896), tendo sido usada por geógrafos alemães nos primórdios do século XX.

³ Entenda-se “natural” na perspectiva de Carl Sauer, que considera tratar-se de “pré-existente à acção humana” (Carvalho & Marques, 2019, p. 84)

Paisagem cultural são lugares onde a natureza e a cultura interagiram para moldar um lugar ao longo do tempo, os resultados da interação imbuíram valores patrimoniais, e a paisagem cultural é digna do nosso respeito e gestão para preservá-la e conservá-la para o futuro (Patrícia O'Donnell, 2004, p. 44).⁴

Isto muito dirá do valor intrínseco que subjaz ao posicionamento de Fred Feddes (1999) quando no “The Belvedere Memorandum” aborda a *paisagem cultural* como um ativo para a formulação de políticas espaciais. Políticas cujas particularidades decorrem das características das paisagens a que as mesmas concernem.

Com efeito, quando se aborda a paisagem no contexto de um território costeiro incontornavelmente emerge a *paisagem marítima* – ou *paisagem cultural marítima* – de que a unidade básica e fundamental é o *património marítimo*. A perspetiva de Carvalho & Marques (2019, p. 84) sobre *paisagem cultural* parece servir na generalidade para caracterizar e enquadrar *património marítimo* quando estes autores admitem tratar-se de um conceito complexo e evolutivo cuja multiplicidade de perceções “permite abranger várias noções, dado que o conceito abrange ideias, dinâmicas, significados, interpretações e vivências”.

Assim será o *património insular*, para cuja resiliência ao longo do tempo multiplicam-se desafios, mas também oportunidades, propostos a partir do tópico seguinte. Aliás, *património insular* – conceito adaptado pelo autor para a presente reflexão – não é uma categoria oficial. Haja vista que, em si, não constitui uma característica, mas sim uma condição, cristalizada no espaço, com o tempo.

Enquanto “construção”, *património insular* constitui uma proposta de interpelação para a resignificação da paisagem. A consequente *paisagem insular*.

⁴ Tradução da responsabilidade do presente autor, a partir do seguinte extrato do texto original “Cultural landscape are places where nature and culture have interacted to shape a place over time, the results of the interaction have imbued heritage values, and the cultural landscape is worthy of our respect and stewardship to preserve and conserve it into the future”.

Património insular

De forma apriorística, importa sinalizar a necessidade de um posicionamento crítico favorável à revisão de premissas, buscando aspectos que possam contribuir para a delimitação do presente texto.

Nesta linha de raciocínio, “recuperação do património”, expressão central – ou até palavra-chave – que norteia os debates relativos ao património edificado, particularmente da Ilha de Moçambique e da Ilha do Ibo –, emerge como exemplo do que poderia induzir à dimensão tangível e, por conseguinte, excluir aspectos contextuais do património cuja expressão dominante é intangível. Com efeito, “recuperar” pode remeter para algo exclusivamente físico, relegando o meta-físico para um plano não equacionável. Requer, por isso, que o entendimento conceptual do património e dos processos de patrimonialização seja harmonizado. É que parece expectável que se questione “porquê recuperá-lo e não salvaguardá-lo ou ressignificá-lo?”, fazendo jus a perspectiva de Laurajane Smith (2006, p. 44) segundo a qual o património é um processo cultural, sendo por isso dinâmico.

Outro aspecto que requer exercício similar tem a ver com o uso da palavra “moçambicano” para adjectivar ou qualificar o património. Remetendo, inevitavelmente, para a dimensão administrativa ou jurisdicional, esta pode abrir espaço para o debate sobre “de quem é, efectivamente, o património” – a popular “Whose heritage” (Hall, 1999) – de que emergirão, certamente, outros “detentores”.

Posto isto, pode-se então depreender que o primeiro desafio prende-se com a *conceptualização*. Será, portanto, o ponto de partida.

Em conexão com este aspecto, expressões como “o edificado do Ilha de Moçambique”, “o edificado da Ilha do Ibo”, “a cidade de cimento”, “a cidade de macuti”, entre outras, têm remetido à percepção redutora de tratar-se de um referente rigorosa ou exclusivamente material. Com efeito, a sua expressão dominante é a material. Contudo, não deve ser extremada à forma demasiado polarizada e classificativa de percepcionar o património, porquanto todos os bens patrimoniais possuem, em simultâneo, as dimensões material e imaterial (Meneses, 2009, pp. 25 e 31). O que parece contrariar a tendência quase generalizada para a polarização.

A dicotomia estende-se, ainda, a expressões como “património natural” e “património cultural”, como se os bens patrimoniais de génese antrópica pudessem ser o mesmo sem a inserção no meio envolvente ou pudessem ter sido estabelecidos sem o suporte do *capital natural*. Portanto, trata-se de duas dimensões – e talvez não-categorias – entre as quais a fronteira mostra-se ténue, mas cuja percepção leva a que raramente ambas dimensões possam ser percebidas como podendo, de forma combinada, configurar um conjunto. O que, a acontecer, traria vantagens na protecção das partes integrantes do conjunto em face das ameaças motivadas pelo pseudo-desenvolvimento. A antítese da sustentabilidade.

Outro aspecto importante na reflexão sobre a conceptualização passa pelo enquadramento do *património insular* na categoria *património marítimo* porquanto, diferentemente de outros patrimónios, todo o *património insular* tem no mar um elemento crucial para a sua configuração. Basta considerar, para o caso do edificado, as dimensões dos materiais de construção condicionadas pelo transporte marítimo – o que terá implicado produção de conhecimento –, a origem da cal – fabricada artesanalmente a partir do coral e das conchas – usada para rebocar e pintar as casas do Ibo (Carrilho, 2005, pp. 38-40), o conceito arquitectónico da *casa swahili* e o respectivo mobiliário marcados por elementos decorativos requalificadores, de origem indo-portuguesa, “veiculados” por via marítima (Carrilho (2005, pp. 35, 55, 104-105 e 147), os materiais e acabamentos resistentes à salinidade e a acção das monções, entre outros aspectos.⁵

⁵ Veja-se também Carrilho & Lage (2011, p. 114) que numa análise posterior, ao mesmo aspecto, afirmam ser notória, na arquitetura “popular” da vila do Ibo, independentemente da especificidade tipológica, a presença de elementos típicos da arquitetura indiana-oriental e da portuguesa-ocidental, que funcionam como “requalificadores” do conceito estético e funcional da *casa swahili*, determinando o desenvolvimento singular desta arquitetura doméstica de matriz *swahili*.

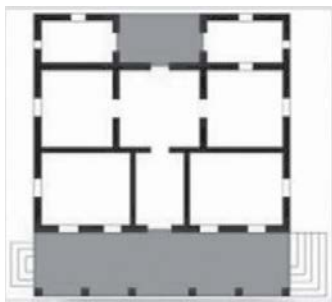


Figura 1 e Figura 2 – Casa de pedra e cal, com influência da casa swahili, localizada na ilha do Ibo. Os elementos de derivação swahili são reconhecíveis nas portas e janelas, fachadas elevadas, veranda e no telhado de quatro águas com solução para protecção solar e ventilação natural (Fonte: Carrilho, Bruschi, Meneses & Lage, 2004; Desenho e fotografia: Júlio Carrilho).

Isto reafirma a necessidade de olhar para o *património marítimo* não apenas como o que está para além da linha de costa – seja esta continental ou insular –, mas também o que está aquém, porém, com uma relação com o mar de índole funcional e paisagística. Aliás, o *património marítimo* deve transcender os artefactos salvaguardados pelas instituições canónicas do património. Até porque o património, mais do que utilitário e definido, é vivencial e diluído, sendo o *património marítimo* um dos mais fluídos.

E o *património insular*, reunindo estes requisitos, enquanto elemento de paisagem é um conjunto heterogêneo, mas orgânico, com segmentos no continente e no espaço marítimo coberto de água, significando que, administrativamente, uma ilha é delimitada pela respectiva linha de base mas o seu território funcional vai mais além, criando e recriando outras paisagens. Ou não houvesse, por exemplo, “Ilha de Moçambique” no continente.

Portanto, falar do “edificado” será muito mais do que isso. Não bastará transcender o seu aporte material – que é a sua expressão dominante – por via do reconhecimento das soluções tecnológicas como “património imaterial”.⁶ A apropriação e o reconhecimento por parte de quem integra o meio faz-se por muitos mais valores culturais. Os cognitivos, os formais, os afectivos, os pragmáticos, os éticos, entre

⁶ Veja-se a classificação polarizada do património, atestada pelo artigo 2 da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003).

outros, refletindo cada um uma forma particular de apropriação (Meneses, 2009, pp. 35-37). Por isso, o património é um ente de inclusão social. E, por assim ser, inevitável é questionar até que ponto esta virtude do património é capitalizada para os casos da Ilha de Moçambique e da Ilha do Ibo, aspecto desenvolvido nos tópicos a seguir.



Figura 3 – Mapa de Moçambique referente ao território continental (que corresponde a 57% da superfície total, sendo que os restantes 43% são inerentes ao território marítimo), com indicação da localização de dois territórios insulares: Ilha do Ibo e da Ilha de Moçambique.

Whose heritage?

O segundo desafio é a *inclusão*. Um clichê de escala mundial que constitui palavra de ordem em qualquer medida transformacional de intervenção social. Mas no caso em discussão, trata-se de uma aferição de patrimonialidade, buscando “modos de olhar” não necessariamente consensuais no que respeita à forma de “olhar”, mas convergentes na atribuição de valor. O que abre espaço para a acção de diferentes “detentores”.⁷

Aliás, territórios funcionais – que não se circunscrevem a limites administrativos – pressupõem lógicas de inclusão menos prescritivas e muito menos dogmáticas. É neste caso que, saindo da esfera rigidamente administrativa, sensibilidades externas ao território administrativo, e até de outras latitudes, mas que, por razões históricas, se identificam com o património em alusão, poderão engajar-se na sua salvaguarda, não significando perda da sua titularidade por Moçambique. Efectivamente, quanto mais se incursiona pelo passado, mais se cristaliza a perspectiva segundo a qual o património é partilhado (Hall, 1999).

Esta inclusão de outros povos – outros “detentores” – pode permitir uma ampliação significativa de soluções de salvaguarda, alternativas ao lado depreciativo da ajuda externa, produzindo uma agenda de cooperação em que a oportunidade de contribuir para a valorização de um património comum (ou partilhado) constitua uma contrapartida atractiva oferecida por Moçambique. Mas também, ao nível interno, pode constituir-se num campo fértil para pesquisa – a realizar, principalmente, pela academia e a classe de investigadores – e para programas de literacia em contexto de educação patrimonial no segmento educação não-formal.

Aliás, no caso da literacia, o sector da educação abre espaço para que 20% do conteúdo constante dos planos curriculares do ensino formal seja integrado pelo *conteúdo local* (Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação, 2020, pp. 11-12). Isto, num contexto em que, no sentido lato do termo, “educação” inclui as áreas da ciência e tecnologia e do ensino técnico-profissional. Podem ser

⁷ Veja-se a perspetiva de Rossa & Ribeiro (2015, p. 22) sobre *modo de olhar*, a respeito dos processos de patrimonialização. Os autores (Rossa & Ribeiro, 2015, p. 33) definem, simplificadamente, o património como *modo(s) de olhar*, configurando isto o chavão da proposta científica, teórica e metodológica do projeto *Patrimónios de Influência Portuguesa*.

acrescidos a isto a prerrogativa emanada pelos instrumentos orientadores da área da Cultura e a transversalidade deste sector, significando que iniciativas culturais de temática específica podem ser administrativamente lideradas pelos respectivos sectores, cabendo ao que superintende a área da Cultura a coordenação.

Proactiva e conscientemente implementada, esta perspectiva pode ser o início do fim de um paradigma em que a Cultura – ou seja, o património na sua expressão processual – tem sido erradamente concebida de forma redutora como assunto específico ao invés de assunto que vincula e até responsabiliza a todos. A desmistificação da relação interdisciplinar entre as áreas do saber e de intervenção no meio poderá ser o comutador para um paradigma paisagístico em que o património comum, como processo cultural, se inicia com um exercício de cidadania que não se circunscreve à materialização do direito cívico consistente em ir às urnas, mas, de forma apriorística e basilar, ascenda à oportunidade de percepção do património que subjaz ao meio atribuindo valor(es).

Pelo que, medidas concretas neste âmbito poderão conferir aos “detentores” maior capacidade de lidar com estas matérias, para melhor participar dos processos de decisão e de governança. Desta “capacitação” ao factor-Homem pode augurar-se uma sociedade mais culta e cultora. Até porque o património, enquanto processo cultural, gravita em torno do Homem, que o “constrói”, não cabendo a outro ser – senão ao Homem –, torná-lo um activo paisagístico para a própria sustentabilidade.

Posto isto, secundando Hall (1999), parece oportuno questionar: “*whose heritage*”?

Um activo paisagístico

O terceiro desafio traduz-se nos *processos de patrimonialização*. Um dos maiores desafios, principalmente quando se trata de bens inscritos (ou elegíveis para a inscrição) na lista do património mundial. Muitas questões se colocam, desde “até que ponto um cidadão de outro quadrante do mundo, efectivamente, se apropria de um património que não conhece e, por conseguinte, não reconhece?”,

até “porquê ou a troco de quê um habitante da casa coberta de *macuti* deve furar-se à modernização – que entre outros benefícios elevará a sua auto-estima – face às oportunidades de melhorar o seu padrão de vida ou pelo menos o seu *status*?”



Figura 4 – Casas com paredes de alvenaria e cobertura de *macuti* (Fonte: Carrilho & Lage, 2011)

É que o património, visto na perspectiva vivencial e não utilitária, reside nas pessoas. E, como já foi referido anteriormente, é um processo cultural. Portanto, é intrínseco. Se assim é, válido é questionar se o habitante da casa coberta de *macuti* ter-se-á apropriado do património na perspetiva conceptual anteriormente exposta ou trata-se de um exercício sentenciado por disposição jurídica. Ou, por outra, se o processo de patrimonialização em alusão terá sido marcado pela expressão de vontade ou submissão à escolha. E, já agora, se os pretensos “detentores” do referido património estariam preparados para exercer a cidadania cultural de atribuição de valor(es) aos referidos bens.

Residirá aqui a diferença entre a paisagem cultural “propriamente dita” – que se pretende intrínseca – e a de escala superlativa, geralmente sob o signo *top-down*. É claro que isto remete à reflexão sobre a relevância, na gestão da paisagem – ou paisagem cultural –, de quem a integra e vivencia o património que dela é integrante, em oposição a quem, de forma exteriorocêntrica e até efémera, determina os seus usos. Usos exclusivamente externos e que fragmentam a paisagem, tendo como efeito a sua erosão e consequente disfuncionalidade.

Com efeito, enquanto conjunto, o património mais se constitui num activo, configurando paisagens. Pelo que, sendo o património um processo cultural – até

porque não constitui um referencial estático –, pressupondo ser objecto de produção e disseminação inclusivas do conhecimento, a sua relevância para a combinação espacial das políticas públicas passa por aceitar o seu carácter dinâmico, buscando de forma criteriosa a resignificação e não o “congelamento”, para que se torne matéria-prima e contributo para o ordenamento do território através da paisagem.

Este exercício de combinação das diferentes políticas públicas no espaço, vulgo ordenamento, devidamente municiado pela conceptualização harmonizada do património e pela inclusão dos seus “detentores” pode, por exemplo, evitar a declaração ou decretação do *capital natural* como *património natural* e sob o signo “culto à natureza” – que fragmenta o todo e relega a componente cultural para um plano secundário –, sendo exemplos disso as categorias: área de conservação e reserva mundial da biosfera.⁸

Nesta linha de pensamento, vale dizer que o problema da gestão do *património insular* dos casos em alusão não se reduz à estaticidade do território – que mesmo assim tem fronteiras flutuantes em contra-ponto com as administrativas, que não passam de abstracção –, mas ascende ao reconhecimento inteligente do carácter dinâmico da paisagem. Aspecto que deve merecer outra atenção nos instrumentos e processos de ordenamento e afins.

Considerações finais

Neste breve texto foram expostos aspectos julgados relevantes como contributo para a reflexão sobre o património em geral, com particular incidência no *património insular*, de que estão em destaque a Ilha de Moçambique e a Ilha do Ibo. Entre vários desafios, foram abordados três, a saber: a *conceptualização* do património,

⁸ O Parque Nacional das Quirimbas, que abrange o Arquipélago das Quirimbas, de que faz parte a Ilha do Ibo, em 2018 foi declarado Reserva Mundial da Biosfera. A declaração foi adotada na Trigésima Sessão do Conselho Coordenador do Programa “O Homem e a Biosfera”, ocorrida de 23 a 28 de Julho, na cidade Indonésia de Palembang (Mangue, 2018)

a *inclusão* dos actores a que o mesmo diz respeito e os *processos de patrimonialização*, que têm a jusante a gestão.

Fica a impressão de que muito preocupa a gestão, cujos resultados se mostram ainda bastante desafiantes, para o que medidas arrojadas têm sido ensaiadas a avaliar pelos investimentos realizados, mas também pela relevância política de determinadas medidas como a inscrição da Ilha de Moçambique na lista do património mundial e a declaração do Parque Nacional das Quirimbas como reserva mundial da biosfera, sendo que do Arquipélago das Quirimbas a Ilha do Ibo faz parte. Entretanto, a montante da gestão há problemas a resolver, que emergem como desafios, entre os quais os referidos no parágrafo anterior.

Os três desafios parecem potencialmente afirmar o *património marítimo*, em geral, e o *património insular*, em particular, como um ente-paisagem. Por conta disto, este património deve ser entendido além das dimensões imaterial e material que correspondem à dicotomia clássica e muito além das colecções e vestígios que estejam salvaguardados pelos museus e demais instituições canónicas do património.

Aliás, o património, nos termos em que o texto o discute, não é uma dimensão exógena, mas sim uma dimensão endógena e central das comunidades ilhoas. Por assim ser, não parece separável do meio que o sustenta, pelo que pensar o *capital natural* sem o equacionar pode levar à exacerbação e surrealismo da dimensão de um “culto à natureza”, quando a natureza, ainda que possa prescritivamente existir como categoria, na prática terá deixado de existir a partir do momento em que o Homem se tornou agente transformador.

Até porque o *património marítimo* é mais fluído do que a grande maioria dos patrimónios, estando em profundo questionamento porquanto as alterações climáticas, os riscos das zonas costeiras, o cenário catastrófico que se vive e um certo temor e ansiedade pelo futuro das zonas de interface constituem aspetos concretos de enorme relevância para a gestão dos territórios e das paisagens. Mas é válido afirmar – podendo ser conferido através dos inventários do património ou inquéritos às comunidades – que as populações costeiras sempre desenvolveram de forma resiliente modos de enfrentar as adversidades da “natureza”, resultando disto bens culturais assentes nas ciências e tecnologias por si desenvolvidas. E não são excepção as da Ilha de Moçambique e da Ilha do Ibo, com a particularidade

de tratar-se de um património partilhado, atestado, entre outros aspectos, pela miscigenação dos seus habitantes autóctones.

Uma questão que surge como pertinente é: enquanto activo paisagístico de valor excepcional, estaria o património das gentes do mar, ou das comunidades ilhoas em alusão, a merecer a devida ressignificação? Como foi referido no tópico 2, “recuperar” e “ressignificar” podem implicar pressupostos díspares, num contexto em que medidas ajustadas à realidade objectiva podem determinar a sustentabilidade do *património insular* em referência.

Como é sabido, em Moçambique, uma expressiva percentagem da população vive próximo da linha de costa – estimando-se em 40% aquela que habita os distritos costeiros, que são os de maior densidade populacional (Campos, 2019, p. 14) –, mas parte significativa ignora os fenómenos oceânicos ou tem uma grande sobrançeria face às culturas marítimas e às boas-práticas e normas de gestão costeira (Museu das Pescas, 2017, pp. 12-14). O que obriga à inclusão das comunidades marítimas nos processos patrimoniais e de gestão dos territórios e das paisagens, pressupondo isto uma clarificação conceptual da matéria em causa, devendo ser referido que se verifica uma descontinuidade na circulação intergeracional dos valores.

Sendo pertinente discutir “Ilha de Moçambique” e “Ibo”, estas considerações, finais para o presente texto, mas de continuidade para uma reflexão que até pode ser perene, remetem à reflexão profunda sobre o trinómio: paisagem-património-ordenamento.

Bibliografia

- Campos, Vitor (2019) (Coord.). *Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial. Relatório R.IV/01. Proposta Técnica Final de PNDT. Governo de Moçambique, Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural*, dezembro de 2019.
- Carrilho, Júlio (2005a). *Ibo, a Casa e o Tempo*. Maputo, FAPF.
- Carrilho, Júlio & Lage, Luís. (2011). "Do Ibo e da Ilha ao Maputo: Arquitecturas urbanas em Moçambique". In Fernandes, José, ed. 2011. *Africa, Arquitectura e urbanismo de matriz portuguesa: conferência internacional*, Universidade Autónoma de Lisboa, Janeiro de 2011. 1.ª Edição. Casal Cambra, Portugal: Caleidoscópio, 109-121.
- Carrilho, Júlio; Bruschi, Sandro; Meneses, Carlos & Lage, Luís (2004). *Traditional Informal Settlements in Mozambique: from Lichinga to Maputo*. ISBN: 4382/RLINLD/2004. Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo. Avenida Mártires da Machava, 181 – Maputo – Moçambique http://www.uem.mz/faculdade/fapf/stam/base_ced.htm
- Carvalho, Raquel & Marques, Teresa (2019). "A evolução do conceito de paisagem cultural". In *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, n.º 16 (março). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 81-98, [dx.doi.org/10.17127/got/2019.16.004](https://doi.org/10.17127/got/2019.16.004)
- Feddes, Fred M. (Ed.) (1999). *The Belvedere Memorandum: A policy document examining the relationship between cultural history and spatial planning*. Editor: Ministry of Education, Culture and Science. ISBN 9080621315, 9789080621312
- Hall, Stuart (1999). "Whose heritage? Un-settling 'the heritage', re-imagining the post-nation" *Third Text*, 13(49), 3-13. p. 5, Consultado a 27/09/2010, em: <http://dx.doi.org/10.1080/09528829908576818>
- Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação (2020). *Plano Curricular do Ensino Primário. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. Moçambique*. Maputo, 2020.
- Jones, Michael (2003). "The Concept of Cultural Landscape: Discourse and Narratives". In PALANG, Hannes & Fry, Gary (eds) (2003). *Landscape Interfaces: Cultural Heritage in Changing Landscapes*, 21-51. 10.1007/978-94-017-0189-1. Kluwer Academic Publishers.
- Mangue, Reginaldo (2018). "Parque Nacional das Quirimbas declarado Reserva Mundial da Biosfera". In CANALMOZ, edição de 28/07/2018. Maputo
- Meneses, Ulpiano (2009). "O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas". I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural:

Desafios, Estratégias e Experiências para uma Nova Gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol. 2, tomo 1. Brasília: IPHAN. Consultado a 09/05/2020, em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>.

Museu das Pescas (2017). *Plano de Desenvolvimento Institucional do Museus do Mar 2018-2027*. Moçambique, Maputo.

O'Donnell, Patricia M. (2004). *Learning from World Heritage: Lessons from International Preservation & Stewardship of Cultural & Ecological Landscapes of Global Significance, 7th US / ICOMOS International Symposium*, The George Wright Forum, 21(2), 41–61.

Rossa, Walter & Ribeiro, Margarida Calafate (2015). "Território e língua: os dois polos do património vivo". In *Rossa, Walter & Ribeiro, Margarida Calafate (eds.), Patrimónios de Influência Portuguesa: Modos de Olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Smith, Laurajane (2006). *Uses of heritage*. Routledge 270 Madison Avenue, New York, NY 10016.

Unesco (1992). "Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage – sixteenth session [online]". In: *Item 6 – Evaluation report on the implementation of the Convention*. Santa Fé, New Mexico, USA: World Heritage Committee, UNESCO. 1992. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf>

Unesco (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*. Versão Português PT.

Os imaginários do património: Uma incursão pela escrita baleeira nos Açores

Carmo Daun e Lorena¹

CRIA-NOVA FCSH/ IN2PAST

Introdução

Vinte anos passados sobre a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO (2003), importa reflectir, ainda, sobre o que está em causa quando falamos de um conceito tão disseminado e mobilizado como “património”. Embora seja um conceito polissémico e, por isso mesmo, de uso generalizado, é indiscutível que o património é algo que existe no presente, sendo uma herança do passado. Esses patrimónios que hoje existem podem apresentar mais ou menos similitudes com as configurações do passado, sendo esta semelhança com os modelos herdados muito variável e sempre cambiante. Não obstante, certos quadros referenciais são indispensáveis e tanto mais eficazes quanto mais

¹ Licenciada em Sociologia (2003) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, com mestrado em Antropologia Social e Cultural (2009) e doutoramento em Antropologia (2018) pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Investigadora contratada do CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia (NOVA FCSH) onde desenvolve o projecto de investigação *WHAlands – Whaling Heritage in the Atlantic islands: America, the Azores and Cape Verde entangled by the sea (19th-21st centuries)*.

enraizados ou perceptíveis, sobretudo se tiverem existência palpável e material (por exemplo, um edifício, um artefacto, um documento). Contudo, nem sempre o que concebemos como património permite estabelecer uma ligação imediata, de reprodução, restauração ou recordação, com esse passado, ou com o que habitualmente apelidamos de tradicional. E nem é isso que se pretende, pois, a continuidade que o património visa instituir é concretizada pela via da reconversão, da ressignificação e da selecção. Em bom rigor, patrimonializar é sempre recortar e seleccionar o passado, a tradição.

Sobre estas complexidades têm os estudos críticos do património oferecido várias problematizações, quer conceptuais, quer empíricas, que além de relevantes são úteis, mas de que não me vou ocupar neste texto. No entanto, convém estabelecer desde já, como premissa basilar do que se segue, que o património é sempre uma construção no presente – nos vários e sucessivos presentes – sobre o passado. Assim, o que hoje é património não o foi sempre, e para sê-lo hoje depende de uma relação, construída e mutável, com um tempo pretérito. Relação que, por sua vez, assenta tanto em materialidades e tangibilidades, como em representações e imaginários sobre esse passado.

O património baleeiro dos Açores é um caso interessante para sondarmos estas dinâmicas e dialécticas e ainda para reflectirmos sobre uma faceta aparentemente óbvia, mas ambivalente, e amiúde negligenciada nalguns processos de patrimonialização, a saber: a dimensão simultaneamente material e imaterial que o património documental e bibliográfico encerra, e que enforma e nos informa sobre o passado.

Mas antes, para contextualizar o assunto, convém apresentar um sumário histórico sobre a pesca da baleia nos Açores.²

² Seguindo a terminologia geralmente utilizada (quer localmente, quer na bibliografia geral sobre o tema), empregarei alternada e indiferenciadamente os termos *pesca* e *caça*, assim como *baleia* e *cachalote*, mas esclareço desde já diferenças fundamentais: baleias e cachalotes não são peixes, mas sim cetáceos, logo, mamíferos e, nesse sentido, bem como nas técnicas de captura aplicadas (com arpão e lança), entende-se que são caçados. Por outro lado, ainda que frequentemente chamado de baleia, o animal predominantemente caçado nos Açores era o cachalote, um cetáceo com dentes que possui um óleo especial no interior da cabeça, o espermacete (termo, aliás, também usado para designar o cachalote). Apesar de serem usados ambos os termos indistintamente, devo notar que a diferenciação entre baleia e cachalote surge assinalada desde meados do século XIX em vários textos.

Os arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde, estrategicamente localizados nos cruzamentos das rotas marítimas, serviram sempre enquanto portos de escala para embarcações oriundas de todo o mundo que aí ancoravam para aguada e recrutamento de tripulação. Estas presenças recorrentes influenciaram profundamente a vida dos ilhéus, em terra, no mar, e até do outro lado do Atlântico.

Entre os vários navios que paravam nas ilhas as barcas baleeiras americanas distinguiram-se entre as demais. Desde a segunda metade do século XVIII que marcavam presença nas águas açorianas, mas foi na centúria seguinte que a indústria baleeira americana se afirmou no comércio mundial e necessitou cada vez mais de mão-de-obra para satisfazer as suas necessidades. No século XIX, o óleo de baleias e cachalotes alumia e movia o mundo. Era um produto essencial, usado para iluminação pública e doméstica, sabão, ou como lubrificante nas mais variadas indústrias. Além dele, produtos como as barbas de baleia, serviam, pela sua resistência e flexibilidade, para a estrutura de espartilhos, saias, guarda-chuvas, chapéus. Outro material, raro e valioso, era o âmbar cinzento que alguns cachalotes acomodavam nos intestinos e que era utilizado na indústria da perfumaria.

Os navios americanos saíam dos portos da Nova Inglaterra e passavam cerca de três ou quatro anos no mar, atravessando os vários oceanos em busca desses animais marinhos e parando em certos pontos geográficos durante a longa viagem. Nos Açores, além de receberem frescos de qualidade e mão-de-obra barata, tinham ainda a vantagem de conseguir caçar boa quantidade de cachalotes, que abundavam naquelas águas. As embarcações americanas eram autênticas fábricas flutuantes que após descarregarem os barris de óleo nos portos, continuavam a viagem e a laboração, até à paragem seguinte.

Além dos muitos impactos que teve nas ilhas, a baleação norte-americana permitiu ainda a emigração para os Estados Unidos da América, encetando uma das correntes migratórias portuguesas mais expressivas e constantes, seja pelo seu quantitativo, seja pela sua longevidade. Todavia, alguns desses baleeiros açorianos regressaram ao arquipélago, trazendo com eles a experiência acumulada nessa faina marítima. A frequência destes navios nos portos insulares despertou entre os ilhéus a vontade de se lançarem na caça da baleia pelos seus próprios meios e a perícia técnica dos baleeiros regressados assegurou

a concretização dessa empreitada.³ Assim nasceu, ainda no século XIX, a baleação costeira no arquipélago.⁴

Numa fase inicial, a actividade baleeira era residual e rudimentar, mas com a sua progressiva industrialização, tudo mudou. Ela arranca, de forma mais ou menos organizada, nos finais do século XIX. A partir de meados de 1880 começam a constituir-se sociedades e companhias para a pesca da baleia, assim como estações de derretimento, em várias ilhas. Mas foi no século XX, na década de 1940, que a actividade ganhou outra pujança com a construção de fábricas nas ilhas do Faial, Pico, Flores e S. Miguel, que possibilitaram o aproveitamento integral dos cachalotes (além do óleo, extraído pelo derretimento da gordura da carne, e do espermacete, produziam ainda farinhas e rações a partir do processamento dos ossos). A baleação regional chegou a representar 40% das capturas mundiais, num pós-guerra que arrasou o sector noutros países, mas esta supremacia açoriana durou pouco e a indústria entrou em declínio na década de 1960. Contudo, e apesar de esta ser uma actividade predominantemente sazonal, sempre foi um complemento económico importante para os ilhéus. Havia anos melhores que outros, mas a pesca da baleia assumia sempre particular relevância nos meses de Verão, como mostram os jornais da época, que dão conta do número de cachalotes capturados e do número de barris de azeite em que se traduziam. Na realidade, a baleação era uma fonte de rendimento extra que colmatava faltas crónicas, e que envolvia, de uma forma ou de outra, toda a comunidade. Todos os homens, com a idade e compleição física adequada, e independentemente da sua ocupação profissional, abandonavam o seu posto de trabalho e acorriam aos botes assim que o foguete estalasse.⁵

³ Constitui um facto curioso terem sido os açorianos que impulsionaram a pesca costeira nos Estados Unidos, mormente na Califórnia, com a constituição de companhias a partir da década de 1850 (cf. Mayone Dias 1979:283-290).

⁴ Não ignorando, contudo, que o aproveitamento de baleias arrojadas à costa já se fazia muito antes. Entre os relatos açorianos mais recuados, encontramos o de Gaspar Frutuoso (1522-1591) na sua prestigiada obra *As Saudades da Terra* (1873, publicação póstuma), que descreve o arrojamento de baleias à costa na ilha de São Miguel. No que concerne ao início da actividade baleeira a partir da costa, as datas podem variar, mas é geralmente aceite que a primeira largada à baleia aconteceu em 1832 a partir do Faial (cf. Clarke 1954 e Mayone Dias 1979:257).

⁵ Aludo a uma das técnicas de sinalização quando se avistavam baleias no mar: os foguetes, as bandeiras e os sinais de fumo eram comuns.

Tendo em mente que, na sua origem, a baleação açoriana está intimamente relacionada com a baleação norte-americana,⁶ mas que há uma diferença considerável entre a baleação pelágica, de alto-mar, desenvolvida pela frota americana, e a baleação costeira ou litorânea, levada a cabo pelos açorianos a partir das suas ilhas, proponho então como moldura e pano de fundo esta última, com vista a explorar os imaginários baleeiros nos Açores. E sugiro que direccionemos o olhar para a forma escrita destes imaginários marítimos e, especificamente, para a sua figura principal: o baleeiro.

Note-se que estes imaginários e representações sociais locais apresentam paralelismos com o que se escreveu a respeito do açoriano na frota baleeira americana cujos navios tomavam “ahi a seu bordo pescadores açorianos, que são tidos como os mais destros na difícil e perigosa arte da pesca da baleia.” (Nogueira 1894:65). E já o grande clássico da literatura baleeira, *Moby Dick*, de Herman Melville, havia dado o mote: “Não se sabe porquê, mas é dos ilhéus que saem os melhores baleeiros” (Melville 2005[1851]:152).

Como veremos, a representação do baleeiro açoriano acompanha este imaginário colectivo e teve ampla expressão na escrita relativa à baleação costeira do arquipélago.

Escrever o mar baleeiro: imprensa, literatura e estudos científicos

Começamos pela imprensa, folheando alguns jornais açorianos. Sendo que a baleação costeira arranca nos Açores ainda no século XIX, isso aponta, desde logo, para uma coexistência da caça americana com a dos ilhéus. As grandes barcas norte-americanas lançavam também os seus botes quando estacionavam ao largo das ilhas, e, como é compreensível, essa coexistência no mar não era propriamente harmoniosa, dada a óbvia concorrência, havendo mesmo apelos para que os americanos não se apropriassem das capturas dos baleeiros locais. Foi o que aconteceu

⁶ A profundidade dessa relação, bem como os seus vários desdobramentos sociais e culturais, ao longo de mais de um século e com efeitos que persistem até aos dias de hoje, não será aqui objecto da minha atenção. Todavia, essa história abrangente e complexa merece desenvolvimento, tal como proponho no projecto de investigação *WHAlands – Whaling Heritage in the Atlantic islands: America, the Azores and Cape Verde entangled by the sea (19th-21st centuries)*, financiado pela FCT (DOI: 10.54499/2022.08152. CEECIND/CP1758/CT0002) e desenvolvido no CRIA-NOVA FCSH.

em Maio de 1868, após um arpoamento que não chegou a bom termo. Um jornal faialense serviu de mensageiro da reclamação: “Como n’estes mares na presente estação concorrem muitas balieiras americanas é possível que o peixe vá parar às mãos de alguma d’ellas; reclama, todavia, o pobre arraes José Pedro a parte a que tem direito, ganha pela sua perícia e coragem”.⁷

Catorze anos depois, os baleeiros americanos ainda rondavam e *O Diário dos Açores* transcreve do jornal *O Atlântico* o seguinte excerto sobre um episódio nas águas do Pico:

N’esta pesca, que é sempre um acto de coragem, para não dizermos temeridade, deram-se algumas peripécias que são realmente frequentes, mas que também mostram a coragem e perícia dos nossos balieiros. (...) [a canoa] dirigida por um marítimo experimentado, o célebre Anselmo, foi a que mais se lhe aproximou mettendo-lhe um ferro, à vista e muito perto dos marinheiros americanos, que não ficaram satisfeitos, tratando de espantar o peixe.⁸

Alem da imprensa, para estes imaginários do mar baleeiro, contribuiu, e muito, a literatura. As narrativas sobre a vida baleeira no arquipélago são muitas e diversificadas, mas quase todas veiculam as mesmas representações de aventura e bravura, consubstanciadas na figura do baleeiro.⁹ Mas convém sublinhar que a imprensa é também um meio de comunicação de obras literárias, dos folhetins à poesia, passando pela divulgação de livros dados à estampa. É, aliás, a imprensa que viabiliza a publicação daquela que é considerada a primeira peça literária baleeira. Trata-se de um poema da autoria de Miguel Street de Arriaga (1828-1894), escrito em 1855 e publicado no semanário *O Fayalense* dois anos mais tarde:

Oh! Que importa, se a balea
Feroz o barco espedaça,
Se do baleeiro à sorte
O prazer junto s’enlaça!¹⁰

⁷ “Noticiário – Reclamação”, *O Atlântico* N.º 48, 21 de Maio de 1868, p. 3.

⁸ “Ilha do Pico”, *O Novo Diário dos Açores* N.º 164, 16 a 18 de Julho de 1882.

⁹ Não obstante, Manuel Greaves conta uma breve história (talvez real, talvez ficcionada) acerca dos irmãos Tiagos da ilha de S. Jorge que, contrariando todas as outras histórias que normalmente se encontram, seriam “baleeiros temerosos” (cf. Greaves, 1958: 93-94, obra póstuma).

¹⁰ “Poesia – O Canto do Baleeiro”, *O Fayalense* N.º 21, 19 de Agosto de 1857, p. 163.

Este pequeno excerto de um longo poema permite salientar duas constantes no imaginário marítimo baleeiro: o perigo e o prazer, aspectos que examinarei mais à frente.

No campo literário, e no que a edições encadernadas diz respeito, os autores das ilhas forneceram também abundante matéria-prima para perscrutar os imaginários literários baleeiros. Da fina flor da intelectualidade açoriana¹¹ – com particular destaque para José Dias de Melo (1925-2008)¹² – a outros vultos nacionais como Raul Brandão (1867-1930), foram muitos os autores que descreveram pela sua pena a vida baleeira, em terra e no mar.¹³ As descrições variam de autor para autor, em extensão, enfoque e detalhe. Umas mais curtas, outras assaz pormenorizadas, umas mais impressionistas, outras mais realistas, o certo é que estas narrativas veiculam representações acerca do mar, das ilhas, dos baleeiros – assim como acerca de aspectos estruturantes, indissociáveis da baleação, como sejam as condições de vida nas ilhas ou a emigração – que, ao longo do tempo, têm construído um quadro referencial determinante para aquilo que hoje se sabe e se imagina sobre esse passado. Estas narrativas são produto e produtoras de um imaginário baleeiro, que hoje sustenta o património baleeiro. Com a classificação de “imaginário”, não pretendo transmitir a ideia que se trate de uma construção enganadora ou artificial, mas não podemos desconsiderar que na Literatura, como na História, há silêncios e omissões, tal como há escolhas e recorrências. Isso é particularmente evidente na primazia que se deu a descrições da caça propriamente dita, com enorme detalhe técnico e imagético do que se passava no mar com botes, baleias e baleeiros. A literatura pinta, assim, um quadro de grandes dimensões e cores vivas. Nessas telas, sobressaem as ideias de bravura e heroicidade do baleeiro açoriano, o que

¹¹ Como sejam Ernesto Rebelo (1842-1890), Florêncio Terra (1858-1941), Rodrigo Guerra (1861-1924), Marcelino Lima (1868-1961), Francisco Nunes da Rosa (1871-1946), Manuel Greaves (1878-1956), Manuel Dionísio (1886-1954), Vitorino Nemésio (1901-1978), Ermelindo Ávila (1915-2018), Manuel Ferreira (1916-2012) ou Pedro da Silveira (1922-2003).

¹² Dias de Melo foi o autor açoriano que mais se debruçou sobre a baleação nas suas obras. A pesca da baleia inspirou-o primeiramente na poesia, com o livro *Toadas do Mar e da Terra* (1954) e depois em contos e romances: *Mar Rubro* (1958), *Pedras Negras* (1964), *Mar pela proa* (1976). Mas escreveu também textos ensaísticos como *Vida vivida em terras de baleeiros* (1983), sem esquecer a obra de grande fôlego, em seis volumes, *Na Memória das Gentes* (1985-1991).

¹³ Para uma sùmula das mais relevantes, veja-se Bettencourt (1993).

não significa que as situações descritas sejam leves ou auspiciosas, pelo contrário.¹⁴ As histórias e episódios baleeiros no mar são de intempéries, desastres, perigos, angústia, sofrimento, morte, mas, no final, e justamente por tudo isso, a glória surge destacada. A coragem e a valentia emergem de vivências difíceis e hostis, não de cenários brandos e dóceis.

E do mesmo modo que a literatura espelhava a vida local e quotidiana, a imprensa relatava essa mesma vida diária, feita de ameaças e aflições:

Um rapaz da ilha do Pico tinha clandestinamente embarcado n'uma baleeira e adoeceu; o capitão não quiz ou não poute conservá-lo a bordo e mandou que o deitassem em terra.

Em um dos dias da semana finda, a canoa conduziu o doente à costa do Pico perto do Pocinho, e como o mar estivesse mau (...) deitaram ao mar o doente, que deveu a sua salvação a alguém que poute acudir-lhe a tempo.

Seria bem conveniente que se indagasse o que ha n'isto de verdade, pelo menos para desengano dos credulos que tão facilmente abandonam o lar domestico.¹⁵

Nesta notícia está subentendida uma tentativa de dissuasão da emigração clandestina, já que ao expor os perigos e vicissitudes que a aventura marítima implicava, passava-se um sentimento de temor e, conseqüentemente, de obediência aos regulamentos oficiais. Se, ao invés, o foco estivesse num rapaz que ousara enfrentar o mar desconhecido numa canoa baleeira cujo destino final fosse um qualquer varadouro insular, os perigos não seriam ocultados, mas a sua acção seria encorajada, até porque esse enaltecimento da figura do baleeiro, tal como a ideia de uma espécie de vocação baleeira, recua a meados do século XIX.

¹⁴ Na verdade, a descrição de desastres e mortes no mar abundam na literatura. Veja-se, por exemplo, esta pungente descrição do início do século XX (republicada 80 anos depois, in Afonso 1983): Lima, Marcellino. 1903. "A pesca da baleia", *Álbum Açoriano*, N.º 66, pp. 531-535. Disponível aqui: http://www.culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/ALBUMACORIANO-1903/ALBUMACORIANO-1903_item1/index.html?page=689

¹⁵ "Noticiário – Será verdade?", *O Atlântico* N.º 16, 10 de Outubro de 1867, p. 4.

É, portanto, a combinação de elementos negativos e positivos que gera uma representação cultural verossímil com que açorianos e não açorianos facilmente se podem identificar. E nesse imaginário baleeiro sobressaem as ideias de aventura e bravura, ainda que esta não fosse exclusiva do baleeiro açoriano, mas sim da caça à baleia no geral (cf. Vermette 1984: 36 e 39). O que é certo é que estas representações estavam bem enraizadas nas ilhas, eram imaginários partilhados, até porque foram recorrentemente disseminadas ao longo dos tempos, seja pela literatura, pela imprensa, pelas histórias contadas de pais para filhos.

Os homens que se lançavam ao mar em pequenos botes enfrentavam, assim, dois gigantes de uma só vez: o mar e o cachalote. Sobre os baleeiros, o faialense Florêncio Terra (1858-1941) não poupou nas palavras quando escreveu um ensaio sobre a caça à baleia nos Açores:

Nessa faina arriscada e rude, nessa escola de trabalhos, de incertezas e de perigos (...) mas também escola de energias, de coragem e de valor, temperando carácteres de aço; aí se formaram os bravos balieiros açorianos que adquiriram larga fama, justificada em feitos de perícia inexcelsível, de ousadia, e em tantos casos de verdadeira heroicidade (Terra 1958 [1932]:195).

Uma vez mais, é da dificuldade que nasce a coragem e o heroísmo, e assim se formam carácteres especiais. Outras publicações periódicas da época acompanhavam esta tendência discursiva e reforçavam esse imaginário marítimo baleeiro:

Por vezes, o mar apresenta-se agitado, o tempo sombrio e chuvoso, mas, intrépidos, eles lá vão, mar em fora, na luta pela vida, em busca da valiosa presa. Quantas vezes voltam sem consegui-lo após tantas horas de incerteza e de perigo! Porém, a esperança não abandona nunca o homem do mar ainda mesmo no auge da maior tormenta e se grande foi a desilusão, maior será a ansia pela primeira aventura.¹⁶

Em 1945, o jornal micalense *Açores* dava um destaque inusual ao tema e apresentava na primeira página, com letra aumentada, uma afirmação categórica: “A pesca do cachalote nos Açores a par de nos oferecer os mais elevados índices económicos da indústria nacional, oferece-nos, simultaneamente, as mais belas imagens de quanto são reais

¹⁶ S. de B., “A pesca da baleia nos Açores”, *Insula* N.º 22-24, Outubro a Dezembro de 1933, p. 21.

o valor e a coragem dos honrados pescadores das ilhas”, e prosseguindo com os epítetos de “ousados” e “bravos” marinheiros, e ainda com a descrição dos perigos que a faina acarretava, remata: “são tristes factos que, longe de atemorizar os nossos lobos do mar, mais lhes acicata a ânsia de voltar – e de vencer! Denodada, heróica gente!”¹⁷

Não podemos ignorar o contexto político e ideológico destas afirmações. Em pleno Estado Novo, as odes marítimas nacionais adquiriam também feições regionais. O seguinte poema consegue a proeza de condensar nalguns versos todo um léxico de ousadia, valentia, coragem, audácia e heroísmo:

Quem é que vejo além tão destemido
Num batel, a sulcar a maresia,
Temerário a lutar com ousadia
Sem se amedrontar com nenhum perigo?!
(...)
Caminhando sem medo nem da morte,
Nem da vaga impiedosa, rija e forte,
Qual corajoso e ousado aventureiro?!

É o herói valoroso deste oceano,
Um valente e arrojado açoriano,
Finalmente, o audacioso *Baleeiro*.¹⁸

Embora servisse exemplarmente os interesses nacionalistas, este imaginário baleeiro já vinha de trás e permaneceu constante e inabalável até aos nossos dias. Importa ainda reter que os perigos são repetidamente mencionados pois são eles que fortalecem a ideia de valentia. Até a morte pode ser transformada em glória. O diálogo seguinte é esclarecedor:

Quando a baleia se mete no coração à gente...
– Eia! Que grande coração é preciso ter!
– E é mesmo, sim senhor! Quanto mais tormentos um home passa, mais o perigo o enfeiça. Olhe vomecê o caso do Garajau...

¹⁷ V. P., “A pesca do cachalote nos Açores”, *Açores* N.º 161, 12 de Agosto de 1945, p. 1.

¹⁸ José Carlos, “O Baleeiro”, *Almanaque dos Açores* 1954, p. 55 [escrito nas Lajes do Pico em 1953]. Itálico no original.

- Esse viu a morte!
- Pois viu, mas inté a morte teve medo dele e nã no quis ainda desta.
- (...)
- Ouvi que tinha sido um verdadeiro herói...
- Quais herói nem qual nada! Fez o que sentia lá por dentro... o que a gente sentimos todos, afinal, que é esta a vontade da gente inté à morte. Ou ela, ou eu! (João Ilhéu in Afonso 1983:39)

Está aqui presente uma ideia de ânimo interior, um feitiço, que impele o bravo baleeiro à sua acção gloriosa. Esta vocação, imbuída no coração, é o escudo contra a morte. Perigo e prazer, combinados na dose certa, são elementos indispensáveis dessa epopeia marítima e da escrita dos imaginários baleeiros.

E a imprensa, que foi meio de comunicação noticioso e literário, transmitia e corroborava essas representações, numa sobreposição de valências que sempre a caracterizou. Quando o primeiro livro de Dias de Melo foi dado à estampa, Silva Peixoto escreveu num jornal faialense:

Mas de todos os poemas destaco a “Canção do Baleeiro”, tema só até agora explorado por Marcelino Lima numa novela e por M. Greaves em “Aventuras de Baleeiros”, mas que faltava a voz de um poeta para lhe dar altura e beleza. (...) [neste poema] se cantam os homens que têm engrandecido a batalha heroica do mar açoreano em luta com seus gigantes, descendentes daqueles ousados marinheiros que sulcaram os mares polares na dura faina da vida que escolheram, vida que é de aventura, incubada no seu sangue ao longo de gerações. Não que o homem do Pico tenha necessidade de correr esta aventura, nem a da própria emigração.¹⁹

Esta ideia poderosa de que o ilhéu tem a bravura e a baleação no sangue e que esta é uma herança que passa de geração em geração não é incomum e perdura nos nossos dias. João Ilhéu, pseudónimo de Frederico Augusto Lopes da Silva Jr. (1896-1979), ao referir-se a um picoense que embarcou clandestino numa baleeira americana, não podia ser mais assertivo: “Era ainda um rapazola imberbe, mas já lhe ferviam no sangue aqueles anseios de aventura que de ancestrs provinham e em sucessivas gerações se vão perpetuando.” (João Ilhéu in Afonso 1983: 36).

¹⁹ “«Toadas do mar e da terra» – um livro açoreano”, *Correio da Horta*, 6 de Julho de 1954, p. 1.

Mesmo quando o assunto era outro, os baleeiros eram referidos e destacados como o ícone da valentia dos marítimos. Numa entrevista ao Capitão do Porto de Ponta Delgada, Comandante Newton da Fonseca, este prestava homenagem aos

pescadores e marítimos desta ilha, que, como bons insulares, têm uma grande vocação para a vida do mar. É principalmente na pesca dos cetáceos que as suas qualidades marítimas e de coragem se manifestam, pois quem conhece a pesca da baleia sabe bem o arrôjo e decisão necessários para atacar, numa pequena baleeira, um animal de tão grandes dimensões.²⁰

Porém, e para lá destas representações sociais sobre o herói baleeiro, a literatura também transmite, nas entrelinhas, outros valores e concepções sobre o mundo e as suas assimetrias. Ainda que enaltecendo o ilhéu picaroto, em 1910, por exemplo, já se encontra um texto que vai um pouco mais além das descrições mais restritas, ora vívidas, ora contemplativas, do universo baleeiro. O também picoense Rodrigo Guerra (1861-1924) escreve: “vêmol-o – e aqui é que eu desejo evidenciar a sua psychologia de marinheiro – à caça da baleia, desprendido do perigo que o cerca”.²¹ Mas Guerra desenvolve o seu argumento e avança para uma elaboração sociológica acerca dessa propensão. Vale a pena transcrever a análise do autor:

Em terra ficaram as mães, as mulheres e os filhos d’esses homens, possuídos todos da fé e da resignação com que os pobres costumam encarar o que para os ricos é o perigo ou a temeridade.

A sahida para a baleia é para elles um divertimento – um divertimento que pode terminar por uma desgraça, que tem terminado muitas vezes por uma desgraça, mas que elles esquecem facilmente, na mira do que podem ganhar.

É a morte a dois passos. E com que alegre desprendimento elles vão para ella, Deus meu! Não lhes conheço hora mais alegre do que a de “baleia à vista”.²²

²⁰ “Os serviços de socorros a náufragos em Ponta Delgada”, *Açores* N.º 132, 10 de Julho de 1945, p. 4.

²¹ Rodrigo Guerra, “A caçada à baleia nos Açores”, *Ilustração Portuguesa* N.º 210, 28 de Fevereiro de 1910, p. 269.

²² *Ibidem*, p. 270.

Aqui, a “vocalção” é substituída por “divertimento” e “desprendimento”, mas o sentido subjacente é o mesmo. A essa vocalção, que consegue debelar a morte, junta-se a necessidade de subsistência. A faina baleeira não era coisa de ricos e aos pobres restava a fé e a resignação. Esta é uma boa chave interpretativa para examinar não apenas o passado baleeiro, mas também a sua permanência e relevância, hoje em dia, nas ilhas açorianas. E com isto, auscultar melhor as dinâmicas de estilização e embelezamento do património.

Para compreender os imaginários baleeiros e os seus significados simbólicos, devemos então atentar nos contextos sociais onde eles fermentam. Para lá do sentido mais imediato que se pode extrair das fontes escritas, os textos falam-nos também de ordens sociais do passado que devem ser tomadas em linha de conta quando mobilizamos esse passado, ou quando fazemos dele património. Os discursos devem ser situados no seu devido tempo e contexto e não é porque a escrita é romanceada ou ficcionada que deixa de ser realista. O escritor micalense Manuel Ferreira apresentou bem as estratificações sociais que caracterizavam o meio insular:

A história de sempre, a eterna intrujice. Uns, de pé descalço e calos nas mãos, arreavam os botes, trabalhavam na baleia, arriscavam o coiro e a vida, a toda a hora. Outros, a pé enxuto e de mãos limpas, comiam os torresmos e empanturravam-se com os lucros da baleação, a chupar os tutanos à pobreza – os grandessíssimos safardanas, sempre com desculpas e escusas, na ponta da língua. (Ferreira 1990:31)

Como esta passagem tão bem demonstra, a literatura pode ter um pendor etnográfico. Da literatura à etnografia, as obras povoadas e animadas por baleias e baleeiros multiplicam-se. A etnografia local acarinhou também a temática baleeira, e não cabendo aqui uma resenha exaustiva desses trabalhos, importa referir que todos se pautam pelo tom celebratório com que descrevem a vida marítima regional.²³ Como veremos já de seguida, houve também vários estudiosos estrangeiros que olharam para a baleação açoriana, tendo sido determinantes para reforçar o orgulho interno e projectar o imaginário baleeiro para fora dos limites do arquipélago. Mas antes, valerá a pena destacar o discurso que o eminente etnógrafo Leite de Vasconcelos proferiu na Academia das Ciências de Lisboa a 17 de Maio de 1925,

²³ Outros textos há que nos contam as histórias que os baleeiros contavam das suas aventuras pelo mundo (cf. Greaves 1958 e Lemos 1963).

feito na sequência da sua estadia de um mês nos Açores no ano anterior. O título não podia, aliás, ser mais elucidativo: *Mês de Sonho*. Publicado no ano seguinte, nele são também descritos os homens da baleia: “É no Pico que há maior número de barcos de pesca de baleia, embora, segundo alguém me informou, os Jorgenses sejam os mais peritos nesta arte, entre todos os insulares” (Leite de Vasconcelos, 1926:65). Independentemente da controvérsia que esta afirmação poderá ter gerado entre os ilhéus, o que é significativo é a presença incontornável da actividade baleeira e a sua percepção como algo especial, como arte.

Também a literatura de viagens oitocentista é rica em testemunhos sobre as ilhas açorianas. Mesmo se nos cingirmos aos relatos que mencionaram a caça da baleia, constatamos que o espanto era tal que deu origem a descrições, também elas, elogiosas do povo português – ou açoriano – tanta era a admiração que a actividade baleeira suscitava. No entanto, convém ressaltar que os relatos externos nem sempre foram abonatórios, designadamente entre a tripulação dos navios baleeiros americanos,²⁴ ainda que as opiniões divergissem bastante (cf. Mayone Dias 1979, Vermette 1984). Neste texto, não irei deter-me nesse exercício comparativo – quer entre juízos positivos e negativos, quer entre narrativas de viagem em sentido lato e narrativas de viagem baleeiras –, mas esse cotejamento também é útil para perceber as diferentes motivações em jogo e os elementos que resistiram à voragem do tempo. Por agora, fiquemo-nos pelas exposições lisonjeiras de quem via de fora, de fora do meio regional e de fora do meio baleeiro. O fascínio por esta actividade surpreendente aos olhos externos levou, inclusive, a missões de pesquisa por parte de observadores estrangeiros.²⁵ Não que fossem inexistentes os estudos nacionais.

²⁴ Um exemplo possível, entre muitos outros, é aquele que encontramos no diário de bordo do navio *Arethusa* que saiu de Nantucket fazendo a primeira escala nos Açores. Quando ancorado no Faial, escrevia-se: “Several Portuguese boats came alongside, of the most clumsy and primitive construction imaginable, characteristic of a people who are a couple of centuries behind the times.” (Macy 1877:50).

²⁵ Entre os mais afamados está a descrição do Príncipe Albert I do Mónaco quando assistiu pela primeira vez à pesca de um cachalote em 1895, ao largo da Terceira. Esse testemunho foi publicado alguns anos depois: Príncipe do Mónaco. 1903. “A morte d’um cachalote”, *Álbum Açoriano* N.º 27, pp. 209-213. Disponível em: http://www.culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/ALBUMACORIANO-1903/ALBUMACORIANO-1903_item1/index.html?page=286

Entre 1885 e 1915 o Príncipe Albert I comandou 29 campanhas oceanográficas, 13 das quais no mar dos Açores (embora tivesse já visitado o arquipélago anos antes, em 1879). Nas ilhas, manteve relações com várias personalidades, mas a de maior relevo, científico e pessoal, foi com Francisco Afonso Chaves (1857-1926). Ainda a propósito da representação científica do cachalote, veja-se a análise de Reis (2017) sobre as fotografias de Francisco Afonso Chaves.

Em 1907, os leitores lisboetas podiam ler um texto de cunho tecnocientífico onde se mencionava que “Modernamente, a caça ao cachalote é exercida quasi só pelos próprios açorianos (...) mas não deixa de realizar-se em uma escala importante, existindo ainda nas diversas ilhas perto de cem canôas baleeiras.”²⁶ Mas o facto de a baleação açoriana ter suscitado, décadas mais tarde, interesse internacional é uma dimensão muito importante da construção e enraizamento destes imaginários colectivos.

Como vimos, durante o período da II Guerra Mundial, enquanto a actividade baleeira global decrescia, a açoriana verificava um incremento. Os índices económicos da baleação regional davam nas vistas, mas o que prendeu verdadeiramente a atenção exterior foi um outro imaginário – de tradição, arcaísmo e isolamento – que convergia na perfeição com o imaginário baleeiro açoriano. As gentes dos Açores, em pleno século XX, ainda caçavam baleias de forma artesanal e rudimentar, em pequenos botes de boca aberta e munidos de arpão e lança. Foi este “primitivismo” (técnico, mas também cultural porque envolto numa ideia de lugar isolado e intocado) que atraiu às ilhas vários estrangeiros, desde o final da década de 1940 (Clarke 1954) até aos anos de 1960 (Scheer e Cymbron 2015,²⁷ VENABLES 1968, Housby 1971) e 1970 (Wolf 2019 [1972]).²⁸ O biólogo britânico Robert Clarke, que chegou aos Açores em 1949, e cujo trabalho é obra de referência até hoje,²⁹ escreveu:

²⁶ “A pesca da baleia nos Açores”, *Ilustração Portuguesa* N.º 56, 18 de Março de 1907, p. 297. De referir que o texto não vem assinado, mas é dada a informação de que as fotografias que o ilustram foram captadas por Francisco Afonso Chaves (1857-1926).

²⁷ De referir que Ulrich Scheer foi aos Açores no Verão de 1964 numa missão científica enquanto biólogo e resolveu prolongar a sua estadia, a expensas próprias, para estar com os baleeiros, tendo passado com eles três semanas nas Capelas, S. Miguel. Esta vontade de conhecer os baleeiros açorianos foi impulsionada pela viagem do seu pai onze anos antes, em 1953.

²⁸ Não obstante estes terem ido aos Açores com esse propósito traçado, outros houve que não ficaram indiferentes à actividade baleeira nas ilhas. Por exemplo, a escritora francesa Claude Dervenn (1898-1978) visitou os Açores em 1954 e referiu a um jornal faialense que tivera “a sorte de assistir a uma pesca de baleia” (Cf. “Mme. Claude Dervenn fala da sua visita aos Açores”, *Correio da Horta*, 28 de Setembro de 1954, p. 1). No ano seguinte, era publicado o seu guia ilustrado *Les Açores*, cujo primeiro capítulo dá o mote: “L’archipel enchanté”. Embora refira de passagem aspectos ligados à vida baleeira nos capítulos dedicados a S. Miguel, Graciosa e Pico, foi no Faial que assistiu à caça e sobre ela escreveu: “L’homme met à triompher toute la force physique, l’instinct de la chasse, le sens de la mer, qui en font le plus hardi marin du monde” (Dervenn 1955:145).

²⁹ E foi aplaudida desde a sua publicação original. O Tenente-Coronel José Agostinho dava conta, na imprensa local, do “notável trabalho” de Robert Clarke (Cf. “Baleagem nos Açores”, *Correio da Horta*, 14 de Abril de 1954, p. 1).

(...) it is too much to expect that an anachronism like this survival can continue indefinitely in an age whose mechanizing trend is everywhere withdrawing and protecting men from direct and manual conflict with the natural hazards of their environment. It is encouraging to know that in the North Atlantic men can still be found who have the courage and resolution, physical strenght and endurance which open boat whaling demands. (Clarke 1954:286)

Como ressalta, a adjectivação do investigador britânico não era muito diferente daquela usada por cá. Mas Clarke cunha uma expressão que marca para sempre a narrativa local e acentua o perfil único e especial da baleação açoriana. Na década de 1950, quando um pouco por todo o mundo se assistia a uma mudança de paradigma (ao nível do conservacionismo ecológico e da preservação dos recursos marinhos) e a uma viragem de página na indústria baleeira mundial (que há muito fazia uso de inovações tecnológicas), Clarke denominou a actividade baleeira açoriana de *indústria-reliquia*, tal era o anacronismo e o desfasamento que existia entre a baleação internacional e a as técnicas de pesca nos botes de boca aberta no mar dos Açores. Ora, esta qualificação remete para uma ideia de tradição, arcaísmo e *sobrevivência* (usando novamente um termo de Clarke) que muitos destes estrangeiros procuravam resgatar.

Outro contributo significativo foi o de Mário Ruspoli que esteve nos Açores nos anos de 1950 e não só publicou um livro, como realizou um filme sobre o tema.³⁰ A obra escrita, entre a literatura ficcionada e o relato etnográfico, é, a uma só vez, um livro de histórias e de História da baleação mundial. Mas o enredo regional é determinante, tanto para o autor, como para o leitor, sobretudo se este for açoriano. Todas estas narrativas, escritas e audiovisuais, não só intensificaram os imaginários locais, como alimentam hoje as representações que sustentam a narrativa patrimonial.

Embora na sua origem esteja a baleação americana, e apesar da relação de interdependência entre ambas durante mais de um século, a baleação açoriana assumiu uma especificidade local muito própria. Como vimos, foi por intermédio dos baleeiros açorianos anteriormente tripulantes da frota baleeira americana que a baleação

³⁰ Encontramos também na imprensa a nota desse trabalho (Cf. "As filmagens do príncipe Mário Ruspoli, pela autoridade de quem as dirige, serão um valioso documentário sobre a pesca da baleia nos Açores", *Correio da Horta*, 9 de Junho de 1956, p.1 e p.4). A respeito da produção fílmica e literária de Ruspoli sobre os Açores, veja-se Henriques (2013).

costeira começou a implementar-se no arquipélago. Inicialmente, os botes e respectiva palamenta vinham da Nova Inglaterra, mas, no final do século XIX, os ilhéus açorianos autonomizaram-se. É consensualmente aceite que em 1894, Francisco José Machado, apelidado de Mestre Experiente, construiu o primeiro bote baleeiro açoriano, na ilha do Pico.³¹ Não obstante, a imprensa periódica regional pode revelar-se uma fonte útil para sondar estas certezas. No início desse mesmo ano, o jornal faialense *O Telegrapho* dava conta que: “Vimos hontem um bote baleeiro construído pelo habil artista calafate Sr. Manoel José de Bem Junior, o qual na nossa opinião, é o mais bonito que se tem feito n’esta ilha”.³² Mas foi o nome do Mestre Experiente que ficou para a posteridade enquanto autor do “bote açoriano” e também ele figura entre os protagonistas do passado e do património baleeiro. Não foi, porém, somente o bote de boca aberta que persistiu e que testemunha a influência norte-americana na baleação dos Açores. Outros elementos anglo-americanos atravessaram o Atlântico. Desde logo, a gíria e quase todo o vocabulário baleeiro.³³

E se os imaginários baleeiros existiam e eram produzidos e reproduzidos por escrito nas ilhas, também é verdade que se propagaram por outras latitudes. E ainda relativamente a produções cinematográficas, é interessante notar que o alcance da imprensa é amplo e pode transcender o arquipélago. O jornal *Diário de Notícias* de New Bedford noticiava, em 1969, a rodagem de um filme no Faial por uma equipa da NBC. A película *A baleia de José Escobar* contaria a história de um adolescente da Horta que teimava em ser baleeiro.³⁴

Era nas ilhas, todavia, que se registava uma maior intensidade destes imaginários baleeiros. Até nas alturas mais inesperadas, eles emergiam. Em 1946, é anunciado num jornal de Angra do Heroísmo um novo filme de Walt Disney, *Make Mine Music*,

³¹ Embora, em rigor, tal “bote açoriano” não exista, dadas as características e variações da construção naval de ilha para ilha. No entanto, houve de facto uma adaptação do bote *yankee* às condições arquipelágicas, tornando-o também mais ergonómico e com espaço para um sétimo tripulante. Sobre o Mestre Experiente e outras personalidades da baleação açoriana, veja-se Lemos (1963 e 1964).

³² “Notícias Locaes”, *O Telegrapho* N.º 137, 19 de Fevereiro de 1894, p. 2.

³³ Cf. Clarke 1954, Bruemmer 1960, Dias de Melo 1983, Ferreira 1990. E ainda a obra pioneira de José Machado de Serpa (1987, publicação póstuma) que contém uma secção sobre vocabulário baleeiro. Embora essa indicação não conste no livro, parte do conteúdo fora publicado num jornal faialense (Cf. “A fala das nossas gentes – Vocabulário baleeiro”, *Correio da Horta*, 17 de Janeiro de 1946, p. 1).

³⁴ Cf. “Pequenas notícias de Portugal – História verídica”, *Diário de Notícias* N.º 15610, 22 de Setembro de 1969, p. 4.

cuja última secção versa sobre o cachalote Willie que tinha o sonho de cantar na ópera. Mesmo sendo este um enredo criado nos Estados Unidos, outrora uma potência baleeira mundial, nos Açores, leu-se aqui uma inspiração regional: “uma autêntica baleia copiada dos Açores”³⁵.

E apesar de intangíveis, são todos estes imaginários baleeiros, passíveis de serem captados porque ganharam forma escrita, que sustentam o processo de patrimonialização que ocorre nos Açores há mais de vinte e cinco anos.

Reflexões finais: património documental e arquivístico

Como vimos, no século XIX, a baleação açoriana desponta numa conjuntura internacional que faz do arquipélago não apenas um ponto de passagem, mas um viveiro de transformações sociais e culturais, que se prolongam pelo século XX, quando a baleação ganha uma autonomia e especificidade próprias na região. Contudo, com a moratória internacional e o fim da caça à baleia em vários países do mundo, a actividade baleeira entra na sua derradeira agonia, e em 1987 é caçado o último cachalote no mar dos Açores.

A partir de então, a baleação foi paulatinamente convertida em património, ganhando inclusive enquadramento jurídico em 1998. Antes de avançarmos, vejamos como é conceptualizado o património baleeiro nos Açores segundo o decreto que o oficializou:

A actividade da caça à baleia marcou de forma indelével o carácter e o modo de estar de muitos açorianos, introduzindo novas técnicas e novos termos e abrindo os horizontes das ilhas para o continente norte-americano, factor determinante no nascimento da diáspora açoriana nos EUA e Canadá.

³⁵ “*Make Mine Music*: a última maravilha de Walt Disney inclui uma baleia açoreana que queria cantar no ‘Metropolitano’ de Nova Iorque”, *Diário Insular* N.º 118, 14 de Julho de 1946, p. 2.

Com o seu termo, ditado por factores económicos e ambientais, ficou um valioso património de saberes, ao qual está associado um não menos valioso património constituído pelas embarcações baleeiras e a sua palamenta e pelos edifícios e maquinaria que em terra deram corpo às actividades ligadas à baleação. Esse património corre o risco de se perder se não forem tomadas as medidas necessárias à manutenção e à revitalização do seu uso, agora não para a caça à baleia, mas para fins culturais, desportivos, de educação ambiental, lazer e turismo.³⁶

Embora o documento contemple o acervo documental, foi dada prioridade aos restantes formatos elencados: “os imóveis e as infra-estruturas”, “os móveis, as maquinarias, os veículos, os equipamentos”, “as embarcações baleeiras e respectiva palamenta”. Nesta senda, foram realizados vários trabalhos de levantamento e inventariação.³⁷ Anos mais tarde, em 2014, foi elaborada a primeira alteração ao referido decreto. Nela, fazia-se a seguinte apreciação:

A atividade baleeira, praticada artesanalmente nos Açores ao longo de mais de um século, deixou marcas bem vincadas no imaginário coletivo de muitas localidades açorianas. A baleação transformou-se, assim, numa atividade-memória, celebrada e explicada nos museus, e o cachalote renasceu como objeto de culto e consumo visual, emblema da identidade dos Açores.³⁸

Este trecho não podia resumir melhor a situação contemporânea do património baleeiro açoriano, sendo igualmente claro quanto à perduração de imaginários.

No entanto, e embora as representações e imaginários de que se deram aqui algumas amostras marquem o tom da narrativa patrimonial associada à tradição baleeira, a maioria destes materiais têm sido secundarizados neste processo de patrimonialização. Nos Açores, o património baleeiro tem sido encarado sobretudo na sua expressão material, tanto numa dimensão móvel (botes, palamentas,

³⁶ Decreto Legislativo Regional n.º13/98/A – Diário da República, 1.ª série, N.º 178, 4 de Agosto de 1998, p. 3742.

³⁷ Nomeadamente o IPBIA – Inventário do Património Baleeiro Imóvel dos Açores, que inclui 186 objectos, que vão desde casas de botes e varadouros, a fábricas, vigias e locais arqueológicos.

³⁸ Decreto Legislativo Regional n.º13/14/A – Diário da República, 1.ª série, N.º 141, 24 de Julho de 2014, p. 3943.

máquinas e utensílios) quanto imóvel (fábricas, vigias). Mas a par de artefactos e edifícios, existe também um património imaterial baleeiro – não obstante esta divisão entre património material e imaterial faça cada vez menos sentido como, aliás, as formas escritas do imaginário baleeiro tão bem demonstram. E há ainda todo um acervo documental que deve ser igualmente considerado e preservado, e esse património arquivístico é também parte e testemunho do passado baleeiro açoriano.

O património é uma construção, o que não significa que seja um logro. É uma construção social, que se faz e refaz consoante as crenças e valores dos diferentes tempos históricos e é, também, uma construção de imaginários colectivos.

Como vimos, a literatura e a imprensa constituíram meios de produção e transmissão do imaginário baleeiro, mas a esse património escrito deve acrescentar-se um património arquivístico que tem sido bastante negligenciado. A importância dos acervos documentais deve ser reconhecida pois só assim poderá esse manancial de informação ser preservado e valorizado. Esse património arquivístico é vasto e diversificado, incluindo documentação escrita e visual, quer institucional, quer de particulares. Urge uma inventariação desses acervos documentais, que deve ser feita de forma articulada entre os vários arquivos, bibliotecas, museus, associações e espólios privados dispersos pelas nove ilhas do arquipélago, mas também além-fronteiras. Aos acervos documentais existentes em Portugal continental, somam-se ainda colecções valiosíssimas à guarda de arquivos norte-americanos, nomeadamente na região da Nova Inglaterra.³⁹ Seria desejável que todas essas pesquisas e inventariações se combinassem para um melhor e mais abrangente entendimento dessa história marítima, nacional e internacional. E neste longo mas promissor caminho que está por trilhar, devem ser incluídas outras fontes e integrados outros trabalhos já realizados.⁴⁰ Os benefícios serão muitos e o património baleeiro açoriano só terá a ganhar.

³⁹ O terceirense João Afonso (1923-2014) chamou várias vezes a atenção para essas colecções (1983, 1987). Antes e depois dele, alguns investigadores divulgaram fragmentos desses fundos, mas o volume de documentação é tal que há ainda muito por conhecer.

⁴⁰ Refiro-me, em concreto, ao Arquivo de Memórias da Baleação, um extraordinário projecto desenvolvido por Francisco Henriques e Luís Bicudo, que coligiu mais de 100 entrevistas a antigos baleeiros (Henriques 2016).

Em pleno século XXI, continuamos a assistir às reconfigurações que o processo de patrimonialização acarreta e que tende, amiúde, a simplificar processos históricos e culturais mais recuados e complexos. Tende ainda a centrar-se num património musealizado, onde predomina uma apresentação objectificada desse património, que é também imaterial e intangível. De fora tem ficado não só um vasto material bibliográfico e documental, mas principalmente uma articulação de todos estes elementos com vista a contar uma história mais circunstanciada que permita alargar e aprofundar o imaginário baleeiro açoriano.

Ainda assim, é possível aceder, mesmo que parcialmente, a esse passado baleeiro e há várias vias possíveis. Nos Açores, existem estruturas museológicas muito interessantes que cumprem a sua função: o Museu dos Baleeiros e o Museu da Indústria Baleeira, na ilha do Pico; a Fábrica da Baleia de Porto Pim, na ilha do Faial; e a Fábrica da Baleia do Boqueirão, na ilha das Flores.⁴¹ Mas o património baleeiro açoriano também se reconfigura fora de portas (e até no mar, designadamente com o *whale watching*), assumindo grande centralidade no arquipélago e sendo mobilizado tanto para consumo interno, como externo, tanto ao nível dos sentimentos de pertença, como na promoção turística, funcionando enquanto dispositivo de projecção internacional do arquipélago, mas sobretudo de afirmação identitária e coesão regional.

O património, como conceito plástico que é, abrange muitas dimensões. Como sabemos, é susceptível de ser incluído no património – e deve sê-lo também no património baleeiro – tudo quanto ganha vida na poesia, na música, na religião, no artesanato, ou na tradição oral (do cancioneiro⁴² aos adágios, passando pela influência lexical). Aliás, o património baleeiro é indissociável de outras tradições e patrimónios, mesmo que hoje ganhem novas formas e roupagens. É o caso das regatas de botes baleeiros que adquiriram recentemente um enorme dinamismo

⁴¹ Apesar de residual, há ainda uma presença baleeira açoriana no Continente. Relativamente ao Museu da Marinha em Lisboa, veja-se Cardoso 2016.

⁴² Vejam-se as estrofes com referência à temática baleeira (Ribeiro 1940:140 e Andrade 1964: 437, 445 e 450-451).

e são inspiradas nas do passado,⁴³ mas também das procissões, como a de Nossa Senhora de Lurdes, no Pico, e de Santa Ana, no Faial, que outrora se celebravam com a devoção e apoio dos baleeiros.⁴⁴ Também por aqui se vê que a imprensa tem ainda o proveito de permitir um exercício comparativo, nomeadamente no que se refere ao declínio, manutenção ou alteração de certas tradições. O património arquivístico é também um património a explorar.

As representações culturais, onde se incluem os imaginários marítimos, não são fixas e imutáveis. E há várias instâncias onde se operam essas transformações. O património é uma delas, e cada vez mais influente. Uma coisa é, porém, indiscutível: o património só existe por referência ao passado. Mas o que aparece e desaparece quando emerge o património? E como repensar e ultrapassar a falsa dicotomia material/imaterial? Pode o património documental abrir caminho para a necessária articulação entre património tangível e intangível? Como espero ter demonstrado, é evidente que sim. É inegável que há ainda vários desafios pela frente, mas à semelhança dos baleeiros destemidos e aventureiros, também nós nos devemos lançar nas águas revoltas do património.

⁴³ Veja-se, por exemplo duas notícias referentes à ilha de S. Miguel: "Já está elaborado o programa do 'Dia do Náufrago' que se realiza a 12 do corrente", *Açores* N.º 152, 2 de Agosto de 1945, p. 3, programa esse que continha "regatas de canoas baleeiras entre barcos de pesca dos bairros piscatórios da Calheta e Santa Clara" e também "O 'Dia do Náufrago'", *A Ilha* N.º 697, 11 de Agosto de 1945, p. 1 e p. 3, que descrevia a corrida de 4 canoas baleeiras tripuladas pelos pescadores da União das Armações Baleeiras de S. Miguel.

⁴⁴ Como se pode confirmar através da imprensa local. Veja-se, por exemplo, sobre a ilha do Faial, "No Capelo – Festa de Santa Ana", *Correio da Horta*, 29 de Agosto de 1942, p. 1, que relata que os andores da procissão foram conduzidos pelos baleeiros e as varas do pálio pelos oficiais da Companhia baleeira: "O brilhantismo desta festa deve-se à Companhia Baleeira do Capelo que desde anos vem contribuindo com as despesas para o seu esplendor, tendo tomado para sua protectora, nas árduas lides do mar, a gloriosa Sta. Ana". Ver ainda, para o caso da ilha de S. Jorge, "Na vila do Topo", *Diário Insular* N.º 151, 23 de Agosto de 1946, p.2, em que o correspondente nessa ilha relata que "Os marítimos do nosso porto escolheram para padroeiros: N. S. da Ajuda e Santo António (...). No porto, para onde a procissão se dirigiu, tudo estava magnífico; mastros com bandeiras, embarcações de pesca e da baleia tudo enfeitado e embandeirado, flores por todos os lados."

Bibliografia

- Afonso, João, Ed. (1983). *À pesca da baleia. 4 Contos Baleeiros Açores-Cabo Verde*. Lajes do Pico: Museu dos Baleeiros.
- _____. (1987). "Baleação pelos Açores na dinâmica atlântica desde o século XVIII", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* XLV(Tomo II):1275-1299.
- Andrade, Júlio. (1964). "Cancioneiro da ilha do Faial", *Boletim do Núcleo Cultural da Horta* 3(3):415-452.
- Bettencourt, Urbano. (1993). "Baleias, botes & baleeiros lançados nas linhas do texto", *Gávea-Brown – A Bilingual Journal of Portuguese-North American Letters and Studies* XII-XIV:5-16.
- Bruemmer, Fred. (1960). "Survival of American whaling terms in the Azores", *American Speech* 35(1):20-23.
- Cardoso, Fernando José Correia. (2016). "A presença da 'actividade baleeira' dos Açores no Museu de Marinha (Lisboa)", *Boletim do Núcleo Cultural da Horta* (25):191-206.
- Clarke, Robert. (1954). "Open Boat Whaling in the Azores. The history and present methods of a relic industry", *Discovery Reports* XXVI:281-354.
- Dervenn, Claude. (1955). *Les Açores*. Paris: Horizons de France.
- Dias de Melo, José. (1983). *Vida vivida em terras de baleeiros (1876-1983)*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional de Educação e Cultura.
- Ferreira, Manuel. (1990). "O Morro e o Gigante" In *O Morro e o Gigante*. Ponta Delgada: EGA – Empresa Gráfica Açoreana, pp. 21-59.
- Greaves, Manuel. (1958). *Outras Histórias que ouvi*. Horta: Edição da família do autor.
- Henriques, Francisco Maia. (2013). "A 'Tourada do Mar': a baleação açoriana observada por Mário Ruspoli e Chris Marker", *Atlântida – Revista de Cultura* LVIII:206-226.
- _____. 2016). "O Arquivo de Memórias da Baleação e o património baleeiro. Resultados de um projecto de História Oral", *Atlântida – Revista de Cultura* LXI:159-164.
- Housby, Trevor. (1971). *The Hand of God. Whaling in the Azores*. London; New York; Toronto: Abelard-Schuman.
- Leite de Vasconcelos, José. (1926). *Mês de Sonho. Conspecto de Etnografia Açórica*. Lisboa: Of. Museu Comercial de Lisboa.
- Lemos, Alberto Pereira de. (1963). "Gente da Terra e do Mar", *Boletim do Núcleo Cultural da Horta* 3(2):165-213.

- _____. (1964). "Gente da Terra e do Mar", *Boletim do Núcleo Cultural da Horta* 3(3):487-553.
- Machado de Serpa, José. (1987) [publicação póstuma]. *A fala das nossas gentes*. Ponta Delgada: Brumarte.
- Macy, William Hussey. (1877). *There She Blows! Or the Log of the Arethusa*. Boston: Lee & Shepard.
- Mayone Dias, Eduardo. (1979). "Baleeiros Portugueses na América", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* (35):233-293.
- Melville, Herman. (2005). *Moby Dick*. Lisboa: Relógio d'Água. [1851].
- Nogueira, J. V. Paula. (1894). *As Ilhas de S. Miguel e Terceira*. Lisboa: Administração do "Portugal Agrícola".
- Reis, Victor dos. (2017). "As primeiras "fotografias científicas" de um cachalote (1890). Francisco Afonso Chaves e a inexatidão da imagem", *RCL – Revista de Comunicação e Linguagens* (47):157-172.
- Ribeiro, Luís da Silva. (1940). "O mar no cancioneiro popular dos Açores", *Açoreana – Revista de Estudos Açoreanos/Boletim da Sociedade Afonso Chaves* II(III):135-151.
- Ruspoli, Mário. (1960). *À pesca do cachalote*. Lisboa: A. M. Teixeira. [1955]
- Scheer, Ulrich, e Albano Cymbron. (2015). *Whaling in São Miguel, Azores. Memories and images of a bygone era*. Ponta Delgada: COINGRA – Companhia Gráfica dos Açores Lda.
- Terra, Florêncio. (1958). "A caça à baleia nos Açores", *Boletim do Núcleo Cultural da Horta* 1(3):193-210. [1932]
- Venables, Bernard. (2010). *Baleia! Os Baleeiros dos Açores*. Horta: Peter Café Sport. [1968]
- Vermette, Mary Theresa Silvia. (1984). "Whaling Literature" In *The Image of the Azorean: portrayals in nineteenth and early-twentieth century writings*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, pp. 35-51.

Entre a terapia e o lazer: representações do ir à praia e do turismo balnear marítimo em Portugal (c.1780 – c.1930)

*Pedro Martins*¹

IHC – NOVA FCSH e IN2PAST

A prática balnear marítima ou, se quisermos, o ir à praia, constitui deste há algumas décadas um dos principais hábitos associados ao lazer, às férias e ao veraneio de milhões de pessoas em Portugal, sejam elas portuguesas ou estrangeiras. Um inquérito realizado pela DECO PROteste em 2021 revelava que 40% dos portugueses preferiam as zonas costeiras do país para passar as suas férias (Carvalho e Amorim, 2021). Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 2022, o litoral concentrou 83,7% do total das dormidas em estabelecimentos turísticos no território nacional, tendo regiões como o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa um peso maior neste campo (Instituto Nacional de Estatística, 2023: 54-56). Nas 15 opções disponíveis na secção “O que fazer?” no site “Visit Portugal” é possível encontrarmos expressões como “Sol e Mar”, “Surfing” e “Turismo Náutico” (Turismo

¹ Pedro Martins é investigador integrado do Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa / IN2PAST – Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território, onde trabalha como gestor editorial. É também membro do Conselho Editorial da revista *Práticas da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*.

de Portugal, 2013). Estes dados ajudam a perceber a relevância do turismo balnear marítimo na economia, na sociedade e na cultura portuguesas.

Apesar deste impacto, têm sido poucos os estudos que se têm debruçado sobre a história das representações deste fenómeno. Apesar do seu cariz meramente descritivo e das suas limitações ao nível metodológico, a obra de Sérgio Palma Brito *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo* (2003) é, ainda assim, a mais abrangente do ponto de vista geográfico (Brito 2003). Na senda do trabalho pioneiro do historiador francês Alain Corbin (1988), Joana Gaspar de Freitas examinou as transformações na forma como a orla costeira portuguesa foi sendo olhada desde a época moderna até ao alvor da contemporaneidade, tendo um especial enfoque na região do Algarve (Freitas 2007 e 2010). No campo da história social, a obra de Helena Machado *A construção social da praia* reflete sobre as formas de construção de um “processo civilizacional” da prática balnear no contexto nacional entre o final do século XVIII e o início do XX (Machado, 1996). Já no que toca às representações da praia como objeto turístico, os estudos de Maria José Aurindo e Raphael Costa abordam as transformações verificadas na década de 1950, no contexto do regime do Estado Novo (Aurindo, 2006; Costa, 2013). Na minha tese de mestrado abordei parcialmente este tema, tomando como estudo de caso as praias da Costa da Caparica entre as décadas de 1930 e 1960 (Martins, 2011). Faltam, porém, estudos mais abrangentes em torno das representações da prática balnear marítima em Portugal.

Este artigo pretende ser uma aproximação a este tema, tendo como objeto de enfoque o período entre o final do século XVIII – altura em que surgem as primeiras descrições da prática sistemática de banhos de mar em contexto português – e a década de 1930 – quando um novo paradigma de praia, dominado pela representação do sol e do lazer, se começa a tornar predominante. O texto incidirá sobre dois temas principais:

- as motivações terapêuticas e lúdicas na prática balnear marítima;
- as implicações geográficas, económicas, sociais e culturais desta prática.

A informação recolhida e analisada foi retirada sobretudo de quatro tipos de fontes: estudos científicos, literatura memorialística e de viagens, imprensa e brochuras turísticas. No final do artigo, far-se-á um balanço sobre o tema e pistas sobre futuras investigações.

O historiador francês Alain Corbin descreveu a orla costeira nas épocas medieval e moderna como o “território do vazio” – um espaço olhado com desinteresse, aversão e medo, pouco propício à agricultura e suscetível a perigos reais (tempestades, subidas de maré, cheias, naufrágios, ataques de piratas) ou imaginários (monstros e criaturas como o célebre “Adamastor”) (Corbin 1988). No caso português, embora os chamados “descobrimientos” tenham contribuído para debelar algumas das lendas, as lendas em torno do “Mar Tenebroso” persistiram na cultura popular até à contemporaneidade. A relação da maioria da população com o mar e os espaços limítrofes era marcada pelo desconhecido, pelo mistério e pela religiosidade, como se pode verificar na prática dos “banhos santos” desde o final da Idade Média em lugares como São Bartolomeu do Mar (Esposende) (Brito, 2003, I: 241-242). Até ao século XIX, as zonas costeiras – incluindo as praias – eram entendidas sobretudo como áreas largamente inóspitas, onde apenas a classe dos pescadores, à falta de outras formas de sustento, exercia a sua atividade económica (Freitas, 2007: 106-109).

A chamada “Revolução Científica” e as descobertas em torno dos benefícios do usufruto da água do mar, verificadas no Reino Unido sobretudo a partir do século XVIII e depois vulgarizadas pelo resto da Europa, contribuíram para transformar as perceções sobre o espaço costeiro. Em 1753, o médico português Jacob de Castro Sarmiento publicou em Londres a sua obra dedicada aos benefícios terapêuticos das águas termais das Caldas da Rainha, que incluía também “o novo methodo de fazer uzo da agoa do mar” (Sarmiento, 1753). Neste estudo, considerado pioneiro no campo da hidroterapia marítima no contexto português, o banho de mar frio era apontado como a cura para várias enfermidades (Brito, 2003, I: 237). Este trabalho não teve, porém, um impacto imediato na forma como a costa ou as zonas de praia do território nacional eram entendidas. As primeiras referências à prática regular de banhos, datadas do último quartel do século XVIII, descrevem esta atividade em tom muito sumário ou jocoso, havendo um aparente menosprezo pelas suas supostas virtudes terapêuticas. Locais como Caxias e a Junqueira, então nos limites da cidade de Lisboa, são já destacados pela sua procura de banhistas, oriundos de diversas classes sociais (*Gazeta de Lisboa*, 1783; Mata, 1786; *Gazeta de Lisboa*, 1791). Apenas nas décadas de 1810 e 1820 se podem encontrar os primeiros trabalhos publicados em Portugal em torno dos benefícios do banho marítimo. Nestas obras, é possível encontrarmos já um maior rigor médico no que toca à prescrição desta prática, com recomendações variadas segundo a constituição física da pessoa, bem como a assunção de que os banhos de mar constituíam já uma

significativa forma de socialização ou uma fonte de prazer (Tavares, 1810: 32-33; Franco, 1814: 73-77; M. J. M. C. L. S. C. J. V. A. R. S. L., 1821). O sociólogo canadiano Rob Shields descreve esta fase de constituição da praia do ponto de vista social, e que vai do início até meados do século XIX, como a “praia medicalizada” (Shields, 1991: 110).

Na literatura de memórias e de viagens é possível encontrarmos descrições relativamente detalhadas da prática do banho marítimo e dos espaços balneares em Portugal durante o século XIX. Lisboa e as suas praias limítrofes encontram-se entre os locais mais mencionados. Nas suas memórias, o 7.º Marquês de Fronteira José Trasmundo Mascarenhas Barreto conta como, na sua infância, a sua família se deslocava para São José de Ribamar (hoje Algés) e Pedrouços para ir “aos banhos de mar”, a conselho médico (Barreto, 1928: 19 e 150-151). Em 1800, o pastor sueco Carl Israel Ruders escrevia:

Durante estes tempos de calor tomam-se banhos de mar com frequência. Às 4 e 5 horas da manhã, uma grande quantidade de gente dirige-se, em botes, para um sítio chamado a Junqueira, onde há uma praia em declive suave.

No Verão, todos esses botes, a remos, são cobertos e em três lados providos de cortinas. As damas fecham também o quarto lado enquanto se despem ou se vestem, porque é nos botes que elas se preparam para o banho, durante o qual, homens e mulheres conversam muito naturalmente!

Os homens usam apenas ceroulas; as mulheres, essas, trazem um vestido de banho, dum tecido muito leve, mas não transparente, atado ao pescoço e caído até aos calcanhares.

Estes vestidos são perfeitamente correctos, e é justo que eu, aqui de passagem, exprima o meu respeito e a minha admiração pela modéstia do belo sexo deste país (Ruders, 2002, I: 121).

Uma descrição e uma representação visual semelhante da prática do banho com recurso a botes na zona da Junqueira é feita na obra *Sketches of Portuguese Life, manners, costume, and character*, publicada em Londres em 1826. Na mesma obra, o banho era descrito como uma solução para a aparente falta de higiene apontada aos portugueses (A. P. D. G., 1826: 63-67).



Figura 1 – “Bathing in the Tagus”, A. P. D. G., *Sketches of Portuguese Life, manners, costume, and character: illustrated by twenty coloured plates* (Londres: R. Gilbert, 1826). Disponível em: <http://purl.pt/14638>, consultado em 25 de novembro de 2023.

Durante o século XIX, o olhar dos viajantes estrangeiros sobre as práticas balneares e as condições de habitabilidade das vilas costeiras portuguesas era bastante variável. Autores como o clérigo William Morgan Kinsey, elogiavam a qualidade de lugares como a Figueira da Foz, descrevendo os banhos nesta praia como “excelentes” (Kinsey, 1828: 401). Outros viajantes, como o oficial prussiano Felix Lichnowsky ou a escritora francesa Marie-Lætitia Bonaparte-Wyse, mais conhecida como Maria Rattazzi, lamentavam-se pela falta de “conforto” e “comodidades” de locais como a Foz do Douro ou Cascais (Lichnowsky, 1845: 160; Rattazzi, 1882: 46).

A crítica à falta de condições para a prática do banho de mar nas praias portuguesas pontua também vários artigos de imprensa escritos por autores nacionais durante o século XIX. Num texto publicado no semanário ilustrado *Archivo Pittresco* em 1865 a propósito da Foz do Douro, o historiador e arqueólogo Inácio de Vilhena Barbosa lamentava que, apesar da afluência de banhistas durante os meses de setembro e outubro, “ainda até hoje se não se tenham empreendido trabalhos para melhoramento d’aquella praia, de modo que podesse offerecer banhos em melhores condições de segurança e commodidade” (Barbosa 1865: 310).

A partir do período da chamada “Regeneração”, a prática do banho de mar consolidou-se como uma atividade terapêutica e de lazer fortemente associada

a determinados grupos sociais. Na literatura de então, surgem descrições vívidas do dia-a-dia de diversas localidades situadas à beira-mar, onde anualmente confluíam variados membros da aristocracia e da burguesia do país. No seu romance *Tristeza à beira-mar*, publicado em 1866, por exemplo, o então jovem Manuel Pinheiro Chagas descreve como “a flor da elegancia lisbonense” se deslocava para as praias da Ericeira durante a estação de banhos, aí usufruindo de atividades como “bailes, *soirées*; (...) caçadas, passeios no mar” (Chagas, 1866: 190). A praia era frequentemente descrita como um espaço de “civilização” (Machado 1996, 41-45) e de distinção social. Em 1906, o então jovem historiador e arqueólogo António Mesquita de Figueiredo, num artigo publicado na revista *Ilustração Portuguesa*, descrevia como a maioria das pessoas na Figueira da Foz tomavam banho de mar mais por “snobismo” que por “necessidade” (Figueiredo, 1906: 149).

No entanto, a obra mais rica no que toca à representação das práticas de sociabilidade nas praias portuguesas neste período é sem dúvida *As praias de Portugal* (1876) de Ramalho Ortigão. Neste livro, o autor enfatiza o cunho marcadamente elitista de certas localidades durante a época de banhos. Cascais, por exemplo, é associada à aristocracia e à corte, em virtude das estadias do rei D. Luís na cidadela desta localidade (Ortigão, 1876: 81-82). Outros locais, como Pedrouços ou a Figueira da Foz, são associados a determinados grupos socioprofissionais como os burocratas de Lisboa ou o universo académico de Coimbra (Ortigão, 1876: 41, 105-106). Já no caso de praias como a Póvoa de Varzim, o escritor enfatiza a sua diversidade social, que ia “desde o mendigo legendário (...) até o poderoso commendador brasileiro” (Ortigão, 1876: 49). Apesar do aparente carácter interclassista de várias localidades balneares, Ortigão faz questão de salientar também a sua segregação social. Referindo-se a Espinho, por exemplo, o escritor descreve como estratos da nobreza e da burguesia que conviviam nesta localidade na época de banhos possuíam os seus próprios círculos de lazer, cultura e socialização: “Cada uma d’essas tribus tem a sua organização especial, com os seus competentes personagens em rivalidade com os das tribus adjacentes e limítrofes” (Ortigão, 1876: 91-92).

A aparente sazonalidade na forma como os grupos sociais se deslocavam para as praias portuguesas de então surge também nos escritos de vários autores. Ortigão e o escritor portuense Alberto Pimentel dividiam os banhistas que frequentavam a Figueira da Foz e a Foz do Douro em dois grandes conjuntos. O primeiro englobava as classes médias e altas urbanas – “as famílias de Coimbra

e algumas de Lisboa” (Ortigão, 1876: 107), “gente do Porto, famílias ricas, titulares, empregados publicos, etc.” (Pimentel, 1893: 245-246) – que aí permaneciam durante os meses do verão. O segundo incluía as classes rurais, “lavradores da Beira” (Ortigão, 1876: 107), “gente de Cima-do-Douro, lavradores ricos, proprietários, pessoas abastadas, sem exclusão de gente menor, os feitores, os caseiros, os remediados e até os pobres” (Pimentel, 1893: 246), que chegavam apenas depois de terminadas as colheitas. No seu *Almanach da Praia da Figueira para 1878-1879*, o escritor e jornalista Alfredo de Amorim Pessoa referia que o último grupo social a frequentar esta praia durante o ano chegava apenas em outubro, sendo denominado pelos seus congéneres burgueses como “banhistas de alforge” pelo facto de trazer o seu farnel para a praia (Pessoa, 1878: 204). Um artigo publicado na *Gazeta da Figueira* a 20 de setembro de 1905 referia como para este tipo de banhista “os banhos de mar são uma necessidade e quase sempre representam um sacrifício” (C. B., 1905c).

De facto, a representação da “praia medicalizada” continua a surgir frequentemente na imprensa e literatura até bem dentro do século XX. Instruções e conselhos sobre o usufruto do ar marítimo e a imersão no mar, com variantes segundo a idade, o sexo, a condição física ou as enfermidades do banhista, eram comuns, como se pode observar em vários artigos de imprensa, almanaques e monografias publicados durante o século XIX (“Banhos”, 1837: 140-142; Pessoa, 1879, 270-272; Ortigão, 1876: 115-127, 131-140; Sequeira, 1889: 28-31). A ida à praia e sobretudo o banho de mar frio eram apresentados como meios privilegiados de melhorar a saúde pessoal e a higiene pública e de combater a alegada degenerescência racial dos portugueses (Hasse, 1999: 316-317). Como refere Ramalho Ortigão:

As mães de família podem n’este caso prestar á humanidade, á civilização, ao futuro, o mais relevante serviço. Este serviço consiste em robustecerem os seus filhos.

O banho de mar é de certo para esse fim um poderoso agente. Michelet esperava do mar a revivescência, a regeneração humana. Em Portugal todos os médicos aconselham sabiamente o mar a todas as pobres creanças portuguezas, tão descoradas, tão abatidas, tão debilitadas. (Ortigão, 1876: 132).

Já em pleno século XX, o sol começa a ser apresentado como um elemento terapêutico, à semelhança do ar e da água do mar. Sobretudo a partir da década de 1930, diversos guias turísticos destacam a importância do sol em praias como

as da Costa da Caparica (*A praia da Costa (Caparica)*, 1930: 20). Um artigo publicado em 1935 no jornal da Figueira da Foz *Diário da Praia*, por exemplo, afirmava: “Todas as virtudes do banho de sol, são ainda mais acentuadas, se a sua prática se realiza á beira-mar” (“O banho de sol”, 1935: 1-2).

Apesar da vulgarização das alegadas virtudes terapêuticas do usufruto da praia, estas foram inicialmente recebidas com um certo grau de ceticismo. Uma das personagens dum folheto de cordel anónimo datado de 1825 precisamente intitulado *Os banhos do mar* considerava esta prática nefasta para a saúde, sendo recomendada por médicos pouco escrupulosos em busca de novos clientes (*Os banhos do mar*, 1825: 8). Também no campo científico o banho de mar suscitava dúvidas. Num artigo publicado no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa* em 1849, o médico Manuel Joaquim Moreira Coutinho alertava para os excessos provocados por aquilo que ele designava como uma “mania”, muitas vezes sancionada pelos próprios terapeutas (Coutinho, 1849: 51). As preocupações com a alegada prática imoderada dos banhos de mar chegaram a ser mencionadas num edital do Conselho de Saúde Pública do Reino datado de 20 de agosto de 1856 (Moacho, 1856: 1271).

As preocupações terapêuticas relativas ao usufruto do ar e da água marítimos eram frequentemente dirigidas ao sexo feminino, descrito quase sempre como mais frágil e sensível que o masculino. O referido artigo publicado em *O Panorama*, por exemplo, aconselhava as mulheres a não tomarem banho frio durante a gravidez ou mesmo quente uns dias antes ou durante a menstruação (“Banhos”, 1837: 141). Umas décadas depois, na sua obra *Á beira-mar*, o naturalista e jornalista Eduardo Sequeira criticava o facto de os homens usufruírem de uma série de atividades ao ar livre após o banho de mar, enquanto as mulheres passavam “o tempo em casa, nas mesmas occupaões *ménagères* da cidade sem uma única distracção, sem fazerem o menor passeio, nem procurarem reconfortar o depauperado organismo aspirando á beira dagua as fortemente salutaes brisas maritimas” (Sequeira, 1889: 14). Já no século XX, um artigo publicado na revista *Ilustração Portuguesa*, no qual constam várias fotografias de Joshua Benoliel, afirmava, a propósito da praia de Algés: “Todas as manhãs, lusco-fusco, os carros vão pejados de senhoras, de creanças, vindas de todos os pontos da cidade a procurarem no mar o retempero para os seus corpos esgotados e enfraquecidos pela vida citadina depressora e esgotante” (“Na praia d’Álges”, 1912: 428).

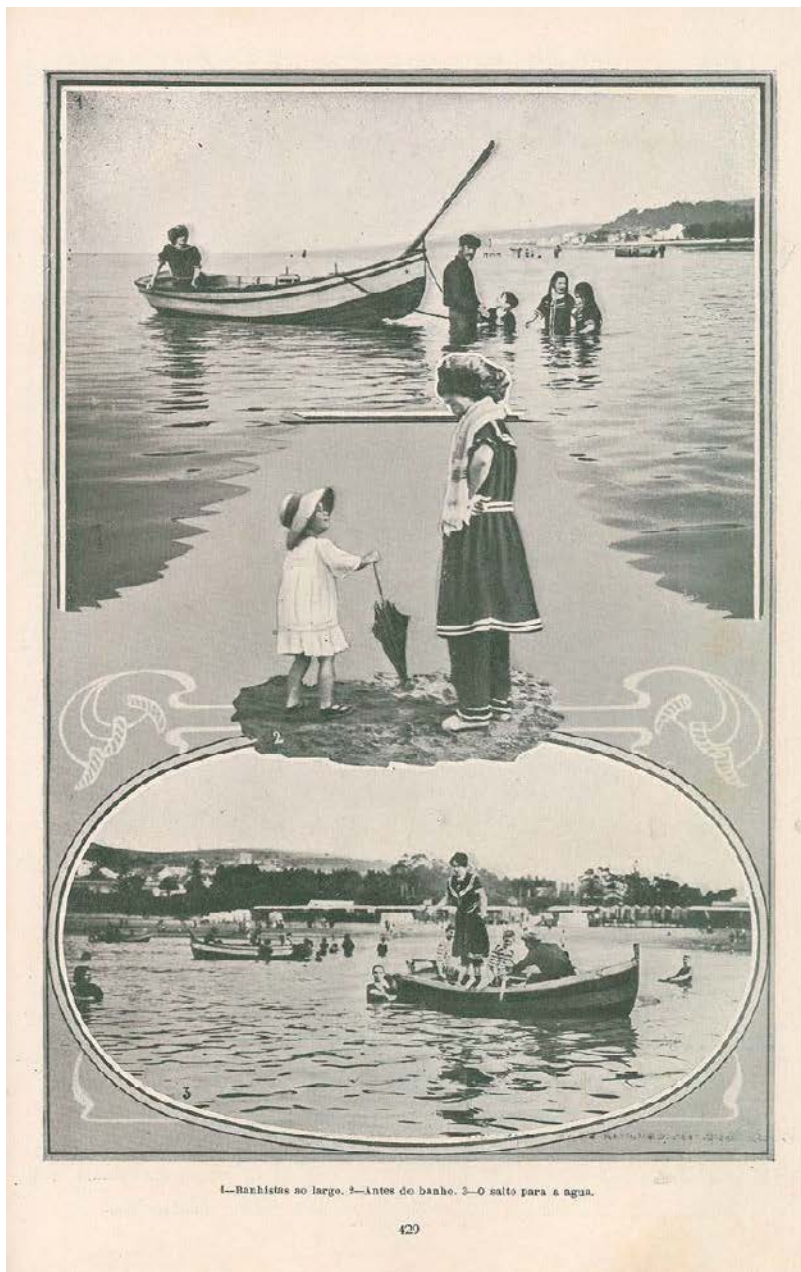


Figura 2 – Fotografias de Joshua Benoliel incluídas no artigo “Na praia d’Algés”, *Ilustração Portuguesa*, 30 de setembro de 1912, p.429. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1912/N345/N345_master/N345.pdf, consultado em 25 de novembro de 2023.

Não obstante estas preocupações terapêuticas, a representação da praia como um espaço multifacetado, marcado por factores lúdicos e de socialização, torna-se cada vez mais comum em Portugal entre o final do século XIX e o início do XX. Um dos exemplos mais ilustrativos pode ser encontrado no conjunto de caricaturas feitas para o jornal humorístico *O António Maria* por Rafael Bordalo Pinheiro em 1880 intitulado “Rasões porque se toma banho”. Nestas ilustrações é possível observar como a prática balnear marítima era percebida como sendo motivada por fatores como a saúde e a higiene pessoais, o divertimento e o desejo de integração social. Rob Shields descreve a fase que vai desde meados do século XIX até à década de 1920 como a da “carnavalização” da praia, altura em que este espaço começa a ser tomado por um sentido de relativa “liberdade” em relação aos códigos de conduta e ao produtivismo que caracterizaria os ambientes quotidianos (Shields, 1991: 110-111). No contexto português, esta “liberdade” era muitas vezes representada negativamente na imprensa e na literatura. Uma crónica publicada em 1896 no jornal *A Praia*, de São João do Estoril, por exemplo, descrevia a praia como um local de hipocrisia e maledicência femininas (Caloiro, 1896). Mas também o comportamento dos homens nas praias era alvo de críticas. Em 1906, António Mesquita de Figueiredo aludia aos “mirones” que lançavam “olhos curiosos e languidos” sobre as raparigas que tomavam banhos na praia da Figueira da Foz (Figueiredo, 1906, 149). Pela mesma altura, Carlos Malheiro Dias descrevia as praias como um espaço privilegiado para o *flirt* entre os membros da burguesia lisboeta (Dias, 1907: 22-24).

A mera fruição da praia surgia também cada vez mais nas várias representações deste espaço. Numa carta datada de 13 de janeiro de 1882 escrita ao seu amigo João de Deus aquando da sua residência em Vila do Conde por razões de saúde, o poeta Antero de Quental afirmava: “Aqui as praias são amplas e belas, e por elas passeio ou me estendo ao sol com a voluptuosidade que só conhecem os poetas e os lagartos, adoradores da luz” (Quental, 1981: 43). Eduardo Sequeira, por seu turno, descrevia os passeios à beira-mar como “a mais segura terapeutica e o mais esplendido dos espectáculos que nos é dado gosar” (Sequeira, 1889: 9). Um artigo da *Gazeta da Figueira* datado de 9 de setembro de 1905 declarava: “Os banhos de mar como tractamento medicinal estão fallidos (...). A vida de praia é o alheamento provisório dos negocios, dos cuidados e das tribulações de cada dia” (C. B., 1905b).

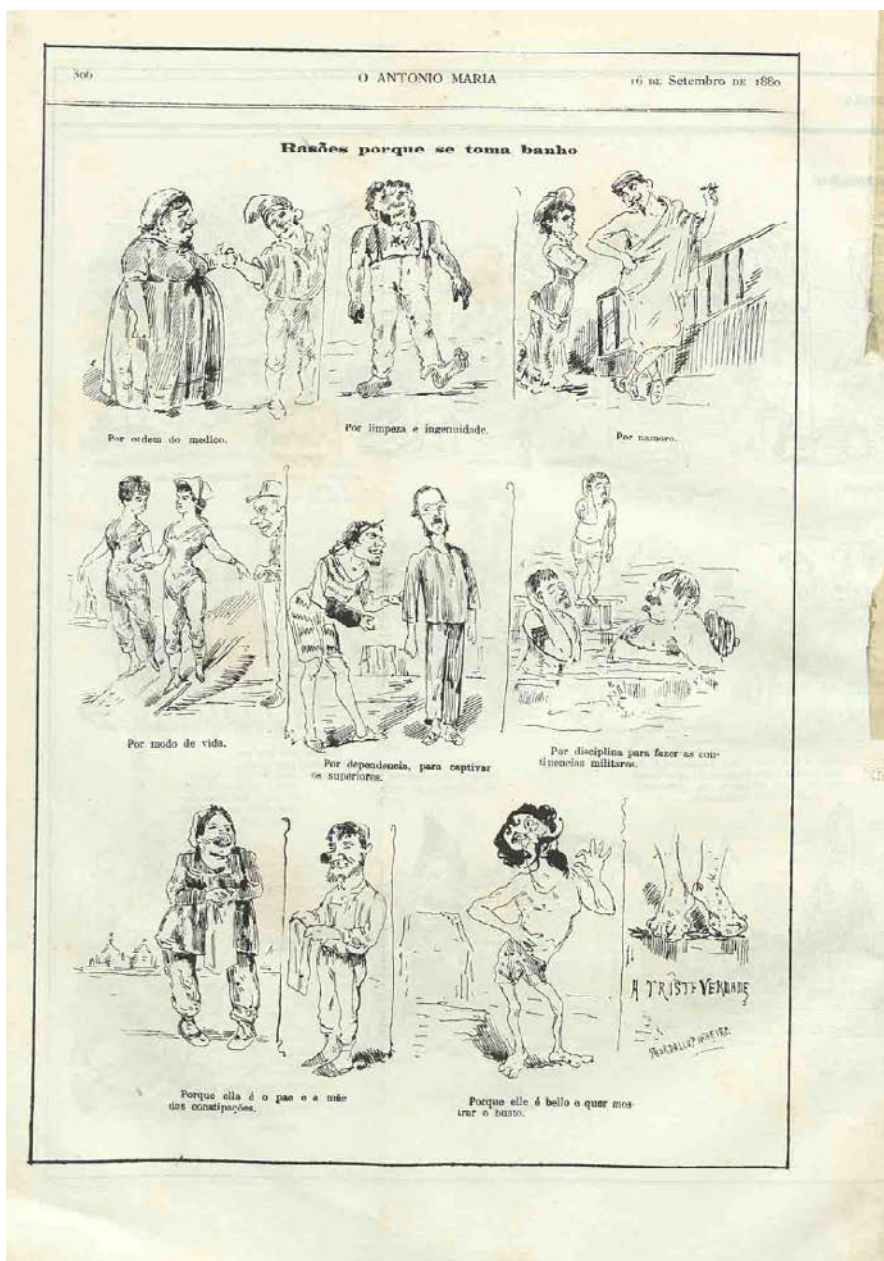


Figura 3 – Rafael Bordalo Pinheiro, “Rasões porque se toma banho”, O Antonio Maria, 16 de setembro de 1880, p. 307. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OAntonioMaria/1880/1880_master/OAntonioMariaN31N83.pdf, consultado em 25 de novembro de 2023.

Acompanhando as transformações operadas na percepção da atividade turística em Portugal (Cerdeira, 2019), a partir do final do século XIX vários autores começam a ter a noção de que o ir à praia se estava a tornar numa atividade extremamente relevante do ponto de vista social e económico. Um artigo publicado na revista quinzenal ilustrada *Brasil-Portugal* em 1899 afirmava:

O tomar banho, que ainda há pouco era apanágio dos privilegiados da fortuna e dos que o pareciam ser, é hoje um oásis regular na vida de todo o pae de família, que conseguir uma licença da sua repartição ou uma folga nos seus afazeres.

Os comboios, a moda, e os senhorios das praias, conseguiram essa emigração annual. Portugal é hoje o paiz que, em relação ao desenvolvimento das suas costas, possui mais praias de banhos. Mais e melhores (Bandeira, 1899: 6).

A importância crescente do turismo balnear marítimo em diversas localidades portuguesas era amplamente reconhecida na imprensa local e no discurso médico. O referido articulista da *Gazeta da Figueira* em 1905, por exemplo, descrevia esta cidade costeira nestes termos: “A Figueira tem, apenas, uma grande indústria – o verão; uma grande fabrica – a praia; uma inexgotavel materia prima – o mar; um infatigavel operário – o banhista” (C. B., 1905a). Pela mesma altura, o mesmo articulista fazia alusão aos “banhistas hespanhoes” que frequentavam esta praia (C. B., 1905c). A crescente procura das praias portuguesas por turistas estrangeiros causava, no entanto, algumas preocupações. Pela mesma altura, o médico e botânico Daniel Gelanio Dalgado, na sua obra *The climate of Lisbon* (1906), alertava para a falta de alojamento no Monte Estoril face o número cada vez maior de turistas ingleses todos os anos (Dalgado, 1906: 36). Na mesma obra, o autor descrevia a região circundante a Cascais como “a Riviera de Portugal”, estabelecendo uma analogia com a Côte d’Azur francesa (Dalgado, 1906: 27). Ainda assim, o predomínio da praia na propaganda turística nacional, com destaque para o Algarve, só começaria a ter lugar na década de 1960 (Aurindo, 2006: 152-166).

Com o crescimento e desenvolvimento de inúmeras localidades costeiras, problemas como os efeitos nefastos do jogo ou a poluição começam a surgir em várias obras. No sétimo volume da sua obra corográfica *Portugal antigo e moderno*, publicado em 1876, o historiador Pinho Leal lamentava, a propósito da Póvoa de Varzim:

Pena é que o execrando vício do jogo tenha dominado todas as classes da sociedade, e que n'esta villa, mais do que era qualquer outra povoação do reino (principalmente durante a estação dos banhos) se tenha desenvolvido de uma maneira aterradora.

Muitos homens perdidos, veem para aqui, com o fim ostensivo de tomar banhos, mas só e exclusivamente para perderem ao jogo, quando seus paes e avós juntaram á força de suores, sacrificios e economias, para seus desgraçados herdeiros dissiparem em pouco tempo com este vício ignóbil (Leal, 1876, VII: 634).

Uma visão semelhante tinha Eduardo Sequeira que considerava o jogo “o terrível cancro de todas as estações balneares” (Sequeira, 1889: 14). Outra perspetiva tinha Alberto Pimentel no seu *Guia do viajante na cidade do Porto e seus arrabaldes* (1877), em que descrevia a prática do jogo no contexto da Foz do Douro como um “divertimento forçado”, à falta de outras diversões noturnas (Pimentel, 1877: 60). Já em pleno século XX, começa a surgir o tema da poluição dos espaços balneares. Por exemplo, a obra *As nossas praias. Indicações gerais para o uso de banhistas e turistas*, publicada pela Sociedade Propaganda de Portugal em 1918, referia-se aos maus-cheiros na praia de Paço de Arcos, alegadamente causados pela desobstrução de uma “fossa comum” (Sociedade de Propaganda de Portugal, 1918: 58).

O ir à praia é um dos fenómenos que melhor nos permite compreender as transformações socioeconómicas e culturais vividas em Portugal na transição entre a modernidade e a contemporaneidade. Prática propiciada pela “Revolução Científica”, ela foi durante um longo período apresentada sob um móbil terapêutico, motivada por razões de higiene e saúde pessoal e, mais tarde, regeneração racial. No entanto, a caracterização da ida à praia como um momento de encontro, onde indivíduos de ambos os sexos e oriundos de diversos grupos sociais permaneciam em convívio ou tensão, é patente desde os seus primórdios. Por sua vez, a percepção das vantagens e problemas trazidos pela expansão desta prática e pela sua transformação numa verdadeira atividade económica é mais tardia, remontando apenas ao final do século XIX. A literatura de memórias e de viagens, a propaganda turística e a imprensa local fornecem-nos várias pistas sobre algumas destas representações. Permanece, contudo, a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre estas, sobretudo no que toca ao século XX.

Bibliografia

- A. P. D. G. (1826). *Sketches of Portuguese Life, manners, costume, and character: illustrated by twenty coloured plates*, Londres, R. Gilbert.
- Aurindo, Maria José (2006). *Portugal em cartaz : representações do destino turístico (1911-1986)*, Lisboa : Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Bandeira, António (1899). "As praias portuguesas", *Brasil-Portugal*, 16 de outubro, pp.6-8.
- Barbosa, Vilhena (1865). "S. João da Foz", *Archivo Pittoresco*, 33, pp.260-261 e 309-311.
- "(O) banho de sol" (1935). *Diário da Praia*, 23 de agosto, pp.1-2.
- "Banhos" (1837). *O Panorama*, 2 de setembro, pp.140-142.
- (Os) banhos do mar ou os olhos de huma senhora banhados em lagrimas, por se ver contrariada no desejo de hir a elles (1825). Porto, Tipografia à Praça de S. Teresa.
- Barreto, José Trasimundo Mascarenhas (1928). *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, Partes I e II, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Brito, Sérgio Palma (2003). *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo*, 2 vols., Lisboa, Medialivros.
- C. B. (1905a). "Encyclopedia balnear I", *Gazeta da Figueira*, 26 de agosto.
- C. B. (1905b). "Encyclopedia balnear III", *Gazeta da Figueira*, 9 de setembro.
- C. B. (1905c). "Encyclopedia balnear IV", *Gazeta da Figueira*, 20 de setembro.
- Caloiro, João (1896). "Scenas da vida das praias I", *A Praia*, direção de Luís da Mata, José da Graça e A. De Vasconcelos Cohen, 1 de setembro.
- Carvalho, Bruno, e Maria João Amorim (2021). Férias de verão: quase 40% dos portugueses planeia ir para o litoral, disponível em <https://www.deco.proteste.pt/familia-consumo/ferias-lazer/noticias/ferias-verao-40-por-cento-portugueses-vao-para-litoral>, consultado em 09/11/2023.
- Cerdeira, Pedro (2019). *A Sociedade Propaganda de Portugal e a Construção do Turismo Moderno (1888-1911)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Chagas, Manuel Pinheiro (1866). *Tristezas á beira-mar*, Porto, Tipografia do Comércio.
- Corbin, Alain (1990). *Le Territoire du vide. L'Occident et le désir du rivage, 1740-1840*, Paris, Aubier, Collection Historique.

- Costa, Raphael (2013). "The 'Great Façade of Nationality': Some Considerations on Portuguese Tourism and the Multiple Meanings of Estado Novo Portugal in Travel Literature", *Journal of Tourism History*, 5, n.º1, pp.50-72.
- Coutinho, Manuel Joaquim Moreira (1849). "Memoria sobre o uso dos Banhos de mar", *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, 5, julho, ver págs BN
- Dalgado, Daniel Gelanio (1906). *The climate of Lisbon, and of the two health resorts in its immediate neighbourhood: Mont'Estoril, on the Riviera of Portugal, and Cintra*, Londres, Lewis.
- Dias, Carlos Malheiro (1907). *Cartas de Lisboa. Terceira serie (1905-1906)*, Lisboa, Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira & C.ª.
- Figueiredo, António Mesquita de (1906). "A Figueira da Foz. Estação balnear", *Ilustração Portuguesa*, 3 de setembro, pp.147-154.
- Franco, Francisco (1814). *Elementos de hygiene ou dictames theoreticos e praticos para conservar a saude e prolongar a vida*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências.
- Freitas, Joana Gaspar de (2007). "O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado", *Revista da Gestão Costeira Integrada*, 7, n.º 2, pp.105-115.
- Freitas, Joana Gaspar de (2010). "O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. de 1990)", dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Gazeta de Lisboa* (1783). 18 de julho.
- Gazeta de Lisboa* (1791), 7 de maio.
- Hasse, Manuela (1999). *O divertimento do corpo. Corpo, lazer e desporto na transição do séc.XIX para o séc.XX*, em Portugal, Lisboa, Editora Temática.
- Instituto Nacional de Estatística (2023). Estatísticas do Turismo – 2022, disponível em https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=619094646&att_display=n&att_download=y, consultado em 09/11/2023.
- Kinsey, William Morgan (1828). *Portugal Illustrated*, Londres, Treuttel, Würtz, and Richter.
- Leal, Pinho (1876). *Portugal antigo e moderno. Diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, vilas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, volume VII, Livraria Editora de Matos Moreira & Companhia.

- Lichnowsky, Felix (1845). *Portugal. Recordações do anno de 1842*, 2.^a edição, Lisboa, Imprensa Nacional.
- M. J. M. C. L. S. C. J. V. A. R. S. L. (1821). *Aviso a'cerca dos banhos do mar, ou direcção precisa a's pessoas que houverem de fazer uso delles*, Lisboa, Imprensa do Gandra.
- Machado, Helena (1996). *A construção social da praia*, Guimarães: IDEAL Artes Gráficas.
- Martins, Pedro (2011). "Contributos para uma história do ir à praia em Portugal", tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa.
- Mata, Matusio Matoso Matos da (1786). *Os banhos de mar na Junqueira, e sitio de Santa Apollonia vistos da terra pelo Oculo Crítico de ver as cousas como são*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira.
- Moacho, Mateus Cesário Rodrigues (1856). Edital, *Diário do Governo*, 21 de agosto, p.1271.
- "Na praia d'Álges" (1912). *Ilustração Portuguesa*, 30 de setembro, pp.428-431.
- Ortigão, Ramalho (1876). *As praias de Portugal. Guia do banhista e do viajante*, Porto, Livraria Universal.
- Pessoa, Alfredo de Amorim Pessoa (1878). *Almanach da praia da Figueira para 1878-1878. Guia completo do banhista n'esta frequentada praia*, Lisboa, Lalléman Frères.
- Pessoa, Alfredo de Amorim Pessoa (1879). *Almanach da praia da Figueira para 1879-1880. Guia do banhista*, Lisboa, Lalléman Frères.
- Pimentel, Alberto (1877). *Guia do viajante na cidade do Porto e seus arrabaldes*, Porto, Livraria Central.
- Pimentel, Alberto (1893). *O Porto ha trinta anos*, Porto, Livraria Universal.
- A praia da Costa (Caparica). Estância balnear de cura, de repouso e de turismo* (1930). Lisboa, Tipografia Lucas.
- Quental, Antero de (1981). *Cartas de Vila do Conde*, Porto, Lello & Irmão.
- Rattazzi, Maria (1882). *Portugal de Relance*, Lisboa, Livraria Editora de Henrique Zeferino.
- Ruders, Carl Israel (2002). *Viagem em Portugal, 1798-1802*, volume I, Lisboa, Biblioteca Nacional.

Sarmiento, Jacob de Castro (1753). *Appendix ao que se acha escrito na materia medica do Dr. Jacob de Castro Sarmiento sobre a natureza, contentos, effeytos, e uso pratico, em forma de bebida, e banhos das agoas das Caldas da Rainha. Participado ao publico, em huma carta escrita ao Dr. João Mendez Saquet Barboza, socio da Sociedade Real de Londres, a que se ajunta O novo methodo de fazer uzo da agoa do mar, na cura de muitas enfermidades chro-nicas, em especial nos achaques das glandulas*, Londres.

Sequeira, Eduardo (1889). *Á beira-mar*, Porto, Cruz Coutinho.

Shields, Rob (1991). *Places on the Margin. Alternative Geographies of Modernity*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

Sociedade Propaganda de Portugal (1918). *As nossas praias: indicações gerais para o uso de banhistas e turistas*, Lisboa: Tipografia Universal.

Tavares, Francisco (1810). *Instrucções e cautelas practicas sobre a natureza, diferentes especies, virtudes em geral, e uso legitimo das aguas mineraes, principalmente de Caldas*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade.

Turismo de Portugal (2013). Visit Portugal, disponível em <https://www.visitportugal.com/pt-pt>, consultado em 09/11/2023.



ECOSISTEMAS: CIÊNCIA E COMUNIDADES

O Olhar Naturalista – as origens da ciência moderna e uma perspectiva histórica sobre o pensamento ecológico

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Gilmar Soares Furtado

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas (IFAL)

Introdução – O “Brasil Holandês” (1624-1654)

Refletimos aqui acerca de formas de percepção e conceptualização da natureza – e, de certo modo, de estratégias político-económicas que as sustentam, e que delas resultam – no contexto do eixo “Cultura e Ciência na Percepção do Mar – Discursos e Representações”.

A história das ciências do mar embebe as suas raízes nas viagens expedicionárias ao que se convencionou chamar Novo Mundo. “Novo” por estar “inexplorado” do ponto de vista dos europeus, que em meados do século XV davam os primeiros passos na jornada dos sistemas de produção e de economia capitalistas, centrada nos grandes oceanos, sendo o Atlântico, nestas circunstâncias, “uma criação do capitalismo inicial”, que desencadeou um novo tipo de acumulação de riqueza. Esta riqueza era capital e assentava numa “divisão transoceânica duradoura

do trabalho”, nas palavras de Jason Moore (2016, 78-115), que estribou uma “reprodução civilizacional com características novas”, assente em estratégias de oferta de produtos que podiam ser industrializados e comercializados e úteis para múltiplos fins. Neste movimento foi necessário reaprender a observar, ver, descrever, cujo ensino, argumenta Walter Ong (1967, 215-216), “em nenhum momento” tinha até então sido promovido no sistema de educação formal no Ocidente. Defendemos aqui que esta “reaprendizagem” é orientada e determinada por uma intenção “utilitária”. O nosso argumento foca-se em *História Natural do Brasil*, em particular na parte atribuída a George Margrave.

História Natural do Brasil foi editada em latim, no formato 38cm por 35cm, por Johannes Laet. Reúne em quatro livros os estudos de Willem Piso sobre doenças tropicais e terapias, remédios e costumes ameríndios, e, numa segunda parte, em oito livros, as pesquisas de botânica e de zoologia de Georg Marcgrave¹. Foi dedicada ao Conde Johan Maurits van Nassau-Siegen, que chegou ao Recife em Janeiro de 1637 – com a incumbência de governar o que se designa Brasil Holandês, por nomeação da Companhia das Índias Ocidentais —, e se manteve no cargo até 1644². A escolha de Laet para editor é considerada perfeita por Mariana França (2010, pp. 3-4): dedicava-se ao estudo da história natural, conhecia a prática científica, correspondia-se com naturalistas e eruditos, tinha obra

¹ Utilizaremos na leitura as versões digitalizadas de *Historia Naturalis Brasiliae* da Bibliothèque National de France (gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France) e da Biblioteca do Missouri Botanical Garden Biblioteca Digital Curt Nimuendaju (http://biblio.etnolinguistica.org/marcgrave_1648_historia). Na verdade, os desenhos da primeira foram aquarelados e os desta encontram-se apenas impressos em xilogravura. Nas citações identificaremos o número e título de cada livro, seguido do capítulo e das páginas nas edições de 1648.

² A comitiva era composta de filósofos, médicos, pintores, arquitetos e humanistas, entre os quais Franciscus Plante (latinista e poeta), Pieter Post (planeamento e arquitetura das cidades), Frans Post (paisagista), Albert Eckhout (fez a caracterização pictórica dos traços étnicos dos povos), Willem van Milaenen e Willem Piso (médicos), Georg Marcgrave (matemático, botanista, zoólogo e astrónomo e cartógrafo), Cornelis Bastianszoon Golijath e Johannes Vingboons (cartógrafos), que produziram um manancial informativo e de conhecimentos. Ver Galindo e Huisman (2001); Silva (2001, xiii); Mello (1999a, 28); França (2010, 2-3).

publicada³ e pertencia à direção da Companhia das Índias Ocidentais, facto que facilitaria a impressão da obra na prestigiada *Oficinas Elzevirium* (1648)⁴. Marcgrave e Piso operaram inicialmente em equipe, sob a coordenação deste último. A partir de 1641 seguiriam rumos autônomos, e em 1643 Marcgrave viajou para Luanda, África, ao serviço da Companhia das Índias Ocidentais, onde faleceu em janeiro do ano seguinte. Os seus apontamentos, espécimes preservados e embalsamados, e herbários, foram entregues a Piso, que os passou a Johannes de Laet, juntamente com o seu próprio material, para organizar e editar ambos os trabalhos. Uma compilação que encanta pela sua profundidade e detalhes e de que daremos conta neste texto: como nele se manifesta a partilha de saberes nas comunidades científicas e a tomada de consciência das possibilidades que o *Novo Mundo* oferecia⁵.

³ Caracterizado por Teensma (2005, 50-51) como “um arquivista típico, com interesses múltiplos em geografia e historiografia”, publicara *Novo mundo ou a descrição das Índias Ocidentais, recolhida de vários escritos e apontamentos de diversas nações* (1625), cuja segunda edição, saída em 1630 (... com alterações e melhoramentos, provido de alguns mapas novos, e gravuras de animais e plantas), contém dezasseis livros. Fazemos esta menção porque o Livro XIV é, no essencial, uma coletânea de descrições geográficas e etnográficas de história natural do Brasil. Para um estudo mais conciso da obra e da personalidade de Laet, e a sua relevância nas pesquisas de história natural, ver as referências biográficas elencadas por Benjamin Teensma neste seu artigo, nas notas 8 e 9 destas páginas.

⁴ No frontispício de *História natural do Brasil*, no pé da página, temos o desenho de uma concha, onde lemos: “Lugdun Batavorum et Amstelodami: apud Franciscum Hackium: apud Lud[ovicum] Elzevirium, de *Lud. Elzevirium*”. Lud[ovicum] Elzevirium, ou Louis Elzevier ou Elsevier, terá iniciado em Leiden, onde se fixou por volta de 1580, como encadernador e, posteriormente, livreiro e editor, uma empresa dedicada à tipografia e edição de livros, que depois se estendeu por Haia (c. 1590–1665), Utrecht (c. 1603–75) e Amsterdão (1638–81). Nesta cidade, onde foi publicada *História Natural do Brasil*, a oficina foi fundada pelos primos Daniel e Louis Elzevier, netos de Louis Elzevier.

⁵ Nesta curta visão do trabalho editorial de Piso em *História Natural do Brasil* talvez o seu maior potencial analítico para a história do livro nos seja oferecido pelo estudo comparativo de Karl Lichtenstein (1961): uma revisão crítica, centrada nas gravuras e descrições de animais das edições de 1648 de Johannes Laet, e de 1658 de Willem Piso, que revelou um conjunto de peripécias, lapsos e artifícios que teriam tido origem no fato de Marcgrave ter deixado os seus apontamentos em folhas dispersas, sem uma ordem visível, escritos em código. Laet lidou ainda com cópias incorretas das gravuras originais, ou mal identificadas, ou mal atribuídas e posicionadas, um problema que continuou a fazer-se sentir na edição de Piso.

Laet coligiu as observações e registros de Piso nos quatro livros e 133 páginas de *Sobre a Medicina brasileira*⁶. As pesquisas de Marcgrave são explanadas em oito livros na segunda parte da obra, que se subdividem num número variável de capítulos, sem seguirem uma classificação de espécimes que possamos ter por pertinente do ponto de vista zoológico ou botânico⁷, sob o título *História das Coisas Naturais do Brasil*: nos três primeiros livros temos o estudo das plantas, no quarto estudam-se os peixes, no quinto abordam-se as aves, no sexto

⁶ O Ar, a Água e os Lugares no Livro I; nos 22 capítulos do Livro II enumerou e descreveu pela primeira vez uma série de patologias brasileiras, doenças endêmicas, sintomas e tratamentos (foi até ao século XIX uma importante fonte documental para o estudo da medicina tropical. Ver, por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda (1960, 246) e Juliano Moreira (1926: 656). Este alude ao trabalho de Piso como “uma descrição, exata e minudente, das endemias então reinantes no Brasil e dos meios de tratá-las”, e elenca patologias registradas por este naturalista: “a bouba, o tétano, paralisias várias, a disenteria, a hemeralopia, o máculo... a ipeca e sua qualidade emeto-catártica, das quais já se utilizavam os aborígenes muito antes do célebre médico Adriano Helvetius (...) haver recebido de Luís XIV mil luíses de ouro, títulos e honrarias, por haver descoberto exatamente aquelas mesmas virtudes terapêuticas. (...) a ação terapêutica do coco de andaaçú, da copaíba, do tipi, do sassafrás, da japecanga, da capeba, do jaborandi”. No Livro III descreveu a “magna abundância [que] produz todo o globo terrestre de venenos, que nos oferecem a cada passo e a mancheias os animais, as plantas e os minerais” (Piso, Willem, *Medicina Brasileira*, Livro Terceiro, p. 39, “Aquele que lida com os venenos e seus antídotos”), seus antídotos, e as qualidades terapêuticas de árvores, raízes, arbustos, frutas e mel; e nos sessenta e cinco capítulos do último Livro colocou as Propriedades dos Simples, abrangendo, nos dois primeiros, “Sobre o Açúcar” e “Sobre a Mandioca”, as tecnologias para fabrico destes produtos, vindo depois os elementos de compostos terapêuticos de árvores, raízes, arbustos, frutos e mel. Falaremos adiante nas gravuras inseridas na parte atribuída a Marcgrave. No texto subscrito por Willem Piso temos nove imagens no Livro III (cinco são de serpentes, seguindo-se uma centopeia, um parasita microscópico designado *muçum*, um peixe e um sapo), e no Livro IV contamos noventa imagens: as três primeiras representam engenhos da produção do açúcar e da farinha de mandioca e as restantes figuram espécimes botânicos.

⁷ O primeiro ou um dos primeiros naturalistas a empregar uma nomenclatura binomial foi o botânico suíço Gaspard Bauhin, em *Exposição Ilustrada de Plantas (Pinax Theatri Botanici, 1623)*. Nesta obra faz o inventário e a descrição de cerca de seis milhares de espécies, atribuindo-lhes o nome das espécies e um termo adicional. Porém, mas faltava consistência ao seu sistema: designou classes de seres com pouco rigor e agrupou espécies sob classes de modo demasiado livre. Lineu, na charneira dos séculos XVIII para o XIX, implementou o que terá sido um sistema classificatório em géneros e espécies.

descrevem-se quadrúpedes e serpentes e no sétimo de insetos, falando-se da região e seus habitantes no oitavo⁸.

Ilustrando um movimento típico da época, de partilha oral e de textos, junto de escritos atribuídos a Marcgrave estão narrativas e relatórios e notas de pesquisa de diversa origem: no frontispício do in-fólio lemos “Ioannes de Laet, de Antuérpia, compilou-o em ordem e acrescentou anotações, e complementou e ilustrou as várias coisas omitidas pelo autor”; ao iniciar a segunda parte, em nota ao leitor diz ter recebido das mãos do conde Johan Maurits os comentários de Marcgrave, parte deles escritos “com certos sinais por ele inventados... conforme um alfabeto deixado em segredo”, que tivera de interpretar e traduzir; organizou o livro VIII com base nos títulos que Marcgrave deixara anotados, em dados transmitidos por este e por Nassau-Siegen, que também fornecera gravuras, e ele próprio acrescentara, pela similitude de assuntos, “uma breve história das coisas do Chile, tal como nos relataram os nossos, quando há pouco percorreram aquela região e encontraram uma navegação para o mar Pacífico”⁹.

Por outras palavras, completou apontamentos, introduziu ilustrações de espécimes conservadas em herbário, e de outras que faltavam, embora fossem descritas no acervo, pediu que lhe enviassem “muitas plantas secas e dispostas em papel mata-borrão (charta bibula)”¹⁰, confrontou conhecimentos dos clássicos

⁸ A edição original de Laet motivou grande insatisfação em Willem Piso, que promoveu a sua própria compilação de dados e publicou uma década depois *Quatorze Livros Naturais e Médicos sobre a Índia* (1658), no formato 36cm por 22cm. Inclui seis livros reunidos sob o título *História Natural e Médica da Índia Ocidental* da autoria de Piso (332 páginas), a que se segue um tratado de observações de astronomia e astrologia atribuído a Georg Marcgrave, *Tratado Topográfico e Meteorológico do Brasil, com Observações do Eclipse Solar* (39 páginas), um estudo subscrito por Jacobi Bonti intitulado *História Natural e Médica da Índia Oriental* (160 páginas) e um estudo final sobre *Mantissima Aromatica* da autoria de Piso. Relativamente à parte atribuída a Marcgrave, tem a novidade de integrar o *Tratado topográfico e meteorológico sobre o Brasil, com observações de eclipses solares*, um dos três que terá escrito, desconhecendo-se o paradeiro dos restantes. Nassau-Siegen encomendou um observatório astronómico, o primeiro do Novo Mundo, para que Marcgrave realizasse estudos de astronomia e astrologia, tornando-se o investigador que primeiro realizou pesquisas astronómicas sistemáticas com tais dispositivos no Hemisfério Sul (Leite, 1967: 83).

⁹ Ibid., “Ad Benevolo Lectores”, s/p.

¹⁰ Ibid.

e as informações que chegavam, fez reflexões pessoais, adicionou relatos de outros viajantes¹¹.

A única tradução para português, de que temos conhecimento, leva o selo da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, que publicou a obra em versões fac-similares (1942 e 1948), com prefácio de Affonso de E. Taunay, em formato *in folio*, 25,5cm por 39cm, reproduzindo na capa a gravura de Theodoro Matham, e no interior as representações originais. Foi consultada esta última versão para a redação deste texto.

A descrição e a ilustração das espécies

Variam muito as ressalvas em passagens onde as anotações de Marcgrave seriam insuficientes ou se encontrariam inacabadas: ausência do nome ou nomes da espécie desenhada ou da recolhida e descrita e preservada; dificuldades pelo

¹¹ “Breve descrição do rio S. Francisco e a jornada de William Glimmer pelas solidões do Brasil” (um relato enviado à Companhia das Índias Ocidentais de um itinerário que fez nos inícios dos anos 1600) (Ibid., Livro VIII, cap. II, pp. 263-264); “Acerca dos costumes e dos usos dos Tapuias, segundo a narração de Jacob Rabbi que viveu alguns anos entre eles” (Ibid., Livro VIII, cap. XII, pp. 279-282) – Rabbi integrava a comitiva de Nassau à chegada ao Brasil, em 1637, e estava incumbido de estudar os tapuia tarairiu, com os quais viveu quatro anos, tendo descrito um jogo tapuia que será “uma das descrições mais objetivas da corrida de toras” (Nimuendaju 2001: 178); “Algumas outras coisas acerca dos Tapuias, descritas por Elia Herckmann” (Ibid., Livro VIII, cap. XIII, pp. 282-283) – Herckmans fez uma série de expedições no território colonial no período em que dirigiu a capitania da Paraíba, que culminaram em relatórios enviados à Companhia sobre costumes indígenas (incluindo uma menção ao canibalismo funerário) (Françoze, 2010, pp. 5-6). O capítulo IX (por lapso aparece no original como cap. VIII) e o seguinte compilam noções gramaticais do Pe. José de Anchieta (Ibid., Livro VIII, cap. IX, “A Língua do Brasil e a Gramática de P. Josephi de Anchieta, S. I.”, pp. 274-275) e um glossário tupi de Manoel de Moraes, que em meados do século XVII residiu na Holanda, mantendo relações de amizade com De Laet (Françoze, 2010: 4-6; Vainfas 2008: 123). Entre outros títulos deste Livro VIII, mas referindo apenas os seis capítulos do apêndice, temos os seguintes: cap. I, pp. 283-284, “Sobre a estatura, hábitos do corpo e vestuário dos nativos do Chile”; cap. II, pp. 284-286, “Sobre as casas, o mobiliário, a agricultura, a comida e casamento dos chilenos”; cap. III, “Sobre o sentido chileno da religião, e do culto à divindade”; cap. IV, pp. 286-287, “Sobre o regime político dos chilenos e as armas”; cap. V, pp. 287-288, “Sobre a língua chilena e um vocabulário de dicções chilenas”; cap. VI, pp. 288-290, “Observações de um Relato Histórico de P. Alonso d’Ouaglie, S. I. sobre o clima do ano”.

fato daquele ter coletado os espécimes, ter seguido os passos para os preservar, mas faltarem, no acervo, objetos, apontamentos, gravuras, nomes; inventariação de espécies similares. Vejamos algumas notas dispersas pelos livros de zoologia e botânica:

"Uma planta sem nome... cujo nome o autor não revela"¹²; "que o autor não nomeia, mas apenas dá esta imagem dela"¹³; "Cujo nome brasileiro ou ícone o autor não forneceu"¹⁴; "que o autor não nomeia"¹⁵; "ao qual o autor não atribuiu nenhum nome"¹⁶; "cujo nome o autor não atribuiu"¹⁷; "de que o autor dá esta imagem, embora não divulgue o nome"¹⁸; "de que o autor dá de fato esta imagem, mas sem dizer o nome"¹⁹; "não encontro o caule, folhas e flores descritos pelo nosso autor: mas as folhas podem ser reconhecidas pela imagem"²⁰; "o autor não descreve a flor"²¹; "Ave (*cujo nome o autor não atribuiu*)", embora a descreva ou possa ter guardado (embalsamada) a espécie, que é descrita²²; "Ave (*cujo nome o autor não revela*)"²³; "Ave (*que o Autor não nomeia, mas apenas insinua que é uma espécie de cuco, do qual o capítulo 12*)", descrevendo-a, porém, ou recolhendo a espécie, a partir da qual o editor faria a descrição²⁴. "*Acima descreveu o autor a Manucodiata que chama Rei; deu também a descrição de uma outra, que de propósito omiti ali e julguei conveniente pôr agora. Omito todavia sua imagem, porque vem frequentemente nos tratados, principalmente no de Aldrovando que a descreveu com toda a diligência*"²⁵.

¹² Ibid., "História das Plantas" Livro I, "Sobre as ervas", cap. XVIII, pp. 37-39 (itálico no original).

¹³ Ibid., Livro I, cap. XXI, p. 44.

¹⁴ Ibid., Livro I, cap. XXII, p. 47.

¹⁵ Ibid., Livro I, cap. XXV, p. 54.

¹⁶ Ibid., Livro I, cap. XXV, p. 54.

¹⁷ Ibid., Livro I, cap. XXVI, p. 56.

¹⁸ Ibid., Livro II, cap. II, p. 61.

¹⁹ Ibid., Livro II, Livro II, cap. IV, p. 63.

²⁰ Ibid., Livro III, cap. V, p. 101.

²¹ Ibid., Livro III, cap. VIII, p. 107.

²² Ibid., Livro V, "Sobre as aves", cap. XV, p. 219 (itálico no original).

²³ Ibid., Livro V (itálico no original).

²⁴ Ibid., Livro V (itálico no original).

²⁵ Ibid., Livro V p. 219. Em itálico no original, tradução de José Procópio de Magalhães.

Por vezes de Laet estaria na posse da gravura ou do espécimen, mas sem as anotações correspondentes. Ou o desenho apresentava pouca fidelidade:

*Dá uma flor (não encontrei sua descrição no autor, mas pela imagem que apresentou, conjecturo que se forma de tubérculos e termina em muitos estames. Não faz também menção do fruto, que eu penso existir como nas demais)*²⁶.

O autor não faz menção do fruto; *procuramos delinear esta imagem por meio de ervas secas colhidas pelo mesmo. Nela o artista tomou demasiada liberdade, porque as folhas não têm uma rede tão traçada de veias mas só um nervo, no sentido longitudinal e umas veias transversais como na mínima folha (julgamos a propósito fazer esta observação)*²⁷.

Marcgrave e de Laet deram à obra um carácter indexical, mas sem uma ordem alfabética a definir a enumeração dos espécimes: *História das Coisas Naturais do Brasil* tem a aparência e a funcionalidade de um Atlas ou Dicionário ilustrado. Escrito num tom pragmático, é um manual de informações sobre os reinos vegetal e animal, com observações acerca das qualidades, aplicações, utilidades e curiosidades conhecidas para cada espécimen: usos alimentares e terapêuticos, possibilidades industriais e ornamentais, anatomia/forma, cor, comportamentos, adaptação à agricultura doméstica (no caso de espécies que os agricultores podiam acomodar às suas produções). Contamos cerca de 429 gravuras nas 303 páginas dos oito livros e dois apêndices (um sobre costumes andinos e outro, uma página, reservado a plantas)²⁸.

No quarto livro encontramos as descrições dos espécimes marinhos e fluviais: 105 são de peixes e 26 designam e descrevem crustáceos²⁹. Os elementos descritivos

²⁶ Ibid., Em itálico no original, tradução de José Procópio de Magalhães.

²⁷ Ibid., Livro VIII, cap. XVIII, p. 133. Itálico no original, tradução de José Procópio de Magalhães.

²⁸ Em algumas o desenhador ou o editor adicionam pormenores à imagem principal. Mantemos, porém, a estatística de Juliano Moreira (1926).

²⁹ A organização dos restantes livros, desde o início, é a seguinte: os três primeiros são consagrados à botânica – o primeiro acolhe 146 nomes de ervas e suas características e 86 imagens; o segundo nomeia e descreve 48 arbustos e plantas frutíferas, que acompanha com 39 imagens; e no terceiro enumeram-se 104 nomes de árvores e suas particularidades, e 75 gravuras; no quinto livro temos 115 nomes de aves e suas características, a que correspondem 54 gravuras; no livro VI há 46 nomes de quadrúpedes e 19 gravuras, e 26 nomes de répteis e 7 gravuras. O VII explana as pesquisas acerca de insetos e contém 55 nomes e descrições, acompanhados de 29 imagens. O livro VIII acolhe 5 gravuras, e há mais duas no apêndice sobre aborígenes chilenos (a de um Lama é considerada a representação mais antiga conhecida deste animal).

incluem, grosso modo, os nomes (em especial na língua nativa e em latim), o revestimento exterior (escamas, pele, cor, brilho, linhas e geometrias que se destacam), o tamanho e o formato, o habitat, a comparação com indivíduos que apresentam analogias, as aplicações terapêuticas e os usos alimentares e ornamentais. Este padrão de registro de Marcgrave demarca-se do de Conrad Gessner (*História dos Animais*, quatro volumes, 1551 a 1558)³⁰ logo pelo fato deste naturalista suíço compilar dados em fontes diversas e se revelar outro tipo de sistematização em alguns aspectos: nome em diversas línguas; meio e o habitat; morfologia e anatomia interna; fisiologia, crescimento, reprodução e doenças; costumes e relações com o homem e outras espécies; caça ou pesca ou criação; alimentos produzidos e terapias medicinais; lendas, fábulas e superstições, provérbios, literatura, onomástica e léxicos derivados e figurados.

Chama a atenção o fato de, neste início da Era Moderna, a imagem emergir como um meio na transmissão de conhecimentos e na prática, autoridade e identidade das investigações: a sua dimensão informativa e pedagógica intui-se pela composição da equipa que Nassau-Siegen juntou que, nota Brienens (2006)³¹, incluía pintores e naturalistas, com capacidades e estilos de figuração distintos. Mas está longe de ser simples e transparente o elo entre práticas observacionais, descritivas e pictóricas na produção e desenvolvimento das ciências, argumenta Sachiko Kusakawa (2010: pp. 303-304, 327-328)³². Com base no estudo das respetivas fontes e da relação entre a observação da natureza, os textos e as suas tradições, e as redes de circulação do conhecimento, esta autora nota que Gessner inseriu na sua obra imagens de origem e qualidade muito diversa, havendo gravuras

³⁰ É no quarto volume, *História dos Animais, sobre a natureza dos peixes e animais aquáticos (Historia Animalium, Liber IIII, qui est de piscium et aquatiliu animantium natura)*, com 1.052 páginas e 712 xilografuras, que colige as informações sobre as espécies que habitam a água.

³¹ Por exemplo, as representações do tamanduá, a óleo deste pintor e a aguarela de Marcgrave, que, fornecendo informações de base equivalentes, sobre a cor e forma do animal, comunicam impressões e mensagens distintas. Em "Between the Savage and the Civilized. Eckhout's Brasilianen and Tapuyas" (capítulo IV), a autora aponta para uma tradição visual que tenderia a reforçar uma hierarquia de civilizações e graus de civilização refletidos nos indivíduos representados. Ver também Phaf-Rheinberger, 2011, pp. 238-241.

³² Para o caso do uso e origem das gravuras nos livros de Gessner, podemos consultar, por exemplo, Kusakawa, Sachiko (2010) "The sources of Gessner's pictures for the *Historia animalium*" in *Annals of Science*, Vol. 67, July, pp. 303-328. Da mesma autora, *Picturing The Book Of Nature, Image, Text, And Argument In Sixteenth-Century Human Anatomy And Medical Botany*, Chicago, Chicago University Press, 2012.

feitas por visionamento direto de espécimes vivas ou secas ou partes de espécies, outras extraídas de diversos livros, de impressos ou de manuscritos e mapas, e desenhos feitos por artistas a seu pedido ou enviados pelos amigos. Na verdade, o projeto de “reunir tudo o que fora escrito ou era conhecido sobre um animal” pressupunha tanto a observação direta de um espécimen vivo, quanto a recolha de dados (escrito e imagem) de outros autores: dispunha de um “amplo mundo visual”, escreve Kusakawa, e pretendia que as ilustrações de todos os exemplares fossem coloridas, o que nem sempre seria viável tendo em conta o preço dos materiais e trabalhos, bem como a falta de rigor na aplicação das cores e a “avareza” do impressor.

Observemos a gravura do rosto de *História Natural do Brasil* (1648) – e também de *Quatorze Livros Naturais e Médicos sobre a Índia* (1658), cuja ilustração também trazemos a este texto (colocando a respetiva interpretação em nota de rodapé). Os nativos do continente sul-americano são figurados pelos naturalistas e sábios europeus segundo uma grelha discursiva e estética renascentista e barroca³³, que se reforçou como perspetiva sobre o mundo através da articulação da gravura e do texto³⁴: as imagens teriam passado sucessivamente, dos traços iniciais de selvajaria, exotismo e canibalismo, para aqueles que davam visibilidade à riqueza e, por fim, para o primado dos símbolos da evangelização e da aculturação: o trabalho sobre a imagem do *Outro* se transforma, “enquadra” os sinais de barbárie nos

³³ Oliveira, Carla (2014) p. 21, pp. 29-32. A representação mais comum do Novo Mundo, acrescenta Oliveira, é a figura de mulher, que pode ter traços caucasianos, embora em regra possua pele escura e se apresente nua, com os cabelos a caírem pelas costas até às nádegas, a cabeça provida de adornos de penas de aves, segurando numa das mãos uma borduna ou um arco, com flechas e uma aljava; aos pés é figurada uma cabeça ou um crânio humano, ou um animal selvagem, e na panturrilha uma tornozeleira metálica.

³⁴ Praz, Mario (2005) p. 18. Numa ótica europeia, os significados em emblemas, que tinham a força e funcionavam como mensagens na transmissão de verdades e adjetivações morais e humanas. Originalmente publicado com o título *Studi sul Concettismo* (Milão, 1934), o livro foi sucessivamente ampliado nas edições inglesas (*Studies in Seventeenth century imagery: a bibliography of emblem books*, 1947 e 1964) e espanhola (*Imágenes del Barroco: estudios de emblemática*, 1989). Citado em Oliveira, (2014, p. 24-25). Oliveira acrescenta (Ibid., p. 27) que a circulação de bens e o enriquecimento que ela potenciava se encadeava intimamente com as formas de alteridade. A América começou a existir quando as descrições feitas asseguraram o poder do colonizador sobre as novas terras, transformadas “num campo de expansão para um sistema de produção” (citado por Oliveira, 2014, p. 42).

da civilização, agrega elementos relativos às riquezas naturais, atividades produtivas e possibilidades comerciais³⁵.

A gravura na folha de anterrosto de *Historia Naturalis Brasiliae* (1648) mostra dois nativos em primeiro plano: à esquerda do leitor está um homem nu e de cabelos a descer pelos ombros, com três penas a ornamentar a cabeça; do lado oposto uma mulher nua, com uma folha a cobrir o sexo e uma longa cabeleira de folhas que desce pelas costas da cabeça até ao chão. O homem segura em ambas as mãos armas. A mulher tem nas duas mãos folhas e frutos. Ao centro, no espaço que os separa, sentado no solo, uma figura nua e de pele clara, lembrando as representações de Poseidon, barbas e cabelos compridos, segura na mão esquerda um vaso de onde brota uma torrente de água e grande exuberância de peixes (distinguímos um tubarão-martelo, uma moreia, uma lula, talvez um cherne, tudo isto representado independentemente da escala), o cotovelo direito apoiado na carapaça de uma tartaruga. O olhar é dirigido para fora do campo, em direção ao observador, como se pretendesse atraí-lo para a riqueza das águas. Um tamanduá parece estar a comer formigas que se encontram no interior da concha. Ao centro um corredor de árvores desemboca numa clareira onde quatro figuras indígenas executam uma dança, tendo por fundo um edifício cuja arquitetura sugere uma fábrica. Animais diversos (símios, aves, trepadores, répteis) encontram-se dispersos pelo arvoredo³⁶.

³⁵ Nos anos 1700 os padrões alegóricos perderiam relevância nas representações visuais sobre a América, em nome da descrição geográfica, do inventário “científico” da fauna e flora, e das riquezas minerais exploráveis (Oliveira, 2014, pp. 47-48 e p. 56).

³⁶ Na obra editada dez anos mais tarde por Willem Piso, (*Indiae Utriusque, Re Naturali et Medica* 1658) há uma distribuição semelhante do espaço, com o índio na mesma posição e com idênticos adereços. Porém, a mulher foi substituída por uma figura masculina, de bigode e com a cabeça coberta por um turbante mais típico de culturas do continente indiano, trajando um saiote e uma cinta de pano, onde embainha uma adaga. Em lugar da “divindade” de pele clara e que na capa do livro anterior está associada à riqueza das águas está o desenho de um animal quadrúpede, agachado, de cujas patas dianteiras jorra a torrente de água com algumas das espécies piscícolas referidas acima. No corredor central formado pelo arvoredo da selva estão também presentes o que pode ser um tigre, um rinoceronte e um dodô (*Raphus cucullatus*), e ao fundo uma construção com uma chaminé, sugerindo uma fábrica. Ambas as obras possuem idêntica chancela tipográfica – uma concha, sugerindo uma valva ou metade de uma *Glicimeris-europeia* – alterando-se alguns elementos das gravuras (Ver Figura 8).



Figura 1 – Folha de rosto de *Historiae Naturalis Brasiliae* (1648). Gravura da autoria de Theodoro Matham.
 Fonte: gallica.bnf.fr/ Bibliothèque Nationale de France



Figura 2 – Folha de rosto de *Indiæ Utriusque, Re Naturali et Medica* (1658). Gravura de Theodoro Matham, gravado em lâmina de cobre. Fonte Botanical Garden Biblioteca Digital Curt Nimuendaju (http://biblio.etnolinguistica.org/marcgrave_1648_historia)

Encontramos na gravura da obra de 1648 o espírito e o contexto das grandes pesquisas naturalistas no início da Idade Moderna: nas sociedades europeias emergiam as condições que, dora em diante, passariam a moldar os sistemas económicos e produtivos e orientariam as grandes mudanças nas relações sociedade / natureza. Ao penetrar no “Novo Mundo” os europeus precipitaram modos de estar que se tornaram sistémicos na percepção da natureza como um bem comercializável, avaliado e valorizado em função de regras de mercado. Sob esta ótica que Jason Moore defende que foi a evolução dos sistemas produtivos capitalistas que conduziu à atual crise ecológica e crise do pensamento ecológico: neste sentido o planeta tem uma história geológica; mas deve integrar a relação dialética entre sociedade e natureza, e inscrever nos estudos sobre as mudanças climáticas a revolução na mudança da paisagem que ocorreu entre 1450 e 1750, que comportou o aparecimento de uma nova “lei do valor” do ambiente, que emergiu com a ascensão do capitalismo no longo século XVI: Moore fala na criação de uma “Natureza Barata”, que foi o resultado de uma aliança entre *capital, império e ciência*, que proporcionou a apropriação de trabalho e energia nas naturezas globais que estavam sob seu domínio, *sem necessidade de remuneração*³⁷.

Marcgrave fornece em *História Natural do Brasil* indicadores sobre esta busca pragmática pelo conhecimento e pelo “valor” da “natureza” em novas geografias.

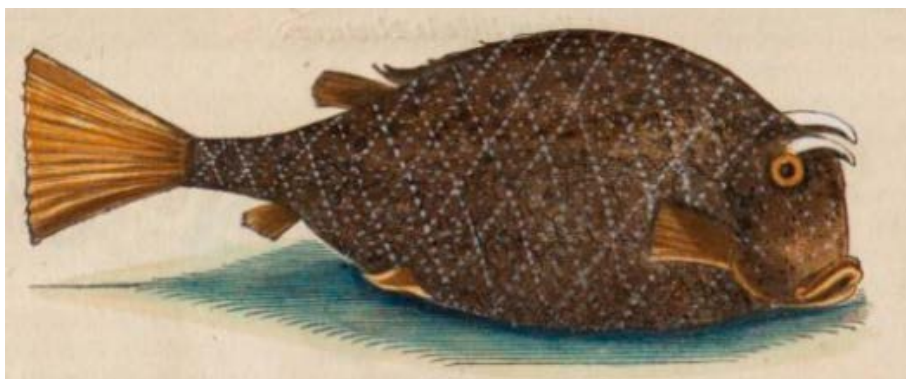
Vejamos a descrição de alguns peixes feita no Livro IV, capítulo I, de “A História Natural das coisas”. Por exemplo, apresenta duas espécies *Guamajacu ape*, as quais compara:

As espécies de peixes triangular Guamajacú-apé são duas, a saber; uma com chifres, a outra sem chifres; a que não possui chifre “Na frente é um pouco menor que

³⁷ Moore, Jason (2016: 79) – “Ecologia-mundo [world-ecology] não se refere à ‘ecologia do mundo’ [‘ecology of the world’]. A nossa ecologia não é a ecologia da Natureza – com N maiúsculo – mas a ecologia dos *oikeios*: essa relação criativa, generativa e multifacetada de criação de vida, de espécies e ambientes. As espécies criam os ambientes; os ambientes criam as espécies. O objetivo filosófico molda o método histórico: a atividade humana é criadora do ambiente. E nesta observação, a natureza passa do substantivo (“o ambiente”) para o verbo (criação do ambiente). As organizações humanas são processos e projetos criadores de ambiente; por sua vez, a roda da vida molda a organização humana. Esta é a dupla internalidade da mudança histórica – a humanidade dentro da natureza, a natureza dentro da humanidade (com a humanidade diferenciada, não reduzida a uma homogeneidade abstrata e sem forma). A ecologia mundial não está sozinha na elaboração do amplo argumento filosófico, mas é distinta ao defender a tradução destas posições filosóficas em premissas metodológicas, estratégias narrativas e quadros teóricos. Nestes enquadramentos, organizações humanas específicas – como o capitalismo – são reveladas como produtoras e produtos da teia da vida.”

a anterior, mas tem o ventre mais largo e a cauda um pouco mais longa; o seu corpo é embutido de figuras hexagonais com inúmeros pequenos tubérculos³⁸.

No mesmo capítulo assinala uma outra espécie, que é designada *Guacucuia*, e descreve-a como peixe monótero, porque tem apenas um chifre ou apêndice na parte anterior, e poderia ser designado “morcego aquático”³⁹. Às primeiras, *Guamajacuapé*, corresponde uma única gravura. Esta é representada pela outra gravura (ver figuras 3 e 4).



Figuras 3 e 4 – Gravura do Guamajacuapé que tem chifre em cima. Gravura do peixe Guacucuia em baixo. In “A História das Coisas Naturais”, Livro IV, pp. 142-143. Fonte: gallica.bnf.fr / Bibliothèque Nationale de France

³⁸ Ibid, “História das coisas naturais”, Livro IV, “quem lida com os peixes do Brasil”, cap. I, pp. 142-143.

³⁹ Ibid., p. 143

Observar, desenhar, anotar e compor uma descrição, são ações a realizar com rapidez: os exemplares de fauna e flora, que são o objeto de pesquisa, começam a se deteriorar logo que retirados do habitat, perdem cor, textura e tônus muscular. Nuno Farinha e Ana Bigio (2022, p. 12) lembram no catálogo da exposição *Illustrare* (Museu Nacional de História Natural e da Ciência, Lisboa) que, para o naturalista captar “as poses e comportamentos” com fidelidade, e compreender os organismos a estudar, as observações devem ser efetuadas em condições que sejam as mais próximas das naturais: o naturalista faz um registro e esboço imediato no terreno, com as anotações que serão as mais relevantes (cor, tônus muscular), para terminar mais tarde os apontamentos numa pausa ou no gabinete. Face-a-face com o objeto de estudo, o investigador faz uma exposição sucinta e emotiva, quente e reservada, estática e dialética, que é a imagem da observação no lugar: pormenores, clareza de qualidades, o vocabulário conciso, conferem às palavras e frases a vibração de uma presença e, inclusive, de uma experiência de degustação. Comparar e levantar analogias é essencial nas descrições.

Taiasica para os brasileiros. Peixe com vinte ou vinte e três centímetros de comprimento, corpo cilíndrico e piramidal, que se torna mais fino na direção da cauda. A cabeça é pequena e comprimida: os olhos são proeminentes e pretos, com um anel dourado: a boca é pequena. Possui seis barbatanas; uma oblonga sob cada guelra, uma mais curta no meio abaixo delas: uma no meio das costas, outra mais longa na última parte das costas, e próximo desta na parte inferior do corpo: a sétima é a cauda, oblonga e arredondada na saída. É coberto por pequenas escamas, de cor hialina pálida, variegadas com várias manchas marrons vermiculadas por toda a parte, exceto nas nadadeiras pós-branquiais e no ventre inferior, que são amarelo-pálido. A cauda é marrom ondulada. Esconde-se na areia e por isso é apanhado pela extremidade que fica exposta na areia onde se esconde. Cozido e fervido, fica gostoso e combina com o gosto holandês, pois a carne é muito branca e quebradiça. (ver figura 5)⁴⁰.

⁴⁰ Ibid., “História das coisas naturais”, Livro IV, “Sobre os peixes do Brasil”, cap. II, pp. 144.



Figura 5 – Gravura do peixe *Taiasica*. In “*A História das Coisas Naturais*”, Livro IV, Cap. II, p. 144. Fonte: gallica.bnf.fr / Bibliothèque Nationale de France

Pira aca Brasiliensis: Monoceros piscis Clusii. O peixe-porco português (muitos são chamados por este nome por causa do formato da cabeça), tem mais de três dedos de comprimento desde o início da boca até o início da cauda, dois lados, sendo um mais largo: o corpo é largo e comprimido, os lados formando a largura, não a barriga ou as costas. A boca é bastante pequena, em formato da de porco, e na frente da mandíbula inferior possui dois dentes largos, que costumam ter globos bastante pequenos na superior: olhos amarelos bastante grandes, pupilas pretas. Acima dos olhos, no dorso, um pouco para trás, apresenta uma pequena crista ereta, um pouco para trás do corpo curvado, com menos de um dedo de comprimento, redonda, da espessura de um fio médio, e tendo uma fileira dupla de dentículos ou espinhos pontiagudos, com as pontas estendendo-se para o dorso, sustentados por assim dizer por uma espécie de membrana fina, que transversalmente está fixada ao dorso. Mas ele não consegue largar a cornija, como pensa Clusius. Da boca para cima, para fora, a cabeça sobe até a crista, que repousa como um outeiro, depois as costas são levadas em caminho reto, e sobem de novo numa elevação semelhante a um camelo, e aí começa uma barbatana fina e estreita, que se estende um pouco mais de um dedo no dorso, que desce em direção à cauda: no lado oposto da parte inferior do corpo há uma barbatana semelhante. Além disso, da parte inferior da boca também desce o corpo, e primeiro, sob cada olho, de cada lado, tem uma ranhura em vez das brânquias, e sob a ranhura uma pequena barbatana quase em formato de paralelogramo: o próprio corpo se estende abaixo em uma barbatana espessa e com mais de seis dedos de largura e uma barbatana longa, que é sustentada por uma espinha firme escondida na própria pele; e este versículo tem também uma pequena crista espinhosa na extremidade (...) Possui pele áspera ao toque, como a pele de uma panapana, de tom amarelo-escuro de fogo, além de nadadeiras, chifre e cauda. As barbatanas, porém, estavam misturadas com algo dourado; como a mesma pele nas costas; como em geral costumam ter todas as espécies: pois suponho que a espécie seja capaz de inchar a barriga de alguma forma.

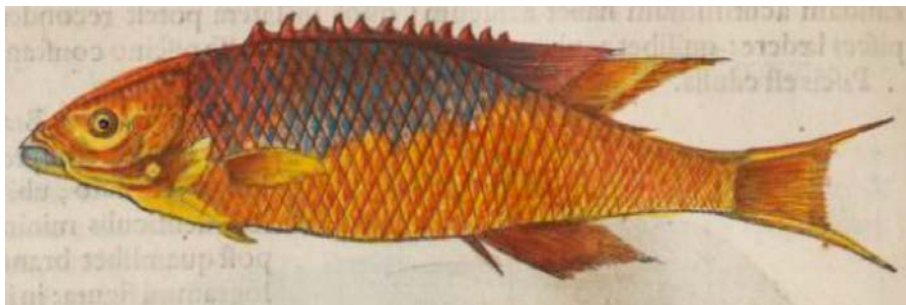


Figura 6 – Gravura do peixe *Pira aca*. In “A História das Coisas Naturais”, Livro IV, Cap. VII, pp. 154-155. Fonte: gallica.bnf.fr / Bibliothèque Nationale de France

Comumente designado Pudiano vermelho, mas mais precisamente Bodiano: para os brasileiros, *Aipimixira* & *tetimixira*⁴¹, um peixe do tamanho de uma perca média. Largura do corpo, quando maior, cinco centímetros, próximo à cauda um ou um pouco mais. É quase igual em largura ao corpo. A cabeça é pequena, a boca é pontiaguda, na parte superior da parte anterior existem três denticulos pequenos e pontiagudos, e também na face inferior, e no interior de cada mandíbula existem outros denticulos menores. Seus olhos são um pouco esbugalhados, as pupilas pretas, brancas por fora, com um círculo amarelo deste lado. Possui sete nadadeiras: aparentemente duas com mais de um dedo de comprimento, não largas, uma atrás das brânquias de cada lado: abaixo dessas duas unidas na barriga: outra na barriga em direção à cauda, com dois dedos de comprimento, presos ao seu comprimento: uma assim no dorso, com três dedos e meio de comprimento: e a sétima para a cauda, que é quadrada, com um dedo de comprimento e largura. O peixe é coberto por escamas finas, tão estreitamente

⁴¹ Em itálico no original.

dobradas que parecem glabras ao toque. A cor de todo o corpo é amarela misturada com ouro. Mas o topo da cabeça e todo o dorso no meio e em ambos os lados, e quase até ao fim da barbatana dorsal, são de uma cor brilhante misturada com laca. A borda extrema da nadadeira maior no ventre em direção à cauda também é roxa, assim como as nadadeiras unidas a ela inteiramente: o resto das nadadeiras são amarelas misturadas com uma cor dourada, assim como todo o resto do corpo. A última parte da barbatana maior no dorso também é amarela, assim como a cauda. O peixe é comestível⁴²

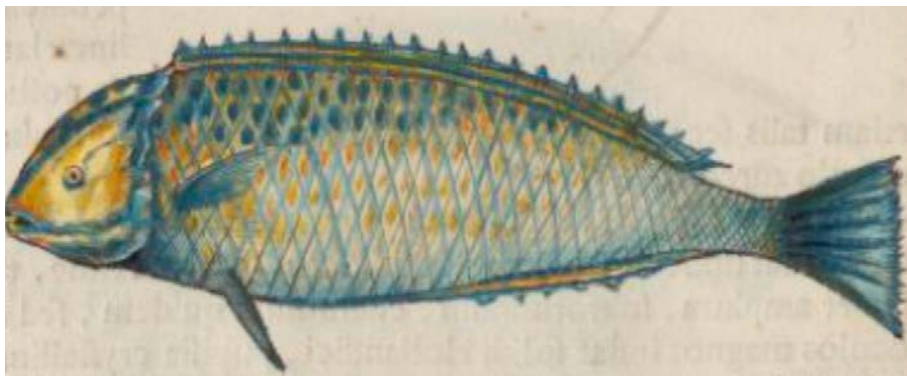


Figuras 7 – Gravura do pudiano vermelho. In “A História das Coisas Naturais”. Livro IV, Cap. III, pp. 145-146. Fonte: gallica.bnf.fr / Bibliothèque Nationale de France

Pudiano verde Lusitano. Um peixe oblongo, talvez vinte e cinco centímetros do final da boca até o início da cauda; o corpo tem sete centímetros de largura e cerca de quinze centímetros na cauda. Boca pontiaguda, não grande, com dois dentes longos e afiados na parte frontal da mandíbula superior; e uma série de pequenos dentes: inferior, na parte frontal, quatro, longos, pontiagudos e uma série de pequenos brancos. Seus olhos são pequenos, as pupilas são pretas, o primeiro círculo é dourado, depois a parte externa é branca. Tem sete barbatanas, uma que se estende ao longo do dorso, com quinze centímetros de comprimento e metade da largura, que pode erguer e sustentar com os espinhos: atrás de cada guelra, com 2,5 centímetros de comprimento, um pouco mais de um de largo; sob a barriga, duas pequenas unidas; uma das barrigas inferiores se estende quase até o esporão da cauda, com dez centímetros de comprimento e uma costura larga: A sétima barbatana é a cauda, quadrada ou em formato de paralelogramo, com seis dedos de comprimento e dois de largura. O peixe inteiro é revestido de escamas largas, dispostas de tal forma que parecem meros cubos presos a si mesmos; de cor amarela ou dourada, e ao longo de toda a circunferência uma linha ou franja de cor azul

⁴² In “A História das Coisas Naturais”, Livro IV, Cap. III, pp. 145-146.

ou azul muito elegante. A parte superior da cabeça é dourada com uma grande mancha de cor verde talassino, rodeada por faixas azuis e amarelo-azuladas matizadas de esbranquiçado. As duas barbatanas laterais ou pós-branquiais e as duas do ventre são esbranquiçadas, dotadas de linhas azuis na zona lateral. A barbatana dorsal é de cor dourada e marcada com faixas azuis onduladas ao longo do seu comprimento, que no ventre maior varia a cor do ruivo ao castanho, com faixas azuis ao longo do seu comprimento. A cauda é vermelha, listrada de fulvo e azul em todo o comprimento, mas na ponta é um pouco verde. É um peixe de cor e comida notáveis. Capturado no mar⁴³



Figuras 8 – Gravura do pudiano vermelho. In “A História das Coisas Naturais”. Livro IV, Cap. III, p. 146. Fonte: gallica.bnf.fr / Bibliothèque Nationale de France

Chama-se Juruucabeba para os brasileiros: ou também se chama Itaiara. Um peixe de dezoito ou vinte centímetros de comprimento, dois ou três de lado, sendo o mais largo: a boca é bastante larga e de formato triangular redondo, a língua é estreita e curta, com dentes minúsculos: olhos redondos, pupilas cristalinas e círculo vermelho. Atrás das brânquias de cada lado possui uma barbatana de seis dedos de comprimento, quadrada e circular na popa: abaixo destas, duas se unem na parte inferior do ventre; a barbatana começa um pouco atrás do occipital, sustentada por espinhos na metade

⁴³ In “A História das Coisas Naturais”, Livro I, Cap. III, pp. 146. Pudiano Verde: termo indígena. Nome popular: Bodião verde. Nome Científico: *Thalassoma Pavo*. O bodião verde, que habita o nordeste e o sudeste do Brasil, não é apenas um peixinho bonito. Ele é também uma criatura fundamental para a manutenção dos nossos recifes, garantindo o crescimento saudável dos corais, conhecido como engenheiros dos corais. Peixe que vive em regiões coralíneas, alterações que ocorrem no meio ambiente, deixam o bodião verde em risco de extinção. Aquaristas gostam muito desse peixe, pois ele é muito resistente. São peixes herbívoros sua carne tem sabor peculiar, podem ser pescados por redes ou anzóis

anterior, macia na posterior, que se estende ao longo do dorso até a cauda, e é sempre mais larga, perto da cauda com um dedo de largura. Na parte inferior do corpo, em direção à cauda, também possui uma barbatana bastante grande. A cauda consiste em uma barbatana de seis dedos de comprimento, mais um largo e quadrado. As escamas de um peixe, mas com escamas tão dobradas que parecem lisas. Toda a cor do peixe é de um vermelho brilhante e a barriga é manchada de vermelho e branco; e nas laterais apresenta constantemente manchas rosadas, pretas, diversas, maiores e menores. As barbatanas são todas vermelhas e manchadas de preto. É um peixe gordo e de bom sabor, mas melhor assado. É capturado no mar entre as rochas. Recém-pendurado na parede à noite, todo o corpo ficava bem iluminado⁴⁴.



Figuras 9 – Gravura do Juruucabebe. In “A História das Coisas Naturais”. Livro I, Cap. III, pp. 146-147. Fonte: gallica.bnf.fr / Bibliothèque Nationale de France

Conclusão

Trazemos aqui uma porção ínfima das pesquisas das expedições naturalistas: o uso de uma linguagem visual e escrita com que, no início da Idade Moderna, os investigadores pretenderam inventariar, registrar e dar a conhecer a exploração de terras “virgens”, do ponto de vista dos europeus, e o que ficava ao dispor de sociedades que, tendencialmente, traduziam as descobertas em mercadoria.

⁴⁴ In “A História das Coisas Naturais”, Livro IV, Cap. III, pp. 146-147.

Esta nova linguagem visual está associada à transformação profunda da paisagem-mundo, que foi tornada possível porque as sociedades europeias começavam nessa altura a inovar no tipo de riqueza que produziam – e aqui recorremos ao argumento de Jason Moore atrás mencionado: o capital, a acumulação de capital, e a primazia à circulação universal de mercadorias, incluindo pessoas e trabalho, energia e produtos da natureza.

Nesta ótica tornou-se fundamental a visualização do mundo, como demonstram os textos de zoologia e de botânica: Marcgrave, e o seu editor Willem de Laet, manifestam nos trabalhos uma relação visual direta com a planta ou animal que registram; mas também, podemos perceber como no recurso às imagens haveria uma certa flexibilidade e liberdade para, em caso de necessidade, os autores se socorrerem de trabalhos que não resultavam de uma observação direta feita por si. Os desenhos e as impressões em xilogravura, em litografia ou em placa de cobre, são uma extensão do elo empírico entre o investigador e o seu objeto e as circunstâncias da pesquisa, que eram condicionadas e orientadas pelos objetivos da expedição e dos estudos: conhecer um território, inventariar as suas riquezas, identificar a sua utilidade no âmbito do grande comércio mundial que se estava a criar, do fluxo de mercadorias e do seu valor de mercado.

Num contexto de reflexão sobre as atuais problemáticas do clima e da natureza, fica a questão: se tivermos como primeira causalidade da crise ecológica a perspetiva histórica, como é que podemos (re)introduzir modos de relacionamento com a natureza e na natureza – que no início da Era Moderna foi colocada ao serviço do avanço do trabalho produtivo – que implementem mecanismos de biodiversidade?

Bibliografia

- Alpers, Svetlana (1983) *The Art of Describing. Dutch Art in the Seventeenth Century*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Brienen, Rebecca Parker (2006) *Visions of savage Paradise: Albert Eckhout, Court Painter in Colonial Dutch Brazil*. Amsterdam: Amsterdam University Press
- Farinha, Nuno & Bigio, Ana (n.d.) *Ilustrare – Imagens com História / Images with History*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

- Françoço, Mariana (2010) "Alguns Comentários à *Historia Naturalis Brasiliae*" in *Cadernos de Etnolinguística* (ISSN 1946-7095), Vol. 2, N.º 1, fev. (<http://www.etnolinguistica.org/vol2:1>)
- Françoço, Mariana (2009) "De Olinda a Olanda: Johan Maurits van Nassau-Siegen e a circulação de objetos e saberes no Atlântico holandês (século XVII)". [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UNICAMP. (<http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/469951>)
- Freedberg, David (1999) Ciência, Comércio e Arte. IN: HERKENHOFF, Paulo. *O Brasil e os Holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro, pp. 192-159. Editora Sextante Artes.
- Galindo, Marcos e Lodewijk Huisman (2001) (Org.). *Guia de Fontes para a História do Brasil Holandês – acervo de manuscritos em arquivos holandeses*, Brasília e Recife: Minc Projeto Resgate, Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana.
- Gesteira, Heloisa Meireles (2004) Observação do Céu nos confins da América portuguesa: instrumentos e livros científicos na construção do território (1750/1760). *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.6-21, jan./jul.
- Green, V.H.H. (1984) *Renascimento e Reforma. A Europa entre 1450-1660*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Griebe, Jacob Wilhelm & Teixeira, Dante Martins (Org.) (1998) *Brasil Holandês*. Coleção Animaux et Oiseaux – naturel – Buch. Vol.1. Rio de Janeiro: Editora Índex.
- Gutlich, George Rembrandt (2005) *Arcádia Nassoviana. Natureza e imaginário no Brasil Holandês*. São Paulo: Annablume.
- Holanda, Sergio Buarque de (1960) *A Época Colonial: Do descobrimento à expansão territorial*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, Tomo I, vol. 1.
- Kusukawa, Sachiko (2010) "The Sources of Gessner's pictures for the *Historia Animalium*" in *Annals of Science* (Vol. 67), N.º 3, July, pp. 303-328.
- Lichtenstein, Martin Heinrich Karl (1961) Estudo crítico dos trabalhos de Marcgrave e Piso sobre a história natural do Brasil à luz dos desenhos originais, Trad. Olivério Pinto, (Coleção Brasiliensia Documenta, v. 2), São Paulo: Ed. Edgard de Cerqueira Falcão, 1961
- Marcgrave, Georg (1948) *História Natural do Brasil* (trad. Mons. Dr. José Procópio de Magalhães, Edição do Museu Paulista Comemorativa do Cincoentenário da Fundação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo), São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- Mello, Evaldo Cabral de (1999a) Os Holandeses no Brasil. IN: HERKENHOFF, Paulo (Org.). *O Brasil e os Holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro RJ: pp. 20-41. Editora Sextante Artes.
- Mello, José Antonio Gonsalves de (1999b) Companhia das Índias Ocidentais. IN: Herkenhoff, Paulo (Org.). *O Brasil e os Holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro RJ: p. 42-63. Editora Sextante Artes.

- Moore, Jason W. (2016) "The Rise of Cheap Nature", in *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism* (ed. Jason Moore), ed. PM Press Kairos, pp. 78-115.
- Moreira, Juliano (1926), Marcgrave e Piso. in Vol. 14. pp. 649-673. *Revista do Museu Paulista*.
- Oliveira, Carla Mary S. (2014) *A América Alegorizada – Imagens e Visões do Novo Mundo na Iconografia Europeia dos Séculos XVI a XVIII*. João Pessoa: Editora UFPB – Universidade Federal da Paraíba.
- Ong, Walter J. (1967) *The presence of the word – some prolegomena for cultural and religious history*, New Haven and London: Yale University Press
- Parker Brienen, Rebecca (2006) *Visions of Savage Paradise. Albert Eckhout, Court Painter in Colonial Dutch Brazil*. Amsterdam. Amsterdam UP.
- Phaf-Rheinberger, Ineke (2011) "Luanda, precisão do olhar e canibalismo: Georg Marcgrave e a História do Atlântico Sul" (tradução de Luciano Dutra de Oliveira), in *Viagens, Viajantes e Deslocamentos*. pp. 233-250. Projeto História no 42.
- Papavero, Nelson (1996) A Descoberta da Biota Americana pelos Europeus. pp. 50-55. *Ciência hoje* 15 (86).
- Piso, Guilherme (1948) *História Natural do Brasil ilustrada em 1648: De Medicina Brasiliensi*, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1948. Piso, Guilherme, *História Natural do Brasil Ilustrada*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Silva, Leonardo Dantas (2001) Estudo Introdutório – Brasil Holandês: Os Caminhos do Conhecimento. In Marcos Galindo e Lodewijk Huisman (Org.). *Guia de Fontes para a História do Brasil Holandês – acervo de manuscritos em arquivos holandeses*, Brasília e Recife: Minc Projeto Resgate, Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, pp. XI-XLIII
- Taunay, Afonso de E. (1948) Comentário Biográfico. In *Historia Natural do Brasil* (trad. Mons. Dr. José Procópio de Magalhães, Edição do Museu Paulista Comemorativa do Cincoentenário da Fundação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo), São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- Teensma, Benjamin Nicolaas (2005), Os roteiros manuscritos brasileiros de Hessel Gerritsz e Johannes de Lae. In Marianne L. Wiesebron (Ogr.). *O Brasil em Arquivos Neerlandeses (1624-1654) – a primeira companhia das Índias Ocidentais Neerlandesas, Cartas e papéis vindos do Brasil e de Curaçao*, Research School, Leiden, The Netherlands, pp. 45-58
- Teixeira, Dantes Martins (Org.) (1995) *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae. Brasil – Holandês. Deutch-Brazil*. Tomo I, Introdução e Miscelânea Cleyeri, Tomo II Libri Principis vol I, Tomo III Libri Principis vol II, Tomo IV Ícones Aquatiliu & Ícones Volatiliu, Tomo V Ícones Animalium & Ícones Vegetabiliu. Rio de Janeiro: Editora Índex.
- Woortmann, Klaas (1997) *Religião e Ciência no Renascimento*. Brasília: Editora UNB, 1997.

A indústria baleeira nos Açores

Sistemas de organização da produção

José Carlos Garcia¹

Introdução

Situado no meio do Atlântico Norte, o arquipélago dos Açores² regista a frequência de baleias-de-barbas (misticetos)³ e constitui uma área de grande concentração de cachalotes (*Physeter macrocephalus* Linnaeus, 1758) e um local de reprodução e de crescimento desta espécie. Também conhecido por *baleia*, o cachalote é o maior

¹ Sociólogo e investigador na área da antropologia.

² Os Açores (2.321,96 km²) são uma área cultural portuguesa e um arquipélago formado por nove ilhas, que se distribuem diagonalmente por três grupos geográficos: Santa Maria (96,89 km²), São Miguel (744,57 km²) (grupo Oriental), Terceira (400,27 km²), Graciosa (60,66 km²), São Jorge (243,65 km²), Pico (444,80 km²), Faial (173,06 km²) (grupo Central), Flores (140,96 km²) e Corvo (17,11 km²) (grupo Ocidental). Entre 1835/1836 e 1976, a sua organização político-administrativa configurou três distritos: Ponta Delgada (Santa Maria e São Miguel), Angra do Heroísmo (Terceira, Graciosa e São Jorge) e Horta (Pico, Faial, Flores e Corvo).

³ Na cetofauna açoriana (28 espécies), estão identificadas sete baleias-de-barbas: baleia-franca (*Eubalaena glacialis*) (Müller, 1776), baleia-anã (*Balaenoptera acutorostrata* Lacépède, 1804), baleia-sardineira (*Balaenoptera borealis* Lesson, 1828), baleia-de-bryde (*Balaenoptera edeni* Anderson, 1878), baleia-azul (*Balaenoptera musculus*) (Linnaeus, 1758), baleia-comum (*Balaenoptera physalus*) (Linnaeus, 1758) e baleia-de-bossas (*Megaptera novaeangliae*) (Borowski, 1781) (Prieto e Silva, 2010: 344; Silva et al., 2014: 127).

cetáceo com dentes (odontoceto) e pode atingir 21 metros de comprimento e pesar 70 toneladas, ocorrendo anualmente e alcançando ali, entre maio e julho, a máxima abundância populacional (Gonçalves, 1996: 231, 232, 247, 248).



Figura 1 – Cachalote *Physeter macrocephalus*. Fotografia de Javi Garcia, arquivo da Futurismo.

No espaço-tempo açoriano, assistiu-se à apropriação de cetáceos arrojados à costa, desde a ocupação portuguesa (séc. XV), à baleação itinerante anglo-norte-americana (1765-1927) e à atividade baleeira insular (1848-1984), identificada aqui como objeto de conhecimento. Privilegiando o cachalote, a indústria organizou-se de diferentes formas, modos ou sistemas de produção e de distribuição, no âmbito dos quais foi possível valorizar a sua gordura (óleo), o espermacete (óleo da cabeça), os ossos (óleo, farinhas para adubos), a carne (farinhas para rações), o sangue (farinhas), os fígados (óleo rico em vitaminas), o âmbar-cinzentos (fixador de perfumes)⁴, os dentes, os ossos mandibulares (*arte baleeira*) e até a pele (curtumes). O óleo era o produto principal e destinava-se sobretudo à exportação e aos mercados da América do Norte e da Europa, onde obteve uma progressiva aplicabilidade na lubrificação das máquinas (sécs. XIX e XX), na perfumaria, na cosmética, na indústria farmacêutica, na indústria têxtil e na produção de sabão, tintas e ceras (séc. XX) (Garcia, 2021).

⁴ O âmbar-cinzentos forma-se no intestino terminal do cachalote (Almaça, 1998: 29). Nem todos os animais proporcionam esta concreção; logo, a sua recolha era ocasional (Martins, 2019: 135).

Centrado nesta cultura baleeira⁵, o presente trabalho pretende caracterizar e fundamentar a classificação das formas de organização da produção nas categorias tipológicas de manufatura e de indústria mecânica (fábrica). Para o efeito, propõe-se uma visão holística da realidade dos sistemas ecossociotécnicos de pesca e de transformação comercial de cetáceos, ao longo do tempo e na diversidade dos espaços e territórios, com base na ação e na mobilidade organizadas.

Questões metodológicas e conceituais

Este estudo sobre a produção baleeira açoriana é elaborado a partir da antropologia e envolveu a consulta de elementos (fontes históricas e etnográficas) e a descrição, a comparação e a interpretação de casos concretos, com os quais se racionaliza o trabalho científico, baseado no corpo metodológico e conceitual de subcampos da disciplina: antropologia marítima, antropologia baleeira e antropologia das técnicas⁶. A perspetiva retoma e justifica uma classificação aplicada ao arquipélago (Garcia, 2021: 36, 37), sendo tributária do projeto de reconversão museológica da Fábrica da Baleia de São Roque do Pico (1991-), onde se esboçaram as seguintes formas de organização das atividades de produção e de distribuição da baleia: indústria manufatureira (sécs. XIX e XX) e indústria mecânica (séc. XX) (Martins, 2001: 2).

Porém, alguns autores entendem a baleação açoriana, independentemente dos sistemas produtivos e dos processos de transição, como uma atividade *artesanal*⁷. Isto observa-se sobretudo a nível da pesca, por ter sido praticada com pequenos botes e armas de arremesso (arpão, lança), mas também a nível da extração

⁵ Cultura baleeira é “a configuração antro-espaciotemporal da totalidade dinâmica dos sistemas de interação humana com as baleias” (Martins, 2019: 136, nota 4).

⁶ O trabalho etnográfico representa uma fonte de conhecimento para a antropologia científica (Godelier, 1989 [1984]: 95-100).

⁷ Ver, por exemplo, Costa (2012: 119); Garcia (2017 [2008]: 11); Henriques (2016: 20, 21); Júnior (2011: 118); Vieira (1992: 112, 113; 1996: 97, 98). Na primeira alteração à legislação do Património Baleeiro Regional (Decreto Legislativo Regional n.º 13/2014/A, de 24 de julho), a baleação açoriana também é interpretada como uma prática artesanal.

de óleo, devido à implantação de oficinas manuais com caldeiros, até à chamada *fase industrial* (1937-)⁸. Na verdade, nota-se uma tendência para desvalorizar a análise classificatória dos fenômenos em questão, confundindo “o trabalho especializado, assente exclusivamente na utilização da habilidade manual e da força muscular, com trabalho artesanal”, pois “o artesanato é uma forma de organização e não uma técnica de trabalho, que pode recorrer a diferentes meios técnicos” (Martins, 2021: 29, nota 92). Por outro lado, confrontando variáveis adotadas para identificar as formas de produção pesqueira, é possível verificar que as características da pesca artesanal, enquanto categoria de pequena produção mercantil de pescadores independentes⁹, não se enquadram na realidade concreta da pesca empresarial baleeira, já que esta sempre foi um dos setores de atividade da armação ou sociedade capitalista, proprietária dos instrumentos; portanto, nunca teve qualquer autonomia fora da organização industrial (Martins, 2021: 29, notas 95 e 97).

Consequentemente, vale a pena conceitualizar as formas produtivas da indústria baleeira¹⁰, cuja ação humana operou sobre matérias vivas e não-vivas, no decurso das atividades de pesca (aquisição)¹¹, transformação de cetáceos (produção) e distribuição dos seus derivados (comércio, transporte) (Garcia, 2021: 36, 37), funcionando como sistemas técnicos, organizativos (relações sociais) e sistemas simbólicos (representações) (cf. Lemonnier, 2002 [1996]: 818, 819; 2010 [1983]). Para tal, a indústria é estudada à luz da perspectiva sistêmica, apoiada nos conceitos

⁸ Os trabalhos de Cymbron (2011), Henriques (2016), Pinto e Porteiro (2010) e Vieira (1996) referem “fase industrial” para identificar o período da indústria mecânica (fábrica).

⁹ Referimo-nos à classificação da organização pesqueira no Brasil, proposta por Diegues (2004: 127-179) (ver tabela 1). Geralmente, neste tipo de análise, são considerados como fatores variáveis “a escala de atuação (local, regional, nacional ou internacional); a identificação dos investimentos financeiros e esforço de pesca (barcos pequenos a grandes, tecnologia); a capitalização desses recursos (estrutura familiar ou empresarial); as estruturas existentes de poder (político e financeiro); a diversidade das espécies exploradas (intensificação e diversificação); e dependência do ambiente (local e oceânica)” (Sousa e Vogel, 2008: 16).

¹⁰ Indústria baleeira é a configuração cultural da totalidade dinâmica e relacional das atividades piscatórias, transformadoras e comerciais de cetáceos, podendo organizar-se, no espaço-tempo, de diferentes formas, modos ou sistemas de produção e de distribuição de bens.

¹¹ Relativamente ao processo de extração de recursos aquáticos (aquisição), adotamos o termo *pescar*, onde o arpão é uma arma reservada aos animais desse meio (Leroi-Gourhan, 1984 [1945]: 45, 55-57).

de totalidade (globalidade)¹² e de organização¹³, permitindo associar as condições ecológicas, tecnológicas e sociais intervenientes nos processos haliêuticos, transformadores e comerciais, com o propósito de analisar a sua dinâmica, a coexistência, a interdependência, a dominância e as mudanças que reorganizam as (novas) formas produtivas (*cf.* Diegues, 2004: 138-142).

Nesta abordagem, o sistema técnico de produção – dinâmico e evolutivo – reúne os meios (matéria-prima, instrumentos, espaço), os atores, a energia, as relações de produção e distribuição, os processos técnicos e os produtos, combinando, assim, a dimensão material (forças produtivas: meios de produção, atores, energia), as relações sociais e, inseridos na dimensão simbólica, os saberes e os significados da cultura, apreendidos pela tradição e pela experiência prática. Os recursos financeiros, os regulamentos e as instituições são outras categorias que podem integrar o sistema¹⁴. A atividade técnica é um articulado de cadeias operatórias (etapas/fases/gestos), tendo uma natureza processual no espaço-tempo (processo técnico), com determinados objetivos: aquisição da matéria-prima, produção e distribuição de bens (Balfet, 1975: 52-54; 1991; Lemonnier, 1976; 2010 [1983]: 50, 51). Os elementos da técnica – matéria, energia, artefactos, gestos e conhecimentos – interagem entre si e são interdependentes (Lemonnier, 2002 [1996]: 818).

Em face do exposto, a interpretação da realidade ecossociotécnica da indústria baleeira e a classificação da sua forma de organização (social), configurando o modo de produção (modelo teórico tecnoeconómico)¹⁵, estão alicerçadas no estudo espaciotemporal dos fenómenos do sistema e do respetivo processo cultural.

¹² Em teoria, “um sistema constitui um todo integral e nenhuma parte dele pode ser compreendida fora do sistema como um todo” (Moran, 1994 [1979]: 82).

¹³ Sobre a abordagem sistémica na teoria das organizações, ver Chiavenato (2004 [1976]: 473-496). Nesta perspetiva, a organização é um sistema sociocultural dinâmico e aberto, em interação com o meio envolvente.

¹⁴ Baseamo-nos no modelo de produção proposto por Martins (1999: 54-64).

¹⁵ O modo de produção caracteriza-se pelas “relações sociais que determinam as formas de acesso aos recursos naturais e aos meios de produção, organizam os processos de trabalho e determinam a distribuição e a circulação dos produtos” (Godelier, 1989 [1984]: 131).

Origens da baleação açórico-americana

No espaço-tempo açoriano, o complexo cultural baleeiro constituiu um conjunto de elementos, práticas, ideias, crenças, regulamentos e instituições (1848-1984) (cf. Martins, introdução a Vieira, 1992: 107), que se desenvolveram no contexto de dinâmicas da natureza-cultura: condicionantes ecológicas, geográficas, económicas e sociais, modos de produção e fenómenos sistémicos da própria indústria, procura e hábitos de consumo, normas dos poderes públicos central e local, ciclos da baleação atlântica e capturas mundiais (Garcia, 2021: 35).

A instalação deste complexo cultural foi viabilizada pelo ecossistema marinho dos Açores, enquanto área de grande concentração de cachalotes, com o mês de julho a registar uma abundância de animais (Gonçalves, 1996: 247, 248). Por esta razão, desde 1765, os baleeiros estrangeiros selecionaram o banco açoriano (*Western Islands*), apropriaram-se dele e transformaram-no em território de pesca (*whaling grounds*), a ponto de consolidarem a função do arquipélago numa encruzilhada de rotas marítimas industriais baleeiras no Atlântico Norte Central, estabelecidas por veleiros oceânicos e interoceânicos de origem anglo-norte-americana (Costa Leste), até 1927 (Costa, 2019: 68-71; Martins, 2021: 11).

Na rota determinada ao banco baleeiro açoriano, as escalas insulares forneciam apoio portuário e logístico aos navios industriais, sobretudo nas ilhas das Flores, Corvo, São Jorge, Pico e Faial, mas com destaque nesta última, devido à centralidade da abrigada baía da Horta, onde se realizava uma diversificada prestação de bens e serviços: troca postal de correspondência, procedimentos consulares, aquisição de utensílios de pesca, trabalhos de reparação naval, forja e tanoaria, encaminhamento de doentes, infratores e desertores, recrutamento de ilhéus para completar as tripulações (emigração baleeira), depósito de barris de óleo de baleia para transbordo, abastecimento de água (*aguada*), víveres e produtos agrícolas (*refresco*)¹⁶. Esta “provedoria” do porto da Horta deveu-se, em grande parte, à presença da família Dabney (1806-1892), originária de Boston (Estados Unidos), cuja prosperidade se baseava em atividades comerciais e industriais

¹⁶ O domínio e o impacto da baleação americana nas ilhas açorianas motivaram alertas de uma elite política e militar (Horta-Faial), entre 1821 e 1833, para a conveniência de se investir localmente na “pescaria das baleias” (Garcia, 2021: 59; cf. Martins, 2003: 19).

(Casa Dabney & Sons), numa encruzilhada atlântica de intenso tráfego marítimo internacional, desempenhando igualmente funções consulares americanas (Costa, 2012: 39-103; 2019: 66-74, 86-104).



Figura 2 – Navios baleeiros norte-americanos no porto da Horta (Faial, 1910). Fotografia de José Goulart Cardoso.

Os grandes navios da indústria baleeira estadunidense, organizada por um sistema empresarial capitalista e assente em rotas à escala planetária, territórios de pesca sazonais e mercados, categorizavam-se por embarcações de dois mastros (escunas e bragues) e de três mastros (barcas e galeras). Levavam três a cinco botes de bordo (25-28 pés, comp.), de seis pescadores (timoneiro, arpoador-remador e quatro remadores), armados com arpão e lança manuais e, posteriormente, espingardas lança-arpões. Na coberta, tinham dois ou três caldeiros de fornalha (*try-works*)¹⁷, para a extração de óleo de baleia, e os respetivos depósitos de arrefecimento e purificação (*cooling tanks*). Operavam com tripulações de 35 a 40 homens,

¹⁷ A fornalha é uma estrutura desmontável de tijolo refratário, com chaminé. O derreter da baleia fazia-se com fogo indireto, por interposição dos caldeiros montados na fornalha (Martins, 2021: 11, nota 20).

multiculturais, plurirraciais e multinacionais, remuneradas por um “sistema de soldadas”¹⁸ e caracterizadas pela divisão sociotécnica do trabalho (capitão, oficiais, pescadores-trabalhadores, artífices, cozinheiro), pelo controlo hierárquico das atividades e pelo uso da habilidade corporal e da força muscular (Martins, 2021: 10, nota 10; Vieira, 2007: 102-129).

Estas manufaturas flutuantes móveis eram muito especializadas e tecnicamente eficazes, articulando o espaço da embarcação à vela e o espaço marítimo contíguo, no processo itinerante de produção múltipla: vigilância, deteção e captura, processamento parcial de cetáceos¹⁹, armazenamento e transporte de equipamentos e produtos (óleo, barbas, ossos) e artes auxiliares de calafetagem, forja e tanoaria (cf. Martins, 2019: 176, 177; 2021: 10). Durante o repouso do trabalho, os membros da tripulação também realizavam peças artísticas em dente, osso mandibular de cachalote e barbas de baleia (*scrimshaw*), para funções utilitárias, decorativas e/ou estético-simbólicas (Martins, 2003: 18).

Na segunda metade do século XIX, após a consolidação espaciotemporal das rotas baleeiras norte-americanas em territórios continentais e insulares e a progressiva participação portuguesa nesta indústria globalizada²⁰, podendo implicar campanhas de três a cinco anos, com regresso às cidades portuárias de origem²¹, assistiu-se ao incremento da atividade nos Açores, mediante a produção itinerante (manufatura marítima, 1848-) e a produção costeira (pesca marítima-manufatura terrestre, 1851-)²². Embora com percursos e expressões muito diferentes, ambas as modalidades de indústria baleeira

¹⁸ As “soldadas” representavam uma percentagem dos lucros obtidos e eram distribuídas no final das viagens (Warrin, 2020 [2010]: 51, 52).

¹⁹ O processamento dos cetáceos realizava-se ao longo do casco do navio (esquartejar o animal) e no seu convés (picar os toucinhos e extrair o óleo).

²⁰ Sobre a baleação norte-americana, ver Dolin (2007). O envolvimento de portugueses, entre 1765 e 1927, foi estudado por Vieira (2007) (açorianos e cabo-verdianos) e Warrin (2020 [2010]).

²¹ As baleeiras americanas nos Açores provinham de New Bedford, Fairhaven, Nantucket, New London, Bristol, Warren, Edgartown, Falmouth, Hudson, Newport, Plymouth, Salem, Fall River, Rochester e Stonington (Afonso, 1998: 24; cf. Dolin, 2007: 217).

²² Para o estudo global e sistemático da indústria baleeira açoriana, ver Afonso (1998); Barré (2003); Clarke (2001 [1954]); Figueiredo (1996 [1946]); Garcia (2021). Destacam-se, igualmente, memórias, recolhas etnográficas, análise de arquivos empresariais e monografias da atividade insular: Bettencourt (1996) (Pico); Cymbron (2011) (São Miguel); Gomes (1988) (Flores); Lopes (2008) (Faial); Melo (1983) (Pico); Mendonça (2003) [1993] (São Jorge); Pereira (2005) (Graciosa); Pinto e Porteiro (2010) (Faial); Puim (2001) (Santa Maria); Scheer e Cymbron (2015) (São Miguel).

foram investidas pelo sistema empresarial capitalista, envolvendo proprietários individuais e coletivos²³, recursos financeiros, instrumentos especializados, espaços e territórios de produção (ilhas oceânicas)²⁴, atores técnicos qualificados, sistemas de pesca e de transformação de baleias e, por fim, mercados.

A iniciativa empresarial baleeira mobilizou investidores em todo o arquipélago, entre os quais a Casa Dabney, e marítimos regressados da baleação oceânica norte-americana. Foram eles que, por intermédio de redes relacionais locais, interinsulares e transatlânticas, lideraram o processo intercultural de transferência e apropriação das representações e dos meios técnicos basilares (Martins, 2019: 179, 182; 2021: 21), beneficiando de incentivos legais à “pesca nacional da baleia”, aplicados tanto aos navios de atividade itinerante (1862, 1877), como às armações costeiras (1877)²⁵. Desta forma, na esteira do sistema baleeiro oceânico estado-unidense, as manufaturas açorianas receberam, interpretaram e adaptaram criativamente os seus saberes (artes), as terminologias (cetologia, náutica, indústria)²⁶, os instrumentos de pesca (embarcações, palamentas, equipamentos)²⁷ e de extração de óleo de baleia (caldeiros, utensílios), implementando as produções sociotécnicas²⁸ e as práticas comerciais (Clarke, 2001 [1954]: 30-69; Garcia, 2021: 59-91). Simultaneamente, o fenómeno contribuiu para a inovação da cultura marítima e naval e para o “desenvolvimento económico em contextos ecológicos e socioculturais insulares e arquipelágicos” (Martins, 2019: 185, nota 173).

²³ Segundo Diegues (2004: 86, 152), existem duas subformas de produção pesqueira capitalista: “armador de pesca” e “empresa de pesca”.

²⁴ Ver o levantamento das bases materiais baleeiras dos Açores (património baleeiro imóvel), realizado por Pinto (2012-2014).

²⁵ Referimo-nos à seguinte legislação baleeira: Carta de lei de 26 de maio de 1862 e Carta de lei de 10 de abril de 1877.

²⁶ A organização da terminologia baleeira açórico-americana, por ordem alfabética, com significação, encontra-se em Vieira (2007: 408-413).

²⁷ Martins (2019: 179-189, 199-204) classificou os botes baleeiros nos Açores, relacionando a proveniência do modelo, o local de construção e as suas características morfológicas, estruturais e técnicas, assim como os sistemas organizativos e os processos piscatórios, onde eles se inserem culturalmente: botes de modelo norte-americano importados (bote de bordo, bote de armação costeira) (séc. XIX, 2.ª metade) e botes transculturalizados de tabuado horizontal liso (séc. XX), tabuado em dupla diagonal (séc. XX, 2.ª metade) e motorizados. O modelo de tabuado horizontal foi estandardizado e comum a todas as ilhas.

²⁸ A baleação açórico-americana foi descrita e fundamentada por Clarke (2001 [1954]), sendo interpretada como uma “indústria-relíquia” do passado.

Sistemas de produção baleeira açoriana

Indústria manufatureira itinerante da baleia

A baleação itinerante no território açoriano foi adotada entre finais das décadas de 1840 e 1880, a partir da cidade portuária da Horta (Faial) (mapa 1)²⁹, tendo-se organizado por proprietários e sociedades armadoras, num quadro socioeconómico dinamizado pelas relações marítimas e navais de algumas ilhas com a Costa Leste dos Estados Unidos (New Bedford), pela presença regular da frota norte-americana e pelo envolvimento de homens habilitados na manufatura oceânica. Neste sistema empresarial, as organizações baleeiras reuniam capitais, eram detentoras de navios à vela, botes de bordo e dos respetivos equipamentos e responsabilizavam-se pela sua armação, pela contratação de tripulação, pela coordenação e desenrolar das atividades de pesca e de processamento de cachalotes e baleias-de-barbas, pela venda de produtos (óleo, barbas), destinados à exportação (Estados Unidos), e pela distribuição de rendimentos. Os botes auxiliares e a sua palamenta provinham sobretudo de New Bedford (Martins, 2019: 180). A divisão sociotécnica do trabalho produtivo mantinha a matriz americana.

A Casa Dabney inaugurou esta modalidade em 1849, com o brigue americano *Harbinger*, aparelhado no ano anterior, funcionando durante três campanhas baleeiras (1849-1851), numa altura em que a empresa já realizava o depósito de *azeite de baleia* na Horta e o seu transporte para a Nova Inglaterra. Posteriormente, movimentar-se-iam pelo menos 14 navios baleeiros, de forma interrupta e decrescente até cerca de 1890, a maioria dos quais com uma arqueação de 85 a 246 toneladas, ritmados por processos de aquisição, circulação, atividade, transformação, substituição, inação e abandono: *Pomona* (1852-1854), *Argo* (1856-1859), *Cidade da Horta* (antes *Adonis*, 1858-1860), *Water Witch* (1858-1860), *Firmeza* (1861), *Garibaldi* (1861), *Hope* (1861), *Thamarro*, *Feiticeira dos Mares* (antes *Water Witch*), *Hortense*, *Júlia*, *Colchis* (antes *Argo*) (anos 1860-1870), *Josefina*, *Pedro*

²⁹ Sobre as baleeiras da Horta (1849-1869), ver Gomes (1991-1992; prefácio a Costa, 2019: 19-22). Por volta de 1850, João Paulino Silveira (1830-1866) terá armado um brigue para a atividade baleeira, a partir das Lajes do Pico (porto secundário), onde também tinha casas de abrigar botes auxiliares e outros equipamentos, mas a empresa entrou em falência (Ávila e Ávila, 1995: 256). Ver mapa 1.

Varela, Adelaide (Ponta Delgada) e *Gazella* (Lisboa) (anos 1880)³⁰. Entre os seus proprietários, registam-se os Dabney, duas sociedades interinsulares de faialenses, florentinos e/ou terceirenses, um capitão do Pico, o capitão J. S. Maeys e o armador Jacinto da Silveira Leal (Faial) (Garcia, 2021: 59, 60; Gomes, 1991-1992; prefácio a Costa, 2019: 19-22).

De acordo com os elementos disponíveis, as viagens do *Argo* e do *Cidade da Horta* tinham uma duração de duas semanas a oitenta e quatro dias (Gomes, 1991-1992: 149). Entre 1849 e 1861, todos os navios no ativo extraíram óleo dos cetáceos, mas só as produções do *Water Witch* (1858, 1859) e do *Cidade da Horta* (1859) abrangeram a apropriação de barbas de baleia (Costa, 2012: 118, 119; Gomes, 1997: 247, nota 10).

Apesar dos incentivos aprovados nas cartas de lei, que isentaram de direitos a aquisição de navios industriais e dos respetivos equipamentos, os produtos da faina, metade de emolumentos nos portos portugueses (1862)³¹ e a exportação de *azeite de baleia* para o estrangeiro (1877), assistiu-se à paralisação gradual do sistema baleeiro itinerante. A sua inviabilidade deveu-se à situação de embarcações adaptadas, degradadas e “sem grandes resultados” (“Relatório...”, 1870), após 1861, que não voltaram “a acompanhar o crescimento da frota local, nem o investimento de capital realizado” (Gomes, prefácio a Costa, 2019: 21), concorrendo para as dificuldades financeiras, agravadas pela desvalorização do *azeite* no mercado estrangeiro de óleos (*Inquérito...*, 1891: 541, 542). Uma das consequências desta forma de organização (manufatura marítima), por parte dos armadores insulares e sobretudo estrangeiros, tem a ver com a transformação da cidade da Horta no “microcentro médio-atlântico norte oitocentista da baleação global euro-americana de alto mar...” (Martins, 2019: 180).

³⁰ Em 1890, apenas a escuna *Gazella* era empregue na atividade baleeira, desde 1888 (*Inquérito...* 1891: 541).

³¹ Até pelo menos 1862, os navios baleeiros portugueses apresentaram pavilhão americano, por motivos de fiscalidade (Costa, 2012: 118).

Indústria manufatureira costeira da baleia

A baleação costeira açoriana, organizada por proprietários e sociedades empresariais (*armações, companhias*), que competiam entre si e a desenvolviam em múltiplos centros de pesca e de transformação de cachalotes³², foi fomentada na segunda metade do século XIX, territorializando-se progressivamente em todas as ilhas: Faial (1851-), Pico (1855/1860-), Flores (1856/1857-), Corvo (1874-), São Jorge (1880/1882-), São Miguel (1884/1885-), Terceira (1885-), Graciosa (1889-) e Santa Maria (1896-) (mapa 2). O declínio da manufatura oceânica, a viabilidade da manufatura costeira (sedentária, estacional)³³ e a existência de insulares, com longa experiência na atividade³⁴, terão favorecido todo este dinâmico, mas difícil, processo de industrialização no arquipélago (Garcia, 2021: 61; cf. Martins, 2003: 20; 2019: 180, 181).

Inicialmente, as organizações baleeiras eram “irregulares” (Ávila e Ávila, 1995: 259, 260; Martins, 2019: 179), isto é, sem escritura pública ou registo definitivo de contrato. A primeira armação formalmente constituída surgiu em 1876, através de pacto outorgado na cidade da Horta, que estabeleceu uma sociedade entre os americanos Samuel Dabney (1826-1893) e George Oliver, residentes na ilha do Faial, e o antigo capitão Anselmo da Silveira e Silva (1833-1912), natural da Calheta de Nesquim (Pico), onde localmente se concentraria o investimento na manufatura terrestre e o aparelho de embarcações (bote baleeiro e barco auxiliar). O proveito líquido da empresa devia ser dividido, em partes iguais, pelos armadores e, sob a forma de *quinhões*, pelos marítimos: *oficial* (18), *trancador* (6), *remador* (3) e tripulação do barco de apoio (7)³⁵.

Nesta modalidade costeira, a indústria baleeira articulava o espaço marítimo insular e os territórios litorais terrestres, propícios à implantação das manufaturas, quase sempre em zonas

³² Durante a implementação da indústria costeira do cachalote, também se registou a captura e o aproveitamento de baleias-de-barbas nas ilhas de São Jorge (1883), Flores (1887) e Pico (1888), com um exemplar em cada uma delas (Garcia, 2021: 79).

³³ O desenvolvimento do processo de sedentarização da indústria baleeira justificou-se “pelo facto do estabelecimento de uma unidade de produção costeira exigir menos capital do que a aquisição de um navio baleeiro” (Martins, 2003: 20).

³⁴ De acordo com a correspondência do Cônsul dos Estados Unidos nos Açores (Faial, 1883), Samuel Wylls Dabney, “não se encontra uma única freguesia nas referidas ilhas [Faial, Pico, Flores e Corvo] que não tenha um número maior ou menor de baleeiros regressados, alguns dos quais foram promovidos a trancadores e oficiais” (Costa, 2009: Documento 71).

³⁵ A escritura da sociedade pode ser consultada em Bettencourt (1996: Anexo).

portuárias, com estruturas de varagem e acostagem para as embarcações e as capturas, ou então em praias de calhau rolado ou areia. O sistema produtivo integrava sofisticados botes baleeiros e construções funcionais, tipologicamente diferenciadas: armazéns para abrigar as embarcações e a respetiva palamenta (*casas dos botes*), postos de vigia e oficinas de *azeite de baleia*, com caldeiros. Os botes (*canoas*) e a palamenta, o equipamento de pesca, os instrumentos de esquartejar, os caldeiros e o vasilhame de óleo adquiriam-se na cidade da Horta, por intermédio da Casa Dabney & Sons e da Fayal Coal & Supply, Co., ou encomendavam-se diretamente dos Estados Unidos (Garcia, 2021: 67, 79, 129), beneficiando da isenção de direitos à importação (Carta de lei de 1877).

A pesca marítima envolvia um sistema de vigilância, deteção de cetáceos e apoio à faina, posicionado em local elevado, e um sistema de captura e reboque de cachalotes, a partir de botes a remos e à vela, com seis homens de arpão e lança (timoneiro, arpoador e remadores). No articulado do processo, a manufatura terrestre constituía um sistema de extração de *azeite de baleia*, por meio de caldeiros de fornalha, com baixa chaminé, instalados ao ar livre (*traíóis*) ou abrigados em edificações permanentes (Martins, 2003: 20). A autorização legal das oficinas de óleo efetivava-se com a emissão de alvará, sob determinadas condições, entre as quais a utilização de caldeiros de derreter e, por razões de higiene local e pública, a limpeza dos espaços de trabalho³⁶.

Estas atividades ecossociotécnicas intensificavam-se entre maio e setembro, no sentido de a pesca empresarial explorar a concentração sazonal de baleias. Eram produções muito distintas e especializadas, se bem que realizadas pelos mesmos atores (pescadores-trabalhadores), integrados em unidades de trabalho estáveis, e empregavam instrumentos e saberes técnicos açórico-americanos, habilidade corporal e força muscular. Portanto, os pescadores-baleeiros organizavam-se, no mar, para perseguir, arpoar, matar e rebocar os cetáceos³⁷ e depois, em terra, incorporavam equipas para esquartejá-los em cais ou rampas, derreter a sua gordura, cozer o espermacete, obter assim o óleo e aproveitar o âmbar. O armazenamento do *azeite* realizava-se em barris de 122 litros (Garcia, 2021: 79-166), com a exportação isenta de quaisquer direitos (Carta de lei de 1877).

³⁶ Baseamo-nos na licença de uma oficina de óleo do Cais do Pico (1885) (Ribeiro, 1998: 108). Na ilha de São Miguel, por exemplo, a atribuição de alvarás provisórios ou efetivos, para a implantação de manufaturas baleeiras (1884-1886), também previa o aproveitamento de cetáceos arrojados à costa (Puim, 2001: 22, 23; Ribeiro, 1998: 106).

³⁷ Os pescadores-baleeiros tinham um conhecimento sobre a meteorologia, os mares e os cetáceos, assim como uma experiência prática e aprendizagens nas técnicas náuticas e piscatórias (artes) (Garcia, 2021: 82).



Figura 3 – Casas dos botes e baleias encalhadas (Lajes do Pico, anos 1890). Arquivo fotográfico do Instituto Cultural de Ponta Delgada.

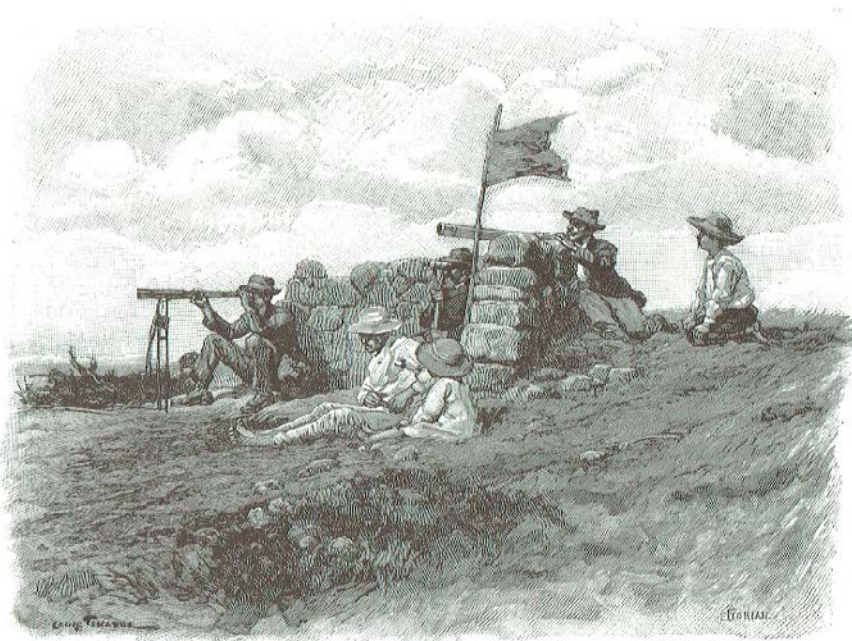


Figura 4 – Vigia a céu aberto com muros de proteção (Açores, 1887-1904). Desenho de Louis Tinayre; gravura de E. Florian. Afonso (org.) (1988).



Figura 5 – Bote baleeiro São José (1894) no porto da Horta (Faial, posterior a 1894). Coleção fotográfica de Irene Peixoto.



Figura 6 – Esquartejamento de baleia presa ao cais (Porto Pim-Faial, anterior a 1943). Arquivo fotográfico do Observatório do Mar dos Açores.



Figura 7 – Fornalha de extração de azeite de baleia (traiol) e recipientes para o seu arrefecimento e purificação (culas) (Lajes do Pico, 1949). Clarke (2001 [1954]: Gravura VI, fig. 2).

Na viragem para o século XX, a reprodução de botes baleeiros passou a realizar-se localmente, primeiro no Pico³⁸ e depois em outras ilhas, conforme o modelo importado dos Estados Unidos³⁹, de tabuado horizontal liso, sendo adotados,

³⁸ Faz parte da tradição que o primeiro bote de construção insular (8,90 m), batizado com o nome *São José* (1894), foi executado pelo *experiente* calafate Francisco José Machado (1859-1926), nas Lajes do Pico (1893/1894) (Martins, 2019: 182, 183).

³⁹ A inovação do sistema baleeiro é que terá potenciado o aperfeiçoamento do bote americano no arquipélago, através de um outro modelo comum a todas as ilhas, transculturalizado, desenvolvido e estandardizado a partir da ilha do Pico (Martins, 2019: 184, 185).

progressivamente, novos exemplares de construção insular, mais compridos (> 8 m), com velame maior e preparados para o transporte e utilização técnica de uma *companha* de sete homens (timoneiro, arpoador-remador e cinco remadores) (Martins, 2019: 182-184). A partir da década de 1920, introduziram-se lanchas motorizadas (*gasolinas*, *lanchas da baleia*)⁴⁰, com unidade de trabalho especializada (mestre, motorista e marinheiro), para rebocar os botes e as capturas, representando o crescimento da atividade e uma inovação do sistema sociotécnico de produção piscatória, a ponto de potenciar o acesso rápido à posição dos cetáceos no meio marinho e a maior distância da costa, auxiliar as operações marítimas e prestar segurança à equipagem dos botes. O embarque dos baleeiros era concedido pela autoridade marítima, através de uma licença, cédula ou carta de inscrição (Garcia, 2021: 62, 68, 69, 80).



Figura 8 – Lanchas no porto das Lajes do Pico (anos 1920). Arquivo fotográfico do Museu do Pico.

A construção das ditas embarcações de pesca empresarial, distintas e funcionalmente complementares, aperfeiçoadas, reparadas ou transformadas, assim como

⁴⁰ Inicialmente, as lanchas prestavam serviços de transporte de passageiros e cargas e, quando havia baleia, eram fretadas para o reboque de botes e capturas (Garcia, 2021: 134).

a elaboração de outros instrumentos haliêuticos (arpões, lanças) e de utensílios de esquartejar e derreter a baleia, aumentaram o volume de serviço das oficinas insulares de carpintaria naval e de ferraria. Estas oficinas eram organizadas sobretudo sob a forma de indústria artesanal, por artífices muito especializados, integrando-se no complexo cultural baleeiro (Garcia, 2021: 69, 80, 92).

Na organização empresarial, liderada por proprietários e sociedades, os baleeiros foram sócios, assalariados (dia, mês) ou retribuídos com *primagens* sobre o óleo (percentagem) ou *quinhão* anual (*soldada*), consoante a categoria funcional (vigia, mestre ou *oficial* de bote, arpoador ou *trancador*, remador, mestre ou *arraís* de lancha, motorista, marinho ou *moço*). A adoção da *soldada* variável, atribuída após a divisão do lucro líquido pelo armador (proprietário, sociedade) e pelos pescadores, generalizou-se no distrito da Horta (Pico, Faial, Flores e Corvo) (Garcia, 2021: 99, 100), mas especialmente no Pico, onde existiu maior número de sociedades manufatureiras, consolidando a ilha como “principal centro da baleação açoriana” (Martins, 2021: 22).

Salientando Ávila (1992: 223, 224), “qualquer das sociedades armadoras era constituída por mais de duas dezenas de sócios. As despesas de baleação, incluindo os quinhões ou *partes* das embarcações, ou as perdas de materiais ou os acidentes de pessoal (nessas recuadas épocas não existia a obrigatoriedade do seguro) eram suportadas pela receita bruta da exploração. Só depois o produto remanescente era dividido em duas partes iguais, uma delas subdividida em *soldadas* pela marinhagem, pessoal das *vigias* e encarregados da zelação do património; a outra ficava a pertencer aos proprietários da armação, aos quais competia a manutenção e renovação da frota, do equipamento, dos motores das embarcações deles providas e dos mais apetrechos utilizados na atividade”.

Em suma, esta forma de organização da produção (manufatura) configurou a primeira fase sedentarizada da indústria baleeira açoriana (1851-) (mapa 3). Entre as suas principais características, a manufatura concentrou empresários e sociedades locais, reuniu capital para o empreendimento, explorou e controlou os recursos e as possibilidades litorais, de acordo com as normas regulamentares, os alvarás e as vistorias oficiais, gozou da posse dos meios produtivos, recrutou e formou pessoal especializado, coordenou e processou a pesca de cachalotes em espaços marítimos insulares e a manufatura terrestre de óleo, baseada no aproveitamento parcial das capturas, comercializou os produtos (óleo, âmbar), dirigidos à exportação

(Estados Unidos, Inglaterra), e distribuiu rendimentos pelos armadores e pelos pescadores-trabalhadores (cf. Garcia, 2021: 37; Martins, 2019: 180, 181; 2021: 21).

Na categoria tipológica em questão, é possível registrar 31 organizações a nível insular, durante a primeira metade do século XX: Companhia Baleeira Mariense, Lda. (Santa Maria), Herdeiros de Manuel da Mota Soares, Armação de Baleias Espírito Santo, Lda., Viveiros & Companhia (São Miguel), Armação Baleeira Terceirense, Lda. (Terceira), Companhia Baleeira Graciosa, Lda., Cristóvão da Mota Soares (Graciosa), Armação Baleeira Maria Lucinda, Empresa Industrial de Pescarias Velense, Lda. – Armação Espírito Santo, Serafina Bettencourt (São Jorge), União Lajense, Lda., Felicidade Lajense, Lda., Nova Sociedade Lajense, Lda., Estrela Lajense, Lda., Venturosa Lajense, Lda., Lealdade Lajense, Lda., Joaquim José Machado, Lda. (“irregular” até 1951), Sociedade Baleeira Americana, Lda., Sociedade União Ribeirense, Lda., Sociedade Nova Ribeirense, Lda., Armação Atlântida Calhetense, Lda., Armação Aliança Calhetense, Lda., Sociedade Baleeira de São Mateus, Lda., Companhia Velha Baleeira, Lda., Armação Baleeira Livramento, Armação Baleeira Atlântida (Pico), Companhia Baleeira Faialense, Lda., Reis & Martins, Lda. (Faial), Maurício António de Fraga, António Caetano de Serpa e Reis & Flores, Lda. (Flores)⁴¹.

Ao longo do período compreendido entre 1902 e 1925, conforme o *Regulamento para a pesca da baleia por embarcações costeiras nos mares dos Açores* (1902 e 1904), a “armação de baleia” correspondia “ao conjunto das embarcações e mais material necessário à pesca dos cetáceos e extração dos seus produtos, pertencentes ao mesmo indivíduo ou a coletividade”; logo, era uma organização industrial de atividades de produção (pesca, transformação) e de comercialização da baleia. Cada empresa devia adotar um nome identificativo e armar, pelo menos, duas canoas de modelo norte-americano (três t *Moorsom*), numeradas e matriculadas com a respetiva unidade de trabalho⁴². Além disso, o diploma de 1904 ordenava a apresentação de elementos sobre a empresa, constantes em escritura pública

⁴¹ A seleção das manufaturas de baleação costeira baseou-se em Garcia (2021). Em 1936, existiam 27 armações em atividade nos Açores (Silva, 1987: Quadro “Número de armações em exercício”).

⁴² Desde 1892, pelo menos, a matrícula dos botes e das respetivas tripulações tornou-se obrigatória. Fora da organização baleeira, os homens podiam praticar atividades complementares, como a agricultura, a pecuária, a pesca local e costeira e diversos ofícios tradicionais (Garcia, 2021: 79, 100).

(sócios, instrumentos, vencimentos), e a elaboração de uma “conta especial”, que detalhasse as operações de receita ou despesa⁴³.

Posteriormente, foi o *Regulamento provisório para a pesca de cetáceos por pequenas embarcações nos mares dos Açores* (1925) que enquadrou a mobilização de lanchas motorizadas para a baleação, autorizando a sua função no reboque de canoas e cetáceos, no cerco dos animais e no apoio à captura. Por imposição deste decreto, com vários títulos (armações, proprietários, exercício da atividade no mar, tripulações, penalidades), as organizações baleeiras, anteriormente transformadas em sociedades civis (1904) e por quotas (1918), tiveram de se legalizar por escrituras públicas, lavradas nos cartórios, entre 1925 e 1927 (Ávila, 1992: 223; 2010: 95), e de contribuir para o pagamento dos vigias locais. Doravante, qualquer armação devia formar-se por um proprietário português ou naturalizado, individual ou coletivo, sendo possível sócios baleeiros e não baleeiros⁴⁴. A “conta especial” mantinha-se obrigatória e operativa no procedimento das empresas, coligindo outros dados sobre os cetáceos, as capturas, as produções e os valores de *azeite de baleia*, *espermacete*, *âmbar* e até mesmo novos derivados.

Indústria fabril costeira da baleia

A partir da década de 1930, algumas organizações de pesca e de transformação manufatureiras de cachalotes começaram a agrupar-se e a participar na constituição de sociedades comerciais, lideradas por uma elite capitalista, concentrando empresários e industriais, com a finalidade de projetar, implantar e utilizar fábricas vocacionadas para o aproveitamento integral de cetáceos (indústria mecânica a vapor e a eletricidade)⁴⁵. Desta forma, em quatro ilhas do arquipélago, organiza-

⁴³ Segundo o pacto social da Nova Sociedade Lajense (Lajes do Pico, 1904), o rendimento da pesca servia para cobrir os gastos com os vigias, os reboques, o imposto das capturas, os fretes e as comissões, recorrendo-se ao valor remanescente para as *soldadas* da tripulação dos botes e do gerente da empresa e, só depois, para o reforço do fundo social ou do dividendo (Ávila, 2005: 178, 179).

⁴⁴ A Companhia Baleeira Mariense, Lda. (Vila do Porto, 1937), por exemplo, reuniu 46 sócios acionistas, identificados como funcionários, comerciantes, proprietários e trabalhadores agrícolas (Puim, 2001: 37-41).

⁴⁵ Sobre a indústria fabril baleeira nos Açores e as armações associadas, ver Henriques (2016: 77-99).

ram-se cinco sociedades: União das Armações Baleeiras de São Miguel, Lda. (UABSM) (Ponta Delgada, 1937)⁴⁶, Sociedade Industrial Marítima Açoreana, Lda. (SIMAL) (Horta-Faial, 1939), Armações Baleeiras Reunidas, Lda. (São Roque do Pico, 1942), Sociedade da Indústria Baleeira Insular, Lda. (SIBIL) (Lajes do Pico, 1948) e União das Armações Baleeiras das Flores e Corvo, Lda. (Santa Cruz das Flores, 1955) (mapa 4) (Garcia, 2021: 92, 109, 137, 142, 150, 161).

A realidade traduzia um novo ciclo inovador da indústria baleeira açoriana, que envolveu complexos processos organizativos, funcionais e tecnológicos (sistema de produção fabril), justificando um hiato de tempo entre a criação de quase todas as empresas e o início de atividade das fábricas mecanizadas: 1937 (São Vicente Ferreira-São Miguel), 1942 (Porto Pim-Faial), 1944 (Boqueirão-Santa Cruz das Flores), 1946 (Cais do Pico) e 1955 (Ribeira do Meio-Lajes do Pico) (mapa 5). Porém, na situação singular das Flores, a fábrica é anterior à sociedade comercial, tendo pertencido primeiro a associados de Francisco Marcelino dos Reis, Lda. (Lisboa, 1944)⁴⁷, numa altura em que o empresário era sócio das armações Reis & Flores, Lda. (Santa Cruz das Flores, 1937) e Reis & Martins, Lda. (Horta-Faial, 1945), proprietário da “única fábrica de refinação de óleos de cetáceos do país” (Sacavém, 1938) e acionista da Sociedade Industrial Marítima Açoreana, Lda. (Garcia, 2021: 92, 98, 161; Henriques, 2016: 91, 99, quadro).

Na maior ilha dos Açores, a introdução da indústria mecânica da baleia deveu-se à iniciativa do engenheiro Pedro Cymbron (1898-1980), sócio-gerente da União das Armações Baleeiras de São Miguel, Lda., logo após a elaboração de um *Estudo sobre o aproveitamento dos cetáceos pescados nos mares dos Açores* (1934-1936)⁴⁸ e das “bases para a organização da empresa” (1936) (Henriques, 2016: 82, 86, 87).

⁴⁶ Em 1970-1971, a *União* de São Miguel foi adquirida pela Sociedade Corretora, Lda. (Cymbron, 2011: 109-111). Ver mapa 4.

⁴⁷ A sociedade baleeira Francisco Marcelino dos Reis, Lda. reuniu um capital social de 1.000.000\$00, correspondente a seis quotas dos sócios Francisco Marcelino dos Reis, Carlos Garcia Alves, Alfredo Garcia Alves, Mário de Oliveira Pereira, António José Piano Júnior e Álvaro António da Costa Piano (*Diário do Governo*, n.º 234, de 7 de outubro de 1944). Entre 1944 e 1955, a fábrica da baleia das Flores foi gerida por Francisco Reis e António Piano Júnior (Sociedade Agrícola e Comercial Piano, Lda.) (Garcia, 2021: 161). Ver mapa 4.

⁴⁸ Pedro Cymbron realizou este estudo na qualidade de delegado regional do Consórcio Português de Conservas de Sardinha (depois Instituto Português de Conservas de Peixe, 1936) (Cymbron, 2011: 9, nota 1).

Reconhecendo a necessidade de “melhorar as condições da indústria”, o relatório do estudo foi no sentido de reprovar a rivalidade entre armações baleeiras, durante a pesca, e de defender o apetrechamento tecnológico para a produção de óleo e farinhas de cachalote e, no caso do óleo, a extração a vapor (*Estudo...*, s.d.). Consequentemente, no âmbito dos projetos insulares de inovação do sistema sociotécnico de industrialização dos derivados do cachalote, a obtenção de óleo com recurso a autoclave marcou claramente a abertura das fábricas da baleia, antes e no tempo da valorização internacional e das novas aplicações deste produto⁴⁹, enquanto a laboração de farinhas, na maior parte delas, só teve início em data posterior: 1942 (São Miguel e Faial), 1951 (São Roque do Pico), 1955 (Lajes do Pico) e 1958 (Flores) (Garcia, 2021: 93).

As sociedades comerciais da baleia, no papel de organizações, desenvolviam atividades de produção fabril e de distribuição de derivados do cachalote, aqui pela intensificação das práticas de mercado, sendo o óleo o principal produto da indústria e quase todo destinado à exportação. Cada uma delas captou capitais sociais entre 315.000\$00 e 1.100.000\$00, divididos e distribuídos sob a forma de quotas pelos seus acionistas: proprietários, funcionários, empresários, comerciantes, industriais e armadores baleeiros. Estas empresas capitalistas, administradas por sócios-gerentes, detinham a propriedade dos meios de produção, pertencendo-lhes as fábricas de aproveitamento integral e outras instalações de gestão e de apoio à atividade industrial, nomeadamente oficinas de carpintaria (naval), ferraria-fundição⁵⁰, serralharia-tornearia e mecânica, armazéns e depósitos de óleo. Gozavam igualmente da propriedade dos instrumentos piscatórios, tanto móveis (embarcações) como imóveis (*casas dos botes, vigias da baleia*), quando adquiridos para o efeito ou em representação de armações baleeiras e suas quotas (cf. Cymbron, 2011; Garcia, 2017 [2008]; Pinto e Porteiro, 2010).

⁴⁹ Cf. Henriques (2016: 35, 85); Vieira (1992: 112). Nos anos de “1944 e 1945, perante a quebra internacional da pesca de cachalotes, em pleno rescaldo da Segunda Guerra, o que quase triplicará o valor do óleo no mercado local, justificou-se uma preponderância relativa dos resultados obtidos pelos Açores, com 40,3% e 32,1% do total mundial, respetivamente” (Garcia, 2021: 88; cf. Clarke, 2001 [1954]: 2, tabela 1).

⁵⁰ Os trabalhos de carpintaria e de ferraria também podiam ser desenvolvidos no contexto das manufaturas de pesca da baleia, servindo de exemplo as armações picoenses Atlântida Calhetense, Lda. e Aliança Calhetense, Lda. (Pinto, 2014), e por oficinas artesanais, localizadas em quase todas as ilhas e cuja organização era independente da indústria baleeira. Em Santo Amaro do Pico, os estaleiros estabelecidos contribuíram igualmente para a construção naval baleeira (Garcia, 2021: 68, 92).

As fábricas da baleia, situadas na imediação de zonas portuárias, eram grandes construções com secções técnicas, altas chaminés, largas plataformas e rampas de acesso ao mar, adequando-se aos equipamentos e às necessidades funcionais e mecânicas do processo produtivo. Obrigavam ao avultado investimento inicial em instalações e maquinismos de origem nacional e importados (Estados Unidos, Inglaterra, Noruega), movimentavam elevadas quantidades de matéria-prima, estruturavam as funções, a autoridade e o controlo hierárquico de dezenas de trabalhadores e do pessoal mais especializado, operavam com aparelhos e diversas máquinas movidas a vapor e a eletricidade (fontes artificiais de energia) e, por meio da mecanização dos processos técnicos, realizavam a produção-transformação contínua de derivados do cachalote (aproveitamento integral), obtendo-se óleo, farinhas e até vitaminas (óleo dos fígados). Com base neste sistema sociotécnico, a infraestrutura fabril e a sua atividade conjugavam um exigente articulado de ação produtiva sobre a baleia: varagem, alagem, desmancho, *picadeiros*, recolhas (âmbar), extrações, transformação das matérias, pesagem e armazenamento dos produtos. Agora, os óleos brutos das gorduras, dos ossos⁵¹ e do espermacete extraíam-se em volumosos autoclaves, pela pressão do vapor, e transportavam-se em bidões de 180 kg ou então em navios-tanque (embarque a granel), alugados desde 1952. As farinhas de carne, de ossos (*mistura*) e de sangue, armazenadas em serapilheiras ou embalagens de papel, representavam um novo produto da indústria, laborado com recurso às duas energias, sendo o resultado de materiais cozidos, desidratados em secadores e triturados em moinhos (Garcia, 2021: 92-97)⁵².

⁵¹ Os ossos de cachalote forneciam cerca de 25% da produção total de óleo (Monteverde, 1948: 34).

⁵² Baseamo-nos na análise comparativa da indústria mecânica da baleia nos Açores, tendo por base o estudo detalhado da fábrica de São Roque do Pico (1946-1984), a única onde se produziram vitaminas, desde 1951, mas sem registo de laboração da farinha de sangue (Garcia, 2017 [2008]). Sobre as outras fábricas da baleia, ver Bettencourt (1996: 59-63) (Lajes do Pico); Cymbron (2011) (São Miguel); Pinto e Porteiro (2010) (Faial); Vieira (1992: 116-122; 1996: 98-102) (Flores).



Figura 9 – *Fábrica da baleia das Flores (Santa Cruz, 1949). Fotografia da coleção Brown, arquivo do Museu do Pico.*

Na articulação com o sistema fabril baleeiro, sofisticado e revolucionário, a pesca empresarial do cachalote passou a intensificar-se em espaços marítimos insulares e interinsulares, com o objetivo de aumentar as capturas e a matéria-prima para as fábricas. Toda a operação piscatória desenrolava-se a partir de novas edificações e redes de vigilância, deteção de cetáceos e apoio à produção até às 35 milhas da costa⁵³, viabilizadas pela adoção do radiotelefone (1945), e por meio de botes baleeiros evoluídos (10-12 m, comp.) e de lanchas de reboque (12 m, comp.), mais potentes e rápidas (18 nós) (anos 1940)⁵⁴, entre outros instrumentos melhorados

⁵³ Sobre as *vigias da baleia*, ver Garcia (2001); Medeiros (2012: 10-71).

⁵⁴ Em 1947, no total de botes e lanchas, a baleação açoriana movimentou 153 embarcações (*Relatório...*, 1948: 37, 38) e, em 1955, 194 embarcações (*Estatística industrial*, 1956: 13).

(Bettencourt, 1996: 29; Clarke, 2001: 31, 50; Garcia, 2021: 68-88). Os botes apresentavam uma construção variante e inovação sociotécnica, com modelos de tabuado horizontal (bote comum), tabuado em dupla diagonal (São Miguel, 1953-)⁵⁵ e motorizados (Martins, 2019: 182-189, 202-204).

A atividade haliêutica podia ser organizada pelas sociedades da indústria fabril (São Miguel, Pico, Faial e Flores) e pelas manufaturas com mecanização para obter óleo (Santa Maria, 1956)⁵⁶ ou sem mecanização (armações de pesca) (mapa 3). Esta dinâmica fez circular meios técnicos e pescadores a nível do arquipélago, mas sobretudo entre as ilhas de cada grupo (Oriental, Central e Ocidental) e, com destaque, nas movimentações do Pico para o Faial, onde se registou uma importante baleação sazonal (Porto do Comprido-Capelo, 1943-)⁵⁷, condicionada pela erupção do Vulcão dos Capelinhos (1957-1958). No caso das armações de pesca da Terceira, da Graciosa e de São Jorge, as suas capturas eram rebocadas para as outras ilhas do grupo Central (Pico e Faial), investidas com fábricas da baleia (Garcia, 2017 [2008]: 29-47; 2021: 83-166). Em relação à ilha das Flores, a fábrica pré-existente à União já vinha possibilitando, desde 1944, o depósito dos cetáceos capturados pelos armadores de Santa Cruz e das Lajes (*Relatório...*, 1946: 19; 1948: 35).

⁵⁵ A introdução da técnica de tabuado em dupla diagonal, armando-se primeiro o casco do bote, teve o envolvimento tributário do madeirense João Basílio da Silva, calafate da União das Armações Baleeiras de São Miguel, Lda., no contexto da inter-relação desta sociedade comercial com a Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira, Lda. (Funchal, 1944), onde o engenheiro Pedro Cymbron também era acionista (Garcia, 2021: 70, 110; Martins, 2019: 186, 187, 203).

⁵⁶ A Companhia Baleeira Mariense, Lda. era uma organização manufatureira, tendo sido objeto de um processo de mecanização (Ponta do Castelo, 1956), com a instalação de uma caldeira de vapor e duas autoclaves, onde se passou a extrair o óleo de cachalote, proveniente das gorduras, do espermacete e dos ossos. Este projeto de inovação técnica foi orçamentado em 250.000\$00 e incluiu um empréstimo no valor de 154.000\$00. Entre 1951 e 1955, a União das Armações Baleeiras de São Miguel, Lda. já assumia o papel de acionista principal e “influyente” na referida empresa, favorecendo a transferência de instrumentos técnicos para esta (Garcia, 2021: 93, 104; Gomes, 2003: 177, 181; Puim, 2001: 41, 42, 47, 52, 53).

⁵⁷ O Porto do Comprido foi o maior centro de baleação sazonal no arquipélago, mobilizando as armações do Faial (Companhia Baleeira Faialense, Lda., 1938; Reis & Martins, Lda.) e de São Roque do Pico (Armações Baleeiras Reunidas, Lda.), respetivas construções terrestres (*arraial*), embarcações e tripulações (Bettencourt, 1996: 29; Garcia, 2021: 151; *Relatório...*, 1948: 27, 28).



Figura 10 – Pescadores de São Roque do Pico na baleação sazonal (Faial, 1949). Coleção fotográfica de Ant3nio Sousa Serpa.



Figura 11 – Vigia da baleia (Santa Cruz das Flores, 1970-1973). Fotografia de Francis Lamolère.



Figura 12 – Embarcações baleeiras estacionadas no Porto do Comprido (Capelo-Faial, ca. 1950). Arquivo fotográfico do Museu do Pico.

Portanto, entre 1937 e 1955, o sistema baleeiro açoriano reorganizou-se em torno da indústria mecânica do cachalote, assente na produção piscatória marítima e na produção fabril terrestre. Isto implicou a articulação operacional entre as fábricas da baleia e, por outro lado, as armações de pesca empresarial, com ou sem quotas nas sociedades comerciais, através de redes relacionais insulares, interinsulares, interdependentes, preferenciais e assimétricas⁵⁸, no sentido de aumentar a produção, ditando o abandono gradual e definitivo dos tradicionais caldeiros⁵⁹.

⁵⁸ Serve de exemplo o caso das Armações Baleeiras Reunidas, Lda., proprietárias da fábrica da baleia de São Roque do Pico e parceiras da Companhia Baleeira Graciosa, Lda. (Santa Cruz) e da Sociedade Baleeira de São Mateus, Lda. (Pico), possuindo quotas em ambas, a partir dos anos de 1950. Um sócio-gerente das *Reunidas* foi o industrial José Cristiano de Sousa (1896-1985), proprietário das armações Atlântida Calhetense, Lda. (Pico) e Maria Lucinda (Velas-São Jorge) e, desde 1954, sócio da Armação Baleeira Terceirense, Lda. (Angra do Heroísmo), tendo adquirido, entre 1956 e 1963, material baleeiro das armações Espírito Santo (Velas-São Jorge), Aliança Calhetense, Lda. (Pico) e Cristóvão da Mota Soares (Santa Cruz da Graciosa) (Garcia, 2021: 139, 140).

⁵⁹ Em inícios da década de 1940, as empresas baleeiras contavam com pelo menos 61 caldeiros (Henriques, 2016: 270-278, anexo I).

Neste processo, as fábricas do Pico, do Faial e das Flores ficavam com o proveito das farinhas, do óleo dos ossos e cobravam 10 a 25% do óleo das gorduras e do espermacete, distribuindo-se a restante proporção do rendimento pelas armações de pesca, após a comercialização do produto⁶⁰, cujo negócio envolvia as próprias sociedades industriais e outros exportadores⁶¹. Os dentes, os ossos mandibulares e o âmbar, ou uma percentagem deste (São Miguel), pertenciam às armações (Cymbron, 2011: 31, 62; Garcia, 2021: 98, 99, 110).

Sociedades comerciais da baleia nos Açores (1937-1955)				
Sociedade comercial	Capital social	N.º total de sócios	N.º de Armações associadas	Percentagem pela produção fabril de óleo
União das Armações Baleeiras de São Miguel, Lda. (1937)	480.000\$00	7	3	-
Sociedade Industrial Marítima Açoreana, Lda. (1939)	720.000\$00	23	4	10 %
Armações Baleeiras Reunidas, Lda. (1942)	315.000\$00	13	3	10 % (depois 25%)
Sociedade da Indústria Baleeira Insular, Lda. (1948-1955)	1.100.000\$00	12	10	10 % (depois 25%)
União das Armações Baleeiras das Flores e Corvo, Lda. (1955)	600.000\$00	6	3	25%

Quadro 1 – Sociedades comerciais da baleia nos Açores (1937-1955).

⁶⁰ Para a análise das margens produtivas da indústria fabril baleeira (Pico, Faial e Flores), baseamos-nos em documentação empresarial das Armações Baleeiras Reunidas, Lda. (Livros..., 1951-1984) e da Sociedade Industrial Marítima Açoreana, Lda. (*Matérias...*, 1943-1975) e na seguinte consulta bibliográfica: Garcia (2005: 9, fig. 2; 2017 [2008]: 30, 31, fig. 20; 2021: 137, 143, 151, 161); Henriques (2016: 99, quadro); *Relatório...* (1948: 35, 36) (fábrica das Flores).

⁶¹ Uma listagem de 16 exportadores de óleo de baleia (1946), insulares e com sede em Lisboa, encontra-se em Henriques (2016: 286, anexo IV, quadro 3).

A nova organização industrial conduziu à presença de *mandadores*, responsáveis pela logística operacional, e à divisão sociotécnica do trabalho, diferenciando os pescadores-baleeiros e os trabalhadores fabris assalariados, assim como à mobilidade temporária ou permanente de instrumentos produtivos (botes, lanchas...), de pessoal do sistema piscatório (vigias, pescadores) e da sua atividade (sazonal), na mesma ilha ou em diferentes ilhas dos três grupos do arquipélago. Na Companhia Baleeira Mariense, Lda. (Vila do Porto, 1937), na União das Armações Baleeiras de São Miguel, Lda., na Armação Baleeira Terceirense, Lda. (Angra do Heroísmo, 1941) e na armação de Cristóvão da Mota Soares (Santa Cruz da Graciosa, 1946), os marítimos recebiam salários diários ou mensais, para além das *fortunas* (compensação adicional)⁶², no caso da *União*, e de outras retribuições sobre o óleo produzido, tais como percentagens, gratificações, valores por unidade e/ou *soldadas*. Contudo, nas armações das ilhas dos grupos Central e Ocidental, vigorou o *quinhão* anual: Depois de deduzidas as despesas ordinárias, cada empresa dividia o resultado da conta pelo proprietário (*nau*) e, sob a forma de *soldadas*, pelos vigias e pescadores, segundo a categoria funcional: vigia (duas), vigia intermediário (uma), ajudante de vigia (uma), *oficial* (duas), *trancador* (duas), remador (uma), *arraís* de lancha (duas), motorista (duas) e *moço* da lancha (uma)⁶³. Durante a campanha, os vigias e as tripulações (deslocadas) podiam receber um ordenado mensal (Garcia, 2021: 99, 100).

Em suma, esta forma de organização da produção (indústria mecânica) configurou a segunda fase sedentarizada da indústria baleeira açoriana (1937-1984) (mapa 3). Entre as suas principais características, a indústria mecânica concentrou empresários e sociedades comerciais, reuniu avultados capitais para a construção, a mecanização e a inovação de fábricas, explorou e controlou os recursos e as potencialidades litorais, de acordo com a legislação em vigor e as instituições, gozou da propriedade dos meios produtivos, aprofundou a divisão sociotécnica do trabalho com elevado volume de mão de obra, coordenou e processou a pesca de cachalotes em espaços marítimos insulares e interinsulares e a produção fabril terrestre dos seus derivados, baseada no aproveitamento integral das capturas, intensificou

⁶² A *fortuna* adotada pela *União* de São Miguel era um valor monetário baseado no comprimento das capturas. Em 1944, passou a discriminar-se em dois períodos da campanha baleeira anual: *fortunas de verão* (abril-setembro) e *fortunas de inverno* (outubro-março) (Cymbron, 2011: 30, 31, 62, 63).

⁶³ Sobre as contas de apuramento da *soldada*, ver Bettencourt (1996: 41-43 e anexos dos anos de 1955, 1965 e 1975).

em escala o comércio de (novos) produtos (óleos, farinhas, âmbar), sobretudo óleo para exportação (Europa), e distribuiu rendimentos pelos industriais, pelos armadores, pelos pescadores e pelos trabalhadores fabris (cf. Garcia, 2021: 37; Martins, 2019: 184; 2021: 25).

Nesta fase costeira, o sistema de produção baleeira enquadrou-se nas dinâmicas de fomento industrial e corporativo do Estado Novo (1933-1974), onde se centralizaram os poderes e a intervenção administrativa para orientar, disciplinar, fiscalizar e autorizar (condicionamento industrial), culminando no decreto do Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia (Lisboa, 1945-1982)⁶⁴, no *Regulamento da pesca de cetáceos* (1954) e na portaria das “zonas de baleação” (n.º 15426, 1955), com vista à concentração empresarial e ao controlo da concorrência. Para favorecer a atuação do Grémio patronal, constituiu-se a Cooperativa dos Armadores da Pesca da Baleia (Lisboa, 1947-1974), tendo como principais acionistas do capital (70%), em 1951, Francisco Marcelino dos Reis (Lisboa), a União das Armações Baleeiras de São Miguel, Lda., a Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira, Lda. (EBAM) (Funchal, 1944) e as Armações Baleeiras Reunidas, Lda. (Henriques, 2016: 167, 168)⁶⁵.

O regulamento de 1954, imposto pela nova ordem, já instituíra a exclusividade da pesca nas “zonas de baleação”, daí a criação de sete áreas nos Açores (1955) e a respetiva concessão (1956 e 1957), associando armações e “parcerias” em espaços marítimos insulares e interinsulares, até às seis milhas da costa (mapa 6)⁶⁶. No capítulo do pessoal, o diploma obrigava à inscrição dos vigias e seus auxiliares como *marítimos*. Estipulava, igualmente, a produção fabril de derivados do cachalote, com o objetivo de possibilitar o seu aproveitamento integral, a qualidade

⁶⁴ O Grémio da baleia era uma organização corporativa do patronato, representando as entidades singulares e coletivas no exercício da indústria em Portugal continental, Açores e Madeira, mas com estreita ligação ao Governo, por intermédio de um delegado nomeado pelo Ministro da Marinha. Ver o Decreto n.º 34665, de 13 de junho de 1945.

⁶⁵ Uma lista de 23 sócios da Cooperativa da baleia pode ser vista em Silva (1987: “Lista dos acionistas da Cooperativa dos Armadores da Pesca da Baleia”). O papel desta organização centrou-se no fornecimento de vasilhame, combustíveis, *linha da baleia* e óleos lubrificantes (Henriques, 2016: 168).

⁶⁶ Companhia Baleeira Mariense, Lda. (1.ª zona, 1956), União das Armações Baleeiras de São Miguel, Lda. (2.ª zona, 1957), Armação Baleeira Terceirense, Lda. (3.ª zona, 1957), Parceria das Armações Baleeiras da Ilha Graciosa, Lda. (4.ª zona, 1957), Parceria dos Armadores Baleeiros do Sul da Ilha do Pico, Lda. (5.ª zona, 1957), Parceria dos Armadores Baleeiros das Ilhas do Faial, São Jorge e do Norte do Pico, Lda. (6.ª zona, 1957) e União das Armações Baleeiras das Flores e Corvo, Lda. (7.ª zona, 1957). Ver Henriques (2016: 287-289, anexo V).

superior e a valorização do óleo de autoclave no mercado e nas múltiplas aplicações industriais, significando o fim da utilização dos caldeiros, há muito recomendado nos relatórios das missões técnicas do Grémio (*Relatório...*, 1946; 1948). Em 1965, o fenómeno da motorização dos botes baleeiros, omissa na legislação de então, justificou um despacho do Ministro da Marinha, a pedido do Grémio, no qual se autorizava a inovação naval e fixava a tripulação da embarcação (mestre, arpoador e dois auxiliares) ("O total das capturas...", 1966: 40).

De 1953 a 1957, entraram em vigor nas ilhas os primeiros contratos coletivos de trabalho para a pesca de cetáceos, celebrados entre o Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia e, pelo outro lado, as Casas dos Pescadores, sob a orientação do regulamento atualizado de 1950 (Decreto n.º 37751, de 4 de fevereiro)⁶⁷. A homologação do contrato de Santa Maria data de 1958 ("A indústria baleeira...", 1959: 30).

Durante o mesmo período, a 1.ª Fase do Plano de Fomento das Pescas (1953-1958) teve cabimento financeiro para o apetrechamento industrial das armações baleeiras insulares, custeando 12.000.000\$00. Na altura, o Fundo de Renovação e de Apetrechamento da Indústria da Pesca também atribuiu seis financiamentos, no total de 3.960.000\$00, a diversas empresas baleeiras dos arquipélagos da Madeira e Açores (Henriques, 2016: 291, 292, anexo VII).

Considerações finais

Com base neste estudo antropológico sobre a organização das atividades de produção-transformação e de distribuição da baleia, no referente territorial dos Açores, onde as capturas atingiram mais de 20 mil cachalotes, foi possível a análise classificatória de três formas, modos ou sistemas: indústria manufatureira itinerante (1848-1888), indústria manufatureira costeira (1851-) e indústria fabril costeira (1937-).

⁶⁷ Nas ilhas do distrito da Horta, onde existia um grande número de armações, o contrato foi estabelecido em 1954, "com a finalidade de regulamentar e disciplinar as condições dos marítimos e de instituir o serviço de abono de família aos baleeiros pescadores, o qual vinha sendo prestado pela Junta Central das Casas dos Pescadores, desde 1950" (Garcia, 2021: 65).

Tratar-se-á do desenvolvimento evolutivo de uma indústria baleeira de tecnologia euro-americana, tributária da baleação oceânica oitocentista e da baleação contemporânea, adequada aos contextos ecológicos e sociais insulares e arquipelágicos, empresarial capitalista, estruturadora de meios e setores produtivos muito distintos e especializados, territorializada em espaços contíguos e paisagísticos, objeto de processos criativos e interpretativos, investida de elementos inovadores e de práticas comerciais de derivados do cachalote úteis à economia. Por sua vez, estes bens aplicar-se-iam e circulariam diversamente em sistemas de consumo funcionais, estéticos e/ou simbólicos, concorrendo no mercado com múltiplos produtos alternativos e substitutos.

Porém, na segunda fase sedentarizada, as revolucionárias organizações fabris e as organizações manufactureiras, com ou sem mecanização, coexistiram em articulação intersistémica espacializada. Independentemente disto, o sistema de produção fabril (indústria mecânica a vapor e a eletricidade), cuja promoção se deveu à iniciativa de uma elite capitalista e qualificada, ao funcionamento do Estado e ao mercado internacional (cf. Henriques, 2016: 231; Martins, 2021: 25), representou um novo ciclo económico, moderno e dominante, tanto a nível organizativo e sociotécnico como a nível comercial, contribuindo de maneira direta e definitiva para a prossecução da atividade baleeira até 1984.

A extinção da indústria baleeira insular traduziu um processo gradual de desarticulação e paralisação dos elementos do sistema produtivo, sobretudo a partir da década de 1960⁶⁸, em resultado de fatores sociais, económicos, políticos e ecologistas, desencadeados no quadro regional, nacional e/ou internacional. Transformada numa atividade-memória, parte das suas bases materiais móveis e imóveis participa hoje em processos culturais lúdicos, patrimoniais, museológicos e turísticos, configurando valores e recursos para o desenvolvimento local e regional e servindo de suporte identitário de passados vividos, de significados e de imaginários muito diversos a diferentes níveis espaciais e em diferentes contextos da sociedade açoriana.

⁶⁸ Garcia (2021) data o fim da indústria costeira do cachalote, a nível de cada ilha: Corvo (1905), Santa Maria (1966), Terceira (1972), São Jorge (1972), São Miguel (1973), Flores (1981), Graciosa (1982), Pico (1984) e Faial (1984). Ver mapa 2.

Bibliografia

- "A indústria baleeira foi atingida novamente por uma grave crise resultante da falta de vendas de óleo para o estrangeiro", 1959, *Jornal do Pescador*, ano XXI, n.º 248, setembro: 29-31.
- Afonso, João. 1998. *Mar de baleias e de baleeiros*. Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura.
- Almaça, Carlos. 1998. *Baleias, focas e peixes-bois na História Natural portuguesa*. Lisboa, Museu Bocage, Museu Nacional de História Natural.
- Ávila, Ermelindo. 2010. *Álbum da ilha do Pico*. Ponta Delgada, Publiçor.
- Ávila, Ermelindo. 2005. *Figuras & Factos*, vol. 2. Lajes do Pico, Câmara Municipal das Lajes do Pico.
- Ávila, Ermelindo. 1992. "Um século de baleação e o Museu dos Baleeiros das Lajes do Pico", *Açoreana* (suplemento). Ponta Delgada, Sociedade de Estudos Açoreanos 'Afonso Chaves': 217-236.
- Ávila, Sérgio e Ermelindo Ávila. 1995. "A ilha do Pico e a caça à baleia", *Insulana*, n.º 51. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada: 253-273.
- Balfet, Hélène. 1991. "Des chaînes opératoires, pour quoi faire?", Hélène Balfet (dir.), *Observer l'action technique. Des chaînes opératoires, pour quoi faire?* Paris, Centre national de la recherche scientifique (CNRS): 11-20.
- Balfet, Hélène. 1975. "Technologie", Robert Cresswell (ed.), *Éléments d'Ethnologie*, vol. 2. Paris, Armand Colin: 44-79.
- Barré, Michel. 2003. *Les dernières chasses au cachalot. Açores*. Paris, Éditions du Gerfaut.
- Bettencourt, Manuel Moniz. 1996. *Os picoenses na odisseia da baleação*. Lajes do Pico, Câmara Municipal das Lajes do Pico.
- Chiavenato, Idalberto. 2004 [1976]. *Introdução à teoria geral da administração*. São Paulo, Elsevier Editora, Lda.
- Clarke, Robert. 2001 [1954]. *Baleação em botes de boca aberta nos mares dos Açores. História e métodos atuais de uma indústria-reliquia*. Vila do Porto, Edição de Robert Clarke e Fernando da Silva (tradutor).
- Costa, Ricardo Manuel Madruga da. 2019. *Os Dennis Wood Abstracts e o porto da Horta como provedoria da frota baleeira americana. Um contributo para uma reflexão sobre a baleação dos Açores*. Horta, Núcleo Cultural da Horta.

- Costa, Ricardo Manuel Madruga da. 2012. *A ilha do Faial na logística da frota baleeira americana no "Século Dabney"*. Lisboa, Centro de História de Além-Mar; Horta, Observatório do Mar dos Açores.
- Costa, Ricardo Manuel Madruga da. 2009. *O Século Dabney. Uma perspectiva das relações entre os Açores e os Estados Unidos da América à luz da correspondência consular (1806-1892)*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. Trabalho realizado no âmbito do projeto de pós-doutoramento – *O Século Dabney*.
- Cymbron, Albano. 2011. *A fase industrial da baleação micalense (1936-1970)*. Horta, Observatório do Mar dos Açores.
- Diegues, Antonio Carlos. 2004. *A pesca construindo sociedades: Leituras em antropologia marítima e pesqueira*. São Paulo, NUPAUB-USP.
- Dolin, Eric Jay. 2007. *Leviathan. The history of whaling in America*. New York; London, W.W. Norton & Company.
- Figueiredo, J. Mousinho. 1996 [1946]. *Introdução ao estudo da indústria baleeira insular*. Lajes do Pico, Museu dos Baleeiros.
- Garcia, José Carlos. 2021. *A indústria baleeira dos Açores*, col. 'Etnografia dos Açores', n.º 5. Horta, Observatório do Mar dos Açores.
- Garcia, José Carlos. 2017 [2008; 2010]. *A Fábrica da Baleia de São Roque do Pico-Açores*, col. 'Etnografia dos Açores', n.º 3. São Roque do Pico, Edição do Autor.
- Garcia, José Carlos. 2005. *Cultura baleeira nas Lajes do Pico. Identidade e património*. Lajes do Pico, Edição do Autor.
- Garcia, José Carlos. 2001. *As vigias de baleias da ilha do Pico. Uma perspectiva sistémica – Técnicas*. Lajes do Pico, Artesanato Lajense.
- Godelier, Maurice, 1989 [1984], *Lo ideal y lo material. Pensamiento, economías, sociedades*. Altea, Taurus Humanidades.
- Gomes, Francisco António Nunes Pimentel. 1997. *A ilha das Flores: Da descoberta à atualidade (subsídios para a sua história)*. Lajes das Flores, Câmara Municipal das Lajes das Flores.
- Gomes, Francisco António Nunes Pimentel. 1991-1992. "As baleeiras do porto da Horta", *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, n.º 10. Horta, Núcleo Cultural da Horta: 145-149.
- Gomes, Francisco António Nunes Pimentel. 1988. *A caça à baleia nas Flores*. Lajes das Flores, Câmara Municipal das Lajes das Flores.

- Gomes, Maria Gabriela de Oliveira. 2003. "Indústria baleeira em Santa Maria (1937-1966)", *Atlântida*, n.º 48. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura: 170-202.
- Gonçalves, João Manuel A. 1996. "Atualização de conhecimentos sobre a biologia e ecologia do cachalote", in J. Mousinho Figueiredo, *Introdução ao estudo da indústria baleeira insular*. Lajes do Pico, Museu dos Baleeiros: 229-284.
- Henriques, Francisco Maia Pereira Bruno. 2016. *A baleação e o Estado Novo. Industrialização e organização corporativa (1937-1958)*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direção Regional da Cultura.
- Júnior, Manuel Francisco Costa. 2011. "Baleação açoriana – Entre a herança e a reinvenção da memória", in *Património Baleeiro dos Açores. Herança e modernidade*. Presidência do Governo Regional dos Açores, Direção Regional da Cultura: 89-95.
- Lemonnier, Pierre. 2010 [1983]. "L'Étude des systèmes techniques: Une urgence en technologie culturelle", *Techniques & Culture*, n.º 54-55, vol. 1: 49-67. DOI: <https://doi.org/10.4000/tc.4989> (última consulta em dezembro de 2022).
- Lemonnier, Pierre. 2002 [1996]. "Technology", in Alan Barnard e Jonathan Spencer (eds.), *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*. London; New York, Routledge: 818-822.
- Lemonnier, Pierre. 1976. "La description des chaînes opératoires: Contribution à l'analyse des systèmes techniques", *Techniques & Culture*, n.º 1: 100-151. DOI: <https://doi.org/10.4000/tc.6267> (última consulta em dezembro de 2022).
- Leroi-Gourhan, André. 1984 [1945]. *Evolução e técnicas, II – O meio e as técnicas*, col. 'Perspetivas do Homem', n.º 21. Lisboa, Edições 70.
- Lopes, João Carlos. 2008. *Baleeiros do Faial*. Torres Novas, Edição do Autor.
- Martins, Rui de Sousa. 2021. "Paisagens industriais baleeiras", prefácio a José Carlos Garcia, *A indústria baleeira dos Açores*, col. 'Etnografia dos Açores', n.º 5. Horta, Observatório do Mar dos Açores: 9-34.
- Martins, Rui de Sousa. 2019. "Embarcações e culturas baleeiras. Perspetivas antropológicas", *Cadernos de Trabalho* 3. Ponta Delgada, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade dos Açores: 135-204.
- Martins, Rui de Sousa. 2003. "Das baleias e dos homens em terras e mares de açores", in João Vieira, *O Homem e o Mar. Artistas portugueses do marfim e do osso dos cetáceos – Açores e Madeira. Vidas e obras*. Lisboa, Intermezzo-Audiovisuais, Lda.: 13-22, 198, 199.
- Martins, Rui de Sousa. 2001. *Museu do Pico. Museu da Indústria Baleeira*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores e Museu do Pico. Desdobrável (inédito).

- Martins, Rui de Sousa. 1999. *A cerâmica modelada feminina dos Açores. Sistemas produtivos, formas de articulação e processos de mudança*. Cascais, Patrimonia.
- Medeiros, Francisco Andrade de. 2012. *Homens de olhos encovados e outras Estórias de homens do mar*. São Roque do Pico, Câmara Municipal de São Roque do Pico.
- Melo, Dias de. 1983. *Vida vivida em terras de baleeiros*. Angra do Heroísmo, Direção Regional de Orientação Pedagógica da Secretaria de Educação e Cultura.
- Mendonça, Nuno Álvares de. 2003 [1993]. *Memórias de um baleeiro*. Edição do Autor.
- Monteverde, Emílio Achilles. 1948. "A indústria baleeira na economia nacional", *Jornal do Pescador*, n.º 114, junho: 34, 35.
- Moran, Emílio F. 1994 [1979]. *Adaptabilidade humana: Uma introdução à antropologia ecológica*. São Paulo, EDUSP.
- "O total das capturas de cachalote fora do Antártico tem aumentado consideravelmente", 1966, *Boletim da Pesca*, n.º 92, setembro: 39-56.
- Pereira, Rufino Cordeiro Dias. 2005. *A caça ao cachalote na ilha Graciosa*. Santa Cruz da Graciosa, Município de Santa Cruz da Graciosa.
- Pinto, Márcia Dutra (dir.). 2012-2014. *Roteiros culturais dos Açores. Património Baleeiro*. Horta, Direção Regional da Cultura e Observatório do Mar dos Açores. Desdobráveis.
- Pinto, Márcia Dutra e Filipe Mora Porteiro (dir., coord.). 2010. *A baleação no Faial: Fase industrial (1940-1984)*. Horta, Observatório do Mar dos Açores. Catálogo de exposição.
- Prieto, Rui e Mónica Silva. 2010. "Mamíferos marinhos", *Listagem dos organismos terrestres e marinhos dos Açores*. Cascais, Príncipeia: 344, 345.
- Puim, Arsénio Chaves. 2001. *A pesca à baleia na ilha de Santa Maria*. Vila do Porto, Museu de Santa Maria e Junta de Freguesia de Santo Espírito.
- Ribeiro, João Adriano. 1998. "A pesca da baleia nos Açores. Subsídios para o seu estudo", *Islenha*, n.º 22, janeiro-junho. Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais (Madeira): 97-116.
- Scheer, Ulrich e Albano Cymbron. 2015. *Baleação em São Miguel-Açores. Memórias e imagens de uma época passada*. Ponta Delgada, Edição de Albano Cymbron.
- Silva, Armindo de Melo Moreira da. 1987. *Captura do cachalote e comercialização do óleo, perspetivas futuras na Região Autónoma dos Açores*. Funchal, Secretaria Regional da Agricultura e Pescas (Açores). Relatório apresentado na reunião da CITES.

- Silva, Mónica A., Rui Prieto, Irma Cascão, Maria Inês Seabra, Miguel Machete, Mark F. Baumgartner e Ricardo S. Santos. 2014. "Spatial and temporal distribution of cetaceans in the mid-Atlantic waters around the Azores", *Marine Biology Research*, vol. 10, n.º 2: 123-137. DOI: <https://doi.org/10.1080/17451000.2013.793814> (última consulta em junho de 2023).
- Sousa, Carla Rocha e Arno Vogel. 2008. "Das classificações, categorias e divisões da organização social da pesca: Tipologias das formas?", *IX Congreso Argentino de Antropología Social*. Posadas, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Misiones. DOI: <https://www.aacademica.org/000-080/414> (última consulta em junho de 2023).
- Vieira, João A. Gomes. 2007. *O Homem e o Mar. A participação portuguesa (açorianos e cabo-verdianos) na baleação americana*. Lisboa, Medialand, Lda.
- Vieira, João António Gomes. 1996. "A baleação e a identidade cultural duma ilha: O projeto de recuperação da fábrica baleeira do Boqueirão – Um modelo museológico inserido em realidades locais", Mário Moutinho (coord.), *Cadernos de Sociomuseologia – Atas V Encontro Nacional Museologia e Autarquias*, vol. 8, n.º 8. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: 95-107. DOI: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/284> (última consulta em abril de 2023).
- Vieira, João Gomes. 1992. "Contribuição para um projeto de salvaguarda e utilização museológica da Fábrica da Baleia da ilha das Flores", *Património e Museus Locais*, n.º 1-2. Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor: 107-131.
- Warrin, Donald. 2020 [2010]. *Assim acaba este dia. Os portugueses na baleação americana. 1765-1927*. Horta, Núcleo Cultural da Horta e Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Edição portuguesa.

Fontes documentais

- Estudo sobre o aproveitamento dos cetáceos pescados nos mares dos Açores*. S.d. Arquivo da União das Armações Baleeiras de São Miguel, Lda.
- Inquérito industrial de 1890*, vol. 5, *A pesca*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- Livros com elementos sobre os cachalotes depositados, por armação baleeira, e o óleo produzido na fábrica da baleia de São Roque do Pico, 2 vols. 1951-1984. Armações Baleeiras Reunidas, Lda. (São Roque do Pico). Arquivo documental do Museu do Pico.
- Matérias subsidiárias, produtos fabricados e mapas de laboração*, Fábrica da baleia do Faial. 1943-1975. Sociedade Industrial Marítima Açoreana, Lda. (Horta, Faial). Observatório do Mar dos Açores.

Relatório da comissão de estudos aos Açores e Madeira, 1946, Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia.

Relatório da comissão de estudos aos centros industriais baleeiros na Madeira e Açores, 1948, Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia.

“Relatório de s. ex.^a o sr. conselheiro governador civil d’este districto”, *O Fayalense*, n.º 25, Horta, 6 de fevereiro de 1870.

Legislação e regulamentos

Carta de lei de 26 de maio de 1862, *Diário de Lisboa*, n.º 124, Lisboa, 3 de junho de 1862.

Carta de lei de 10 de abril de 1877, *Diário do Governo*, n.º 85, Lisboa, 17 de abril de 1877.

Decreto Legislativo Regional n.º 13/2014/A, *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 141, Lisboa, 24 de julho de 2014 (Património Baleeiro Regional).

Decreto n.º 34665, *Diário do Governo*, n.º 130, I Série, Lisboa, 13 de junho de 1945 (Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia).

Diário do Governo, n.º 234, III Série, Lisboa, 7 de outubro de 1944 (Francisco Marcelino dos Reis, Lda.).

Portaria n.º 15426, *Diário do Governo*, n.º 133, I Série, Lisboa, 18 de junho de 1955 (zonas de baleação).

Regulamento da Pesca de Cetáceos, Decreto n.º 39657, *Diário do Governo*, n.º 109, I Série, Lisboa, 19 de maio de 1954.

Regulamento das Casas dos Pescadores, Decreto n.º 37751, *Diário do Governo*, n.º 24, I Série, Lisboa, 4 de fevereiro de 1950.

Regulamento para a pesca da baleia por embarcações costeiras nos mares dos Açores, *Diário do Governo*, n.º 179, Lisboa, 12 de agosto de 1902.

Regulamento para a pesca da baleia por embarcações costeiras nos mares dos Açores, *Diário do Governo*, n.º 15, Lisboa, 20 de janeiro de 1904.

Regulamento provisório para a pesca de cetáceos por pequenas embarcações nos mares dos Açores,

Decreto n.º 11011, *Diário do Governo*, n.º 174, I Série, Lisboa, 7 de agosto de 1925.

Estatísticas

Estatística industrial (1955). 1956. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Iconografia

Afonso, João (org.). 1988. *Açores. Quando o Príncipe Alberto de Mônaco visitou as ilhas*. Horta, Direção Regional do Turismo. Desenhos de Louis Tinayre.

Arquivos fotográficos: Futurismo (São Miguel); Instituto Cultural de Ponta Delgada (São Miguel); Museu do Pico; Observatório do Mar dos Açores (Faial).

Clarke, Robert. 2001 [1954]. *Baleação em botes de boca aberta nos mares dos Açores. História e métodos atuais de uma indústria-reliquia*. Vila do Porto, Edição de Robert Clarke e Fernando da Silva (tradutor).

Coleções fotográficas: Francis Lamolère (França); Irene Peixoto (Pico); José Goulart Cardoso (Faial).

Etnocartografia

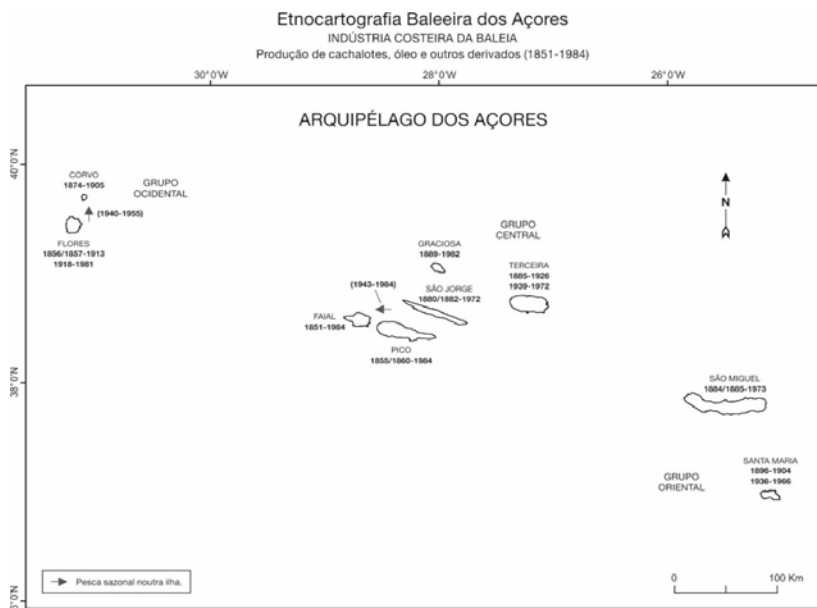
Garcia, José Carlos. 2021. *A indústria baleeira dos Açores*, col. 'Etnografia dos Açores', n.º 5. Horta, Observatório do Mar dos Açores. Etnocartografia Baleeira dos Açores: Mapas 1-3, 6-8.

APÊNDICE – Etnocartografia Baleeira dos Açores



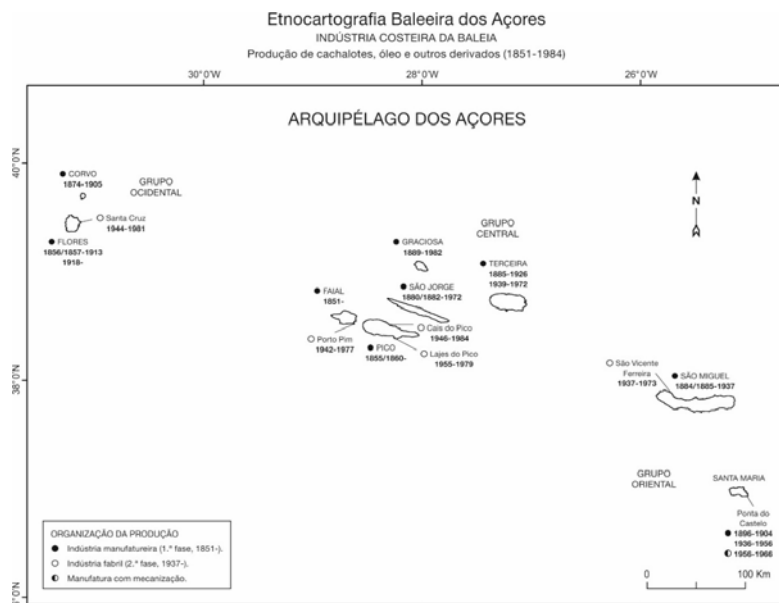
Mapa 1

Base cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2018 - Direção-Geral do Território. Adaptado pela Direção Regional dos Assuntos do Mar - Governo Regional dos Açores.



Mapa 2

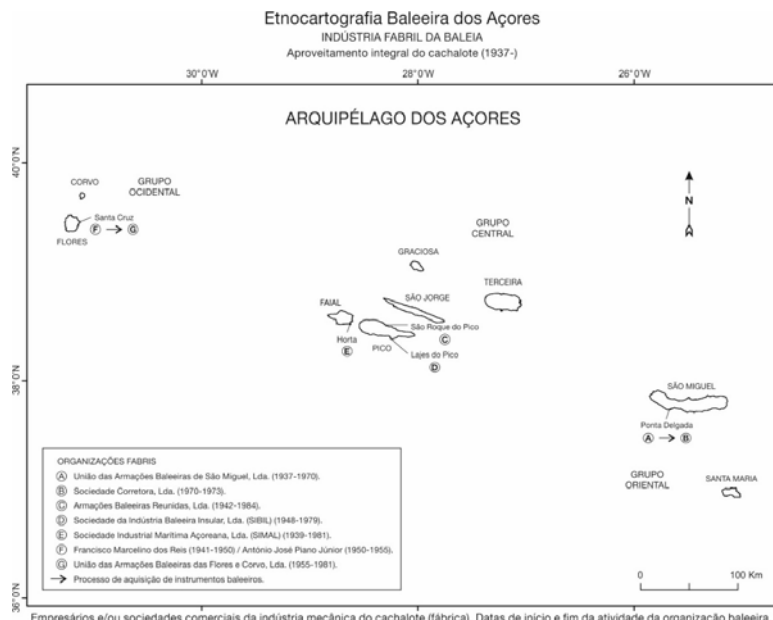
Base cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2018 - Direção-Geral do Território. Adaptado pela Direção Regional dos Assuntos do Mar - Governo Regional dos Açores.



Organização da produção baleeira:
- Manufatura (armação, sociedade, companhia): pesca de cachalotes e extração de óleo.
- Indústria mecânica a vapor e a eletricidade (fábrica), concentrada por sociedade comercial: aproveitamento integral do cachalote.
Datas de início, interrupção, desenvolvimento e fim da atividade baleeira.

Mapa 3

Base cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2018 - Direção-Geral do Território. Adaptado pela Direção Regional dos Assuntos do Mar - Governo Regional dos Açores.



Empresários e/ou sociedades comerciais da indústria mecânica do cachalote (fábrica). Datas de início e fim da atividade da organização baleeira.

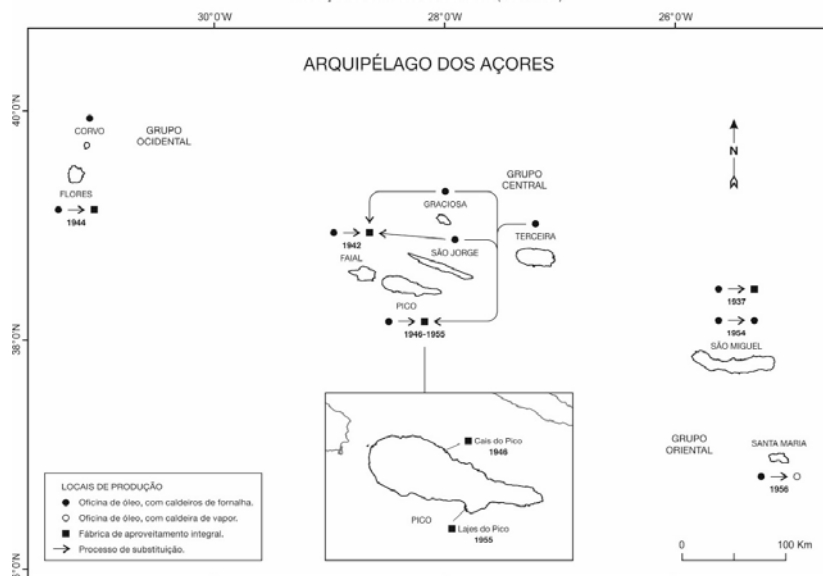
Mapa 4

Base cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2018 - Direção-Geral do Território. Adaptado pela Direção Regional dos Assuntos do Mar - Governo Regional dos Açores.

Etnocartografia Baleeira dos Açores

INDÚSTRIA COSTEIRA DA BALEIA

Produção de derivados do cachalote (1851-1984)



Unidades de transformação do cachalote:

- Oficina de óleo, com caldeiros de fomalha / caldeira de vapor.

- Fábrica de aproveitamento integral (indústria mecânica a vapor e a eletricidade), especializada em óleo (produto principal) e farinhas.

Datas de substituição da oficina por outra unidade semelhante ou pela fábrica, a nível de ilha ou na rede interinsular.

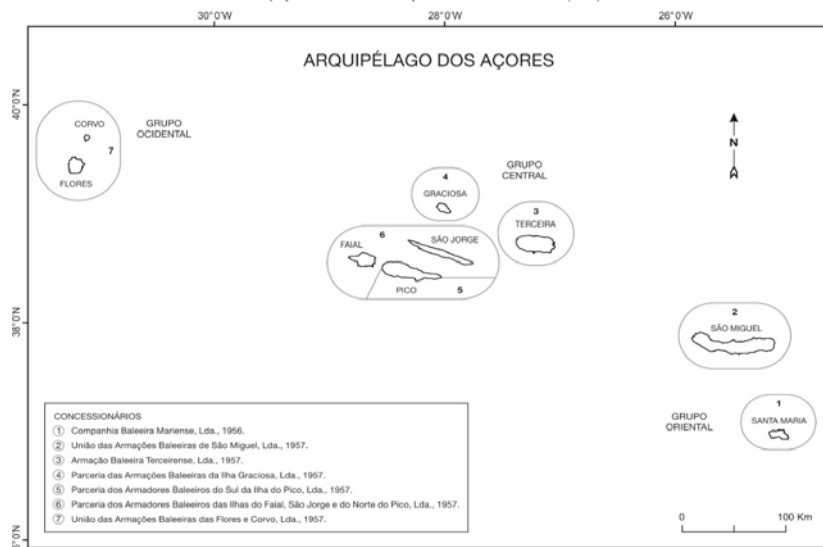
Mapa 5

Base cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2018 - Direção-Geral do Território. Adaptado pela Direção Regional dos Assuntos do Mar - Governo Regional dos Açores.

Etnocartografia Baleeira dos Açores

ZONAS DE BALEAÇÃO

Espaços marítimos de baleação até seis milhas da costa (1955)



Zonas piscatórias insulares e interinsulares das armações e parcerias baleeiras. Datas de início da concessão de cada zona.

Mapa 6

Base cartográfica: Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2018 - Direção-Geral do Território. Adaptado pela Direção Regional dos Assuntos do Mar - Governo Regional dos Açores.

Com os pés no Atlântico: o Observatório Meteorológico da Figueira da Foz – século XIX.

*Carlos Batista*¹

*Elisabete Pereira*²

*Maria de Fátima Nunes*³

Introdução: Ciência (in)visível

A ciência e o conhecimento científico são normalmente associados a importantes laboratórios e universidades. Locais circunscritos e com estatuto «especial»,

¹ Carlos Batista é doutorando em História e Filosofia da Ciência, com especialização em Museologia, pela Universidade de Évora. Licenciado em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, foi colaborador do Museu de História Natural da Universidade do Porto (1999 a 2007) e do Museu Municipal Santos Rocha (2018 a 2023). Exerce atualmente funções técnicas no Arquivo fotográfico Municipal da Figueira da Foz.

² Elisabete Pereira é investigadora FCT CEEC (DOI 10.54499/2022.04155; CEECIND/CP1734/CT0004) do Instituto de História Contemporânea (NOVA FCSH, polo da Universidade de Évora), onde é um dos membros da Direção (2023-2026). É Investigadora principal do projeto de investigação “TRANSMAT – Materialidades transnacionais (1850-1930): reconstituindo coleções e conectando histórias” (PTDC/ FER-HFC/2793/2020).

³ Maria de Fátima Nunes é professora catedrática de História da Universidade de Évora e investigadora integrada Instituto de História Contemporânea (NOVA FCSH e Universidade de Évora) e do laboratório associado IN2PAST. Foi coordenadora da rede História & Ciência – HETSCI na NOVA FCSH. É diretora científica do Programa de Doutoramento em História e Filosofia da Ciência / Museologia na Universidade de Évora.

quase sempre situados nas grandes metrópoles, onde os cientistas permanecem na sua «torre de marfim» (Shapin, 2016). Este entendimento tradicional das práticas científicas tem colocado na sombra o contributo de laboratórios ou instituições como o efémero observatório meteorológico da Figueira da Foz (Calado, 2017; Batllo *et al.*, 2014; Peres *et al.*, 2014; Monteiro, 2001). Contudo, esta e outras instituições análogas foram precursoras no registo das observações meteorológicas fora do espaço da capital do Império, sendo basilares para o desenvolvimento do conhecimento das condições de navegabilidade em geral e, neste caso específico, do porto da Figueira da Foz no século XIX. Contribuiu também para redes internacionais de registo meteorológico e para evidenciar a modernidade do Estado que investia nos conhecimentos úteis à sociedade, integrando um território local na circulação global dos registos meteorológicos da Europa da segunda metade do século XIX.

A meteorologia, fundamental para a organização de atividades económicas e sociais, como o transporte marítimo, assumira um carácter científico estratégico durante o século XIX. Na Europa o surgimento de serviços meteorológicos e instituições dedicadas ao estudo dos fenómenos atmosféricos verifica-se desde 1831. Nesse ano foi criado o Observatório Real de Bruxelas. Em 1837, Madrid iniciou as suas observações meteorológicas e três anos mais tarde, em 1840, Inglaterra criou o Departamento Meteorológico e Magnético em Greenwich e, em 1842, o Observatório de Kew. Berlim criou um observatório meteorológico em 1847, e no ano seguinte a Áustria iniciou as observações meteorológicas em Viena, seguindo-se a França em 1853 e os Países Baixos em 1854 (Leonardo, 2011: 96-97).

Observações meteorológicas em Portugal

A localização geográfica portuguesa, uma «sentinela» das tempestades provenientes do Atlântico (Tavares, 2009: 56), contribuiu para a sua integração numa rede internacional de comunicações telegráficas que ligava os observatórios meteorológicos situados em várias cidades da Europa (Leonardo, 2011: 97). As observações meteorológicas sistemáticas em Portugal começaram em 1854, com a criação do Observatório Meteorológico Infante D. Luís. Em colaboração com o Observatório de Paris foram desenvolvidas, em 1857, as primeiras tentativas

de previsão do tempo, sendo possível emitir alertas de tempestade. Associadas às observações meteorológicas, foram também realizadas observações magnéticas, nomeadamente da declinação e da inclinação. Portugal tinha integrado a União Magnética Internacional em 1857 e, durante a segunda metade do séc. XIX, encetaram-se esforços, ainda que de forma embrionária, para a instalação de uma rede de observatórios meteorológicos no espaço territorial do estado português, (Nunes et al., 2014: 18). Acompanhando as linhas de pensamento e prática científica alicerçadas na cooperação internacional e na uniformização das observações meteorológicas instrumentadas (Calado, 2017: 4 a 6), a rede nacional mostrar-se-ia oscilante na sua operacionalidade durante a década de 60 e 80 do séc. XIX, com aparecimento e desaparecimento de observatórios⁴

É na dinâmica de criação de pequenos observatórios sob a dependência técnica e científica do Observatório Meteorológico do Infante D. Luís que foi criado o Observatório Meteorológico da Figueira da Foz, num claro movimento de disseminação pelo território de observações, registo e análise de dados meteorológicos.

Um observatório inédito, na Figueira da Foz

A 12 de Novembro 1864, por ordem real, é incumbido o diretor das obras públicas de Coimbra de proceder à construção de uma *“barraca na villa da Figueira, para abrigo dos aparelhos destinados às observações meteorológicas”*⁵ (Figura 1). Foi atribuído o valor de 150\$000 réis para a sua construção e estabelecido o prazo para o início das observações: *“dia 1 do próximo mez de dezembro há de tudo estar disposto para que n’esse dia comecem sem falta as ditas observações”*⁶.

De facto, no final do mês de dezembro desse mesmo ano de 1864 começam a ser publicadas nas *“noticias scientificas”* do *Diário de Lisboa: Folha Oficial do Governo*

⁴ *Diário de Lisboa: Folha Oficial do Governo Português*. 1864 a 1876.

⁵ *Idem*, n.º 257, de 14/11/1864, na página 3.

⁶ *Ibidem*.

*Português*⁷ as primeiras observações instrumentadas decorrentes dos registos efetuados na Figueira da Foz. Contudo, como refere o correspondente do Comércio do Porto, em Janeiro de 1865 as instalações deste observatório não estavam concluídas: *"a barraca de madeira, que pelo ministério das obras publicas foi mandada edificar para este porto, está em construção..."*⁸

Assim, apesar de não possuir ainda as instalações projetadas para a realização destes procedimentos científicos, as observações e os registos decorreram, desconhecendo-se o local onde foram instalados os instrumentos. Consideramos a possibilidade das mesmas terem sido realizadas nas instalações onde eram geridas as obras do porto da Figueira da Foz. Recorde-se que o observatório ficou a cargo do grupo de trabalho responsável pelas obras do porto da Figueira da Foz, pelo menos durante os primeiros 4 anos da sua existência (Loureiro, 1905: 13).



Figura 1 – Observatório Meteorológico da Figueira da Foz, cerca de 1875. Carte Cabinet, prova em albumina colada em cartão, Photographia, Lisboa e Açores, 47. R. de S. Francisco de Paula, 47, coleção Museu Municipal Santos Rocha.

⁷ *Idem*, n.º 297, de 31/12/1864, p. 5.

⁸ *Idem*, n.º 1, de 02/01/1865, p. 9.

O ano 1864, em que começou a construção do Observatório, é crucial para o fomento da rede de serviço de postos meteorológicos em Portugal, encontrando-se os objetivos definidos nos *Annaes do observatório do Infante D. Luiz*, publicado em 1865. Nesta publicação científica é explicitado o organigrama do observatório D. Luiz a nível nacional e internacional, com um relatório pormenorizado das operações técnicas diárias; nele é também explícito o compromisso na expansão da instalação de uma rede moderna de observatórios. Fradesso da Silveira, diretor do serviço meteorológico, obteve o auxílio financeiro e logístico do Ministério das Obras Públicas para a criação de postos meteorológicos no Funchal, Angra, Ponta Delgada, Horta e Figueira da Foz:

Sendo necessario regular este serviço, e preparar para o futuro, organizando novos postos, e melhorando os actuaes, sollicitei o auxilio do Ministerio das Obras Publicas, que me foi concedido, e com este valioso auxilio tive meios para criar um posto no Funchal, tres nos Açôres (em Angra,Ponta Delgada e Horta) e no continente o posto da Figueira⁹.

Através do cruzamento de diversas fontes historiográficas, nomeadamente cartografia, registos fotográficos, publicações e periódicos foi possível identificar a localização precisa do edifício de madeira destinado à realização das observações meteorológicas na Figueira da Foz. Esta edificação temporária foi inclusivamente identificada numa albumina pertencente ao arquivo fotográfico do Museu Municipal Santos Rocha (Figura 1).

Reconhecemos através do *Mapa da Vila da Figueira* de 1871¹⁰ (Fig.2) a sua localização e construção. Na *Planta do Novo Bairro de Santa Catharina* de 1873¹¹ (Fig.3) identificam-se os terrenos que estavam a cargo do Ministério das Obras Públicas e onde se situava o observatório. A citada *Folha Oficial do Governo Português*, de 2 de Janeiro de 1865, confirma também a sua localização “sobre a ponte no caminho

⁹ *Annaes do observatorio do Infante D. Luiz*, volume terceiro 1865, n.º1-Dezembro, p. 4.

¹⁰ *Mapa da Vila da Figueira*, 1871. Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz, registo n.º EX0206

¹¹ *Figueira da Foz, Planta do Bairro Novo de Santa Catharina*, 1873, da autoria de Ernesto Fernandes Thomáz à escala de 1:1000. Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz.

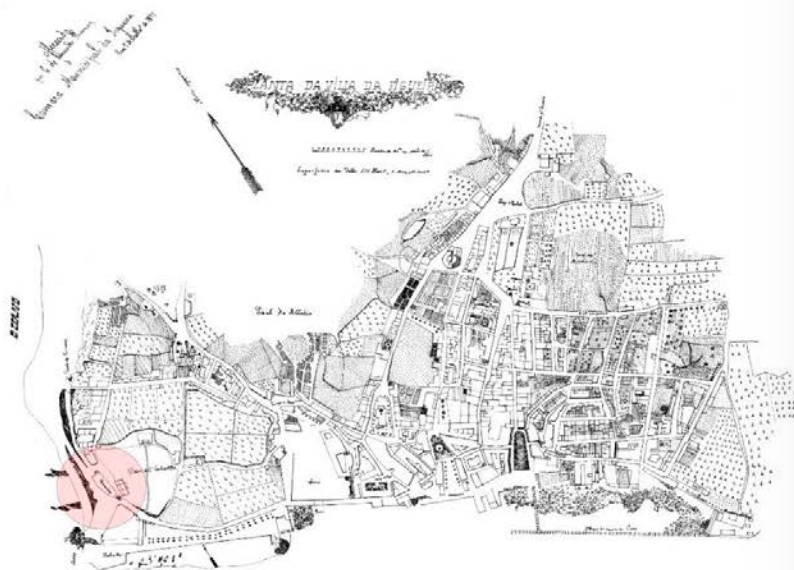
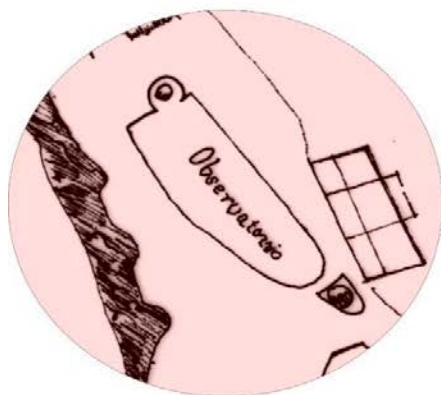


Figura 2 – Mapa da Vila da Figueira ,1871, Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz, de Ernesto Fernandes Thomaz, registo n.º EX0206.

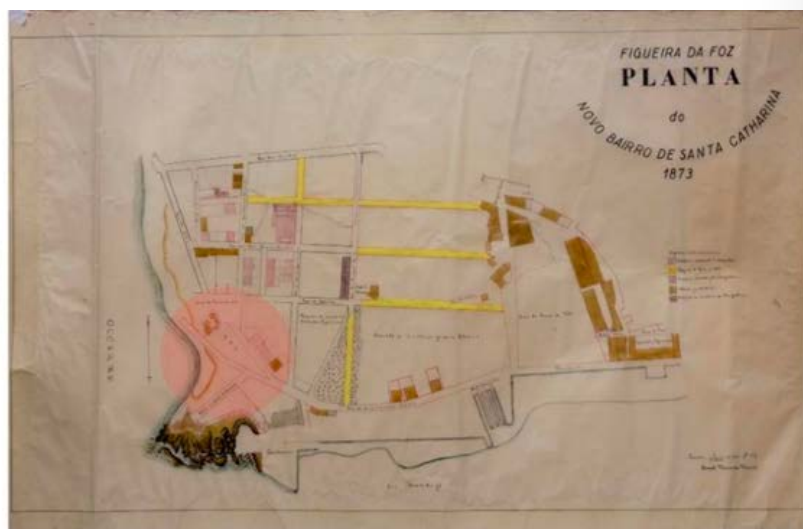


Figura 3 – Figueira da Foz, Planta do Novo Bairro de Santa Catharina, 1873, da autoria de Ernesto Fernandes Thomaz, à escala de 1:1000. Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz.



Figura 4 – Vista geral das obras do Cais Novo e da futura Avenida Saraiva de Carvalho, cerca de 1873, onde se pode ver o observatório meteorológico a norte do forte de Santa Catarina. Reprodução em papel de gelatina e prata de uma albumina colada em cartão, 13x18 cm. Arquivo fotográfico municipal da Figueira da Foz, registo n.º MP04010.

que conduza o Forte de Santa Catharina”¹². Também a imagem do Arquivo Fotográfico da Figueira da Foz que retrata a vista geral das obras do Cais Novo e da futura Avenida Saraiva de Carvalho, datada de cerca de 1873 (Fig.4), certifica a localização do observatório. Nesta fotografia o edifício surge a norte do forte de Santa Catarina, entre este e o casario, tal como surge registado na já mencionada cartografia de 1871 (Figura 2).

O edifício construído em madeira e implantado em posição privilegiada, quase com os pés no Atlântico e junto à foz rio Mondego, característica única, bem diferenciada dos observatórios existentes no continente, localizados habitualmente

¹² *Diário de Lisboa: Folha Oficial do Governo Português*, n.º 1, de 02/01/1865, p. 9.

em grandes centros urbanos ou no interior do país. A análise dos registos fotográficos (Fig.1) permite também referir que este observatório teria aproximadamente 10 metros de altura, forma octagonal, munido de 2 pisos e de uma plataforma de observação no topo do edifício. Esta deverá ter sido usada para observação instrumentada do céu, movimentação marítima e medição dos ventos.

Através do relatório do Observatório Meteorológico Infante D. Luís de 1864¹³ é também possível aferir a instrumentação que equipava o Observatório da Figueira da Foz, tal como todos os restantes observatórios sobre a sua dependência:

Cada posto é munido dos seguintes instrumentos:

- Barometro de escala metrica da construção de Adie, aferido pelo padrão do observatório do Infante D. Luiz.
- Psychrometro de Augusto.
- Thermetro de maxima do systema de Negretti e Zambra
- Thermetro de minima de Rutherford
- Udometro de Babinet.
- Anemometro de Robinson
- Vaporimetro.
- Ozonometro de Jame (de Sédan).

Todos os thermometros são de escala centigrada, e estão aferidos pelo padrão do observatorio.

¹³ *Annaes do Observatório do Infante D. Luiz*. Lisboa, 1864. Página 78.

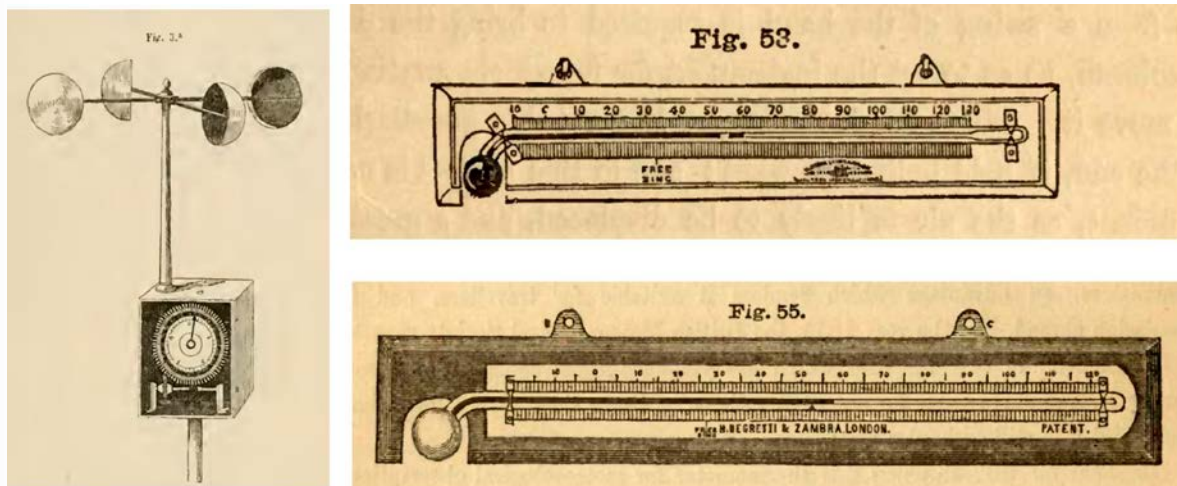


Figura 5 – Representações do Anemómetro de Robinson (Fonte: *Annaes do Observatório do Infante D. Luiz*, p. 78), Termómetro de máxima do sistema de Negretti e Zambra e termómetro de mínima de Rutherford fabricado por Negretti e Zambra (Fonte: *Negretti, Zambra, 1864*, p. 74 e 76)

Os relatórios do Observatório Meteorológico D. Luís são omissos nos seguintes relatórios anuais, situação que perdurará durante toda existência deste posto da Figueira da Foz. Porém, as informações meteorológicas registadas no *Diário de Lisboa: Folha Oficial do Governo Português* permitem-nos também conhecer a operacionalidade deste observatório meteorológico entre 1864¹⁴ e 1875¹⁵. As falhas pontuais nas leituras diárias que identificámos neste jornal ao longo dos anos de existência do posto da Figueira da Foz poderão estar relacionadas com a operacionalidade do telégrafo elétrico local, que, apesar de estar em funcionamento desde 1859¹⁶, seria de serviço não permanente, como comprova a Carta Telegráfica de Portugal de 1861¹⁷.

¹⁴ *Diário de Lisboa: Folha Oficial do Governo Português*, n.º 297, de 31/12/1864, p. 5.

¹⁵ *Idem*, n.º 297, de 30/12/1875, p. 3.

¹⁶ *Actas da Câmara Municipal da Figueira da Foz*, Livro 21 – n.º 66, de 16-6-1859, folha 119.

¹⁷ *Carta da Rede Telegraphica de Portugal*, coordenada por Bettencourt, em junho de 1861; podemos constatar que em 1878, quando já não existia o observatório, a Figueira estava equipada com um aparelho telegráfico de Morse, mas ainda com serviço limitado: *Carta da rede Telegraphica e dos Pharos de Portugal e da Ilha da Madeira*, desenhada pelo conductor dos trabalhos J.J. Boaventura Alves, 1878.

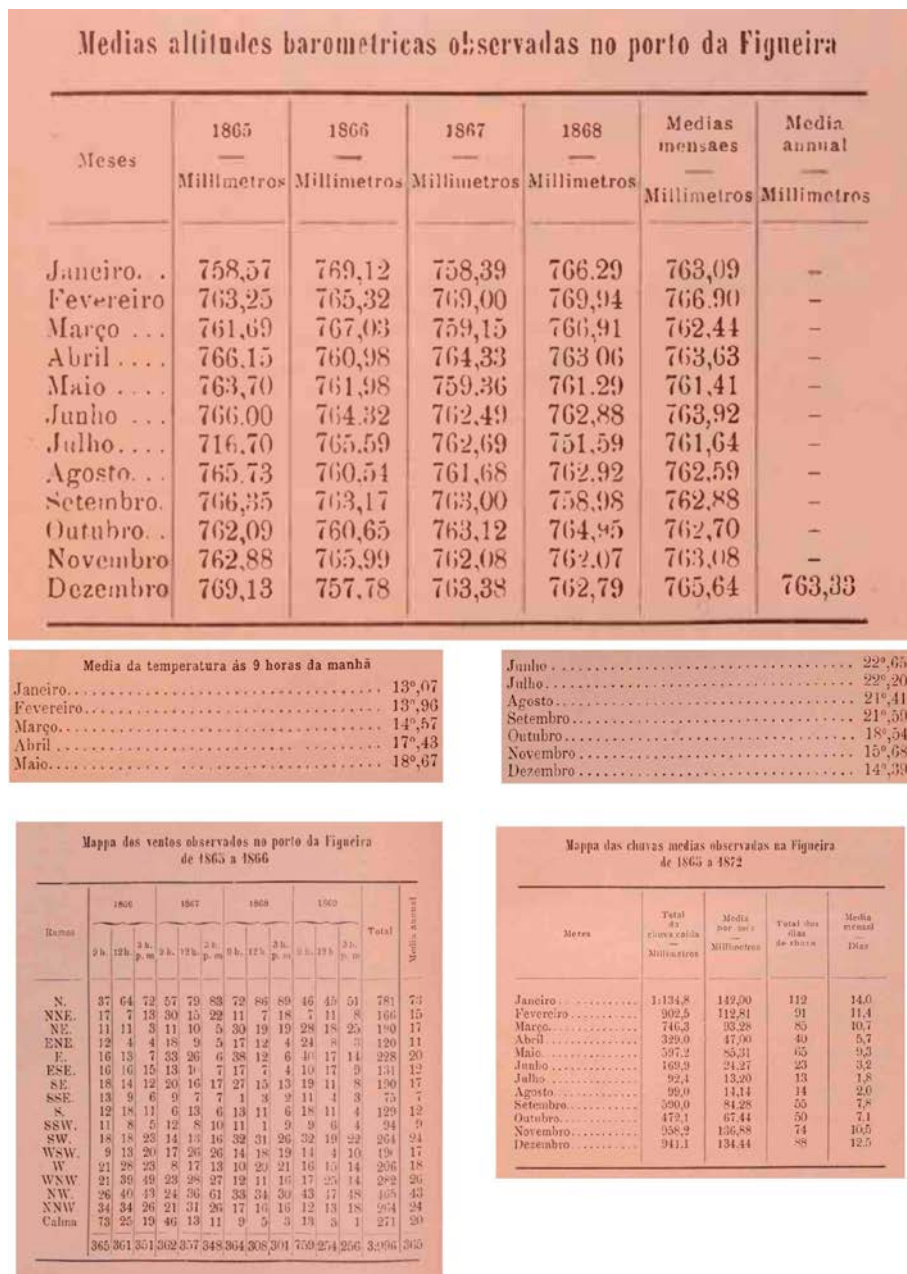


Figura 6 – Mapas das leituras meteorológicas realizadas no posto meteorológico da Figueira da Foz e publicadas em 1905 na citada obra de Adolpho Loureiro, págs.13 a 15.

A operacionalidade deste posto meteorológico pode também ser conhecida através da publicação de Adolfo Loureiro sobre *O Porto da Figueira da Foz* (Loureiro, 1905). Para além de dados estatísticos para os primeiros quatros anos da sua existência, o autor registou o seu funcionamento diário:

Meteorologia. – Montou-se na Figueira um posto metereologico em correspondência directa com os observatórios de Coimbra e Lisboa, e que serviu também para a determinação do nivelamento barométrico entre Coimbra e Figueira. Pelo tempo de 4 annos successivos, desde 1865 e 1868 inclusive, se effectuou um curso regular de observações, às 9 horas da manhã, meio dia e 3 horas da tarde, cujos resultados se resumen nos mapas ... [Figura 6] (Loureiro, 1905: 13-15)

O conhecimento pormenorizado que revela sobre o seu funcionamento relaciona-se com o facto de Adolfo Loureiro ter sido o responsável pela gestão e operacionalidade destes equipamentos durante os dois primeiros anos da sua existência. Um período em que Adolfo Loureiro ocupou também o papel de diretor interino das obras do Mondego e da barra da Figueira, em substituição do Engenheiro Valentim do Rego e posteriormente do Engenheiro Manuel Afonso de Espregueira (Loureiro, 1905: 65). É também de sua responsabilidade a instalação de um marégrafo de sistema *Collin*, ferramenta essencial aos estudos hidrográficos do Mondego (Loureiro, 1905: 107).

Durante o período em que são realizados trabalhos sistemáticos de recolha e tratamento dos dados meteorológicos (Loureiro, 1905: 13-15), são também criadas as rosas dos ventos da Figueira da Foz que viriam a ser publicadas na planta de 1905 das obras projetadas para a barra e porto da Figueira da Foz (Fig.7).

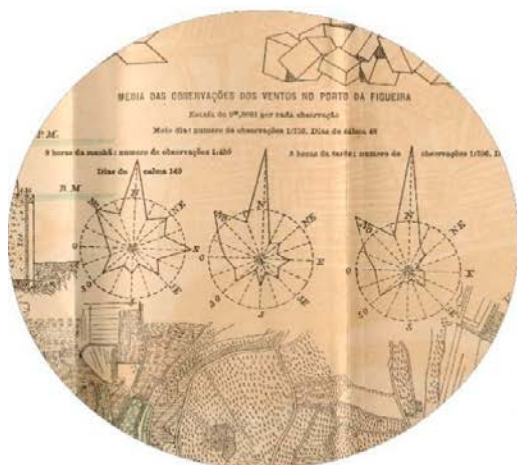


Figura 7 – Porto e Barra da Figueira da Foz. Planta com indicações das obras projectadas para o seu melhoramento, 1905. Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz.

A consulta do *Livro de Requerimentos da Câmara Municipal da Figueira da Foz* permitiu-nos também identificar um dos atores indispensável ao funcionamento do Observatório. Este «técnico invisível» (Shapin, 1989), de nome José Dias Guilhermino (1831-?) terá, de acordo com a interpretação da cronologia das fontes consultadas, acumulado o serviço do observatório com o de apontador de 2.ª classe das Obras do Mondego e barra da Figueira¹⁸.

¹⁸ Livro 1 de Requerimentos da Câmara Municipal da Figueira da Foz, folha 101 V., 1866. Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz. Arquivo Histórico da Secretaria-Geral da Economia, PT/AHMOP/PI/080/046.

Num outro registo de análise, sobre a evolução urbana da cidade, verificamos que o desaparecimento do observatório meteorológico parece estar diretamente associado à construção do sistema de transporte ferroviário ligeiro de tração animal, sistema também designado como a *Linha do Americano*: o progresso material em luta pelo espaço urbano. Em 17 de Setembro de 1874, a *Companhia Mineira e Industrial do Cabo Mondego* obteve parecer régio favorável à construção da mencionada linha ferroviária (Fig.8 e 9) com sistema de carris *Vignole*¹⁹ (Goulão, 2016: 59).



Figura 8 – Vista parcial da Linha do Americano e praia de banhos da Figueira da Foz, cerca de 1875. Carte Cabinet, prova em albumina colada em cartão, Photographia, Lisboa e Açores, 47. R. de S.Francisco de Paula.47. Arquivo Fotográfico Municipal da Figueira da Foz, N.º0039.

¹⁹ Sistema que facilitaria a passagem de uma linha puxada por animais a uma linha de locomotiva.



Figura 9 – Vista parcial da Linha do Americano e praia de banhos da Figueira da Foz. Carlos Relvas, início da década de 90 do século XIX. Arquivo Fotográfico Municipal da Figueira da Foz.

No final desse mesmo ano seria iniciado o troço entre o cais de embarque da Figueira da Foz e a mina do Cabo Mondego, ficando concluído em dezembro de 1875. Logo no ano seguinte, a 1 de agosto, a linha é aberta a passageiros²⁰. A este propósito veja-se o contributo de José Manuel Brandão (2016) que nos permite entender a instalação do «americano» como um instrumento de modernidade associado aos interesses internacionais da indústria de extração de pedra e carvão do Cabo Mondego²¹.

²⁰ Correspondência da Figueira, 13 de julho de 1876.

²¹ Chamamos a atenção para a Figura 3 publicada por Brandão, onde este assunto é demonstrado fotograficamente através da reprodução de um bilhete postal de c. 1910 (2016, p. 349).

O Alvará de 17 de setembro de 1874, firmado pelo rei D. Luís e pelo Ministro António Cardoso Avelino, permite-nos confirmar o trajeto desta linha que viria a afetar o local da implantação do posto meteorológico:

O caminho de Ferro será assente na parte contínua de Buarcos sobre a estrada construída pela Companhia [obra de Bonifácio de Andrade] em direcção ao Cemitério da Vila [passando pela fábrica de vidro], contornará as Fortificações seguindo depois a estrada municipal até ao Km 1,7 aproximadamente, ponto em que deixará para atravessar os terrenos públicos entregues à Direcção das Obras da barra da Figueira da Foz; cortará o barracão construído junto ao Forte de Santa Catarina e continuará pela estrada de Serviço das mesmas obras até ao Cais de embarque da Vila da Figueira, depois de haver atravessado o viaduto da Praia da Fonte. (Goulão, 2016: 59)

Pela leitura do documento, entende-se que a construção a que se refere o texto é o barracão das obras públicas e não o do observatório, contudo o avanço da linha e a construção de uma estação, cavalariças, cocheiras e um escritório central (Santos, 1982: 37), determinou o desaparecimento do observatório.

O levantamento e o cruzamento das fontes citadas permitem-nos afirmar que o Observatório Meteorológico da Figueira da Foz terá sido demolido durante a primeira metade de 1876, dados confirmados pelo término da publicação dos dados meteorológicos no *Diário de Lisboa: Folha Oficial do Governo Português* e a data de início da construção da «Linha do Americano». Compreendendo a importância do Observatório da Figueira da Foz para o estudo do clima e para a navegação, no início de 1881, Adolfo Loureiro lança pedidos para a sua reativação. Propõe uma nova construção no Forte de Santa Catarina:

É mister montar de novo este posto para prosseguir nas observações meteorológicas, estabelecer um posto semaphorico e conservar o maregrapho instalado no porto. A necessidade e conveniência d'estes estabelecimentos é obvia, ... O maregrapho acha-se instalado há muito, tendo sido sob a minha direcção que se fez a sua instalação. É um maregrapho do systema Collin.

Falta ainda o posto meteorologico, que será duplamente vantajoso para a navegação se for também semaphorico. (Loureiro, 1905, p.107)

As fontes não nos permitiram concluir sobre efetivação desta proposta de Adolfo Loureiro. Existem, contudo, provas fotográficas que comprovam a existência de outros dois equipamentos de observação meteorológica construídos no Forte de Santa Catarina no início do século XX, documentando desta forma a profissionalização desta área científica promovida pela monarquia e depois com a República. Um capítulo da história das observações meteorológicas na Figueira da Foz que retomaremos em futuras investigações.

Conclusão

A história das observações instrumentais meteorológicas na Figueira da Foz não termina, como verificámos, com a chegada do progresso d'*O Americano*. O caso de estudo apresentado evidencia importância de um saber que, abandonando o carácter de militância científica, torna-se estratégico, ambas as facetas combinadas na prática científica do engenheiro militar, arauto das observações instrumentais, Marino Miguel Franzini (Nunes, 1988). A partir da segunda metade de oitocentos, observações instrumentais assumem o papel de um instrumento de gestão e de governação do território e da população, em termos internacionais. Uma periferia donde, desde a internacionalização das Luzes, emerge um conjunto de protagonistas que influenciados pelo caldo científico e internacional da Academia das Ciências de Lisboa, ocupando progressivamente o espaço público e o público entendimento ciência. A importância da meteorologia consegue galvanizar o poder do Estado, convergindo para a criação de postos de observações meteorológicas experimentais, quase como experiências locais de território, para depois virem a materializar-se na rede nacional e internacional de meteorologia dos séculos XX e XXI. Este estudo de caso, na Figueira da Foz, permite perceber e refletir sobre o papel que assumem cientistas e atores políticos locais que constituem forças suficientemente empreendedoras para colocarem na centralidade da meteorologia nacional os registos de uma cidade costeira – a Figueira da Foz, a praia de abertura ao Oceano, numa prática social, turística, cultural e de navegação estratégica para este território tão próximo da sociabilidade científica da Universidade de Coimbra...!

Bibliografia²²

Arquivo Fotográfico Municipal da Figueira da Foz

Arquivo Histórico da Secretaria-Geral da Economia

Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz.

Batllo, Josep / Miguel Brito/Fernando Alberto / Cristina Catita / Susana Custódio / Cristina Domingues / Ana Romão / Antónia Valente (2014). “Observatório do Instituto Dom Luiz: um século e meio de história” in *Gazeta Física. Sociedade Portuguesa de Física*. Vol.37. N.2. pp. 22-26.

Brandão, José Manuel / Pedro M Callapez / José M. Soares Pinto (2016). “O Couto Mineiro do Cabo Mondego e o contributo técnico de Ernest Fleury (1878-1958) na indústria extra-tiva e cimenteira locais. Um relatório geológico inédito de 1923” in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 16; pp. 343-367. [<http://hdl.handle.net/10362/20961>]

Calado, Mário (2017). *A meteorologia em Portugal antes do serviço meteorológico nacional*, APMG, pp.1-15.

Carvalho, Joaquim Augusto Simões de (1871). “Meteorologia – Saraiva” in *O Instituto*, 15, pp. 132-135.

Goulão, José Sebastião Ataíde (2016). *O caso Cabo Mondego, o dever da arquitetura sobre o território abandonado*. Dissertação de mestrado em arquitetura.

Leonardo, José António / Décio Martins / Carlos Fiolhais (2011) – “The meteorological Observations in Coimbra and Portuguese participation in weather forecasting in Europe” in *History of the Earth Sciences Society*, Vol.30. New York. pp. 135-162.

Loureiro, Adolpho (1905). *Porto da Figueira da Foz* (separata d’*Os Portos marítimos de Portugal e Ilhas adjacentes*), Lisboa, Imprensa Nacional.

Malaquias, I. / E. Gomes / D. Martins (2005) – “The Genesis of Geomagnetic Observatories in Portugal” in *Earth Sciences History*, 24:1, pp. 113-126.

Monteiro, Ana (2001). “O reconhecimento oficial da importância da climatologia em Portugal (1850-1900)” in *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto, III série, vol.2, pp 167-174.

²² Agradece-se ao Prof. Fernando A. Mendes a ajuda prestada na pesquisa de fontes.

- Negretti, Henry / Joseph Zambra (1864) – *Treatise on meteorological instruments: Explanatory of Their Scientific Principles, Method of Construction, and Practical Utility*. <https://www.gutenberg.org/files/36457/36457-h/36457-h.htm>
- Nunes, Maria de Fátima (1988) – *O liberalismo português: ideários e ciências: o universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*, Lisboa, INIC, 1988.
- ___ / Maria João Alcoforado / Ana Cravosa (2014). “A Meteorologia e as observações instrumentais: a emergência da construção de redes internacionais XVIII-XIX”. *Internacionalização da Ciência. Internacionalismo Científico*, Eds.: Ângela Salgueiro, Maria Fátima Nunes, Maria Fernanda Rollo, Quintino Lopes, [Lisboa], Casal de Cambra, Ed. Caleidoscópio, 2014; pp. 13-21.
- Observatório do Infante D. Luiz. Annaes do Observatório do Infante D. Luiz*. Lisboa: 1856-1863. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Peres, Isabel Marília /Fernanda Madalena Costa/Maria Estela Jardim (2014) – “A fotografia na Meteorologia e Geomagnetismo” in *100 Anos de fotografia científica em Portugal (1839-1939)*. Edições 70, pp.61-68.
- Pinto, Inês / Ana Domingues (2019). “Do cabo Mondego à estação CP – António Silva de Guimarães e a linha do Americano” in *Santos Rocha, arqueologia e territórios da Figueira da Foz*. Município da Figueira da Foz e Universidade de Coimbra. pp.269-277
- Shapin, Steven (1989). “The Invisible Technician” in *American Scientist*, 77(6): 554-563.
- ___ (2016) – “Invisible Science” in *The Hedgehog Review*, 18 No. 3. <https://hedgehogreview.com/issues/the-cultural-contradictions-of-modern-science/articles/invisible-science>
- Santos, Manuel Joaquim dos (1982). O complexo Industrial do Cabo Mondego, sua origem e evolução através dos tempos. Cadernos Municipais-10 . Município da Figueira da Foz.
- Souza, J. A. (1875) – *Observações Meteorologicas e Magneticas feitas no Observatorio Meteorologico de Coimbra*. Coimbra: Imprensa Commercial e Industrial.
- Tavares, Conceição, (2009). *Albert I do Mónaco, Afonso Chaves e a Meteorologia nos Açores*, Ponta Delgada: Sociedade Afonso Chaves e CIUHCT.

Entre águas salobras, redes de pesca e microscópios: o papel da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais no estabelecimento do Aquário Vasco da Gama (1898 – 1935)

Mariana Galera Soler¹

Introdução

Durante a segunda metade do século XIX parte da investigação biológica esteve alicerçada na busca por evidências e explicações para os processos evolutivos, especialmente a partir dos princípios darwinistas disseminados por Thomas Huxley (1825 – 1895) e Ernst Haeckel (1834 – 1919). Os estudos da biodiversidade, cuja ancestralidade apontavam para o mar, haviam sido fartamente enriquecidos com os dados da expedição *HMS Challenger*. Entre os anos 1872-1876, essa relevante expedição inglesa circundou o mundo coletando dados sobre física, química e biologia de mares, oceanos e assoalhos oceânicos e foi um ponto crucial para a compreensão dos oceanos como uma “*unified scientific sphere*” (Helmreich, 2022).

¹ Mariana Galera Solera é Investigadora Integrada do CIUHCT (Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa) e Investigadora Colaboradora do Instituto de História Contemporânea da Universidade de Évora.

Ainda nas últimas décadas do século XIX, a investigação em ciências biológicas passou a questionar seus métodos, uma vez que as práticas científicas estavam demasiadamente encerradas em laboratórios universitários e museus; a microscopia já não respondia às questões mais amplas, especialmente evolutivas e ecológicas. Houve um resgate de métodos e espaços da considerada “antiga” história natural: a abrangência e amplitude de visão do investigador; a preocupação com o ciclo de vida dos organismos e suas relações com os ambientes naturais. Foi neste contexto que surgiram as estações marítimas europeias e os aquários, como primeiros “laboratórios de campo”, nas costas europeias na década de 1870 e, pouco tempo depois, na América do Norte (Kohler, 2002).

Tais estações marítimas permitiam a combinação do trabalho do laboratório com o trabalho de campo, criando estruturas qualificadas para que estudos detalhados como a morfologia, a fisiologia e a microscopia pudessem ser realizados próximo dos pontos de recolha dos espécimes e das evidências de processos biológicos complexos (Kohler, 2002). Também serviram como organizações para investigação ecológicas, nomeadamente sobre o plâncton e a pesca, devido ao declínio de populações de peixes, o que levou à fundação, ainda em 1902, do *International Council for the Exploration of the Sea* (ICES), transcendendo as limitações nacionais e europeias de pesquisa no Atlântico (Egerton, 2014).

Em Portugal, a exploração científica da extensa orla costeira teve início em ações individuais e não permanentes, como a criação da primeira estação experimental portuguesa, o Laboratório de Zoologia Experimental, em Leça da Palmeira, organizado e financiado em meados da década de 1890, por Augusto Nobre (1865-1946) (Salgueiro, 2021a) ou comissões regulatórias pesqueiras portuguesas que atuaram inicialmente a partir de crises económicas e demográficas (Amorim, 2005; 2009), para além dos estudos meramente taxonómicos da fauna, realizados desde o século XVIII. No entanto, até o início do século XX não haviam sido reunidas condições satisfatórias que permitissem o estabelecimento da biologia marítima como uma cadeira ou programa contínuo de investigação universitário ou ainda a construção de uma instituição científica dedicada a investigação dos oceanos; tratava-se de um campo de conhecimento de interesse individual de investigadores dispersos ou nas palavras de Mário Ruivo (1957) cujo desenvolvimento só ocorria de acordo “*ao sabor das circunstâncias fortuitas*”².

² No original, “*the flavour of fortuitous circumstances*”, apud Amorim (2009: 56).

Nesse trabalho analisamos como a criação da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, uma associação de investigadores de diferentes universidades e institutos científicos e que atuavam principalmente em Lisboa, esteve intimamente associada ao estabelecimento do Aquário Vasco da Gama, uma instituição fundada para fruição pública e exaltação do Estado Português, reconhecida posteriormente, a partir de 1919, como uma instituição científica – Estação de Biologia Marítima.

Para tanto nos apoiamos nas investigação de Bruno Pinto (2017) que discutiu a história institucional do Aquário Vasco da Gama, inserida no movimento do final do século XIX do desenvolvimento dos aquários e nas ciências do mar na Europa e no seu estabelecimento enquanto instituição de disseminação científica e investigação, bem como nos trabalhos de Ângela Salgueiro (2021a/b), que contextualizam a institucionalização da biologia marinha em Portugal, a partir da análise das primeiras estações experimentais no norte do país e em suas relações com o ensino superior português e com redes de conhecimento internacional. Num panorama mais amplo, as investigações de Amorim (2009) e Rollo e colaboradores (2014) evidenciam que o interesse pelo mar e pesca em Portugal estão associadas às questões económicas, políticas, e também científicas.

O Aquário Vasco da Gama: recreio popular, nacionalismo e princípios científicos

O Aquário Vasco da Gama (AVG) foi criado como um estabelecimento de recreio e de instrução popular, no âmbito de um movimento político de afirmação histórica de Portugal, tendo o mar como símbolo de gloriosas conquistas. Assim, a construção do AVG ocorreu no contexto das comemorações do IV Centenário da chegada de Vasco da Gama à Índia, da promoção do porto de Lisboa, tendo em vista os embates internacionais sofridos por Portugal no momento, especialmente o *Ultimatum* britânico, que contestava o colonialismo português (Sociedade de Geografia, 1896; Pinto / Amorim, 2018; Salgueiro, 2021a).

Albert A. A. Girard engenheiro civil e naturalista, cujos pais eram franceses e nascidos nos EUA, conservador das coleções zoológicas do rei D. Carlos I que

acompanhou importantes expedições a bordo do iate *Amélia*³, foi o responsável pelo projeto e supervisão técnica do AVG. Para que pudesse melhor compreender a estrutura dos aquários, Girard visitou, sob recomendação da Comissão Executiva do IV Centenário (Silva, 1901), uma série de aquários e laboratórios em França (Arcachon, Sables d'Olonnes, Caucarneau, Roscoff, St. Vaast, Paris, Trocadero, Endoune, Cette, Ranguls), na Holanda (Amsterdão) e em Brighton, em Inglaterra (Pinto / Amorim, 2018).

Embora o tempo para a construção e os recursos fossem escassos, a construção do AVG iniciou-se em dezembro de 1897 e terminou em julho de 1898⁴, entregue aos empreiteiros franceses Charles Vieillard e Fernand Touzet, cuja obra ainda hoje é reconhecida pela elegância do traço, incluindo a velha ponte da Figueira da Foz.

Os custos da obra orçaram em cerca de 60 contos de réis e o edifício encontrava-se dividido em dois corpos solidários: um onde funcionavam os serviços de apoio e o outro destinado à exposição pública. Este último compreendia uma sala de entrada (átrio), uma sala de exposição de espécies de água doce (com 29 aquários), uma galeria com aquários de água salgada (com 21 aquários) e uma sala destinada a exposições (Revista da Armada, 2008).

Segundo o Programa Geral do IV Centenário, autorizado pela Portaria Régia de 2 de abril de 1897, o AVG findas as festividades, seria propriedade do Estado, mas sob a administração e exploração da Sociedade de Geografia de Lisboa, uma das instituições que integrou a Comissão Executiva das comemorações, junto de outras associações, como a Academia de Ciências de Lisboa, Sociedade de Ciências Médicas, Real Academia de Belas Artes e Associação de Arquitetos e Arqueólogos Portugueses⁵. Contudo, de acordo com ofícios apresentados por essa Comissão Executiva e pela Sociedade de Geografia, entre os anos de 1899 e 1900, foram solicitados subsídios ao Ministério de Obras Públicas referentes a manutenção,

³ Após a implantação da Primeira República esta embarcação foi incorporada na Marinha e nomeada "Aviso 5 de Outubro".

⁴ A inauguração ocorreu em 20 de maio de 1898, mesmo com as obras ainda inacabadas, com a presença do rei D. Carlos, outros membros da família real, diplomatas, membros da Marinha e do Exército (Santos, 2012).

⁵ Diário do Governo, 16 de Maio, 1894.

aquisição de material, pagamento dos funcionários e reparação do prédio, que foram apenas parcialmente pagos (Silva, 1901).

A *inexperiência* neste tipo de instalações (aquários e canalizações de águas com salubridade variável ao longo do ano) dos empreiteiros, a utilização de materiais de construção inadequados e a falta de direção técnica especializada foram alguns dos fatores determinantes para o início rápida degradação das instalações do AVG.

Em 5 dezembro de 1899, o AVG passou a ser património do Estado, mas a situação continuava a agravar-se, dada a série de negociações sem avanços entre o Estado e a Sociedade de Geografia (Pinto, 2017). Assim, pela portaria de 2 de fevereiro de 1901, o AVG passou para a tutela do Ministério da Marinha. Armando Silva, um jornalista reconhecido e ilustrado, mas sem formação em Ciências Naturais⁶ e em investigação, foi nomeado diretor técnico.

Ao assumir a direção, Armando Silva deparou-se com um edifício com instalações precárias, sem mobiliário essencial⁷, e durante sua gestão apresentou constantemente solicitações para materiais, equipamentos, alimentos para os animais e reformas estruturais (canalizações e vidros dos aquários, principalmente) aos quadros superiores da Marinha.

Tais considerações foram sumarizadas num relatório detalhado, em que Silva descreveu a situação de deterioração da instituição e um plano de trabalhos para que o Aquário pudesse ser uma estação de biologia marítima, apoiado em vasta literatura científica internacional e contemporânea, como notas físico-químicas das águas presentes dos relatos na expedição *Challenger*, aplicações de práticas do “Guia do Aquário de Nápoles” e “*Les laboratoires maritimes de Roscoff et de Banyuls-sur-Mer en 1891*” publicado por Henri de Lacaze-Duthiers; trocas de correspondência com outras instituições, como Museu de História Natural de Paris e seu aquário nas Ilhas francesas Tatiheu e a Estação de Biologia Marítima de Endoume, e os relatos

⁶ Em 1899, Armando Silva publicou a monografia “As Explorações Submarinas” e “Os Moluscos”, na coleção “Biblioteca do Povo e das Escolas”, editada pela Companhia Nacional Editora. Esta era uma coleção para instrução popular e difusão da ciência de portugueses e brasileiros do final do século XIX.

⁷ A mobília presente no AVG pertencia a Sociedade de Geografia de Lisboa e foi retirada em 1901 (Silva, 1901).

das viagens do príncipe Alberto I de Mônaco (Figura 1). De modo que, embora não estivesse associado aos institutos de investigação e universidades, Armando Silva foi o primeiro diretor técnico que identificou potencialidades científicas no AVG, visando relacioná-lo com o movimento científico em curso no restante da Europa:

O nosso país está collocado, para as investigações da zoologia marinha, numa situação geographica excepcional entre dois centros bastante distintos: o Mediterraneo e o Atlantico. A fauna dos nossos mares é, por essa circumstancia, uma fauna mista. Cruzam-se o nosso litoral as especies dos mares septentrionaes, as do Mediterraneo e as africanas, terminando muitas formas a sua expansão geographica nas costas portuguesas. Mas, apesar d'isso, Portugal tem vivido muito arredado do moderno movimento scientifico de estudo do mar, devido principalmente a constituição da oceanographia como sciencia independente (Silva, 1901, p. 64).

Alguns exemplos claros podem ser indicados, como: a partir do inventário dos instrumentos científicos (termômetros e densímetros que são descritos como de pouca precisão e confiança), Silva propôs a construção de um laboratório de acordo com o modelo de estações marítimas francesas:

para os laboratorios, alem de duas mesas de estudo e de preparação, pedi mais uma mesa de tres corpos, modelo da estação zoologica de Roscoff, para trabalhos de dissecção; um armario-étagère para reagentes e utensilios, modelo do Aquarium de Bergen; outro para preparações microscópicas, modelo Deyrolle; uma estante; bancos giratórios, modelo do Aquarium de Bergen também; e penso mandar construir uma mesa especial em tijolo e cimento. Destinada ao exame e selecção dos resultados das pescas logicas conforme os perfis (...) me foram amavelmente oferecidos pelo sr. Malard, ilustre sub-director do Laboratório marítimo do Museu de Paris, na ilha de Tatihou (Silva, 1901, p. 49).

Sobre a aquisição de instrumental científico para o estudo da biodiversidade, a lista de materiais apontados por Armando Silva versou essencialmente sobre instrumentos para os trabalhos zoológicos de anatomia e histologia, permitindo a dissecção de espécimes. Também listou os espécimes de invertebrados aquáticos, peixes, anfíbios e répteis que viviam no AVG e finalizou seu relato com comentários apoiados em catálogos produzidos sobre a fauna portuguesa no período

e publicados internacionalmente⁸, evidenciando práticas mais vinculadas à investigação em história natural. Além disso, citou neste relatório que material associado a *"estudos physiológicos tanto o seu preço elevado como a facilidade da sua deterioração pela falta de uso aconselham a só o comprar na ocasião em que seja preciso para quaesquer trabalhos"* (Silva, 1901, p. 55).

Existe outro documento que evidencia a presença de investigadores no AVG durante a gestão de Armando Silva. Em 1906, no interrogatório prestado durante o processo de sindicância que sofreu, Silva justificou que parte da gratuidade oferecida para visitantes era para investigadores e que seguia essa prática como outras instituições: *"ao Doutor Mark Athias, para estudos de physiologia, requisição da Escola Médica, a vários professores e naturalistas e estrangeiros egual concessão lhes ser feita em estabelecimentos similares"* (Auto de Sindycância. Caixa 7 – Aquário Vasco da Gama. Arquivo Geral da Marinha).

Para além da preocupação em promover condições para estudos das ciências naturais, Silva (1901) fez recomendações para realização de estudos de oceanografia física no AVG, como sondagens do relevo marinho (apenas em pequenas profundidades), análise química da água do mar, além de citar requisições já realizadas como a compra de termômetros e piezômetros para água que eram recomendados pela comissão científica dos mares da Alemanha, aerômetros vendidos em lojas especializadas na instalação de laboratórios científicos e clínicos ("Casa Robert Drostén, em Bruxelas") e instrumentos óticos produzidos por investigadores estadunidense.

A construção de uma biblioteca de especialidade também foi iniciada na gestão de Armando Silva, seja por meio da solicitação de verba para aquisição de livros, seja por meio da solicitação de obras académicas desenvolvidas no âmbito governamental, como a Direção de Trabalhos Geológicos e as sociedades como a Academia de Ciências de Lisboa, além de sugerir que agentes consulares e agentes públicos

⁸ Steindachner, M.F. (1864). Catalogue préliminaire des Poissons deau douce de Portugal conservesau Muséum d'histoire naturelle de Lisbonne. Academia de Ciências de Lisboa
Locard, A. (1900). Conchyliologie Portugaise. Les Coquilles terrestres des eaux douces et saumâtres. Archives du Muséum d'histoire naturelle de Lyon
Guerne, J. & Richard, J. (1986) *Première list des Copépodes et Cladocères d'eau douce du Portugal*. Bulletin de la Société Zoologique de France

poderiam utilizar suas redes de relações para obter publicações sobre fauna marinha e fluvial, pescas, oceanografia, limnologia e aquicultura.

Sobre o museu da instituição, Armando Silva ressalta essencialmente a função educativa da instituição, além da possibilidade de criação e fornecimento de invertebrados a outras instituições, como a Escola Politécnica e a Universidade de Coimbra.

Contudo, opõe-se fortemente à *“ideia por mais de uma vez suggerida pela Comissão do Centenário, de criar no Aquário um laboratório para incubação e fecundação artificial para repovoar nossos rios, não pode ser tomada a sério”* (Silva, 1901, p. 59), devido as falhas estruturais no projeto de construção do AVG e em sua localização: a piscicultura de espécies dulcícolas exige grandes volumes de água que necessariamente deveria ser fornecida pela Companhia e tratada, o que tornaria os custos inviáveis. Além disso, Silva aponta o sucesso da Estação Aquícola de Rio Ave (sob a supervisão de Augusto Nobre), além de dar notícias detalhadas e ainda não publicadas sobre criação de ovos de peixes e as condições ambientais necessárias (aeração da água, aparelhos desenvolvidos, correntes necessárias) incrementadas no estabelecimento e partilhadas por António Arthur Baldaque da Silva (1852 – 1915), engenheiro hidrográfico e importante referência na pesca em Portugal. Sobre o cultivo de espécies marinhas, os protocolos para o desenvolvimento no período ainda não estavam implementados e as águas do Tejo, como descrito previamente no relatório, não tinham salinidade suficiente, sendo necessária a correção dos sais (mesmo os animais marinhos nos aquários da exposição tinham grande mortalidade devido a isso). Nesse sentido, para Armando Silva a única investigação de piscicultura viável no AVG seria a criação de enguias, animais resistentes a águas salobras e algumas plantas características de charcos.

Apesar de AVG não ter vocação para economia em escala industrial, durante a gestão de Armando Silva foram estabelecidos os primeiros objetivos científicos e educacionais da instituição, como declarados abaixo:

São muitos, pois, os serviços que o Aquario de Algés pode prestar á sciencia e à economia nacional. Alem da conservação nos seus tanques dos animes vivos, faceis de observar assim em todas as phases do seu desenvolvimento, e prontos para as dissecções e estudos anatomicos, como para servirem ás demonstrações dos professores de zoologia, a exemplo do que succede nos Aquarios estrangeiros, muitos outros trabalhos

podem e devem ali realizar-se: observações de oceanographia estatica e dinamica; experiencias de cultura das aguas salobras; preparação de exemplares pelos modernos methodos de Napoles, aumentando d'esse feitio as collecções de animaes inferiores dos nossos museus; systematica da nossa fauna maritima; trabalhos de zoologia aplicada, comprehendendo o exame da alimentação dos Peixes comestiveis, a determinação do seu estado de maturidade sexual, a observação dos ovos flutuantes e alevinos; etc. É esta a missão natural e realmente proficua, que cabe a um estabelecimento scientifico de semelhante natureza (Silva, 1901, p. 69-70).

Apesar dos esforços e constantes solicitações, ser pioneiro na tentativa de tornar o AVG uma estação marítima e manter a instituição aberta com visitação, Armando Silva pouco pôde implementar do projeto descrito em seu relatório de 1901, a não ser a aquisição de alguns livros para a biblioteca. Em janeiro de 1907, Armando Silva foi exonerado e seu secretário, Francisco Machado Vieira, substituiu-o interinamente (Direção Geral da Marinha. Processo n.º 24. 3.ª Repartição. 29 de Janeiro de 1907. Caixa 7 – Aquário Vasco da Gama. Arquivo Geral da Marinha).

Ainda em 1907, o engenheiro e naturalista Albert Girard⁹ e o engenheiro David Xavier Cohen emitiram pareceres para o Ministério da Marinha favoráveis ao fechamento do AVG, considerando o estado de degradação da instituição: aspeto para o público desolador, condições técnicas que impossibilitam a manutenção de condições biológicas de vida marítima e falta de segurança do edifício (Direção Geral da Marinha. Processo n.º 24. 3.ª Repartição. 16 de Janeiro de 1907. Caixa 7 – Aquário Vasco da Gama. Arquivo Geral da Marinha).

⁹ Albert Girardi foi o supervisor do projeto e da obra do Aquário Vasco da Gama. No relatório a cerca da degradação da instituição, o naturalista e engenheiro inicia afirmando que: "Tendo sido quem planeou a organização do Aquário Vasco da Gama, fácil me foi, na rápida visita que ali fiz, fazer um ideia segura do seu estado e da mancha decadente em que se encontra, sempre por mim prevista desde a sua inauguração". Em todo o relatório, Girardi apenas descreve o seu projeto original (que foi amplamente questionado por Armando Silva tanto pelos materiais utilizados, quanto pelo projeto em si) e faz algumas sugestões de substituição troca do material que foi feita algumas canalizações e não como elas foram feitas (a maior crítica pois o bombeamento de água para o piso superior exigia um grande custo energético e estrutural para o prédio) ou dos sistemas de filtragem para manutenção da qualidade da água (Direção Geral da Marinha. Processo n.º 24. 3.ª. Repartição. 16 de Janeiro de 1907. Caixa 7 – Aquário Vasco da Gama. Arquivo Geral da Marinha).

Entre 1907 e 1909, o AVG encontra-se novamente em situação de degradação e sem direção técnica. O Ministério da Marinha procurou que algumas instituições assumissem a direção técnica, inicialmente: Sociedade de Geografia de Lisboa, Escola Politécnica e Liga Naval; além de terem sido sugeridas a Sociedade Portuguesa de Propaganda de Lisboa e a Câmara de Lisboa. A Sociedade de Geografia de Lisboa e a Liga Naval responderam positivamente ao pedido, mas exigiam que o Estado realizasse os onerosos custos de recuperação das instalações do edifício e instalações de laboratórios e aquários, além de contribuir continuamente com a manutenção (Direção Geral da Marinha. Processo n.º 24. 3.ª Repartição. 4 de Maio de 1907. Caixa 7 – Aquário Vasco da Gama. Arquivo Geral da Marinha).

A construção de uma estação de biologia marítima em Portugal: a Sociedade de Ciências Naturais como agência

Em 1906, ocorreu o XV Congresso Internacional de Medicina em Lisboa, entre os dias 19 a 26 de abril. Na Seção de Anatomia, dois investigadores alemães da Universidade de Berlim, o anatomista Heinrich Wilhelm Gottfried von Waldeyer-Hartz (1836 – 1921), e o microbiologista Carl Benda (1857 – 1932) apresentaram a proposta para a criação de uma estação de biologia marítima semelhante à de Nápoles. Após a troca de impressões com outros congressistas presentes, entre os quais Santiago Ramón y Cajal¹⁰ (1852 – 1934), José Rodríguez

¹⁰ Santiago Ramón y Cajal (1852 – 1934): neurocientista espanhol de projeção internacional; o primeiro a reconhecer os neurónios como unidades celulares comuns aos cérebros de diferentes organismos, sendo este órgão organizado em circuitos neurais, cujo objetivo comum é orquestrar a interação comportamental do organismo com o meio externo (Llinás, 2003). Agraciado junto com Camilo Golgi, com o prémio Nobel de Medicina em 1906, sobre a estrutura e as conexões do sistema nervoso. Em Portugal, foi considerado uma referência fundamental, especialmente na primeira geração de investigadores biomédicos portugueses. O investigador Ramón y Cajal por ser espanhol, ou seja, natural de um país periférico quanto a produção científica europeia, serviu como exemplo e forte influência para o trabalho de investigadores em Portugal como de Marck Athias e a importância que Miguel Bombarda deu às suas descobertas, bem como os contactos que vários investigadores portugueses mantiveram com seu laboratório e relevância as suas publicações académicas e visões perspetivas pessoais (Dias, 2013).

Carracido¹¹ (1856 – 1928) e Joaquim Silva Tavares¹² (1866 – 1931), o voto também foi assinado pelos membros da Seção de Fisiologia. Assim, a criação de uma Estação foi recomendada também pelos membros da Secção de Fisiologia e, posteriormente, subscrita pelos restantes participantes do Congresso (Athias, 1942).

A estação de Nápoles (*Stazione Zoologica di Napoli*) foi fundada em 1872 e tornou-se uma estação modelo para outras estações de biologia marítima da época, pois possibilitava a investigadores de diversas partes do mundo a realização das suas pesquisas com liberdade, fornecendo condições de trabalho com os melhores equipamentos disponíveis, além de acesso à literatura científica atualizada. Empresas fornecedoras de instrumentos e insumos científicos eram colaboradoras da estação, disponibilizando os modelos mais modernos. Ademais, o contacto com outros investigadores de diferentes culturas e tradições, assistentes e pescadores que forneciam espécimes frescos e tudo o que fosse necessário, tornava possível a dedicação exclusiva à investigação¹³ (de Bont, 2015; Groeben, 2020).

Além disso, Anton Dohrn, o fundador da *Stazione Zoologica di Napoli* estava inserido numa geração de zoólogos alemães e franceses que declaravam explicitamente que biologia evolutiva não deveria se limitar apenas ao trabalho morfológico; defendia um tipo de biologia que fosse “geral” e “completa” e que, portanto, também incluísse a fisiologia. De modo que, um programa amplo de ciências da vida também deveria incluir o estudo de organismos em seu ambiente natural (de Bont, 2015). Contudo, os investigadores de laboratório impunham um rigoroso *ethos* laboratorial nas estações marinhas e desenvolveram costumes formais,

¹¹ José Rodriguez Carracido (1856 – 1928): farmacêutico espanhol, professor da Faculdade de Farmácia da Universidad Central. Realizou trabalhos iniciais em bioquímica e ensaios biográficos e críticos em História da Ciência, a partir da sua entrada na Real Academia Nacional de Medicina de Espanha, em 1906. Vice-presidente da Seção de Fisiologia do XIV Congresso Internacional de Medicina, realizado em Madrid no ano de 1903 (Hermida, 1980).

¹² Joaquim da Silva Tavares (1866 – 1931): padre jesuíta e naturalista. Professor no Colégio São Fiel, onde assumiu também o cargo de diretor do herbário e do museu de história natural. Em 1908, foi nomeado reitor. Foi exilado durante a instauração da primeira república na Espanha e no Brasil. Sócio fundador de importantes sociedades científicas de ciências naturais como a Sociedade Portuguesa e Sociedade Ibérica. Membros das Academias de Ciência de Lisboa e de Barcelona e outras sociedades científicas de entomologia. Publicou mais 3 centenas de artigos científicos (Romeiras, 2015).

¹³ Esse sistema foi chamado de Naples' table, uma vez que os postos de trabalho dos investigadores eram arrendados pelo período de tempo da investigação, e funcionou até a década de 1980 (Groeben, 2020).

separando a investigação que era um trabalho interno e hierarquicamente superior ao trabalho externo, “de campo”. A tarefa de coletar material de pesquisa era delegada a coletores especializados ou pescadores locais, com uma hierarquia inferior (Koher, 2002).

A importância da criação de uma estação de biologia marítima nos moldes de Nápoles, além de inserir Portugal no movimento europeu científico nos estudos dos oceanos, pode ser sugerida pelo facto de Wilhelm von Waldeyer-Hartz ter sido o primeiro investigador visitante convidado da *Stazione Zoologica di Napoli* (Engelhardt, 1992), uma vez que participou em importantes debates associados à anatomia, citologia e teoria celular (Saceleau et al. 2022), áreas do conhecimento para as quais Nápoles dispunha da vanguarda dos instrumentos científicos, também utilizados por Carl Brenda, microbiologista que cunhou o termo “mitocôndria”.

No entanto, instituições vocacionadas para os estudos marítimos já tinham sido tentadas em Portugal. De entre elas, destaca-se, desde finais do século XIX, o interesse particular do rei D. Carlos I na investigação oceanográfica e pesca, assessorado Albert Girard, com a criação de um pequeno laboratório temporário de investigação oceanográfica próximo a Cascais (suporte das expedições do iate Amélia), que reunia espécimes de invertebrados e ictiológicos, plâncton, aves marinhas, amostras do lodo e assoalho marítimo¹⁴ (Bragança, 1897) e as iniciativas de Augusto Nobre, no norte de Portugal (Salgueiro, 2021a).

Portanto, para viabilizar a iniciativa de construção de uma estação de biologia marítima, ainda na mesa da Seção de Fisiologia do XV Congresso Internacional de Medicina, presidida por Fernando Matoso Santos¹⁵, foi constituída uma comissão, que logo se mobilizou para formar uma sociedade científica, de modo a ter maior influência perante aos poderes públicos. A comissão inicial foi constituída pelos médicos Carlos França (1877 – 1926), Mark Athias (1875 – 1946), Augusto

¹⁴ O acervo com os espécimes e instrumentos científicos que restaram destas expedições encontram-se atualmente sob a salvaguarda do Aquário Vasco da Gama.

¹⁵ Médico (licenciado em Filosofia e Medicina na Universidade e Coimbra) e professor de Zoologia da Escola Politécnica de Lisboa.

Celestino da Costa e pelos naturalistas José Guilherme Bethencourt Ferreira (1866 – 1948) e Antero Seabra (1874 – 1952) (Athias, 1942; Almaça, 2007), encontrando-se os médicos associados às universidades e às emergentes ciências experimentais (fisiologia e bioquímica) e os naturalistas aos museus e a investigação em história natural.

A partir do estabelecimento desta comissão, foi efetuada uma reunião preparatória em abril de 1907, para discutir e aprovar os estatutos desta sociedade, realizada no Instituto Bacteriológico Câmara Pestana¹⁶ (Athias, 1942; Dias, 2013). Além dos membros da comissão, foram considerados sócios fundadores mais 22 investigadores, entre os quais, Alfredo Bensaúde (1856 – 1941), Augusto Nobre, Carlos Bello Moraes (1868 – 1933), Júlio Guilherme Bethencourt Ferreira (1866 – 1948), Camilo Torrend (1875 – 1961), Carlos Zimmermann (1871 – 1950), Gonçalo Sampaio (1865 – 1937), Cândido de Azevedo Mendes (1874 – 1943), Miguel Bombarda e Joaquim da Silva Tavares, bem como 18 membros efetivos¹⁷. Este foi o contexto de fundação da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais (SPCN).

AVG como estação de biologia marítima: os primeiros anos da SPCN na institucionalização das ciências experimentais

Atendendo ao interesse político e científico na exploração da extensa orla costeira nacional, não só as instituições de estudo da biologia marítima até então existentes não possuíam condições satisfatórias de investigação que permitissem valorizar este capital, como também não existia uma sociedade científica instituída e reconhecida que reunisse os naturalistas e profissionais relacionados às Ciências Naturais dispersos pelos territórios portugueses do período, bem como as suas

¹⁶ Atualmente Instituto Bacteriológico Câmara Pestana.

¹⁷ De acordo com os Estatutos da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais de 1907, os “membros fundadores” eram os sócios desde a data de aprovação dos estatutos e se comprometeram a cobrir os custos das despesas da Sociedade durante o seu primeiro ano de existência. Um grupo constituído por 22 homens com média de idade de 38,3 anos (mais jovem era Celestino da Costa, na altura com 23 anos, em oposição a Fernando Matoso Santos, com 58 anos). Por sua vez, os “membros efetivos” aqueles sócios portugueses ou estrangeiros residentes em Portugal que pagavam uma quota estabelecida.

práticas e orientações do conhecimento no que toca às diferentes disciplinas deste campo do conhecimento. Como indicado nas notas que antecedem o próprio Estatuto da SPCN, publicado no primeiro tomo do pode ler-se:

Embora bastante numerosos, os naturalistas portugueses viveram e trabalharam quase sempre isolados e, à exceção da Sociedade Broteriana de Coimbra, que reúne um pequeno número desses naturalistas, nenhuma associação se constituiu para possibilitar aos seus membros comunicar os resultados do seu trabalho, trocar ideias e assim contribuir de forma mais expressiva para o desenvolvimento das Ciências Naturais em Portugal. A Academia Real das Ciências de Lisboa conta, entre os seus membros, com vários naturalistas e não dos menos ilustres; mas é evidente que dentro de tal agregação [sic], onde todas as ciências devem ter os seus representantes e cujo número de membros é limitado, não podem encontrar lugar todas as pessoas que cultivam as Ciências Naturais [no país].¹⁸

Ainda na sessão inaugural da SPCN em 1907, foi discutida a questão fundamental para esta agremiação: a instalação de uma estação de biologia marítima em Portugal. Inicialmente, foi sugerido para a sua localização o forte de Albarquel, próximo a Setúbal, pois na opinião dos sócios possuía excelentes condições (proximidade de Lisboa e do mar, fácil acesso aos investigadores e aos centros urbanos), mas encontrava-se sob tutela do Ministério da Guerra e eram necessários avultados investimentos para a sua transformação numa instituição científica (Athias, 1942).

¹⁸ Traduzido do original: "Quoique assez nombreux, les naturalistes portugais ont presque toujours vécu et travaillé isolément et à part la Société Brotérienne de Coimbra qui en réunit un petit nombre, aucune association ne s'était constituée pour permettre à ses membres de se communiquer les résultats de leur labeur, d'échanger leurs idées et de contribuer ainsi d'une façon plus puissante au développement des Sciences Naturelles en Portugal. L'Académie Royale des Sciences de Lisbonne compte parmi ses membres plusieurs naturalistes et non des moins distingués; mais il est évident que dans une telle aggrémiation [sic], où toutes les sciences doivent avoir leurs représentants et dont le nombre de membres est limité, toutes les personnes qui cultivent les Sciences Naturelles ne peuvent trouver place".

Ao mesmo tempo, ainda não estava definida a direção técnica do AVG, de modo que havia a possibilidade de fazer do AVG um centro de biologia marítima, anexo a uma futura estação que apresentasse melhores condições para a instalação de laboratórios, os quais poderiam ser disseminados por vários pontos da costa (Athias, 1942)¹⁹.

Pesava contra o AVG principalmente sua localização: na margem do Tejo em vez de estar à beira-mar, como a maioria das estações de biologia marítima. Assim, a água possuía salinidade variável, já apontado por Silva (1901) como uma dificuldade na manutenção. Além disso, não estava onde se mostrava mais rica e interessante a biodiversidade marítima, uma vez que os estudos naturalistas realizados até então tinham sido particularmente fecundos, na região situada entre os dois estuários do Tejo e do Sado. Contudo, o AVG tinha a vantagem de estar construído; estava na vizinhança de Lisboa, cidade de recursos e sede de numerosas instituições científicas interessadas na estação biológica, além de atrair visitantes da capital e dos arredores, o que constituía uma fonte importante de receita (como Nápoles), tornava o AVG suscetível de desenvolvimento, uma vez introduzidos os melhoramentos necessários para tornar simultaneamente mais rica, mais instrutiva e mais atraente a sua exposição (Costa, 1918).

Apenas em 19 de junho de 1909, a Sociedade de Ciências Naturais assumiu a direção científica e a administração do AVG, por um período de cinco anos e sob fiscalização da Marinha, com a missão de *"realizar investigações científicas relativas à fauna marítima, fluvial e às indústrias piscícolas, promovendo ao mesmo tempo a divulgação de conhecimentos"* (Seabra, 1910, pg. 9).

¹⁹ É importante ressaltar que esta discussão está detalhadamente apresentada nas memórias de Mark Athias sobre o histórico da SPCN, publicada em 1942 (Athias, 1942). Contudo, no discurso e ata desta sessão inaugural e nas posteriores não se encontra referência a tal discussão. O AVG aparecerá nas atas da SPCN apenas em 1909 (Sessão ordinária de 14 de julho de 1909) com o aceite do Diretor Geral da Marinha em atribuir a SPCN a direção científica e administração do AVG.

A SPCN indicou para o cargo de direção do AVC o entomologista Antero Frederico Ferreira de Seabra. Curador da Secção de Zoologia do Museu Bocage, contava com larga experiência em expedições científicas, que documentava através da fotografia, e possuía algum trabalho em ictiologia, com cetáceos e piscicultura (Seabra, 1907a, 1907b, Salgueiro, 2021b).

Seabra imediatamente reconheceu que o estabelecimento exigia obras importantes para ser transformado em estação de biologia marítima e precisou do apoio político e institucional do presidente da SPCN Almeida Lima (1859 – 1930) para insistir junto dos poderes públicos em obras de readequação dos espaços e orçamentos para criar definitivamente uma estação marítima.

Durante toda a gestão de Antero Seabra, descrita em relatórios publicados pela SPCN (Seabra, 1910; 1911; 1912; 1913) foram realizadas as alterações estruturais necessárias no edifício do AVG, com a participação do Ministério das Obras Públicas, a incorporação dos terrenos vizinhos cedidos pela Câmara Municipal de Oeiras, instalação de novos aquários, laboratórios e constantes negociações com o Ministério da Marinha quanto ao orçamento destinado ao AVG:

Todo o edifício exigia, e exige ainda hoje, obras importantes; as piscinas, na sua grande parte incompletamente cheias, com os vidros riscados e muitos quebrados, encontravam-se contudo regularmente povoadas (...). Faltava material de toda a espécie e muito do existente achava-se já deteriorado. As salas destinadas a laboratórios estavam abandonadas ou transformadas em arrecadações varias. Não existiam condições algumas de trabalho. As pescas eram, segundo parece, feitas com dificuldade e só para acudir ao repovoamento das piscinas, e algumas reparações mais indispensáveis as únicas preocupações para manter o Aquário (Seabra, 1910, p. 6).

Cabe destacar que muitas das alterações realizadas na direção Seabra já haviam sido sugeridas por Armando Silva, havia quase uma década, e a principal evidência é que a planta utilizada nos relatórios para a nova distribuição das instalações é a mesma (Figura 1).

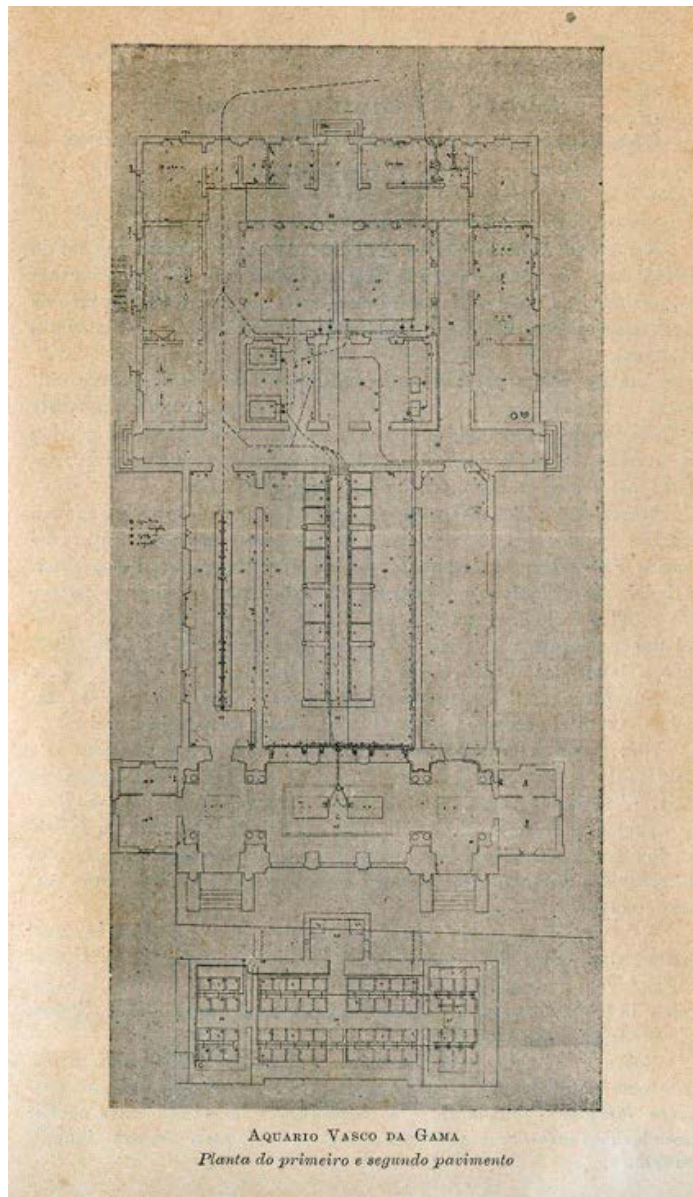


Figura 1b – Planta do Aquário Vasco da Gama, proposta em 1909 – 1910. Legenda: 1. Gabinete do Diretor. 2. Sala de Espera. 3. Casa de Banho. Laboratório. 5. Vestíbulo. 6. Depósito. 7. Casa de Banho. 8. Gabinete de preparação. 9. Sala de recepção e de distribuição de produtos da pesca. 10. Gabinete de Secretari a. 11. Museu. 12. Porteiro. 13. Vestíbulo. 14. Apartamento do Diretor. 15. Sala dos aquários de água doce. 16. Sala dos aquários de água salgada. 17. Biblioteca. 18. Laboratórios. 19. Cisternas de água do mar. 20. Sala das máquinas. 21. Sala dos filtros. 22. Galeria de serviços. 1.º Andar: 23. Sala dos filtros. 24. Sala de depósito de água do mar. 25. Sala de depósito de água doce. Fonte: Seabra (1910, p. 41)

Contudo, Seabra propõe outras utilizações para as mesmas instalações, como os laboratórios serem as salas que rodeiam o corpo central do Aquário. Na proposta de Seabra, existem quatro tipos de laboratórios: (i) laboratório para trabalhos de microscopia, que seguiria o modelo da Estação de Bergen (como Armando Silva), com os investigadores trabalhando individualmente, embora num gabinete comum (n.º 18, na Figura 1); (ii) um laboratório de anatomia, com duas bancadas de trabalho (no mesmo espaço ocupado pelo n.º 18 na Figura 1); (iii) um laboratório de manipulações químicas, com duas bancadas de trabalho e mobiliário adequado (n.º 4, na Figura 1); (iv) um laboratório de biologia, com material e mobiliário próprio para o estudo, em vida, das espécies marítimas e fluviais (espaço construído junto as instalações da Biblioteca n.º 17, na Figura 1). Além disso, uma biblioteca, um pequeno gabinete fotográfico, casa de lavagens, vestiário, gabinete e laboratório do diretor e arrecadação (Seabra, 1910).

Nos novos terrenos anexos (cedidos pela Câmara de Oeiras), foram propostos tanques para o laboratório de piscicultura fluvial e estudos de embriologia, uma oficina completa de apoio ao AVG, uma arrecadação do material de pesca, além de um aquário subterrâneo e outras possíveis instalações e exposições de animais.

Uma questão que aparece no plano de trabalho de Seabra, e que também já aparecia na proposta de Armando Silva, era a necessidade de uma embarcação para realizar a recolha de espécimes para o AVG. Almeida de Lima, ainda na direção da SPCN, fez a doação de um motor a gasolina com força de cinco cavalos em 1911, aplicado num dos pequenos barcos do AVG que permitiu pescas em distâncias mais longas, mais ainda não no mar e nem dragagens (Figura 2):

Uma das maiores necessidades é a de uma embarcação a vapor que permita dar maior desenvolvimento às pescas e explorações, onde se possam instalar alguns aparelhos para sondagens e dragagens e onde, se possam transportar em boas condições os animais colhidos no mar (Seabra, 1910, p. 23-24).

Para além das questões estruturais do AVG, de modo a cumprir a missão de uma estação marítima em Portugal, Seabra propunha a criação de diferentes pontos na costa marítima do país, que complementassem os trabalhos do Aquário, sugerindo antigos fortes para estas instalações, como o Forte de Albarquel. Essa proposta já havia sido discutida na constituição da SPCN e também foi apresentada por Armando Silva, embora nunca tenha sido concretizada.



Figura 2 – Imagem da embarcação do Aquário Vasco da Gama, já com adaptação do motor à gasolina. Nos relatórios de Armando Silva, Antero Seabra e Celestino da Costa existe referência a apenas uma embarcação na instituição e essa imagem, referida como “embarcação do Aquário Vasco da Gama”, feita por Antero Seabra, embora sem data, corresponde as descrições realizadas pelos autores. Imagem: Antero de Seabra, cx. 18, n.º 1204 PT/TT/AS/A/001/000182.

Autor: Não mencionado. Imagem cedida pelo ANTT.

Embora o AVG não tenha fechado as portas ao público visitante por longos períodos, em 1913 Antero Seabra afirmou:

Este relatório ao quarto ano de administração do Aquário Vasco da Gama pela Direcção da Sociedade Portuguesa de Sciencias Naturais. Pode dizer-se que todas as obras empreendidas no edifício do Aquário pela Direcção das Obras Públicas e iniciadas até a data da publicação do nosso relatório de 1911-1912, estão concluídas. Não significa isto, porém, que estejam concluídos os trabalhos que deverão transformar o Aquário numa Estação de Biologia em condições de poder acudir a todas as exigências do ensino moderno e responder a todas as questões que interessam à exploração racional das nossas águas marítimas ou fluviais. (...) Contudo, mesmo com os laboratórios desguarnecidos de mobiliário e material, alguns trabalhos de investigação foram já iniciados sobretudo relativos à aclimação e reprodução de espécies exóticas das

águas doces e os trabalhos práticos dos cursos da zoologia da Faculdade de Ciências de Lisboa com mais de cem alunos foram já sustentados em grande parte com o material fornecido pelo Aquário (Seabra, 1913, p. 1).

Com as novas instalações, foram sinalizadas as necessidades de pessoal especializado para trabalhar na estação, como preparadores, padrão de pescas, naturalista subdiretor, além de outros cargos fundamentais para o funcionamento como guardas, jardineiro e serventes. Contudo, na gestão de Seabra não houve aumento no quadro de funcionários do AVG (Figura 3 a 6).



Figura 3 – Piscinas externas para cultura de peixes de água doce. Ao fundo, próximo ao portão, Antero Seabra e mais a frente outros dois trabalhadores do AVG, em 18 de abril de 1913. Imagem: Antero de Seabra, cx. 12, n.º 377 PT/TT/AS/A/001/000176. Autor: Não mencionado. “Imagem cedida pelo ANTT”.



Figura 4 – Vestíbulo Principal do Aquário Vasco da Gama, s.d. Imagem: Antero de Seabra, cx. 13, n.º 496 PT/TT/AS/A/001/000168 Autor: Não mencionado. “Imagem cedida pelo ANTT”.

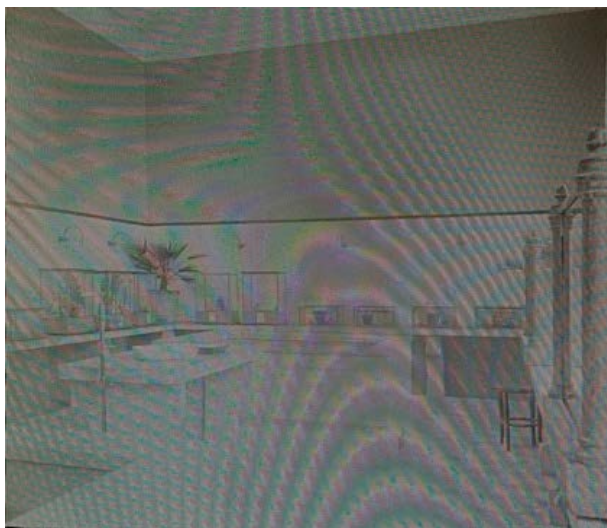


Figura 5 – Sala de Escolhas do Aquário Vasco da Gama, em 18 de abril de 1913. Imagem: Antero de Seabra, cx. 11, n.º 251 PT/TT/AS/A/001/000158 Autor: Não mencionado. “Imagem cedida pelo ANTT”.



Figura 6 – Sala de Máquinas. Em destaque, o maquinista Manoel Joaquim Nunes, um profissional bastante elogiado pelos diretores do Aquário Vasco da Gama. Armando Silva (1901), Antero Seabra e Augusto Celestino Costa (1918) em seus relatórios citam nominalmente este profissional por suas qualidades técnicas, disponibilidade e capacidade de criar instrumentos a partir das necessidades da instituição, com os equipamentos e materiais disponíveis. s.d. Imagem: Antero de Seabra, cx. 22, n.º 1469 PT/TT/AS/A/001/000175 Autor: Não mencionado. “Imagem cedida pelo ANTT”.

Contudo, a presença de naturalistas e outros investigadores sócios da SPCN no AVG permitiu que esta instituição enriquecesse seu acervo com muitos espécimes zoológicos, seja por trocas institucionais, como a receção de peixes da Direção Geral de Agricultura (distritos de Portalegre e Algarve), Estação Semafórica de São Julião,

Sociedade de Geografia de Lisboa, seja pela oferta de espécimes de anfíbios, répteis e aves de comandantes vindos de África, como o comandante G. A. Vidal e Carlos França, aquariofilistas, naturalistas amadores e interessados ofertarem espécimes de peixes vivos ou taxidermizados para o AVG.

Ademais, em seus relatórios Antero Seabra descreveu listas de “amigos do Aquário”, pessoas que ofereciam espécimes ou trabalho voluntário, uma vez que até o momento não foram realizadas as contratações solicitadas. Os voluntários trabalhavam na organização do catálogo da biblioteca, o arquivo, a formação do núcleo de uma coleção de algas marítimas e a conservação de alguns terrários e aquários, dos quais um nome que se destacou pelos trabalhos desenvolvidos e que se tornou membro da SPCN foi o “Professor Jorge Oom”.

Além de promover todas as suas modificações estruturais, Antero Seabra, enquanto diretor técnico do AVG, realizou investigações e publicações científicas nesta instituição. Em 1912, publicou duas notas no *Bulletin de la Société Portugaise de Sciences Naturelles*, uma sobre a reprodução de répteis e anfíbios no AVG²⁰ (um facto inédito até o momento na instituição) e outro sobre as espécies venenosas de peixes na costa de Portugal e Marrocos²¹.

O ano de 1914 era o último da concessão da diretoria científica do AVG para a SPCN. Porém, no contexto da reforma do ensino superior introduzida pela Primeira República em 1911, parecia inquestionável colocar a futura estação de biologia marítima sob dependência universitária, no pressuposto da transição da tutela do Ministério da Marinha para o da Instrução Pública (Rollo; Queiroz, Brandão, 2014). Em 1913, foi criada a Estação da Foz sob a tutela da Universidade de Porto e a proposta de uma nova estação para a Universidade de Coimbra, de modo que faria sentido integrar também o AVG na Universidade de Lisboa (Salgueiro, 2021a). Assim, em 1914 foi proposto um projeto de lei elaborado por Augusto Nobre (membro da SPCN) com o objetivo de anexar a estação à Universidade de Lisboa, com o apoio dos membros da SPCN (confirmada por envio de circular). Este apoio

²⁰ Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles, Vol. VI, pg. 117, 1912.

²¹ Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles, Vol. VI, pg. 124, 1912.

refletia a perfil dos membros da associação no período: em 1914, a sociedade contava com pouco mais de uma centena sócios, todos homens, dos quais mais da metade estavam relacionados às universidades ou institutos de investigação (25 eram professores e assistentes universitários, 20 eram naturalistas e 12 eram diretores e chefes de serviços em institutos e laboratórios científicos), em sua maioria (62,4%) localizados em Lisboa²².

O projeto de lei que visava fortalecer a vertente da investigação, ao associar o AVG (enquanto estação marítima) à Universidade de Lisboa, não chegou à discussão parlamentar, sobrepondo-se-lhe a proposta de instalação de uma Comissão Central de Pescarias no AVG (Rollo; Queiroz, Brandão, 2014). Como uma forte resposta do Ministério da Marinha para manter-se como órgão de tutela, criava-se Estação de Biologia Marítima, na qual estariam representadas, além da Comissão Central de Pescarias, a Universidade de Lisboa e a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais. No entanto, a implementação deste projeto saiu da Câmara dos Deputados ainda mais restritamente orientado, inviabilizando-o. Depois de quase de um ano de discussões, a solução publicada em 6 de maio de 1915, conciliando as propostas anteriores, determinou a transferência da administração para uma Comissão, cuja presidência era definida pelo Ministério da Marinha e a SPCN teve o poder de definir a direção técnica e científica (Costa, 1918, p.12-14).

Em 1915, Antero Seabra deixou a direção técnica, sendo substituído por poucos meses pelo médico sanitaria e investigador sobre águas e salubridade Carlos de Arruda Furtado (1886 – 1953). Ambos os diretores tiveram dificuldades com o delegado do Ministro da Marinha, de acordo com o relatado por Augusto Celestino da Costa (1918). Celestino da Costa, mesmo não sendo especialista em biologia marítima, mas um ilustre investigador do Instituto de Fisiologia e Embriologia (Universidade de Lisboa), a partir de 1916 passou a representar a SPCN à frente do AVG (Amaral, 2006; Salgueiro, 2021).

²² O nome de todos os sócios das Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais até 1920 encontram-se disponíveis nos boletins da sociedade.

Ao assumir na direção, Celestino da Costa trouxe consigo o médico Alfredo Magalhães Ramalho (1894 – 1959), seu assistente no Instituto de Histologia e Embriologia. Com experiência de investigação em biologia marinha, de início atuou voluntariamente no apoio à biblioteca para estudar a taxonomia de peixes; suas primeiras investigações na instituição foram publicadas em 1918, sobre estruturas renais de raia²³ e pâncreas e células hepáticas de *Mola mola*²⁴.

Ainda em 1916, o AVG recebeu o zoólogo, Alfonso Gandolfi Hornyold, Privat-Dozent da Universidade de Genebra, ano em que o ictiólogo também passou a ser membro da SPCN. Hornyold tinha experiência de trabalho em outras estações biológicas, nomeadamente Valência e Bergen, e esteve em Lisboa durante um ano a investigar sobre enguias, cujos resultados foram publicados em artigos em edições da SPCN e em comunicações em sessões promovidas pela mesma associação²⁵ (Costa, 1918).

No relatório de 1913 – 1917 do AVG, Celestino da Costa apresentou uma nova proposta do que deveria ser a estação de biologia marítima. No entanto, não estruturou sua proposta em reformas do edifício ou nas instalações, como na gestão dos diretores anteriores, mas alinhado com os espaços já definidos por Armando Silva e Antero Seabra, desenhou um programa curricular com objetivos comuns das estações marítimas: (i) investigação; (ii) ensino; e (iii) uso industrial.

O primeiro objetivo é considerado fundamental: “investigação científica. É o objetivo principal e causa inicial da fundação deste gênero de instituições” (Costa, 1918, pg. 23), citando Victor Coste (1807 – 1873) e referindo a *Station marine de Concarneau* como uma das primeiras instituições do gênero, inauguradas na França, em 1853²⁶.

²³ Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles. V. VIII, pg. 23 – 29, 1918.

²⁴ Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles. V. VIII, pg. 84 – 86, 1918.

²⁵ Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles, Vol. VII, pg. 184 – 197, 1916. Mémoires publiés par la Soc. Port. Seien. Nat., Sér. zool., n. ° 3, 1918.

²⁶ De acordo com Gal (2009), em artigo comemorativo dos 150 anos do Station marine de Concarneau Station, a instituição foi fundada em 1859, e não em 1853, como apontado no relatório de Costa (1918).

Celestino da Costa listou um conjunto de disciplinas que poderiam ser investigadas a partir dos laboratórios do AVG, similar às ementas curriculares universitárias: sistemática e taxonomia de zoologia e botânica; a etologia das espécies marítimas e fluviais; estudo especial do *plâncton* (até o momento não estavam definidos métodos de recolha ou identificação das espécies viventes); anatomia comparada; embriologia e anatomia das espécies aquáticas e microscópicas; histologia e citologia das espécies que habitam os mares; fisiologia comparada; embriologia experimental e comparada; biologia aplicada (migrações das espécies, da época das desovas, das condições de pesca, processos de cultura e reprodução em viveiros, piscicultura, ostreicultura); e finalmente, estudos de oceanografia física que poderiam encontrar na futura estação um local adequado para ser centro de investigação.

O objetivo de ensino do AVG enquanto uma estação biológica, de acordo com Celestino da Costa, é primordialmente para o ensino superior, seja como estabelecimento para fornecimento de animais vivos para estudos e demonstração em cursos. Essa função também poderia ser atendida para o ensino secundário, em menor grau.

A função de “difusão da cultura geral” e “difusão de conhecimentos de história natural e mesmo de recreio” são realizadas por meio de palestras, cursos, conferências e as exposições. Embora o AVG atingisse aproximadamente 17,4 mil visitantes por ano, entre os anos de 1901 – 1921, a visão de Costa ainda estava voltada para um pequeno público:

É claro que esses museus são ainda melhor utilizados no ensino superior, principalmente na Zoologia e Botânica sistemáticas (Costa, 1918, p. 24).

Quanto ao objetivo industrial, Celestino da Costa afirma genericamente a possibilidade do AVG ter condições de servir como centro de povoamento de espécies de água doce ou salgada, uma vez que foram corrigidas as questões de canalização dos aquários e tanques (Armando Silva, uma década antes afirmava ser impossível essa missão da instituição devido às suas instalações).

Celestino da Costa corrobora o programa de investigação a partir do funcionamento de dezenas de estações europeias (Mónaco, Banyuls, Arcachon, Dove, Marseille, Caen, Cette, Roscoff, Portel, Ambleteuse, Port-Erin, Wimeux, Plymouth, Millport, Kiel, Heligoloanf, Trieste, Budapeste, Christiania, Friedrichshagen, Munique, Viena,

Rovigno, Concarneau, Saint-Vaast, Lunz, Bergen, Füresee,) e algumas estadunidenses (San-Diego e Wood's-Hole) comparando-as com a realidade portuguesa.

Para implementação do seu programa, Celestino da Costa reitera que o AVG e seus laboratórios constituíam uma instituição central no país para o estudo de espécimes e encontro de investigadores, mas que a falta de uma grande embarcação impedia a recolha de espécimes em longa distância e profundidade (dragagens). Além disso, também retoma a necessidade da utilização dos fortes já construídos ao longo da costa portuguesa como pequenos pontos de coleta (como instalações com 2 ou 3 compartimentos), para que naturalistas pudessem trabalhar *in loco*: “Conjugando estes dois processos desaparecem quase todos os inconvenientes da situação do Aquário” (Costa, 1918, p. 28).

A instalação da estação enfrentou vários impasses e dificuldades, incluindo o impacto da Grande Guerra, até que em 10 de maio de 1919 foi promulgado o decreto n. 5.615 que transformou o Aquário Vasco da Gama numa estação de biologia marítima, como uma agência autónoma do Ministério da Marinha (Costa, 1922; Rollo; Queiroz, Brandão, 2014).

Contudo, o Aquário Vasco da Gama – Estação de Biologia Marítima (AVG-EBM) passou a ser dirigida por uma Comissão Administrativa, constituída por um delegado do Ministério da Marinha (presidente) e dois naturalistas, um diretor e o outro assistente. O mesmo decreto 5.615 criou ainda a Comissão Oceanográfica, uma comissão técnica destinada a servir de órgão consultivo e a auxiliar a direção da instituição na resolução dos problemas que lhe fossem incumbidos (Costa, 1922).

Os cargos científicos foram entregues a especialistas do Instituto de Histologia e Embriologia da Universidade de Lisboa. Celestino da Costa manteve-se no cargo de diretor e o investigador Alfredo de Magalhães Ramalho, no de naturalista assistente. Novamente, apesar de não se dedicar à biologia marítima, a manutenção de Celestino da Costa não foi contestada, por sua experiência na direção do AVG, desde 1916, e ser um renomado investigador nacional e liderar uma das principais escolas de investigação nacionais (Amaral, 2006; Salgueiro, 2021).

Estabelecendo-se finalmente enquanto estação de biologia marítima, encerrava-se a relação direta entre o AVG e a SPCN. Nos cargos de direção e comissões instituídas pelo decreto 5.615 de maio de 1919 não houve qualquer referência

à Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais. Nas memórias de Mark Athias, secretário perpétuo da SPCN, o investigador relata "(...) o *Aquário deixava de pertencer à Sociedade que o tinha transformado e ampliado, mas ficava criada a Estação, estabelecimento científico que honraria o país*" (Athias, 1942, p. xv).

Em seu último relatório como diretor, Celestino da Costa apresentou à Comissão Administrativa e Comissão Oceanográfica em que condições deixava o AVG – EBM e sugeriu orientações, sempre enquanto instituição de investigação e cientificamente autônoma. Reiterou a necessidade de mais profissionais mais técnica e cientificamente qualificados – “os naturalistas de uma estação biológica devem ter uma formação científica universitária” (Costa, 1922, p. 6) – embora tenha reconhecido a capacidade dos profissionais que já estavam a trabalhar no AVG – EBM desde o início, listou as aquisições de livros para a biblioteca (incluindo acordo de empréstimo do acervo da SPCN), identificou a produção científica produzida por investigadores na instituição (o próprio, Alfredo Magalhães Ramalho²⁷, Alfonso Gandolfi Hornyold, Mark Athias²⁸ e Antero Seabra) e encerrou com a importância do intercâmbio com outras instituições nacionais e internacionais, que estavam iniciados, mas que deveriam ser continuados e estendidos.

Embora o Aquário Vasco da Gama – Estação de Biologia Marítima não estivesse diretamente sob a direção científica da SPCN, neste primeiro momento os investigadores que compunham a sua direção técnica eram investigadores e membros da referida sociedade. Celestino da Costa manteve-se na direção até 1923, quando foi substituído pelo seu assistente Alfredo Magalhães Ramalho.

Alfredo Magalhães Ramalho era membro da SPCN desde 1916 e foi uma figura central no desenvolvimento do AVG – EBM, até uma nova separação entre estação biológica e AVG, em 1950 (Santos, 2012). Ainda em 1920, foi convidado para participar num cruzeiro científico no navio *Perche*, do *Bureau Scientifique des Pêches*, onde

²⁷ Além das publicações já referidas anteriormente ao longo do texto, ver: Ramalho, A.F. (1921), *Sur l'appareil surrénal des Téléostéens*. C. R. S. Biol, Paris, LXXXIV, 589-590; Ramalho, A.F. (1921), *Sur la réaction sidérophile des cellules de l'organe interrenal des Elasmobranches*, C. R. S. Biol, Paris, LXXXIV, 991-995 ; Ramalho, A.F. (1922), “ Note sur le Sprat (Clupeid sprattus Linn.) des côtes portugaises”, *Bul. Soc. Port. Se. Nat.*, IX, 31-34.

²⁸ Athias, M. (1920) Les mouvements automatiques de l'estomac et de l'intestin isolés des Sélaciens, C. R. S. Biol. Paris, LXXXIII, 872-876.

pode ser introduzido em técnicas em trabalhos oceanográficos. Em seu regresso, foi nomeado delegado perito de Portugal no *International Council for the Exploration of the Sea*, ano em que o país aderiu a este conselho internacional. Em 1924 foi deslocado para Noruega, onde acompanhou o aparelhamento científico do navio oceanográfico “Albacora”, e frequentou em Bergen um curso de oceanografia física (SGL, 2001; Rollo; Queiroz, Brandão, 2014; Pinto, 2017).

O “Albacora” tornou-se o posto avançado do AVG – EBM, possibilitando a recolha sistemática de dados e a observação dos recursos pesqueiros nacionais, cujos dados possuíam fins científicos, mas também económicos. Magalhães Ramalho também se manteve na direção das investigações realizadas no AVG – EBM; sua trajetória possibilitava uma visão multidisciplinar do oceano, dedicando-se a variados temas como a flutuação das populações de peixes, sobrepeças, plâncton, correntes marítimas, topografia, qualidade da água etc. (Pinto, 2017). Investigou, junto com capitânias dos portos e delegações marítimas, sobre espécies locais de sardinhas (*Sardina pilchardus*) e espadilhas (*Sprattus sprattus*)²⁹, para identificar características como período de maturação sexual e migrações. Deste modo, atingiu reconhecimento científico nacional, sendo convidado para sócio da Academia de Ciências de Lisboa (1938) e internacional como membro da *Zoological Society of London* (1933) e *Linnean Society of London, foreign member* (1948), o que se refletia na investigação e no reconhecimento também do AVG – EBM (SGL, 2001).

O papel de Magalhães Ramalho também foi fundamental para defesa da importância da biologia marítima e da oceanografia física no apoio aos industriais das pescas e a necessidade de assegurar e estimular a relação entre investigadores, pescadores e industriais (Rollo; Queiroz, Brandão, 2014).

Demonstra-se o aumento do prestígio do AVG – EBM pela entrega da coleção oceanográfica e a biblioteca de D. Carlos I, em 1935³⁰, para salvaguarda na instituição. Deste modo, o público passava a ter acesso, pelo menos parcialmente, a importantes coleções régias que fazem parte do património português. Além disso, nas décadas de 1930 e 1940 a estação sediou eventos científicos nacionais e internacionais relacionados à biologia marítima e oceanografia (Pinto, 2017).

²⁹ Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles, V. IX, 31-34. 1922.

³⁰ Atualmente a coleção pertence ao Aquário Vasco da Gama.

Considerações Finais

Neste trabalho voltamos às fontes originais para analisar detalhadamente o processo de transição do Aquário Vasco da Gama enquanto uma instituição de recreio popular e exaltação do governo monárquico para uma estação marítima construída nos padrões de uma instituição científica internacional. Para tanto foram analisados os relatórios dos primeiros diretores, plantas, fotografias e correspondências de modo a identificar os alguns dos principais atores deste processo.

A “*fortuitous circumstances*” da realização do XV Congresso Internacional de Medicina em Lisboa, em 1906, trouxe a demanda da criação de uma estação marítima em Portugal, sob renomada chancela científica internacional. Este foi o meio necessário para formação da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, uma associação constituída por médicos e naturalistas, em sua maioria associados às universidades e institutos de ensino e investigação, e interessados no estabelecimento de um espaço para desenvolvimento de práticas experimentais. O AVG foi o espaço possível para tal.

Com o advento da República e a reforma do ensino superior (1911), os investigadores e instituições de Lisboa definiam-se como a nova centralidade intelectual portuguesa (Saraiva e Macedo, 2019). A proximidade com os institutos de investigação e universidades, permitiu que investigadores como Antero Seabra e Celestino da Costa, enquanto membros da SPCN, atuassem para a institucionalização de uma cultura científica no AVG, por meio de alterações de suas instalações, de acordo com padrões internacionais e seguindo os modelos das estações marítimas europeias. De acordo com Costa (1918, p. 23): “a investigação científica. Este é o objectivo principal e causa inicial da fundação deste genero de instituições (Costa, 1918, p.23)”, a partir desta premissa, seguia-se uma lista de disciplinas científicas que poderiam ser investigadas no AVG, entre elas: Zoologia, Botânica, Etologia, Anatomia Comparada, Histologia, Fisiologia Geral, Embriologia. Celestino da Costa também cita o estudo do plâncton e da Oceanografia.

O AVG enquanto instituição de investigação autônoma (órgão do Ministério da Marinha, mas não ao ensino superior), com investigadores intimamente relacionados a SPCN e à Universidade de Lisboa possibilitou uma via de diálogo

e de cooperação com os seus especialistas, os quais tinham acesso a laboratórios equipados, fornecimento de animais para aulas e poderiam realizar estágios e aulas na estação (Costa, 1918; Salgueiro, 2021a).

Outra figura de destaque é Alfredo de Magalhães Ramalho, cuja direção é um ponto de viragem na instituição. A formação e as investigações realizadas pelo médico dentro das estruturas já desenvolvidas no AVG e em estações marítimas e embarcações estrangeiras possibilitaram que ao assumir a direção do AVG – EBM a instituição tivesse pela primeira vez um especialista, o que propiciou o acompanhamento científico de missões e a realização especialmente na interface entre a ciência e o desenvolvimento económico da pesca.

Ademais, ao permanecer sob tutela da Marinha portuguesa, o AVG – EBM teve acesso aos navios hidrográficos “Aviso 5 de Outubro” e “Albacora”, o que permitiu a realização cruzeiros oceanográficos, com a recolha de espécimes e dados sistemáticos para a constituição de uma estação marítima, necessidade apontada desde a primeira proposta para constituição de uma estação marítima, realizada ainda por Armando Silva, em 1901.

Assim, o estabelecimento do AVG – EBM cumpriu os objetivos estabelecidos no XV Congresso de Medicina de Lisboa, em 1906, ao tornar-se uma instituição de investigação científica capaz de criar meios para que investigadores nacionais e estrangeiros estudassem a biodiversidade marinha da orla portuguesa. Contudo, para a transformação de um espaço de recreio público e exaltação do Estado numa instituição científica funcional foi necessário a articulação de diferentes investigadores, cuja atuação não esteve restrita às suas especialidades.

A SPCN foi a associação que assumiu o compromisso da direção científica do AVG, sendo inicialmente responsável pela realização da estação de biologia marítima. Embora, a proposta de uma estação já estivesse presente na gestão de Armando Silva, apenas sob a direção de Antero Seabra, um naturalista que durante seis anos acompanhou as obras e transformações de um edifício com especificações técnicas únicas, como o AVG, e o empenho político de outros membros da SPCN, como Almeida de Lima, se criaram condições materiais para realização de investigação e mesmo de segurança para visita pública e exibição da biodiversidade no AVG.

Mais tarde, através de outros membros da SPCN, como Celestino da Costa, foram estabelecidas negociações junto com a Marinha, que permitiram a autonomia do AVG enquanto uma estação marítima, mesmo que não associado a outras instituições do ensino superior ou institutos de pesquisa e universidades. Finalmente, Magalhães Ramalho estabeleceu a investigação científica em biologia marítima e oceanografia no AVG – EBM.

Finalmente, Magalhães Ramalho estabeleceu a investigação científica em biologia marítima e oceanografia no AVG – EBM efetivamente, mas para isso estava apoiado e reproduziu a tradição dos seus antecessores, investigadores que conheciam as práticas laboratoriais e, fundamentalmente, estavam inseridos em redes de investigadores nacionais e internacionais, o que lhes conferia credibilidade pública e científica, e que apoiavam o reconhecimento da instituição.

Bibliografia

- Almaça, Carlos (2007), "100 Anos da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais", In: Nabais, A.; Costa, M. J. (dir.) *Biodiversidade. 100 Anos da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais.
- Amaral, Isabel, (2006), *A emergência da bioquímica em Portugal: as escolas de investigação de Mark Athias e de Kurt Jacobsohn*, Lisboa, FCG/FCT, Coleção Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas.
- Amorim, Inês, (2005), "A pesca "pacificada" – ou os primórdios da questão das pescarias", *Geolnova*, N.º.11, pp. 103 – 124.
- _____, (2009), *Marine Zoology: The second half of the 19th century in Portugal*. Studia Atlantica, Museum Vest, Bergen, 13, pp. 42–59.
- Athias, Mark (1942), *A Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais (Notas históricas)*, *Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais*, vol. 1, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, Boletim da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, Vol. XIII, Supl. 1, pp. v–xvii,
- Bond, Raf de (2009), "Between the Laboratory and the Deep Blue Sea: Space Issues in the Marine Stations of Naples and Wimereux", *Social Studies of Science*, Vol. 39, No. 2 (April 2009), pp. 199-227.
- Bragança, Carlos., (1897). *Yacht Amelia – Campanha Oceanographica de 1896*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Costa, Augusto Celestino (1918), *O Aquário Vasco da Gama: Estação de Biologia Marítima: relatório referente aos anos de 1913 a 1917, apresentado na sessão de 21 de novembro de 1917*, Lisboa, Imprensa da Livraria Ferin.
- _____, (1922), *O Aquário Vasco da Gama: Estação de Biologia Marítima: relatório referente aos anos de 1917 a 1911, apresentado à Comissão Oceanográfica na sessão de 1 de dezembro de 1921*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.
- Dias, José Pedro Sousa (2013). "Medicina, ciência e laboratório", In: Matos, Sérgio Campos / Ramos do Ó, Jorge, (eds.), *A Universidade de Lisboa nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta da China, pp: 651-717.
- Egerton, Frank N. (2014). "History of Ecological Sciences, Part 51: Formalizing Marine Ecology, 1870s to 1920s", *The Bulletin of the Ecological Society of America*, Vol., Issue 4, pp. 347-430

- Engelhardt, Dietrich von (1992), "Deutsch-italienische Wissenschaftsbeziehungen im 18. Und 19. Jahrhundert – Dimensionen und Perspektiven". *Berichte zur Wissenschaftsgeschichte* 15 (3), pp. 177-194
- Groebe, Christiane (2020). "Marine Biology Studies at Naples: The Stazione Zoologica Anton Dohrn", In: Matlin, K.S. / Maienschein, J. / Ankeny, R.A. (eds.), *Why study biology by the sea?*, London, The University of the Chicago Press Ltd, pp. 29 – 67.
- Helmreich, Stephan (2022), "Flipping the Field", *Isis*, Vol. 113, N.º 1, pp. 151 – 155.
- Hermida, María Angustias Sánchez-Moscó (1980), "José Rodríguez Carracido ante la historia de la Ciencia Española: Actitud spenceriana", In: *El científico español ante su historia: la ciencia en España entre 1750-1850: I Congreso de la Sociedad Española de Historia de las Ciencias*, Madrid, Diputación Provincial de Madrid, pp. 85-96.
- Kohler, Robert E. (2002), *Landscapes and labs: Exploring the lab-field border in biology*, London, University of Chicago Press Ltd.
- Llinás, Rodolfo R. (2003), "The contribution of Santiago Ramón y Cajal to functional neuroscience", *Nature Reviews Neurosciences*, 4, pp. 77–80
- Pinto, Bruno (2017), "Historical connections between early marine science research and dissemination: the case study of aquarium Vasco Da Gama (Portugal) from late 19th century to mid-20th century", *ICES Journal of Marine Science*, vol. 74, n.º 6, pp.1522-1530.
- Pinto, Bruno / Amorim, Inês (2018), "A biodiversidade marinha nos museus de Portugal Continental: Uma introdução", *Museologia e Interdisciplinaridade*, vol 7, n.º 14, pp. 107 – 127.
- Revista da Armada (2008), "Instalações da Marinha: 7", *O Aquário Vasco da Gama*, N.º 421, Ano XXXVIII, pp. 35 – 36.
- Rollo, Maria Fernanda / Queiroz, Maria Inês / Brandão, Tiago O. (2014) "O mar como ciência: instituições e estratégias da investigação sobre o mar em Portugal no século XX (da Primeira República à democracia)", *História, Ciências, Saúde*, 21, pp. 847-865.
- Romeiras, Francisco (2015), *Ciência, Prestígio e Devoção. Os Jesuítas e a Ciência em Portugal (séculos XIX e XX)*, Parede, Lucerna.
- Saceleanu, Vicentiu Mircea / Mohan, Aurel George / Covache-Busuioc, Razvan Adrian / Costin, Horia Petre / Ciurea, Alexandru Vlad (2022), "Wilhelm von Waldeyer: Important Steps in Neural Theory, Anatomy and Cytology", *Brain Sciences*, vol. 12, no. 2. <https://doi.org/10.3390/brainsci12020224>
- Salgueiro, A. (2021a), "Oceans, science, and universities: scientific study of the sea during the First Portuguese Republic", *História, Ciências, Saúde*, vol. 28, n.º 2, pp.473-489.

- _____ (2021b), "O Estudo científico do mar entre ciência e política Estado, laboratórios e cientistas (1910-1926)", *Varia Historia*, 37, pp. 663-686.
- Santos, Elsa Andrade (2012), *O Aquário Vasco da Gama – um património cultural, científico e museológico. Memórias 2012*, Lisboa, Academia da Marinha, pp. 489 – 409.
- Seabra, Antero (1907a), "Note sur les Cétacés du Portugal. A propos d'une nouvelle espèce pour la faune portugaise », *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles*, Vol. I, pp. 46 – 48.
- _____ (1907b), « Sur un cas tératologique observé chez *Atherina presbyter* Cuv. & Val. », *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles*, Vol. I, pp. 29 – 30.
- Silva, Armando (1901), *O Aquário Vasco da Gama: relatório apresentado a sua Ex.^a o Ministro da Marinha e Ultramar*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Silva, Tiago / Macedo, Martha (coord.) (2019), *Capital Científica: práticas da ciência em Lisboa e a História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais.
- Sociedade de Geografia de Lisboa (2001), "Evocação Pública de Alfredo Magalhães Ramalho", disponível em http://www.socgeografialisboa.pt/wp/wp-content/uploads/2010/07/2001_alf_ramalho.pdf, consultado em 29/09/2023.

A co-gestão como facilitadora de transformações e ecossistêmicas: o caso da comunidade de pescadores de lira

Javier Seijo Villamizar

EqualSeaLab | CRIA

Universidad de Santiago de Compostela

Sebastián Villasante Larramendi

EqualSeaLab

Universidad de Santiago de Compostela

Quadro de conhecimento para a co-gestão e a transformação sócio-ecológica

O conhecimento prático, identificado com o rótulo epistêmico de “tradicional, local e indígena”, é apresentado como uma fonte valiosa para as ciências sociais e naturais. Permite também melhorar a evidência científica, quer no contexto da investigação, quer na geração de interpretação da evidência. Berkes (2000, 2021) considera que estes tipos de conhecimentos, a um nível geral, têm sido historicamente utilizados com frequência nos processos de cogestão das pescas (Seijo, 2022b).

Este tipo de conhecimento é também essencial no contexto atual da crise ambiental e dos desafios das alterações climáticas. As fontes consultadas, incluindo os relatórios da ONU (2021, 2023), da FAO (2023a, 2023b, 2023c, 2023d) e da UNTAD (2019), apoiam a necessidade de uma mudança de paradigma na forma como a investigação social aplicada ao ambiente natural é abordada.

Neste campo, o conhecimento transformador e a sua mistura com o conhecimento ecológico local permite interpretações mais robustas no campo das ciências marinhas e sociais, bem como a produção de epistemes inclusivas entre sustentabilidade, equidade e fiabilidade do conhecimento (IPBES, 2019). Por exemplo: Como reconstituir ambientalmente a relação entre objeto e atores a partir de um campo de relevância das ciências sociais?

Recentemente, o Programa de Ciências do Mar da Galiza começou a abordar de forma sistemática o conhecimento transformador no domínio das ciências aplicadas ao mar. Isto reflecte-se numa maior visibilidade desta abordagem, que nos permite aprofundar várias dimensões da mudança social, visões do mundo, práticas e estruturas associadas a processos de transição ou de mudança profunda. Isto tem um impacto considerável na gestão, mudança comportamental, *outputs*, *outcomes*, processos e controlo relacionados com a gestão sustentável de sistemas socio-ecológicos complexos. Para além da integração de uma abordagem ecossistémica na gestão dos ecossistemas naturais (Villasante e Seijo, 2023).

Este conhecimento, por outro lado, é uma opção relevante no novo modelo de governação, pois tem o seu espelho na interação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável com o Objetivo 14 (ONU, 2021) e a política pública da UE conhecida sob a égide do crescimento azul (FAO, 2022, 2023b, 2023c, 2023d.) e a sua abordagem complementar: justiça natural, justiça azul (Seijo et al., 2022a).

A contextualização, por outro lado, deste conhecimento – conhecimento ecológico local e/ou transformador – é uma forma situada de informar, compreender e explicar o contexto do problema – gestão sustentável dos recursos naturais e sociais. Trata-se, portanto, de interpretar para harmonizar as esferas e/ou níveis ecossistémicos – ambientais, sociais, económicos – dos recursos comuns. Assim como assegurar benefícios equitativos, multidimensionais e justos para as comunidades costeiras.

O que é o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14?

Vivemos num planeta azul, com os oceanos e os mares a cobrirem mais de 70% da superfície da Terra. São essenciais para o bem-estar do planeta e das pessoas, regulando o clima, gerando a maior parte do oxigénio que respiramos e fornecendo recursos naturais e alimentos. Servem também de base para grande parte

da economia global, apoiando sectores como o turismo, as pescas e a navegação internacional, e empregando milhões de pessoas. Os oceanos são também fundamentais para contrariar os efeitos das alterações climáticas, uma vez que actuam como reguladores do clima ao absorverem o calor atmosférico e, desde 1980, absorveram 20-30% das emissões de dióxido de carbono geradas pelo homem (UN Global Compact, 2023, para. 1).

Segundo os teóricos do mainstream, o conhecimento ecológico local (LEK), ou o conhecimento tradicional (TEK), está ligado a vários factores de transformação (Aswani et al., 2018; Drew, 2005; Charnley et al., 2007; Gómez-Baggethun, 2013; Houde, 2007). À redescoberta da gestão adaptativa com práticas de cogestão (Seijo, 2022b). À criação de conhecimentos baseados em sistemas de crenças e em resultados de acções transformadoras (Villasante et al., 2002, Seijo, 2022b). À resposta à forma de abordar os problemas decorrentes da tragédia dos comuns (Hardin, 1968) e de privilegiar medidas consensuais com a prática cultural das comunidades locais (Ostrom, 1990).

Além disso, a inter-relação destes três saberes – ecológico, local, transformador – tem sido procurada pela sua aplicabilidade na gestão dos recursos naturais (ecosistemas) e dos recursos sociais (saberes situados na comunidade local). Por exemplo, existem dez consensos epistémicos, na literatura, muito visíveis sobre esta integração dos conhecimentos, segundo Seijo e Martin (2023):

(1.º) atenção à resiliência ecológica e às práticas locais que gerem ecossistemas complexos (Berkes et al., 2000),

(2.º) uma construção social do conhecimento e das suas evidências de forma sustentável, ou seja, de baixo para cima (Davis e Wagner, 2003),

(3.º) políticas de experimentação articuladas de acordo com a gestão adaptativa e a integração do conhecimento local com base em três variáveis de monitorização da capacidade institucional – capacidade adaptativa, aprendizagem institucional, memória institucional (Olsson e Folke, 2001),

(4.º) memória colectiva ou prática como fonte de análise do declínio dos serviços ecossistémicos e fonte de soluções para o declínio dos serviços ecossistémicos críticos (Barthel et al., 2010),

(5.º) fonte de dados complementares aos dados empíricos e gestão equilibrada das espécies da vida selvagem (Gilchrist et al., 2005),

(6.º) fomento do conhecimento situado e antecipatório facilitado pela gestão conjunta (Andersson et al., 2007),

(7.º) monitorização comunitária da floresta e utilização de tecnologia de drones (Paneque-Gálvez et al., 2014),

(8.º) o uso de redes sociais de estilo colaborativo baseadas em organizações da sociedade civil (Ernstson et al., 2008),

(9.º) elementos críticos para obter “uma paisagem do meio marinho documentada na tomada de decisões” e um planeamento espacial que aprofunde a informação socio-científica relevante (St. Martin e Hall-Arber, 2008),

(10.º) método/s, entre outras aplicações, para avaliar a abundância das espécies e obter dados extensivos (Anadón et al., 2009), bem como, por exemplo, para ter em conta a interação entre o homem e espécies como as ervas marinhas (seagrasses, De La Torre-Castro et al., 2004).

De acordo com o cenário, este capítulo explora e descreve uma experiência prática inovadora. Como se processa uma ação de transferência de conhecimentos a partir de dois actores. Em primeiro lugar, a Fundação Lonxanet para a Pesca Sustentável. Em segundo lugar, o empoderamento da confraria Lira como ator que promove e solicita, pela primeira vez no sector da pesca na Galiza e em Espanha, uma instituição pública de cogestão (Seijo, 2022b).

Por outro lado, a proposta explora um tema prioritário da agenda pública europeia sobre a gestão de ecossistemas socioecológicos complexos, especificamente a Prioridade 1 do FEMP e o Artigo 6 do regulamento: “promover uma pesca ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento” (MAPA, 2023).

Em resumo, descrevem-se os objectivos, ferramentas e métodos de uma ação e processo de transferência de conhecimentos no meio marinho da Galiza. Concretamente, através do conhecimento da comunidade piscatória de Lira.

Consequentemente, discute-se o como e o porquê de certas acções de educação ambiental concebidas e implementadas de forma colaborativa num contexto de cogestão das pescas. A primeira na Galiza, e em Espanha, associada a uma figura de conservação e exploração, a figura das Reservas Marinhas de Interesse Pesqueiro. No nosso caso: “Os Miñarzos”.

O processo de aprendizagem pela prática: a Confraria da Lira e a Fundação Lonxanet como promotores

A Fundación Lonxanet para la Pesca Sostenible (FLPS) é uma organização sem fins lucrativos fundada na Galiza em 2002 para fortalecer as comunidades de pesca artesanal. A sua origem deriva da necessidade de apoiar a pesca artesanal num contexto global em que estas práticas se estão a deteriorar. O declínio progressivo desta atividade deve-se principalmente à escassez dos recursos haliêuticos e à crescente perda de direitos de pesca por parte das frotas industrializadas.

A pesca artesanal está intimamente ligada às comunidades locais nas zonas costeiras de todo o mundo. A pesca em pequena escala é considerada a principal fonte de rendimento destes grupos populacionais e um sistema de produção com baixo impacto ambiental e elevado valor social. Por conseguinte, reforçar a pesca artesanal significa contribuir para o desenvolvimento sustentável a nível ambiental, económico e social – a abordagem ecossistémica.

Para atingir este objetivo, ambos os intervenientes, FLPS e Cofradía de Lira, desenvolveriam um processo de círculo virtuoso, baseado na ideia de governo aberto, co-governança, através do qual os projectos de investigação participativa-ação são desenvolvidos e implementados em colaboração com os pescadores locais, a administração pública, a comunidade científica e as partes interessadas. Tudo isto é feito na perspetiva de um ecossistema socioecológico a proteger (Os Miñarzos) e onde a comunidade piscatória de Lira se esforça por gerar conhecimento situado com princípios de inclusão, participação, comunidade local e interação na diversidade de actores, escalas, níveis e redes de actores.

O quadro a seguir ilustra esse círculo virtuoso de interação e políticas públicas que o processo Lira desempenha. Ou seja, como um problema como a pesca artesanal integra uma solução integral (económica, cultural, social, política, ambiental) para gerar mudanças civilizacionais mais resilientes, sustentáveis e socialmente justas.



Figura 1 – *Círculo virtuoso de política e co-governança na Cofradía de pescadores de Lira.*

Metodologia: investigação participativa e integração de abordagens ecossistémicas

A FLPS e a Cofradía de Lira (A Coruña NW Espanha), sob um regime de colaboração, diálogo e participação contínua, estão a estabelecer-se através de um retrato em áreas de investigação para a sustentabilidade socioeconómica e cultural (Projeto Mar de Lira). Assegurar a sustentabilidade ambiental (Projeto Soscano). Governação em comunidades pesqueiras e espaços marinhos (Projeto Ecopez). Facilitação dos processos de criação, formulação e acompanhamento de duas Reservas Marinhas de Interesse Pesqueiro co-geridas (Reserva Marinha de Lira e Cedeira, Noroeste de Espanha). Criação de centros de interpretação do meio natural e da paisagem marinha para o público escolar e a sociedade em geral (Casa de “Pepe do Cuco”, gestão da confraria de Lira). Facilitação e promoção da criação da Rede de Comunidades Piscatórias para o Desenvolvimento Sustentável (RECOPADES); entre outros.

[...] sempre com a sustentabilidade social, cultural, educativa, ambiental, económica e de participação cidadã como linhas de ação fundamentais e inseparáveis, a Fundação Lonxanet para a Pesca Sustentável desenvolve todos os seus projectos em comunidades de pescadores artesanais. Fá-lo com o objetivo de proteger a pesca artesanal como sistema produtivo de potenciais ameaças, bem como de sensibilizar e consciencializar a sociedade para a importância da pesca artesanal como atividade de baixo impacto no ecossistema marinho e com valores de sustentabilidade social e económica. Estes valores são consubstanciais à dignidade da profissão de pescador. Embora o quotidiano dos pescadores seja o ponto de partida, a FLPS integra nas suas iniciativas todos e cada um dos agentes sociais das localidades em que operam (FLPS, 2021b, para. 1).

Em suma, de acordo com esta concepção, o quadro de ação da FLPS, no seu trabalho quotidiano, consiste em gerar, com as suas ações, comunidades de aprendizagem social ou de prática (Bronfman, 2011; Habermas, 1987, Taberner, 2008; Wenger, 2002). Bem como basear a sua intervenção social na construção da realidade social sob uma abordagem dialética (Schaff, 1982). Com a qual demonstraram que é possível uma boa integração de conhecimentos como a aprendizagem social, científica, tradicional e ecológica local, no âmbito de uma abordagem integrada do desenvolvimento sustentável.

Para quem acompanha o processo, esta metodologia implica uma valorização dos recursos endógenos para a dinamização económica e social do sector da pesca artesanal. Articulada com base numa abordagem territorial (diferenciação do território), integrada (trabalho em rede de todos os actores) e participativa (bottom-up) através da qual é possível diagnosticar e melhorar a realidade social, as necessidades e as potencialidades do território (García-Allut e Seijo, 2010, p. 2362).

Além disso, o desempenho organizacional do FLPS facilita a implementação de acordos institucionais e legais, entre estratos, organizações e níveis de gestão, em organizações humanas.

O enfoque da comunidade de aprendizagem inter-relaciona-se com actores da sociedade civil, das administrações públicas, da comunidade científica, do sector da pesca artesanal e de actores de muitas outras partes do mundo. Esta abordagem está relacionada, nas ciências sociais, com a integração dos conhecimentos práticos e científicos.

Além disso, esta abordagem faz parte de uma corrente educativa e pedagógica que promove uma nova educação social baseada na criação de comunidades de aprendizagem dialógicas e democráticas. Por isso, os contributos teóricos que sustentam esta organização, entre outros, estão relacionados com o enfoque no diálogo, a geração de processos comunitários de aprendizagem social e o compromisso com a ação social democrática e participativa.

Um exemplo desta prática inclusiva pode ser visto na seguinte imagem que integra pessoas idosas para aprenderem e experimentarem actividades relacionadas com os recursos do mar.



Figura 2 – Fonte: imagem fornecida pelo arquivo da FLPS. Workshop com membros da Associação COGAMI

Em suma, entre outras fontes teóricas que apostam em comunidades de aprendizagem dialógicas, a FLPS procura estabelecer pontes entre a modernidade e a tradição (Sen, 2007), proporcionando uma visão num quadro de sustentabilidade como mensagem para as gerações atuais e futuras. A defesa de uma nova pedagogia organizacional e de um conhecimento transformador para reduzir a vulnerabilidade social (Freire, 1970). A criação de condições prévias para o diálogo e a ação (Habermas, 1987). A geração de conhecimento com base num diálogo

autêntico (Wells, 2001). A relevância da investigação e da cogeração de decisões para um mundo mais equitativo com base na imaginação sociológica (Mills, 1969), na imaginação dialógica (Bakhtin, 1981), na aprendizagem dialógica a partir da personalidade individual (Soler, 2004).

A este respeito podemos destacar a poderosa ideia de que a espécie humana aprende a ser transformadora com a interação e compreensão da integração de diferentes formas de conhecer e agir (Aubert et al., 2008; Flecha, 1997).

A metodologia do inquérito participativo é representada na imagem seguinte, fornecida pela FLPS para divulgação. Verifica-se que os principais pilares que inspiram o desenvolvimento das metodologias da FLPS partem de uma abordagem sistémica.

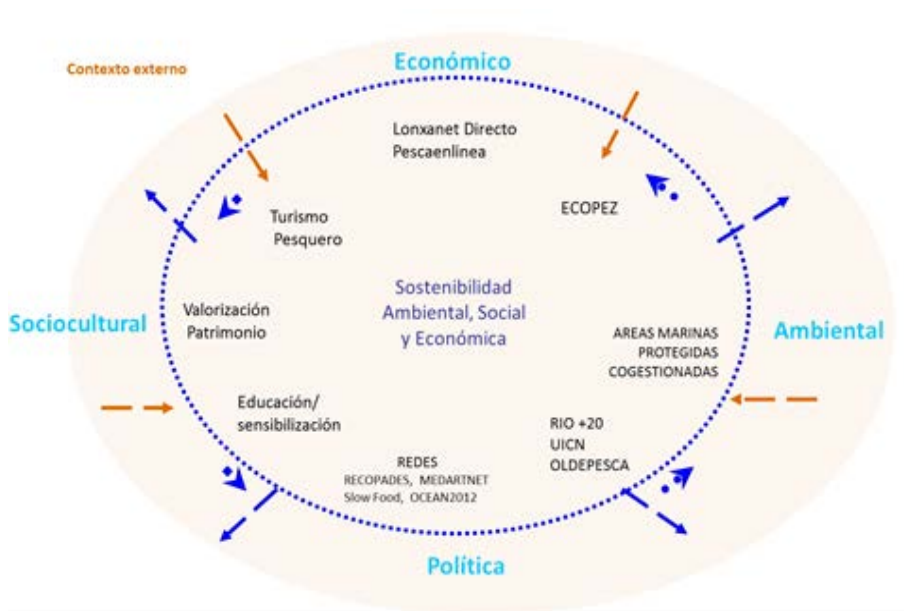


Figura 3 – Fonte: FLPS (2018a, 2018b, 2018c). Abordagem sistémica e de sustentabilidade no âmbito dos pilares sociocultural, ambiental, económico e de participação cidadã.

Neste processo de diálogo entre as partes interessadas, o conhecimento ecológico local dos pescadores e o conhecimento científico são integrados no processo de decisão como critérios básicos.

Por conseguinte, os seguintes princípios metodológicos de ação e de evidência prática são utilizados como base tanto para os projetos de consultoria (visão pontual) como para os projetos de acompanhamento (visão longitudinal). Estes princípios serão também utilizados para o desenvolvimento do projeto integrado Mar de Lira, do qual fazem parte a reserva marinha cogerida e as atividades de educação ambiental.

Princípios de ação, de acordo com os projectos implementados pela FLPS para a integração científica do conhecimento ecológico local dos pescadores e a melhoria das políticas públicas.	
Princípios	Argumentação
Não causar danos	Evitar que as políticas públicas gerem custos em termos de segurança alimentar das populações, pobreza e exclusão no direito de acesso aos recursos.
Precaução	Prevenir através da conservação e sustentabilidade, a longo prazo, como medida preventiva contra a falta de conhecimento dos stocks futuros ou problemas derivados da gestão das pescas.
Equidade	Integrar a capacidade de simetria e de diferença como reflexo do princípio de igualdade na gestão dos recursos para potenciar a obtenção de zonas de proteção mais sustentáveis através da ação humana.
Participação	Dar voz às comunidades piscatórias e aos seus constituintes
Cogestão	Gerar espaços públicos com os cidadãos para gerar simetria sistémica na tomada de decisões.
Descen- tralização	Procurar metodologias de trabalho e de decisão baseadas nos conhecimentos ecológicos tradicionais ou locais da comunidade piscatória.
Subsi- diariedade	Estabelecer critérios locais ou comunitários, como mecanismo de escala, na tomada de decisões.

Quadro 1 – Fonte: elaboração própria com base em FLPS (2015)

Integrar o conhecimento em acções, processos e instrumentos de transformação social

Em conclusão, um dos exemplos da Galiza na integração do conhecimento ecológico local aparece através da institucionalização de dois processos participativos que foram formulados na aldeia piscatória de Lira (A Coruña-NW Espanha). Ambas as iniciativas de investigação-ação-participação constituem a criação de uma autêntica comunidade de aprendizagem dialógica. De acordo com a metodologia acima referida.

A primeira está relacionada com a criação de uma Reserva Marinha. Um processo participativo que começou em 2003 e terminou em 2007, com a sua aprovação pelo governo autónomo da Xunta de Galicia. Um marco histórico na Galiza, nascido de uma exigência social dos pescadores. A implementação de um processo participativo facilitado pela FLPS, e a aprovação final deste instrumento de gestão das pescas em 2007.

Esta reserva marinha, ao contrário da maioria das que foram criadas em Espanha e na Europa, caracteriza-se pela ação participativa dos pescadores e pelo modelo de gestão. Enquanto a maioria das reservas marinhas foram concebidas e criadas pelo Estado, neste caso, a reserva marinha da Lira foi concebida pelos pescadores. Além disso, esta reserva é gerida de forma conjunta por representantes do sector da pesca e da administração regional. Trata-se de uma fórmula de gestão atípica que se afasta dos modelos de gestão centralizada. Neste sentido, pode dizer-se que constitui uma singularidade, em termos de gestão dos recursos haliêuticos, ao incorporar os pescadores nos processos de decisão, ao mesmo nível que a administração.

O segundo projeto: “Mar de Lira”, nasceu da confraria de Lira, com o trabalho e o empenho da FLPS, para sensibilizar a população escolar entre os 7 e os 16 anos de idade na Galiza. Especificamente, esta iniciativa foi concebida, entre outros, para divulgar a importância do ecossistema marinho na sobrevivência dos pescadores artesanais.

Destaca também a importância da pesca artesanal nas economias locais e no sistema alimentar local, ao poder aceder a produtos locais do ecossistema marinho. O quadro seguinte reflecte a visão sistémica da FLPS. Por outras palavras, um problema como a pesca artesanal deve ter uma solução integral (económica, cultural, social, política, ambiental) para gerar mudanças civilizacionais mais resilientes e com justiça social dinâmica.

Diagnóstico para uma solução integrada e transformação do ecossistema na comunidade piscatória de Lira		
Problemas	Soluções	Objectivos
Ausência de uma organização social e científica a nível macro em defesa da pesca artesanal na Galiza.	Fundação Lonxanet para a Pesca Sustentável	• Conselho de Administração composto por associações de pescadores, diretamente pela Lonxanet e pelo sector científico da Universidade da Corunha.
Rutura com uma comercialização direta deficiente	Lonxanet Direto, S.L.	• Melhorar a comercialização
Baixa autoestima do estatuto dos pescadores artesanais	Turismo de pesca	• Atribuir melhores mais-valias
Baixo conhecimento da pesca artesanal	Escola Oficina de Pesca	• Gerar uma empresa com uma visão de economia social.
Atomização do sector pesqueiro	RECOPADES	• Sensibilizar para o consumo responsável
Recursos aquáticos escassos e limitados, sujeitos à lei dos rendimentos decrescentes (competitividade-escassez).	Reservas Marinhas de Interesse Pesqueiro Co-geridas	• Divulgar e compreender a cultura do mar como profissão de pescador.

Quadro 2 – Fonte: elaboração própria com base em *Mar de Lira* (2010, 2006).

Da governação hierárquica à co-governação e à co-gestão das pescas

A governação pública em Espanha é atualmente rotulada sob a abordagem de governo aberto na agenda pública contemporânea (Criado e Pastor, 2017). Com os dois exemplos acima referidos, foi constituído e difundido um mecanismo de coprodução regulamentar, pioneiro na Galiza e na Europa, no contexto da problemática: a cogestão interpares da pesca.

A principal inovação introduzida na criação da RMDIP (Reserva Marinha de Interesse Pesqueiro) na Galiza foi a abordagem participativa, aplicada em todas as suas fases de conceção, criação e cogestão (FLPS, 2015, p. 6-7).

Por outro lado, no caso das FLPS, os objectivos políticos de base devem estabelecer um equilíbrio dinâmico entre as acções e decisões públicas que sustente e dê prioridade à eficácia em relação às formas de gestão e conservação do meio marinho, ver Quadro 3.

Objectivos e resultados da comunidade de aprendizagem dialógica	
Objectivos de ensino-aprendizagem. Processo pedagógico da FLPS nas comunidades	Resultados
1. Diagnóstico inicial	• Confiança institucional através de um melhor desempenho institucional baseado em padrões auto-impostos
2. Desenho de respostas	• Confiança na comunidade e na autonomia individual
3. Implementação sócio-ecossistémica (social, participação cidadã, ambiental, económica)	• Confiança nos indivíduos para uma ação humana responsável Participação social, institucional, melhoria ambiental e económica
4. Consolidação dos processos de mudança social e institucional	• Confiança através de estudos de casos de modelos de gestão descentralizados e baseados na comunidade local
5. Capacitação dos pescadores e das comunidades de pesca artesanal da Galiza.	Confiança na integração dos conhecimentos científicos e ecológicos tradicionais e locais dos pescadores

Quadro 3 – Fonte: elaboração própria com base em FLPS (2021a, 2021b).

Um resultado transformador: transferência de conhecimentos em contextos sócio-ecológicos complexos

O principal resultado alcançado para a FLPS, neste processo de investigação, é exemplificado pelo projeto “Mar de Lira” e o seu potencial transformador na área económica – comercialização -, social – aprendizagem para a conservação e cogestão das pescas -, e ambiental – regulação de novas estruturas de prática -. As imagens seguintes corroboram a evidência de um novo paradigma de gestão pública

(governança democrática e co-governança) como o da governação da pesca (cogestão adaptativa entre pares) na zona de proteção da pesca de Os Miñarzos.

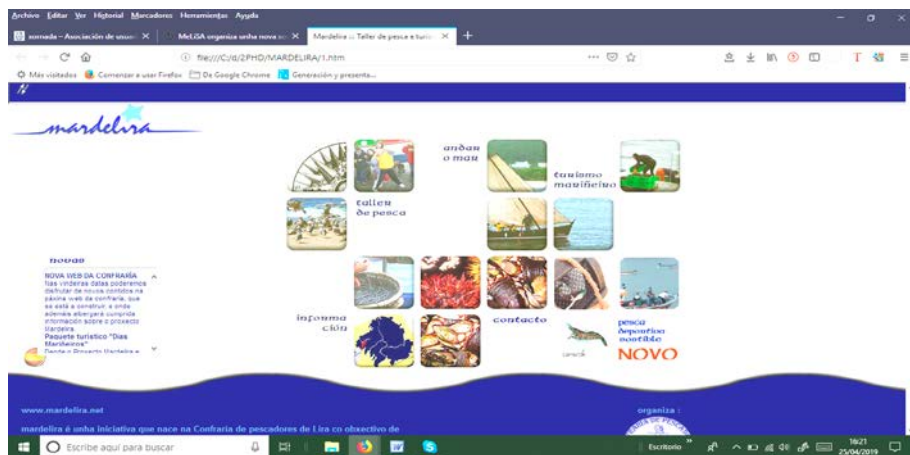


Figura 4 – Visibilização do projeto organizado pela Confraria Lira em <https://web.archive.org/web/20131129152927/http://www.mardelira.net/index.html>

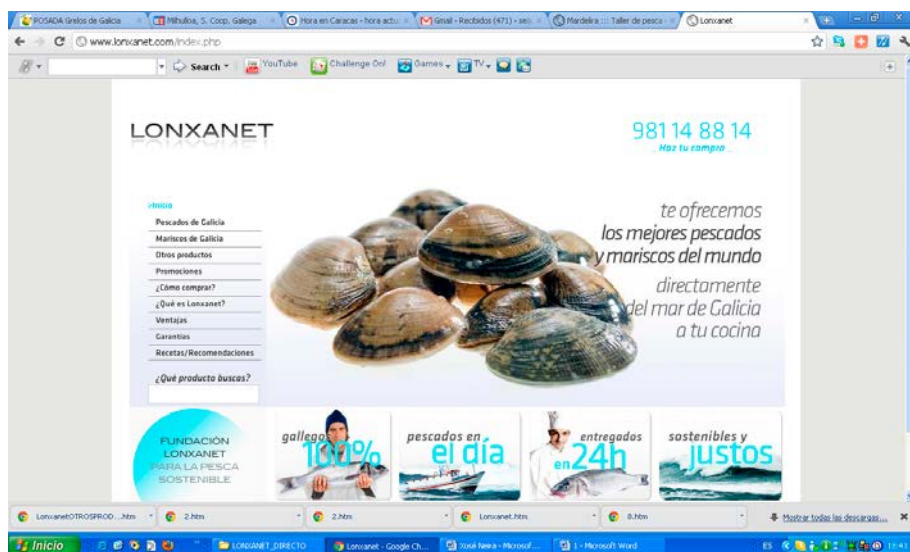


Figura 5 – Lonxanet Directo, S.L.



Figura 6 e 7 – Fonte: FLPS. Pescadores reformados sensibilizam para a pesca artesanal e explicam a atividade de mergulho no porto de Portocubelo (Lira).



Figuras 8, 9 e 10 – Fonte: FLPS. Barco tradicional em Lira, pescador artesanal com um polvo de 6,7 kg e um polvo bebé

Em resumo, estes exemplos demonstram que as variáveis e os factores que avaliam as condições prévias para a constituição de uma comunidade de prática em cogestão adaptativa foram realizados e implementados (Seijo, 2022b).

Para o caso da comunidade piscatória de Lira (Carnota, Noroeste de Espanha), duas dimensões – colaboração e aprendizagem processual – são implementadas da seguinte forma:

A. Critérios de colaboração

- **Interesses.** Os interesses de todas as partes envolvidas no processo devem ser incluídos.
- **Objetivo comum.** Isto implica a partilha de preocupações comuns.
- **Auto-organização.** O processo deve incluir claramente elementos como as regras, os objectivos, as tarefas e as questões que interessam às partes interessadas.
- **Compromisso.** O grupo de indivíduos deve estar interessado. Isto implica uma comunicação formal e informal.
- **Pensamento criativo.** Esta regra permite avançar e quebrar o status quo, gerando a superação de problemas para chegar a soluções partilhadas.
- **Informação.** Os participantes devem ter acesso à informação, bem como promover a integração dessa informação através de significados partilhados.

B. Critérios do processo de aprendizagem

- **Contexto e actores-chave.** O processo trabalha com actores-chave que geram a narrativa dos problemas, interesses, visões, problemas contextuais, experiências comuns da comunidade.
- **Sensibilidade, investigação, desconstrução.** Esta parte envolve um espírito constante de sensibilidade, investigação na procura da verdade e processos de construção e desconstrução.
- **Co-criação ou quadros de referência.** Esta variável implica que todos discutam alternativas e que alternativas podem ser possíveis para a mudança.
- **Ação prática e experimentação.** Os passos acima referidos produzem um quadro para a experimentação de novas ideias em que os interesses são integrados,

o objetivo comum, o compromisso, a informação e, finalmente, a criação de temas acordados em comum para melhor resolver os problemas.

- **Reflexão com Monitorização Participativa.** As variáveis anteriores são avaliadas de acordo com o grau de concordância e discordância. A isto junta-se a avaliação das variáveis de capacidade dos actores e se esta aprendizagem foi produtiva ou tóxica para a melhoria da gestão.

Os autores concluem que a cogestão é o meio mais eficaz de solução para o cumprimento dos regulamentos legais que não estão em uso. Assim, a solução passa por evitar a degradação das pescas (*degradation fishery*), com uma estratégia resiliente para cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS o *Sustainable Development Goals*): conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Esta ação necessária implica, para esta localidade piscatória, a implementação de um sistema de cogestão desde os santuários costeiros até às figuras de exploração e de gestão dos recursos. Para além deste exemplo, constitui também um exemplo de um sistema de gestão que confere à comunidade o poder de assegurar o seu futuro.

Além disso, a cogestão actua numa área de gestão pública onde é necessário diversificar ou criar oportunidades económicas, aumentar as áreas protegidas, melhorar as agências de controlo, gerar campanhas de sensibilização no sector das pescas, incorporar as razões dos pescadores na conceção de medidas políticas de consulta, compromisso e controlo dos espaços aquáticos.

Finalmente, a Cofradía de Lira, na Galiza, exemplifica que o conhecimento ecológico prático e local é vital para a conservação e sustentabilidade da natureza e das actividades que nela se desenvolvem. A gestão colaborativa baseada na cogestão contribui assim para a obtenção de diversos benefícios mútuos:

- Coordenação e informação;
- Apoio às decisões políticas e regulamentares;
- Apoio a decisões técnicas;
- Permite a alteração de padrões sociais ou de comportamentos anti-conservacionistas através da aprendizagem social partilhada e do desenvolvimento de políticas;

- Permite a mudança de padrões sociais ou de comportamentos anti-conservacionistas através da aprendizagem social partilhada entre as partes interessadas;
- Gera oportunidades sociais, económicas e sociais de apoio mútuo;
- Desenvolve medidas de sustentabilidade a longo prazo para a conservação;
- É uma fonte de conhecimento multi-direcional de decisões, escalas e níveis entre os actores da conservação e os ecossistemas;
- Permite a diversificação económica e o alargamento das redes de apoio mútuo baseadas na comunidade.

Agradecimentos e apoios

Aos pescadores, pescadoras, marisqueiros e marisqueiras da Cofradía de Lira (Carnota, NW de España). Centro CRIA-Centro Em Rede De Investigação Em Antropología, ISCTE, Lisboa. Vanessa Iglésias Amorim. Antonio García-Allut. Fundación Lonxanet para la Pesca Sostenible (FLPS). Departamento de Ciencia Política y Sociología (USC). Universidad de Santiago de Compostela (USC). EqualSeaLab (USC). Departamento de Economía Aplicada (USC).

Bibliografía

- Anadón, José Daniel, Giménez, Andrés, Ballestar, Rubén, & Pérez, Irene (2009), "Evaluation of local ecological knowledge as a method for collecting extensive data on animal abundance", *Conservation Biology*, 23(3), pp. 617-625, doi:10.1111/j.1523-1739.2008.01145.x.
- Andersson, Erik, Barthel, Stephan & Ahrné, K. (2007), "Measuring social-ecological dynamics behind the generation of ecosystem services", *Ecological Applications*, 17(5), 1267-1278. doi:10.1890/06-1116.1.
- Aswani, Shankar, Lemahieu, Anne, & Sauer, Warwick H. H. (2018), "Global trends of local ecological knowledge and future implications", *PLoS ONE*, 13(4), doi:10.1371/journal.pone.0195440.
- Aubert, Adriana, Flecha, Ainhoa, García, Carme, Flecha, José Ramón, y Racionero, Sandra (2008), *Aprendizaje dialógico en la sociedad de la información*, Barcelona: Hipatia Editorial.
- Bakhtin, Mikhail. (1981), *The dialogic imagination: Four essays*, Austin: University of Texas Press.
- Barthel, Stephan, Folke, Carl, & Colding, Johan (2010), "Social-ecological memory in urban gardens-retaining the capacity for management of ecosystem services", *Global Environmental Change*, 20(2), pp. 255-265, doi:10.1016/j.gloenvcha.2010.01.001.
- Berkes, Fikret (2021), *Toward a new social contract: Community-based resource management and small-scale fisheries*, Canadá: TBTI Global. Em: <http://toobigtoignore.net/toward-a-new-social-contract-by-fikret-berkes/>
- Berkes, Fikret, Colding, Johan, & Folke, Carl (2000), "Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptive management", *Ecological Applications*, 10(5), pp. 1251-1262. doi:10.1890/1051-0761(2000)010.
- Bronfman, Sergio Vázquez (2011), "Comunidades de práctica", *Educar*, pp. 51-68.
- Charnley, Susan, Fischer, A. Paige, & Jones, Eric T. (2007), "Integrating traditional and local ecological knowledge into forest biodiversity conservation in the pacific northwest", *Forest Ecology and Management*, 246(1 SPEC. ISS.), pp. 14-28, doi:10.1016/j.foreco.2007.03.047.
- Criado, J. Ignacio y Pastor, Vicente (2017), *Guía didáctica. Gobierno Abierto. Educación Secundaria Obligatoria*, Madrid: Ministerio de Política Territorial y Función Pública.
- Davis, Anthony, & Wagner, John R. (2003), "Who knows? on the importance of identifying "experts" when researching local ecological knowledge", *Human Ecology*, 31(3), pp. 463-489, doi:10.1023/A:1025075923297.

- De La Torre-Castro, Marciela, & Rönnbäck, P. (2004), "Links between humans and seagrasses – an example from tropical east Africa", *Ocean and Coastal Management*, 47(7-8 SPEC. ISS.), pp. 361-387. doi:10.1016/j.ocecoaman.2004.07.005.
- Drew, Joshua (2005), "Use of traditional ecological knowledge in marine conservation", *Conservation Biology*, 19(4), pp. 1286-1293. doi:10.1111/j.1523-1739.2005.00158.x.
- Ernstson, Henrik, Sörlin, Sverker & Elmqvist, Thomas (2008), "Social movements and ecosystem services – the role of social network structure in protecting and managing urban green areas in Stockholm", *Ecology and Society*, 13(2).
- FAO (2022), *Año Internacional de la pesca y la acuicultura artesanal 2022. Plan de acción mundial*. Em: <https://www.fao.org/3/cb4875es/cb4875es.pdf>.
- FAO (2023a), *Pesca artesanal sostenible*, Em: <https://www.fao.org/policy-support/policy-themes/sustainable-small-scale-fisheries/es/>.
- FAO (2023b), *Policy Support and Governance Gateway*, Em: <https://www.fao.org/policy-support/tools-and-publications/resources-details/en/c/427543/>.
- FAO (2023c), *Objetivos de Desarrollo Sostenible. Conservar y utilizar en forma sostenible los océanos, los mares y los recursos marinos para el desarrollo sostenible*, Em: <https://openknowledge.fao.org/items/765608c4-81cd-4770-be44-5e2ec813defc>.
- FAO (2023d), *Indicador 14.b.1 – Marco jurídico, reglamentario, normativo o institucional que reconozca y proteja los derechos de acceso para la pesca en pequeña escala*, Em: <https://www.fao.org/sustainable-development-goals-data-portal/data/indicators/14b1-access-rights-for-small-scale-fisheries/es>.
- Flecha, Ramón (1997), *Compartiendo Palabras: el aprendizaje de las personas adultas a través del diálogo*, Barcelona: Paidós.
- FLPS (2015), *Pesca Artesanal Sostenible. Unidad 1. La Pesca Artesanal*. Curso RESTAURAMAR. Restauradores y Restaurantes por la Conservación del Mar , 1-45 (mimeo).
- FLPS (2018a), *Áreas Mariñas Protexidas Cogestionadas en Galicia*, Em: <https://fundacionlonxanet.org/hito/reserva-marina-os-minarzos/>.
- FLPS (2018b), *Gobernanza*, Em: <https://fundacionlonxanet.org/hito/soscano/>.
- FLPS (2018c), *Enfoque sistémico e sostenibilidade*, Em: <https://fundacionlonxanet.org/principios/>.
- FLPS (2021a), *Entrevista presidente de la Fundación Lonxanet para la Pesca Sostenible*. A Coruña 24 de marzo de 2021 (mimeo), pp. 1-10.

FLPS (2021b), *Comercialización y capacitación. Lonxanet directo*, Em: <https://fundacionlonxa-net.org/hito/lonxanet-directo/>.

Freire, Paulo (1970), *Pedagogía del Oprimido*. Madrid: Siglo: XXI.

García-Allut, Antonio y Seijo Villamizar, Javier (2010). *Deliberación e integración cultural en las comunidades pesqueras artesanales: el caso de RECOPADES (Red de Comunidades pesqueras artesanales por el Desarrollo Sostenible)*. In XIV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles: congreso internacional (pp. 2354-2370). Universidade de Santiago de Compostela, Centro Interdisciplinario de Estudios Americanistas Gumersindo Busto; Consejo Español de Estudios Iberoamericanos, pp. 2354-2368.

Gilchrist, Grant, Mallory, Mark, & Merkel, Flemming (2005), "Can local ecological knowledge contribute to wildlife management? case studies of migratory birds", *Ecology and Society*, 10(1), doi:10.5751/ES-01275-100120.

Gómez-Baggethun, Erik, Corbera, Esteve, & Reyes-García, Victoria (2013) "Traditional ecological knowledge and global environmental change: Research findings and policy implications", *Ecology and Society*, 18(4) doi:10.5751/ES-06288-180472.

Habermas, Jürgen (1987), *Teoría de la acción comunicativa*, Tomos I y II Madrid: Taurus

Hardin, Garrett (1968), "The Tragedy of the Commons", *Science* 162, pp.1243-47.

Houde, Nicolas (2007), "The six faces of traditional ecological knowledge: Challenges and opportunities for canadian co-management arrangements", *Ecology and Society*, 12(2), doi:10.5751/ES-02270-120234.

IPBES (Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services). *Summary for policymakers of the global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services*. S. Díaz, J. Settele, E. S. Brondízio E.S., H. T. Ngo, M. Guèze, J. Agard, A. Arneth, P. Balvanera, K. A. Brauman, S. H. M. Butchart, K. M. A. Chan, L. A. Garibaldi, K. Ichii, J. Liu, S. M. Subramanian, G. F. Midgley, P. Miloslavich, Z. Molnár, D. Obura, A. Pfaff, S. Polasky, A. Purvis, J. Razzaque, B. Reyers, R. Roy Chowdhury, Y. J. Shin, I. J. Visseren-Hamakers, K. J. Willis, and C. N. Zayas (eds.), IPBES secretariat, Bonn, Germany. 56 pages, EM: WWW <https://www.ipbes.net/global-assessment>, 2019.

MAPA (Ministerio de Administraciones Públicas, 2023), *¿Qué es el FEMP?*, Em: <https://www.mapa.gob.es/es/pesca/temas/fondos-europeos/femp/>.

Mar de Lira (2006), *Presentación de Emilio Louro. Mar de Lira. Un proyecto de desarrollo sostenible*, 3 de mayo de 2006, Vigo, I Conferencia Internacional. Diversificación socioeconómica nas comunidades costeiras, 1-19 (mimeo).

- Mar de Lira (2010), *Construyendo futuro*, 1-10 (mimeo).
- Mills, Charles Wright (1969), *La imaginación sociológica*, México: Fondo de Cultura Económica, 1969.
- Olsson, Per, & Folke, Carl (2001), "Local ecological knowledge and institutional dynamics for ecosystem management: A study of lake racken watershed, Sweden", *Ecosystems*, 4(2), pp. 85-104. doi:10.1007/s100210000061.
- Ostrom, Elinor (1990), *Governing the commons: The evolution of institutions for collective action*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Paneque-Gálvez, Jaime, McCall, Michael K., Napoletano, Brian M., Wich, Serge A., & Koh, Lian Pin (2014), "Small drones for community-based forest monitoring: An assessment of their feasibility and potential in tropical areas", *Forests*, 5(6), pp. 1481-1507. doi:10.3390/f5061481.
- Schaff, Adam (1982), *Historia y verdad* (11.ª ed.), México: Grijalbo.
- Seijo, Javier & Martín Bermúdez, Federico (2023), SOSCANO: Una experiencia en transferencia del conocimiento ecológico local y/o tradicional para una nueva gobernanza en la sostenibilidad del caladero cantábrico noroeste (en publicación).
- Seijo, Javier (2022b). Administración Pública, gobernanza e innovación democrática. El caso de la formulación de la política de cogestión paritaria en la reserva marina Os Miñarzos (Carnota, NW de España, A Coruña, Galicia), *Tesis Doctoral*, Universidad de Santiago de Compostela.
- Seijo, Javier, Villasante, S., Pita, P., y García-Allut, A. (2022a). *Inequidad y justicia azul: atributos y tendencias en la literatura principal de los países de la UE*, In *Etnicidad, identidad y ciudadanía*. Las sociedades de ayer y hoy, Dykinson, pp. 884-907.
- Sen, Amartya (2007), *India contemporánea: Entre la modernidad y la tradición*, Barcelona: Gedisa.
- Soler, Marta (2004), *Reading to share: Accounting for others in dialogic literary gatherings. Aspects of the Dialogic Self*, Berlín: Lehmanns, pp. 157-183.
- St. Martin, Kevin, & Hall-Arber, Madeleine (2008), "The missing layer: Geo-technologies, communities, and implications for marine spatial planning", *Marine Policy*, 32(5), 779-786, doi:10.1016/j.marpol.2008.03.015.
- Taberner Guasp, Josep (2008), *Sociología y Educación. El sistema educativo en sociedades modernas. Funciones, cambios y conflictos* (4.ª ed.), Madrid: TECNOS.

- UN (United Nations, 2021), *Sustainable Development Goals*, Em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>.
- UN Global Compact (2023), *Qué puedes hacer tú/ODS/ODS 14 Vida submarina*, Em: <https://www.pactomundial.org/ods/14-vida-submarina/>.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development , 2019), *The blue economy: Maritime transport and the Sustainable Development Goals*, Em: https://unctad.org/system/files/official-document/unctad_ditc2019d2_en.pdf.
- Villasante, Sebastián, Gianelli, Ignacio, Castrejón, Mauricio, Nahuelhual, Laura, Ortega, Leonardo, Sumaila, U. Rashid, & Defeo, Omar (2022), "Social-ecological shifts, traps and collapses in small-scale fisheries: Envisioning a way forward to transformative changes", *Marine Policy*, 136, p.104933.
- Villasante, Sebastián, y Seijo, Javier (2023), *Marco para identificar el potencial transformador del conocimiento en el medio marino de Galicia*, 17 pp. (en publicación).
- Wells, Gordon (2001), *Indagación dialógica: hacia una teoría y una práctica sociocultural de la educación*, Barcelona: Paidós.
- Wenger, Etienne (2002), *Comunidades de práctica*. Paidos Iberica, Ediciones S. A.







DISCURSO DIRETO

Conversa com

Antonio García-Allut

Director da Fundación Lonxanet para la Pesca Sostenible, A Coruña

Criámos a Fundación Lonxanet em 2002, desde logo com a atenção focada no conhecimento e compreensão da “cultura pesqueira” como um subcampo da “cultura marítima e/ou haliêutica”. De modo mais concreto, centrámo-nos naquela cultura que foi gerada e produzida pelos pescadores artesanais e de pequena escala durante gerações e em diferentes lugares do mundo. Pessoalmente, porque sou antropólogo social, procurei implementar um método em que interagimos, entrevistamos, trabalhamos, etc., com os principais atores que configuram a cultura pesqueira, o que nos permitiu apreender a sua diversidade, as semelhanças e as divergências entre elas, as diferentes problemáticas que enfrentam e como as abordam: pescadores, mariscadores, recolectores, redeiros, vendedores e compradores de produtos do mar e consumidores, etc. Chegámos, de forma progressiva, a uma maior compreensão das mesmas, e apreendemos os mecanismos, tanto locais como globais, de natureza histórica, social, económica, política, e outros, que as afetaram e condicionaram, um caminho que foi fundamental para entendermos o valor da cultura pesqueira artesanal à escala global e local. A pesca artesanal cria emprego local e aprovisiona produtos de alta qualidade nutritiva à população. Tratando-se de um sistema produtivo de baixo impacto ambiental e alto valor social, proporciona chaves a outros sistemas produtivos para serem mais sustentáveis social e ambientalmente.

Não temos dúvidas que a pesca artesanal, como sistema cultural e sistema produtivo, está ameaçada em vários sentidos: muitos Estados ignoram o seu papel na redução da pobreza e na fixação populacional ao território; a pressão sobre os recursos marinhos das frotas mais industrializadas reduz os recursos disponíveis e afeta a médio e longo prazo a renovação geracional das frotas artesanais. É a parte mais débil e vulnerável na corrida pelos recursos pesqueiros nos oceanos, mas também se prevê, em certas regiões do mundo, que a ocupação do espaço marinho pelas indústrias mineiras (gás, petróleo, etc.), energia (eólica), alimentar (aquacultura intensiva e extensiva), serviços (megaportos), etc., está a afastar as frotas artesanais dos seus espaços marinhos tradicionais e históricos.

Estas são algumas das razões pelas quais é necessário participar do processo de fortalecimento da pesca artesanal e resguardá-la das ameaças e dos descuidos que fragilizam a sua existência futura. Sem um conhecimento mais fino e profundo destas culturas torna-se mais difícil conceber projetos adequados aos propósitos que estamos a discutir. Na Fundação Lonxanet continuamos a aprofundar o conhecimento da pesca artesanal com o objetivo de a fortalecer: os projetos que pensamos e executamos são fruto do entendimento de uma parte da cultura pesqueira e de linhas de atuação, entre as quais destacamos a comercialização, a patrimonialização e a governança. Descrevemos de maneira resumida:

Reforçamos a comercialização de produtos de pesca: criámos uma empresa de marketing direto (Lonxanet Directo, SL) (2001) que distribui produtos de pesca artesanal para o mercado espanhol diretamente do pescador para o consumidor final, em especial a restauração, por meio de um Call Center e de uma plataforma tecnológica (Tecnologia da Informação) com portal de compras. Participaram nesta empresa cinco organizações de pescadores (agregações) como membros majoritários (51%). Foi a primeira vez que produtos da pesca artesanal foram vendidos pela “internet” e o mercado foi desintermediado. A experiência foi positiva, mas, devido à crise financeira de 2008, que afetou profundamente a restauração, a empresa fechou em 2012.

Criámos um património do conhecimento ecológico local gerado pela comunidade de pescadores artesanais e procuramos integrá-lo no conhecimento científico. O objetivo é zonificar os usos do espaço marinho e melhorar o conhecimento

de algumas espécies pesqueiras, como é o caso da santola (*Mja squinado*), em colaboração com biólogos marinhos da Universidade da Corunha. Criámos também processos de património para outros bens de interesse cultural. Por exemplo, através de um projeto assente no “turismo pesqueiro sustentável”, que teve também uma função educativa, estabelecemos uma área de património natural e imóvel. Num período de 4 anos, mais de 12.000 rapazes e raparigas das escolas galegas familiarizaram-se com o ambiente da pesca artesanal, e também turistas de vários países.



Workshop em 2013 na Domus sobre Nova Governação

Lançámos e reforçámos os alicerces da governança na gestão dos recursos pesqueiros incorporando os pescadores artesanais nos processos de tomada de decisão. Nesse sentido, iniciámos em 2001 um processo participativo com pescadores de várias Associações (Cofradías) para a conceção de uma “reserva marinha de interesse pesqueiro”, na qual também se utilizou o conhecimento ecológico local. A Reserva Marinha foi oficialmente criada em 2007. Esta reserva tem

a particularidade de ter um Órgão de Co-gestão paritária, onde os pescadores têm representação igual à dos representantes das Administrações Públicas, sendo as decisões tomadas de forma consensual. Neste Órgão participam também representantes de ONGs e uma equipa técnica de cientistas pesqueiros e ecologistas marinhos, o que gera interação e colaboração entre o conhecimento científico e o conhecimento ecológico local, e quebra a tradicional assimetria na relação entre pescadores e cientistas.

Que sentimentos e expetativas desperta o apelo à participação das comunidades piscatórias nas tomadas de decisão na gestão dos recursos?

A Fundação Lonxanet foi, possivelmente, a primeira organização civil na Europa a implementar modelos de governança paritária na gestão dos recursos pesqueiros. Quando no início de 2001 questionamos os pescadores artesanais da Cofradía de Lira (A Corunha-Espanha), tiveram uma reação de absoluto ceticismo. Disseram “como é que a administração das pescas vai concordar em partilhar o poder de decisão com os pescadores? isso é ficção científica, não é possível”. Perguntamos-lhes então, “O que aconteceria se você participasse na tomada de decisões? Acha que isso melhoraria a situação dos recursos no nível local?” Responderam-nos que, “sem dúvida melhoraria e a caça furtiva diminuiria ou desapareceria”.



Em Espanha, e na Europa também, não existe qualquer referência jurídica que favoreça a implementação de modelos de cogestão pesqueira. Para aplicarmos modelos de cogestão sem colidir com a legalidade teríamos de estabelecer um espaço singular. Poderíamos fazê-lo criando uma reserva marinha de interesse pesqueiro, onde implementaríamos um modelo de cogestão também singular, neste caso, um modelo de cogestão paritária. A Fundação Lonxanet iniciou, e empreendeu ao longo de cinco anos, um processo participativo com o propósito de projetar e criar esta reserva marinha, a ser gerida conjuntamente pela administração pública e pelos pescadores. Foi um desafio fazer com que pescadores de outras comunidades pesqueiras aceitassem o que estava a ser feito e as vantagens futuras que isso lhes traria. Foi um processo complexo, em que se gerou resistência por parte de outros pescadores em aceitar “parcelar o mar”, sob o ditado popular: “o mar non tem cancelas” (“o mar não tem portas”). No quarto ano deste processo informamos a Administração Pública do que estava a ser feito a fim de se familiarizar com esta iniciativa. E em abril de 2007 a Administração Pesqueira aprovou por Decreto a criação da primeira reserva marinha da Galiza, com a cogestão dos pescadores e da administração.

Inicialmente, a experiência do Órgão de Cogestão revelou-se complexa. Tanto os representantes da administração pesqueira, como os representantes dos pescadores, reproduziram, no processo de interação comunicativa, os padrões de comportamento anteriores à criação do Órgão de Cogestão. Isto é, reproduziam um modelo comportamental semelhante ao que existia nos modelos de gestão centralizada, onde a administração faz as regras e os pescadores apenas têm de as cumprir. Ocasionalmente, em modelos de gestão centralizada, a administração pode consultar os pescadores. Mas estas consultas não costumam ser metódicas, transparentes e com participação inclusiva. De facto, nos primeiros anos do Órgão de Cogestão, foi baixa a qualidade do diálogo entre pescadores e representantes da administração pesqueira. Tratava-se de duas matrizes culturais, definidas pelos padrões culturais desenvolvidos na época em que as identidades e papéis das administrações e dos profissionais das pescas se tinham estabelecido. Reconhecemos, porém, que cogestão paritária está a quebrar a matriz tradicional e a modular uma inter-relação comunicativa. Na verdade, ao fim de 18 anos de experiência da Fundação Lonxanet, observou-se uma maior confiança entre os interlocutores, melhoraram-se os padrões de diálogo e foi possível chegar, em muitas ocasiões, a um consenso entre

as partes e, em consequência, a uma melhoria significativa no resultado da exploração de algumas das pescarias geridas.

Esta iniciativa chamou a atenção de outras associações de pescadores, de administrações públicas autónomas, como a Catalunha ou a Andaluzia, mas também de países europeus. Na Galiza, a Associação de Pescadores de Cedeira (Cofradía de Pescadores de Cedeira), com o apoio da Fundação Lonxanet, iniciou em 2006 um bem-sucedido processo participativo que terminou em 2009, com a publicação de um Decreto que cria a Reserva Marinha Cogerida da Ria de Cedeira (Reserva Marina Co-Gestionada de la Ría de Cedeira). Na Catalunha, por iniciativa da administração pública pesqueira, foi criado o Decreto de Cogestão para gerir muitas das pescarias artesanais estabelecidas ao longo da costa catalã. Podemos ainda citar a nova Lei Portuguesa das Pescas (2020) que introduz, pela primeira vez, pelo menos 8 artigos dedicados à cogestão. Atualmente, existe no Parlamento Europeu uma iniciativa, de um deputado do Partido Socialista, para criar um quadro legal que permita o desenvolvimento de modelos de cogestão na gestão dos recursos pesqueiros.

Que espera a Fundación Lonxanet quanto à regulação da biodiversidade do mar profundo à participação dos profissionais da pesca e dos governos?

A biodiversidade constitui um dos principais atributos e indicadores de sustentabilidade. A perda da biodiversidade indica, entre outras leituras, um desequilíbrio que pode ser crítico para a viabilidade futura de um ecossistema. E um ecossistema é a “casa da vida”: fornece diversos serviços que o ser humano pode utilizar para a sua sobrevivência. Se um ecossistema é parcialmente destruído ou deteriorado, a sustentabilidade da vida humana também é afetada negativamente. Toda a vida em qualquer uma de suas formas é parte intrínseca, consubstancial e dependente de um ecossistema. A Fundação Lonxanet defende que a sustentabilidade ambiental do ecossistema marinho e dos seus habitats essenciais só é possível se os atores com interesses legítimos e legais no ecossistema marinho estiverem envolvidos nos processos de gestão. Tanto a indústria pesqueira em seus diferentes formatos e escalas, quanto as ONGs de conservação ou desenvolvimento, são atores que devem participar, juntamente com cientistas e governos, nos processos de discussão sobre o modo de gerir o ecossistema marinho e garantir a sustentabilidade da biodiversidade, em especial dos habitats marinhos mais vulneráveis

à atividade humana, como são os casos dos habitats essenciais e dos habitats de diferentes profundidades (> 400 m).

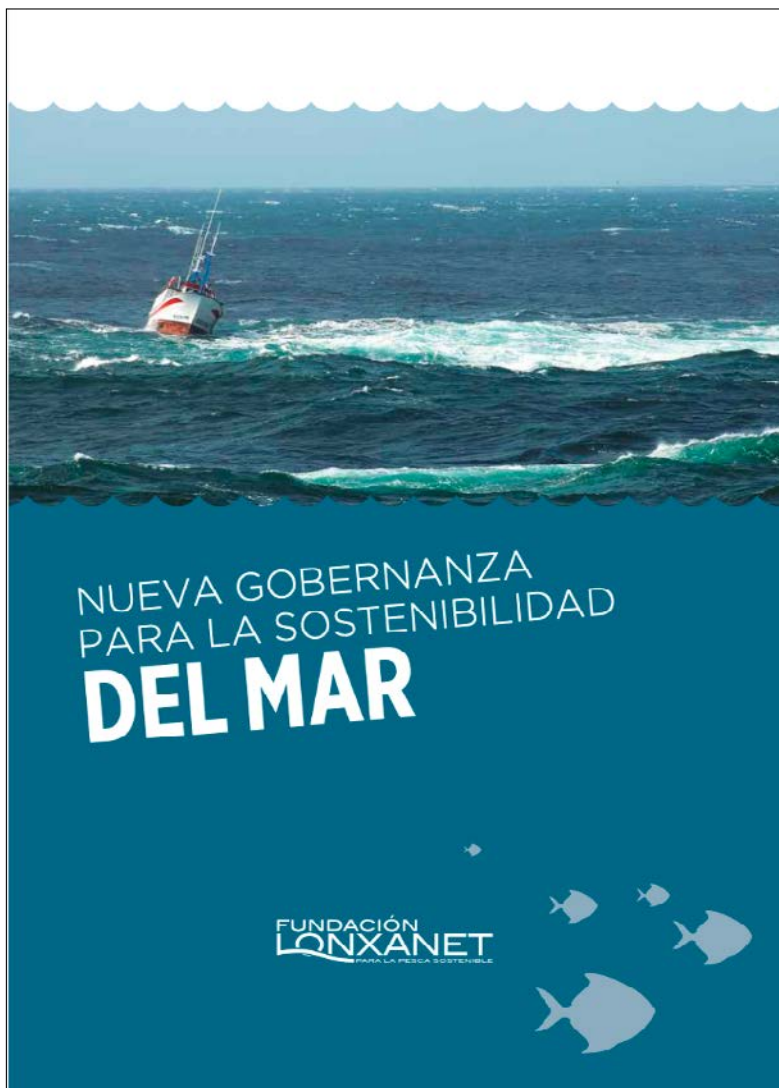
Do ponto de vista da governabilidade e governança na gestão, muitos destes atores, principalmente o governo, carecem de experiência e vontade de desenvolver iniciativas e modelos de gestão mais participativos. É verdade que a União Europeia possui alguma experiência em consultar e ouvir os diferentes atores (ONG, representantes da indústria pesqueira, piscicultores, etc.) que têm algo a dizer no quadro da gestão sustentável do ecossistema marinho, mas, em geral, estas audições públicas não implicam, por mais bonitas que sejam as palavras ditas, um firme compromisso com a sustentabilidade. Às vezes, trata-se apenas de narrativas e mensagens que têm só um propósito político. No entanto, apesar dessas louváveis e valiosas iniciativas, não foram criados ou formalizados espaços nos quais estes atores, ou os seus representantes, participassem dos processos decisórios. É certo, isto só é possível se houver uma referência jurídica que o possibilite. E não existe este marco legal porque não existia (talvez ainda não exista) uma cultura política que queira partilhar decisões com os cidadãos. Uma cidadania, por outro lado, está cada vez mais consciente do seu papel numa sociedade que ambiciona melhorar progressivamente a sua qualidade democrática. Só a participação nos espaços decisórios pode garantir maior cumprimento do “compromisso firme” de que falamos nos nossos objetivos. Fora dos espaços de decisão o compromisso enfraquece. Na situação em que vivemos, atualmente, só é possível investir na fiscalização e controlo, ou no endurecimento das sanções por incumprimento das regras. Que é a opção mais comum para os Estados da EU. Mas é também a fórmula mais cara e nem sempre garante a dissuasão ao incumprimento.

No Livro Branco da Governação Europeia, que foi publicado em 2001, afirma-se explicitamente: “As políticas não devem ser decididas a partir de cima. Atualmente, a legitimidade da UE é uma questão de participação cidadã”. Desde então, é hora de trilhar este caminho e um dia, quando atingir a maturidade, consolidá-lo. Parece claro, então, que o objetivo dos atores mais intimamente envolvidos na indústria pesqueira e de frutos do mar (proprietários, investidores, equipas, indústria alimentar, aquacultura, etc.) é a exploração do mar e a transformação dos produtos daí resultantes, com interesse exclusivamente económico. Este interesse pode colidir frontalmente com o interesse original das ONGs, fundado na sustentabilidade e na conservação do ecossistema marinho. Em geral,

ambos os tipos de atores admitiriam que deve haver uma regulamentação na forma de explorar a fim de evitar a sobre-exploração e a redução da biodiversidade marinha. Hipoteticamente, a presença desses dois atores, armadores e ONGs ambientais, numa mesma mesa decisória, na qual também estão representadas as administrações públicas, deveria contribuir para a ponderação dos interesses económicos sobre os interesses ambientais e vice-versa. A busca do equilíbrio, com o princípio da precaução envolvido, poderia ser, na opinião da Fundación Lonxanet, elevar os níveis de compromisso nestes espaços de decisão, tornando-os mais fortes do que em qualquer outro espaço.

A incorporação do conhecimento tradicional e ambiental dos pescadores e do conhecimento académico e laboratorial tem resultados visíveis?

A maioria dos projetos desenvolvidos pela Fundação Lonxanet são de natureza aplicada. Ou seja, têm como objetivo principal fortalecer alguma vertente da pesca artesanal e das populações dependentes desta atividade. Estes projetos implicam necessariamente o envolvimento da maioria dos atores que fazem parte deste “sócio-ecossistema”, principalmente pescadores, mariscadores / mariscadoras, recolectores, intermediários, etc. Fomos apurando ao longo do tempo o uso de metodologias participativas e estamos hoje convictos que esta abordagem é a mais adequada para que os participantes se envolvam num processo de mudança, independentemente do grau de incerteza dos resultados. Nem todos os atores estão envolvidos da mesma forma e com a mesma intensidade, mas quase todos percebem que fazem parte de um processo de mudança, mesmo que esta mudança não seja necessariamente transformadora. Alguns projetos desencadearam mudanças que, 15 ou 20 anos depois, foram, a nosso ver, transformadoras. Alguns destes projetos influenciaram pescadores e administrações de outras regiões e contribuíram para o desenvolvimento de iniciativas semelhantes. A participação, em maior ou menor grau, é um requisito essencial para gerar mudanças consideradas necessárias ao nível local. Em alguns projetos surgiram lideranças locais que tiveram e ainda têm um papel central no bom desenvolvimento e resultados dos projetos. O processo de criação da Reserva Marinha da Lira (A Corunha-Espanha) é um caso exemplar de participação que se concluiu com a criação de uma instituição permanente como a criação do Órgão de Cogestão dos Recursos Pesqueiros da Reserva (Órgano de Co-Gestión de los recursos pesqueros de la Reserva). É um caso em que as decisões são tomadas entre os representantes do setor pesqueiro e da administração



pública, na maioria das vezes por consenso ou acordo maioritário. Neste modelo participativo, os cientistas marinhos ouvem atentamente a perspectiva dos pescadores e os seus argumentos (e vice-versa). Embora estes argumentos possam ser complementares aos argumentos científicos, o diálogo entre as duas partes flui e é enriquecido. Em suma, um diálogo construtivo entre as partes contribui para melhorar a qualidade do conhecimento e melhorar a qualidade das relações interpessoais entre os participantes (a confiança constrói-se com o tempo).

A integração do conhecimento ecológico local no conhecimento científico também tem sido realizada por biólogos marinhos da Universidad de A Coruña, com resultados magníficos. A abordagem participativa é também coerente com a consulta inicial que é feita à organização de pescadores (Cofradía) em que é apresentada uma proposta de projeto, são integradas as observações dos participantes e por fim é-lhes perguntado se consideram que vale a pena implementar o projeto. A maioria dos projetos foi aprovada e apoiada por organizações locais de pescadores, o que implica que esta decisão legítima, de igual modo, a presença da Fundação Lonxanet no espaço de implementação. A maioria dos projetos foi desenhada com base nos principais problemas identificados pelos pescadores locais: comercialização; pesca furtiva; competição injusta; a auto-percepção negativa da profissão; etc.

Podemos imaginar iniciativas de cooperação entre a Fundación Lonxanet e Universidades e Unidades de Investigación portuguesas

Para a Fundação Lonxanet seria uma honra poder trabalhar com instituições, organizações, etc. que tenham uma genuína vocação para provocar mudanças transformadoras nas comunidades locais de pequenos pescadores artesanais. As problemáticas da pesca artesanal em Portugal têm semelhanças e diferenças com a pesca artesanal na Galiza. De qualquer forma, as grandes problemáticas são comuns. A Fundação Lonxanet está aberta à construção e conceção, em conjunto com grupos de trabalho portugueses, de projetos estimulantes para ambas as partes. Nesse sentido, estaremos presentes onde formos solicitados. Colaborámos no passado com pescadores dos Açores (Porto Abrigo e Santa Cruz de las Flores) bem como, pontualmente, com pescadores, principalmente do Norte de Portugal, Póvoa de Varzim, num projeto europeu de Governança na Gestão das Pescas, chamado MARE.

Conversa com Maria Clara Amorim

Sons nos Oceanos¹

O que levou a biologia para ir em busca das sonoridades oceânicas?

Como animais terrestres que somos, para conhecer o meio aquático precisamos de equipamento e tecnologia. Diversos “amantes” do meio marinho, como Jacques Cousteau, conheceram-no através do mergulho. Devido ao ruído provocado pelas bolhas de ar resultantes da respiração, e porque a nossa audição não está adaptada ao meio aquático, o mergulhador tem uma perceção limitada dos sons subaquáticos. Um marco no nosso conhecimento da sonoridade oceânica surgiu com avanços tecnológicos e com a necessidade de detetar navios inimigos durante a segunda guerra mundial. Seguiram-se décadas de avanços tímidos no estudo dos sons subaquáticos, nomeadamente nos sons de origem biológica. Muitos destes estudos foram financiados pela marinha americana e focaram-se em mamíferos marinhos devido à associação que é feita dos arrojamentos ao sonar usado nos navios. Menos financiados, os estudos sobre a produção de sons noutros grupos

¹ Sobre os mais variados aspetos do som no oceano, ver: <https://dosits.org/> (consultado a 07 de outubro de 2024), bem como o site do projeto de investigação [Fish Bioacoustics Lab](#).

de animais avançou mais lentamente. Por exemplo, no fim dos anos 90 do século passado, altura em que comecei a estudar comunicação acústica em peixes, havia pouco laboratórios no mundo dedicados a esta linha de investigação. Muito recentemente, com a evolução exponencial do avanço tecnológico e com o aumento de ameaças aos Oceanos, inúmeros cientistas passaram a usar o som como uma maneira barata e eficiente para obter informação sobre a biodiversidade, sobre o estado de saúde do meio marinho e para avaliar o impacto das atividades humanas. Por exemplo, com o uso de um gravador subaquático autónomo, que pode ficar a gravar durante vários meses, é possível detetar tanto a presença de vários animais através dos seus sons como a passagem de barcos e navios.

Podemos dizer que as ciências marinhas, nesta dimensão dos estudos de acústica, captam “formas de comunicação”?

Sem dúvida! Se bem que parte dos sons que são captados são produzidos pelos animais passivamente (resultam por exemplo de animais a rasparem as rochas quando se alimentam ou do seu movimento), grande parte são sons produzidos durante interações sociais, tipicamente aquando de lutas ou durante o acasalamento. Os sons também podem ser muito importantes para manter a coesão de grupos. A comunicação acústica é uma excelente maneira de os animais perceberem aonde outros elementos do grupo se encontram, já que no meio aquático a visibilidade tende a ser restrita ao contrário do som, que se propaga cerca de 5 vezes mais rapidamente do que no ar. De igual modo, o som pode ser especialmente eficaz para atrair parceiros sexuais que se encontram distantes. Mas também é muito eficaz quando os intervenientes estão em proximidade, sendo que frequentemente os sons são produzidos em associação com exhibições visuais muito conspícuas. Esse é o caso de paradas nupciais de muitos peixes soníferos.

Quer dizer, o que se estuda são vibrações físicas registadas por dispositivos tecnológicos, e que são interpretadas como uma linguagem significativa, que exprime emoções e sentimentos?

Enquanto cientista, não interpreto os sinais acústicos produzidos por animais como sinais de emoções ou sentimentos, no meu caso por peixes – o grupo que estudo. Para percebermos a função de um determinado som temos de associar a produção desse som a determinados comportamentos e/ou realizar experiências de modo a chegar a conclusões objetivas. É importante não antropomorfizar

o comportamento animal. Uma maneira de aferir se há comunicação é quantificando a resposta de um animal a um determinado sinal, quer seja visual ou acústicos ou de outro canal sensorial. Para ilustrar esta ideia, se eu quiser averiguar se um som de um peixe é importante para atrair parceiros sexuais, posso comparar o sucesso de atração de fêmeas entre machos que produzem sons com os que não produzem (normalmente são os machos a emitir os sons de acasalamento). Posso também realizar experiências em que reproduzo os sons dos machos, por exemplo com um altifalante subaquático, e testar se as fêmeas se aproximam mais de um altifalante que emite sons de acasalamento em comparação com outro altifalante que está silencioso ou que emite um som irrelevante. Se as fêmeas forem mais atraídas para os machos vocais ou para os altifalantes que estão a simular machos vocais então posso afirmar que o som é importante na atração de fêmeas. É com base neste tipo de inferências que vamos tentando compreender o papel dos sons na comunicação animal.

Os Oceanos são meios intensamente atravessados por sonoridades de origem diversa. Podemos fazer diagnósticos sobre as condições de um ecossistema e dos seres que o habitam com base na pulsação dos sons aí recolhidos?

Sim, como mencionei acima, podemos recolher muita informação do meio marinho só através dos sons. Uma analogia interessante seria um médico a auscultar o batimento cardíaco e os sons respiratórios de um paciente. Só com esse método tão pouco intrusivo o médico pode obter muita informação sobre o paciente. Assim, monitorizando o som subaquático podemos avaliar mudanças nas comunidades de seres vivos e atividades humanas. Curiosamente, até o som de uma pessoa a nadar no mar já foi caracterizado!

Que condições são precisas para que o “som ambiente” seja uma linguagem, não uma mera acumulação de vibrações registadas por máquinas e expressa visualmente através de gráficos?

Se definirmos linguagem na sua versão mais simples que é a associação de sinais a um determinado significado então podemos dizer que a presença de determinados sons já nos pode dar bastante informação. Por exemplo, os sons de uma espécie que só existe em ambientes prístinos podem sinalizar um bom estado ambiental do local. Por outro lado, certas *assinaturas acústicas*, ou seja, as características acústicas únicas associadas a um dado local com uma determinada topografia,

substrato e comunidade de seres vivos, também nos podem transmitir informação relevante. Atualmente os cientistas estão a desenvolver diferentes métricas que traduzam, de maneira objetiva, o que os sons nos estão a dizer, nomeadamente em termos de biodiversidade ou bom estado ambiental. Isto do ponto de vista da conservação. Mas podemos também pensar noutra perspetiva sobre o som aquático. A sonoridade dos oceanos tem o poder de comunicar connosco – podemos também assim falar na linguagem dos oceanos. Quem não sentiu o poder tranquilizante do som da rebentação das ondas num dia de mar calmo ou o “tom furioso” do som de uma tempestade.

Podemos imaginar – projetando estes estudos num futuro – um Património das Sonoridades Oceânicas. O que será?

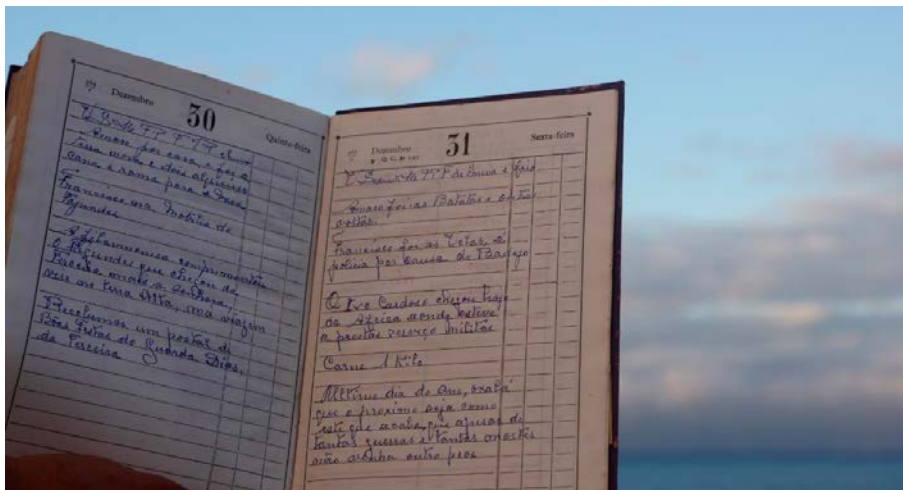
Com certeza. Podemos ter registos dos locais mais diversos desde o fundo dos oceanos, zonas costeiras ou recifes (corais, rochosos). Estes sons refletem a presença de determinadas espécies e das características do local que podem muito facilmente mudar com as alterações globais ou com a exploração dos oceanos. A primeira vez que tive esta noção de património acústico foi quando um colega promoveu uma exibição no Museu de História Natural em Lisboa sobre paisagens acústicas. Lembro-me bem de me sentar num sofá e ficar a ouvir os sons de uma vila no Norte do país recolhido há várias décadas. Com o registo dessas paisagens acústicas fui transportada no lugar e no tempo e pude construir mentalmente tudo o que me estaria a rodear com base no som. Penso que as sonoridades oceânicas são um património a estudar e conservar.

Conversa com Amaya Sumpsi Langreo...

O que faz dialogar e une a literatura e a imagem em movimento? Como é que da formação em literatura a Amaya faz a passagem para o vídeo-documentário e o filme?

São claramente dois géneros e duas especialidades tão distintas. Mas é uma história simples. Acabei o liceu e a minha primeira opção foi estudar cinema. O meu pai, catedrático universitário de espírito clássico, disse-me que pagaria parte da matrícula na escola de cinema se eu, ao mesmo tempo, fizesse um curso clássico na Universidade pública. E assim fiz. Gostava muito de ler. Fiz Filologia Hispânica, curso clássico – literaturas e línguas, latim, literaturas grega, romana e hispânica —, e à tarde estudava cinema.

Estas duas formas de expressão estiveram sempre na minha formação. São duas plasticidades bastante diferentes que nos permitem o acesso a universos e horizontes distintos e a modos diversos de narrar. Mas também nos impõem limitações diferentes. Na verdade, podemos resumi-las a um objetivo comum, que é o de contar histórias. E é isso que eu gosto de fazer: contar histórias. E gosto de o fazer através de muitos meios, mas, sobretudo, através da escrita e do cinema.



Detalhe das agendas da família de João Alberto (Urzelina, ilha de São Jorge. 31 de dezembro de 1965: sobre a flarmônica, o iate Terra Alta, os enjoos, o correio e a Guerra de ultramar).

A Antropologia será talvez um reconhecimento mais tardio. Veio com o mestrado em Antropologia Visual e, com este objetivo de contar histórias e contá-las sobre o outro, volto a encontrar com a literatura e o cinema. Porque na Antropologia reencontro esta curiosidade pelo outro e este objetivo, que é comum, o de contar as histórias dos outros, mais do que a minha própria. Embora seja importante termos consciência que estamos presentes em todas estas histórias.

Como impacta nos trabalhos da Amaya este diálogo que envolve a literatura, o filme etnográfico e etnografia?

Fica muito mais rico o processo criativo quando trabalhamos em vários níveis de significação. Por exemplo, na montagem do filme *Entre Ilhas, etnografias da circulação nos Açores*, foi fundamental para mim uma ideia que vinha da minha reflexão teórica e da escrita etnográfica: trata-se do conceito de “aquapélago”, da noção de um território em que o mar e a terra têm o mesmo valor e o mesmo significado, que estão ambos um espaço social e geográfico continuum. Esta ideia foi fundamental para organizar a montagem do filme. Vejamos. Tínhamos dúvidas sobre a escolha da ilha em que entraríamos e da ilha em que sairíamos – agora estamos na Graciosa; agora vamos para a Terceira... A certa altura, tendo presente este conceito de aquapélago, pensei que seria mais importante sabermos em que mar estamos do que saber em que ilha estamos. E decidimos que seria irrelevante

identificar os nomes das ilhas ou situarmo-nos num mapa. Na montagem cinematográfica o essencial seria perceber esta passagem quase contínua entre terra e mar, e mar e terra. Sejam quais forem a terra e o mar. O que interessava era construir um território que ecoasse a ideia de aquapélago visual.



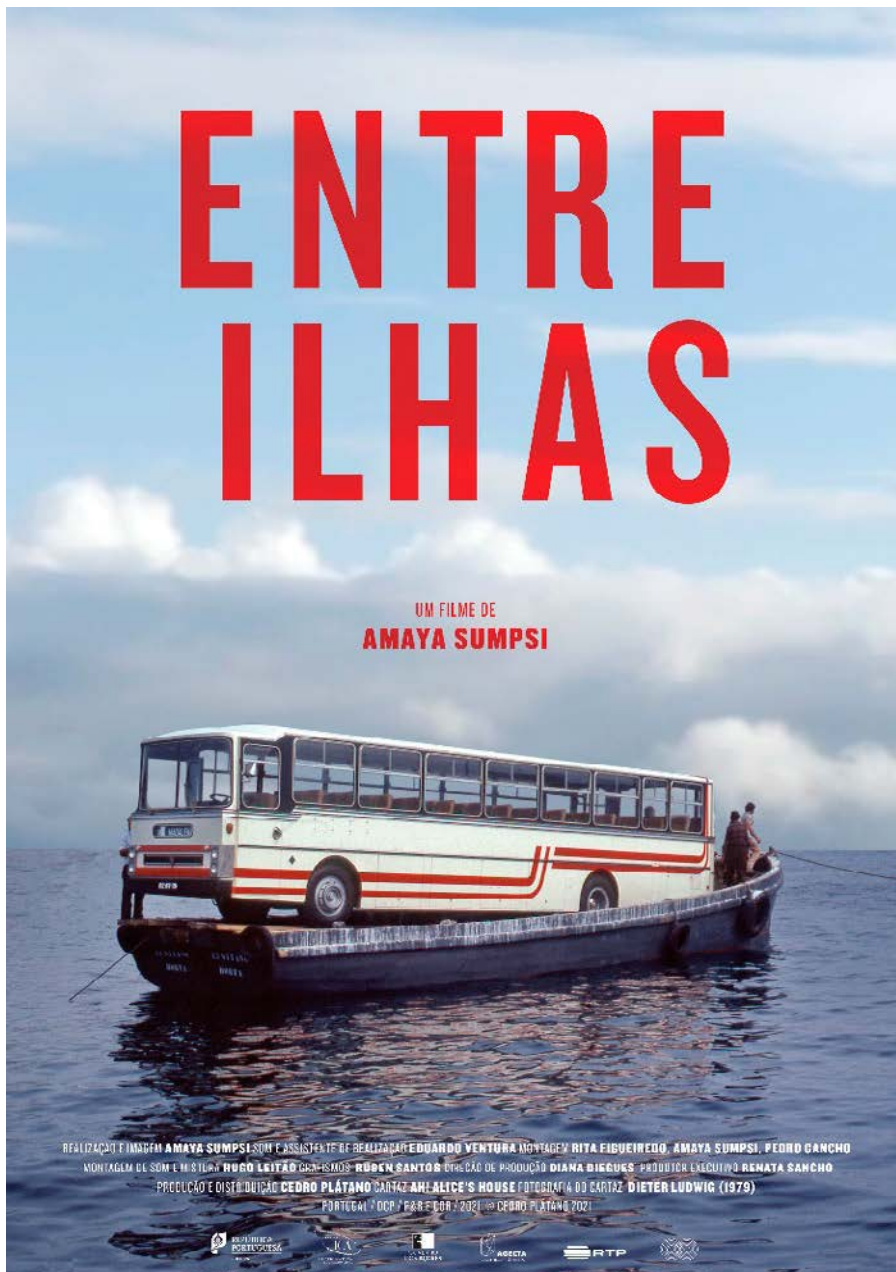
A realizadora em filmagens a bordo do Santorini Express (2019)

Claro que estes dois processos se alimentam um ao outro, a etnografia e o filme. Também no sentido contrário. Ou seja, o facto de criarmos uma montagem e uma história cinematográfica, que percebemos ser muito sensorial quando vemos o filme, também transmite uma sensorialidade à minha etnografia. Há uma parte da etnografia que sinto muito: nos cheiros, no balançar do barco, no corpo

habitando este espaço entre a terra e o mar, que é o barco. Há, portanto, uma contaminação mútua que é produtiva, que é criativa, que nos amplia os horizontes. E é possível jogar de uma forma muito orgânica com todos estes conceitos visuais, plásticos, teóricos e etnográficos, literários e teatrais. Por me permitirem dançar uma dança no mar e que é muito mais orgânica para mim. E, de facto, não sei fazer de outra maneira.

A relação Ilha/Mar foi pensada sob a metáfora masculino/feminino. Podemos dizer que a experiência açoriana da Amaya tende de preferência a considerar a oposição território (o oceano e as ilhas) / desterritorialização (céu)?

Em *Entre-Ilhas* tento fazer uma geografia performática: uma geografia que não seja fixa, que dance. Tento desconstruir este termo, geografia, e torná-lo num conceito muito mais orgânico, que descentralize e coloque as ilhas e o mar num único centro, e coloque a Ilha no mesmo patamar que o continente. O objetivo é pôr de lado o conceito de periferia e reconstruir uma geografia *dança*.



Cartaz do filme “Entre Ilhas” (fotografia de Dieter Ludwig e design de Júlia Garcia), vencedor do prémio Sophia Mello Breyner e do prémio Jean-Loup Passek ao melhor cartaz (2023).

Quero dizer, mais que interpretá-los sob a metáfora de género, prefiro ver a Ilha e o Mar como entidades que vamos ouvindo e olhando, que são partes de um todo. A ilha não existe sem o mar. O mar não existe sem a ilha. E a ilha não existe sem o continente e este não existe sem a ilha. Procuro construir outros territórios, desconstruir conceitos e erguer outros centros e colocar a geografia num campo de inquietações, porque ela não é fixa. A geografia é performática.



Fotografia de arquivo da coleção Pepe Brix (ilha de Santa Maria). Sem data.

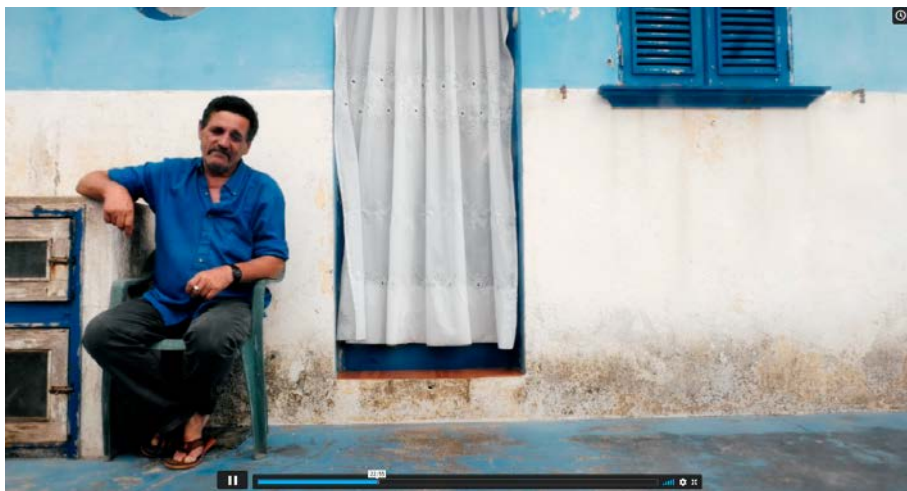


Imagem do filme. Francisco Fisher, antigo mestre do iate Terra Alta, na sua casa da ilha Terceira.



Imagem do filme. O Corvino José Mendonça na sua oficina, no Corvo.



ECOS DE LEITURAS

Objectif Mer : L'Océan Filmé (2023)

Coord. Vincent Bouat-Ferlier, Laurent Mannoni.

Paris: Musée National de La Marine, Liénart.

Objetivo Mar: O Oceano Filmado, é o catálogo da exposição organizada pelo Museu Nacional da Marinha (Paris) e pela Cinemateca francesa (2023-2024) e consagrada à história da iconografia e do cinema marítimos. O discurso expositivo mostra mais de três centenas de peças sobre a tecnologia e os seus avanços, fotografia e filme, desenhos e cartazes, modelos de navios e cartazes, em quatro temas: o mar sob a Luz; mar documentado ou mar sonhado; mar e aventura humana; mar revolto.

O Mar sob a Luz traz-nos paisagens marítimas, batalhas navais e temporais, navios e naufrágios, caixas óticas, brinquedos, imagens animadas de zootrópios, panoramas, dioramas e lanternas mágicas dos séculos XVIII e XIX, fotografias de ondas e do mar de Ducos du Hauron, Henry Cook, e Gustave Le Gray, Gustave Courbet e *A Onda* (1869-1870), Henri Rivière e os estudos de movimentos do mar inspirados em gravuras japonesas. A cronofotografia de uma onda (Étienne-Jules Marey, 1891, <https://youtu.be/bHRwYqbnJlc>); o interesse em registar a “locomção aquática” e os movimentos das ondas, o Teatro Ótico e o filme de animação *À Volta de uma Cabina* (Émile Reynaud, 1894, <https://youtu.be/tvXl0bi2Ado>); o *Navalorama* com vistas marítimas que Louis Gamain apresentou na Exposição Universal de 1900; o *Maréorama* de Hugo d'Alesi que capta imagens como se o espetador estivesse a bordo de um transatlântico. As notícias de mistérios e naufrágios e desastres nos periódicos, placas de vidro do Royal Polytechnic.

Mar Documentado ou Mar Sonhado integra elementos do progresso científico e técnico na viragem dos séculos XIX para o XX.º: inventos para o seu humano descer aos fundos marinhos, como a “fotosfera” com que os irmãos George e John Ernest Williamson desceram ao fundo marinho com uma câmara de filmar e inauguraram o cinema subaquático, o fato de mergulho autónomo que Jacques-Yves Cousteau concebeu na década, a caixa Aquaflex ou a câmara Rebikoff. A curta-metragem

de *Le Tempestaire* (1947, <https://youtu.be/aUyBJnIRUf0>) e a longa-metragem *L'Or des mers* (1933, <https://www.cinematheque.fr/henri/film/48395-l-or-des-mers-jean-epstein-1932/>), ambos os trabalhos de Jean Epstein – a terceira etnificação, no seguimento de *Moana* (Robert Flaherty, 1926) e *Maria do Mar* (Leitão de Barros, 1930). As fotografias subaquáticas do biólogo Louis Boutan (1893). Os estudos do movimento das ondas a partir da década de 1920 de Robert Flaherty, Jean Painlevé e Jean Epstein lembram poemas dá do mar uma dimensão poética. *Man of Aran* (1935, <https://youtu.be/Cwmc05qW0xc>) de Robert Flaherty. *Windjammer* (Louis de Rochemont e Bill Collera, 1958), um filme que espelha tanto a evolução das técnicas de captação de imagem como o imaginário coletivo do mar à época através da viagem do navio norueguês *Christian Radich*, com tempestades, imagens subaquáticas, cantos do mar, paisagens exóticas, velas balançando ao vento.

Em *Mar e Aventura Humana* emerge a história das mentalidades representação do mar no cinema, e reconstroem-se cenários e artefactos a partir do conhecimento da história, produzem-se filmes de aventuras e filmes de revoltas contra as condições de vida a bordo e em contextos em que a imensidão do mar simboliza a liberdade: *Revolta na Bounty* (1962, Lewis Milestone) evoca a utopia política de uma ordem social democrática e uma sociedade autogerida; *Mestre e Comandante* (Peter Weir, 2003). A vida dos marinheiros, o ambiente nos portos, o tráfico e a prostituição nos bares circundantes são mostrados em *Cais das Brumas* (*Le Quais des Brumes*, 1938, porto do Havre, Marcel Carné), *As Docas de Nova York* (1928, Josef von Sternberg). *Marius* (1931), *Fanny* (1932) e *César* (1936) constituem uma trilogia em redor do porto de Marselha, de Marcel Pagnol, que foi originalmente escrita para teatro e depois adaptada ao cinema. *A Girl in Every Port* (filme mudo realizado por Howard Hawks, 1928) (https://youtu.be/_Aqo0Tz_0lw). *Querelle* (Rainer Werner Fassbinder, 1982), é uma adaptação do romance de Jean Genet (1947) e passa-se no porto de Brest. Os miseráveis do oceano são também os migrantes que desaparecem no mar aos milhares. Um ambiente claustrofóbico na imensidão do mar é um tema recorrente, com submarinos que estão no centro da ação: *Das Boot* (1981, Wolfgang Petersen), *Perseguição ao Outubro Vermelho* (John McTiernan, 1990) e *Song of the Wolf* (2019, Antonin Baudry). *Titanic* (James Cameron, 1997), estrutura-se em torno da trágica história de amor entre dois protagonistas.

Em *Mar Revolto* mostra-se como o cinema nos abre para uma experiência de devaneio coletivo: visitar as profundezas maravilhosas ou apavorantes dos oceanos, viajar por toda a superfície do mar e em todas as épocas, ver piratas, corsários e amotinados

ressuscitados, ficar presos num submarino ou numa ilha hostil ou até sendo perseguido por um megalodonte pré-histórico. Na literatura, a baleia de *Moby-Dick* (Herman Melville, 1851) e o polvo de *Trabalhadores do Mar* (Victor Hugo, 1866) mostram a derrota do ser humano perante os elementos marinhos e seus monstros. Os efeitos especiais tornam-se crescentemente eficazes no bestiário marinho cinematográfico: *20.000 Léguas Submarinas* (Richard Fleischer, 1955); *Tubarão* (1975), *En Eaux Troubles* (2018), *A Vida Marinha* (Wes Anderson, 2004), *A Forma da Água* (Guillermo del Toro, 2017). No Estúdio de vidro de Montreuil Georges Méliès rodou a maior parte dos seus filmes entre 1897 e 1913 (520 títulos): um barco arremessador (Entre Calais e Dover, 1897) fazendo a decoração móvel oscilar no seu eixo; o pseudo naufrágio do couraçado *Le Maine* (1898) através de um simples aquário; *Voyage dans la Lune* (1902, <https://youtu.be/ZNAHcMMOHE8>), a concha ao retornar cai no mar; *O Reino das Fadas* (1903, <https://youtu.be/AfmH7WyWXg8>), com um desfile de polvos gigantes, cardumes de baleias, cavernas subaquáticas, mordomo montado numa lagosta, ninfas e náiades; *Deux Cents Mille Sous les Mers* (1907, <https://youtu.be/STNuMrOmxCs>), com naufrágios, cavernas fantásticas, conchas gigantes, ninfas, monstros marinhos, rainha das estrelas-do-mar, sereias, náiades, submarinos afundando, caranguejos gigantes, cavalos-marinhos, polvos, etc.). *Le Grand bleu* (1988) de Luc Besson, a história de Jacques Mayol num homem-golfinho e campeão de mergulho livre. O documentário *Oceanos* (2004-2009), de Jacques Cluzaud e Jacques Perrin, que diz ter procurado “criar cumplicidade, intimidade com as criaturas, captar um olhar, um gesto de ternura”, reúne um vasto painel de cientistas, nomeadamente oceanólogos e biólogos, com imagens de todo o mundo.

Os Editores

Michel Pastoureau (2023)
La Baleine, une Histoire Culturelle.
Paris: Éditions du Seuil.

Em *A Baleia, uma história cultural* lemos sobre livros que falam de entes marinhos de grandes dimensões: são monstros híbridos, disformes, lascivos, astutos, enganadores, cruéis, vorazes, que podem estar ao serviço de forças maléficas e cóleras divinas e que engolem e arrastam para os fundos os navios e as tripulações

que ousam lançar-se ao mar. Destacaríamos quatro grandes tópicos nesta edição que é um notável inventário da iconografia dos cetáceos e na qual Pastoureau segue os títulos das livros e os nomes de autores que descrevem e elaboram tentames de identificação destes animais à medida que os instrumentos, conceptuais, analíticos e empíricos, deslocam o foco do pensamento para realidades menos apoiadas na tradição e nas lendas e mitos: bestiários e enciclopédias medievais; títulos e nomes da transição; o nascimento da cetologia com métodos e objetivos autónomos; a literatura de ficção. O autor faz também uma aproximação à forma como as características anatómicas e fisiológicas e os comportamentos destes animais, supostos ou reais, inspiraram o jogo das significações e atributos simbólicos que preenchem as páginas de muitos textos clássicos: *Odisseia* (IX-VII a.C.), *Metamorfoses* (Ovídio, séc. I), *Biblioteca* (Apolodoro, séc. II), *Noctes Atticae* (Aulo Gélio, séc. II), *Haliêutica* (Opiano de Apameia, séc. III), o Antigo Testamento e os Bestiários da Idade Média.

As palavras *baleia* e *cachalote*, e as espécies em que se subdividem, acompanham a história da edição e da tradução de textos e da ilustração e divulgação cultural e do conhecimento científico. Por exemplo, o monstro que engoliu Jonas surge pela primeira vez sob a designação de baleia nas versões latinas do Antigo Testamento. Ou o tubarão-branco (*grande squalo bianco*) que engole Pinóquio em *Le aventure di Pinocchio. Storia di un burattino* (Carlo Collodi, 1883), só em 1940 toma a forma e o nome de baleia, no filme de animação produzido pela Walt Disney, assim permanecendo nas adaptações posteriores à banda desenhada, teatro, ópera, video-jogos, séries televisivas, espetáculos para crianças, parques temáticos.

Os conteúdos são retomados, reescritos e acrescentados em cada nova edição, seja pela mão do mesmo autor, seja pela de outros. *O Naturalista* (*Physiologus*, séc. II) é o modelo de um livro deste género: foi publicado originalmente em língua grega e pela mão de um autor desconhecido e até ao século XI seria vertido para latim e demais línguas: atribuem funções simbólicas e significados morais, religiosos, éticos e exegéticos a animais, ou a partes deles. Por exemplo, por a baleia não se alimentar de outros peixes, Guillaume de Rondelet (séc. XVI) considerava que era legítimo o consumo da sua carne nos dias magros; já a carne da orca estava interdita nesses dias por comer outros peixes. Um uso surpreendente neste modelo de escrita é o *Bestiário dos Amores*, de Richard de Fournival: tece considerações sobre o amor e estratégias amorosas, em vez de visar aspetos morais e religiosos.

As Enciclopédias medievais dedicavam uma parte relevante das suas páginas à identificação de animais, mas sem integrarem ilações teológicas ou exegéticas ou fantasiosas, ou lhes darem tanto relevo.

Dos séculos XIII ao XVII as obras sobre animais assimilam dados mais concretos do ponto de vista de uma ciência zoológica, embora os cetáceos continuem a ser considerados peixes: descreve-se a captura, esquartejamento, anatomia e fisiologia e usos dos produtos que se extraíam da baleia, os privilégios senhoriais e deveres dos que as caçavam. Entre os títulos e nomes mencionados destacamos *Bestiário divino* de Guillaume de Clerc; *Speculum regale (Espelho Real)*, consagrado às “maravilhas da Islândia e dos seus mares” e às da Groenlândia; *Speculum naturale (Espelho da natureza)* de Vincent de Beauvais; *De natura rerum (A Natureza das coisas)*, que Thomas de Cantimpré escreveu para inspiração dos sacerdotes dominicanos nas suas prédicas; *De Animalibus (Sobre os animais)*, onde Alberto o Grande reúne observações suas, inquirições a viajantes e comerciantes e trechos de obras de Aristóteles, Thomas de Cantimpré e mais autores medievais.

Pastoureau dá conta da transição do bestiário aos tempos modernos, através de publicações que integram o desenvolvimento da indústria baleeira e dos estudos naturalistas, e que Rabelais sinaliza no Quarto Livro de *Gargântua e Pantagruel* (1552) quando avistam um enorme animal: onde Panurgo vê um monstro mítico ou bíblico, Pantagruel reconhece um animal da família da baleia. Os livros que fazem este trânsito articulam as características das enciclopédias e as dos bestiários, as conjecturas sobre a aparência e as ações dos cetáceos, os métodos e dados da zoologia aristotélica, e as observações de marinheiros e naturalistas: *Carta marinha e descrição das regiões setentrionais e das maravilhas que aí encontramos* (1539) e *História dos Povos do Norte da Europa* (1555), ambos de Olaus Magnus; *Sobre a história dos peixes, livro quatro* (1686), de Francis Willughby (completado por John Ray após a sua morte), os capítulos sobre a baleia e o cachalote recolhem de Belon, Rondelet e Gessner o que é tido por adequado, e focam-se na anatomia, no sistema respiratório, na nutrição e na reprodução. Pierre Belon conjuga em *História Natural dos Estranhos Animais Marinhos* (1551) e *A Natureza e Diversidade dos Peixes* (1555), textos dos antigos e observações pessoais, e coloca sob o termo “cetáceos” tanto os grandes animais marinhos como espécies mais pequenas, algumas a viverem em habitats fluviais. Guillaume de Rondelet publicou numerosas impressões em xilogravura em *Livros sobre Peixes Marinhos* (1554 e 1555) – que Laurent Joubert, seu discípulo, traduziu para francês sob o título *L'Histoire entière des poissons* —,

e inscreve na classe dos cetáceos a baleia, o cachalote, o golfinho, a orca, a toninha, o tubarão, o peixe-boi, a foca, a morsa, várias tartarugas e criaturas de bestiários antigos ou medievais (sereia, ninfa marinha, monge do mar, bispo do mar). Ambroise Paré em *Des monstres tant terrestres que marins* (1573) segue os textos de Rondelet e Gessner, e acrescenta narrativas de caçadores bascos e comentários bíblicos do livro de Jonas e do Salmo (74, 13).

O nascimento da Ictiologia está associado ao aperfeiçoamento dos atos de classificação zoológica, aos desenhos cada vez mais precisos e em quantidade crescente que acompanham os textos, e à evolução das observações e estudos naturalistas. Conrad Gessner escreveu *História dos Animais* (*Historia animalium*) (4 vols. in-fólio, – *História dos Animais, Livro IV, sobre a natureza dos peixes e animais aquáticos* – *Historia animalium Liber IIII, qui est de piscium et aquatiliu animantium natura*, 1.052 páginas e 712 xilogravuras) (1551 a 1558), apoiando-se em Belon, Aristóteles, Plínio, Opiano, Guillaume Rondelet e Chapelain (“um médico de Baiona muito sábio”), e aplica pela primeira vez uma nomenclatura binária, um nome de género e um adjetivo qualificativo (a este sistema faltava pertinência zoológica, que adquiriria ao ser reformulado por Lineu no século XVIII). Para completar a *História dos Animais* publicou três volumes de estampas, *Ícones de Animais* (*Icones animalium*) (de 1553 a 1560), onde aplica uma classificação zoológica inspirada nos textos de Aristóteles (anatomia, fisiologia, reprodução) e no aspeto externo das espécies, dedicando o volume III aos peixes e animais aquáticos, onde integra os cetáceos e identifica três tipos de baleias (uma delas desenhada com duas patas com garras e dentes), a orca, o cachalote, a toninha, a morsa, e numerosos monstros, entre os quais duas sereias masculinas e uma feminina, o tritão, o monge e o bispo do mar, o diabo do mar bem como todo um bestiário marinho que integra o leão, a vaca, o cão, o cavalo, o rinoceronte do mar (semelhante a um dragão venenoso) e o *ziphius*, imagem de um ser chifrudo, corcunda, pustuloso e com dentes ferozes.

Uma obra “de palavras e de coisas” (animal, vegetal, objeto ou instituição) é o *Dictionnaire Universel* (1690), onde Antoine Furetière classifica a baleia como peixe, diferenciado do “physetère” ou “soprador” por possuir barbas e não dentes. Na *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (tomo II, 1751) Louis Daubenton distingue baleia e cachalote, “enorme peixe do mar do género dos cetáceos”, e informa sobre a “pesca” e os produtos que aquela fornece.

A noção de “mamífero” surge como categoria zoológica na décima edição de *Systema naturae* (Lineu, 1758), retomada por Étienne de Lacépède em *Histoire naturelle des poissons* (1798-1803, 5 vols.) e *Histoire naturelle des cétacés* (1804) – obras que continuam os 35 volumes da *Histoire naturelle* (de 1749 a 1786) de Buffon (1707-1788) —, sendo este último um volume com discurso, objetos de estudo, métodos e classificações próprias, apoiado em observações feitas pelos marinheiros, por caçadores e por naturalistas. Este seria o momento, segundo Pastoureau, que sinaliza o nascimento da *cetologia*.

Na ficção e nas narrativas de viagem o mar é descrito como espaço de perigo. Uma obra emblemática é *Navigatio sancti Brendani abbatis* (sec. X): Brandão (484-578) e os companheiros aportam a uma ilha, mas apercebem-se que é uma baleia e conseguem fugir do logro. *Histoires vraies* (séc. II), de Luciano de Samósata, traz-nos um olhar faceto sobre estas histórias: uma nau e os seus tripulantes passam por uma série de peripécias até serem engolidos por uma baleia de “mil e quinhentos estádios” de comprimento (cerca de 280 quilómetros), e no seu interior encontram um outro “planeta”, mais naufragos, cidades e aldeias, práticas agrícolas e comerciais, e guerras. No romance os cetáceos mantiveram-se a referência da baleação, uma atividade arriscada: em *Moby-Dick* (1851) Herman Melville dá-nos um romance carregado de simbolismos e de elementos de história da arte, da religião e da literatura, assentes nas memórias de um dos sobreviventes do naufrágio do baleeiro *Essex* provocado por um cachalote em 1820; em *Vinte Mil Léguas Submarinas* (1869), Júlio Verne dedica um capítulo à cetologia a propósito do avistamento de um cardume de baleias pelos tripulantes do submarino *Náutilus*.

Os Editores

Adler, Laure (2023)

***Agnès Varda – photographies choisies et commentés par Rosalie Varda.*
Paris: Gallimard.**

A imagem é um artefacto que se trabalha como peça de artesanato e que aperfeiçoa-mos diversificando associações e explorando movimentos da consciência. Aqueles que Varda explora em si são as praias onde viveu, que percorreu e pesquisou,

e as sensações de praias que criou quando elas não estavam lá. Há uma tensão criativa no motivo por que Agnès Varda pedia ao público que se deixasse envolver pelas sensações que elas lhes causarem. E o modo como ela própria se revelava em montagens complexas: no filme *Les Plages d'Agnès* (Mostra de Veneza, 2008) dispersou no areal da praia de Sète um puzzle de espelhos para que o seu rosto, o céu e o mar, neles se difratassem em fragmentos. É sempre a “mesma pessoa que se exprime de forma descontínua e contraditória” (p. 260), disse três anos mais tarde num escrito sobre a exposição “Y a pas que la mer” (Sète, Musée Paul Valéry, Dez. 2011-Abril 2012).

Esta atenção fenomenológica seria uma constante no seu percurso desenvolveu-se na base de uma química que combinou a vida dura e austera que partilhou com marítimos e pescadores com o apego à poesia e ao mundo sensível, à fusão dos conceitos filosóficos e científicos, às poéticas do espaço, da água e dos sonhos e à psicanálise do fogo, que apreendeu com Gaston Bachelard na Sorbonne. Na busca de novos caminhos formais no cinema os diretores de fotografia percorriam os museus de pintura para depois debaterem as teorias da justaposição de cores, o seu uso pelos impressionistas, os efeitos de luz. Em *La Pointe Courte* (<https://mubi.com/pt/pt/films/la-pointe-courte>) trata o preto e branco como cores e como matérias que revelam novas matérias (o piquenique faz-se com muito azul, a erva é em violeta, a heroína veste de turquesa e cai junto a uma árvore rodeada de folhagem verde).

Tem a consciência de um ser em progressão, que assume a importância da sua dimensão subjetiva, emotiva e política para alcançar uma realidade através de métodos que lhe davam acesso ao íntimo daqueles que fotografava ou filmava, fosse misterioso, dramático, angustiante: por exemplo, trabalha com as pessoas até se aproximarem de um estado de cansaço e de maior abertura; pede aos atores para reencenarem as personagens e situações que representam nas peças de teatro a fim de alcançar na fotografia performances que considera “equivalentes”. As circunstâncias da prática da fotografia e do filme servem para refletir e moldar a história de cada um destes artefactos.

A memória de uma imagem reflete o exercício de verter influências filosóficas, literárias e teatrais, na sua criação, e situa-se algures entre ela e o ato fotográfico. O tema e o modelo encontram-se apenas sobre o suporte. A história da foto da jovem que, na Póvoa de Varzim, passa diante de um cartaz rasgado de publicidade com

o rosto de Sophia Loren, é a dos muitos instantes, anteriores e posteriores, àquele em que Agnès Varda premiu o obturador. A memória das “fotografias com curadoria” (“photographies organisées”), de homens nus em espaços de destruição, pode estar no desejo e no processo de aproximação ao nexo entre o ser humano e a natureza, e possuem simultaneamente uma dimensão estética (pictórica). A memória das fotos de corpos nus, despojados de movimentos de sexualidade, está em parte na intenção de criar nos espectadores outras percepções, emoções, sensações.

Na aproximação do cinema à arte, à pintura, Varda faz a analogia entre a cor que circula num filme e o sangue que circula no corpo humano: “de súbito, se sentirmos o sangue bater mais fortemente, as cores impressionam-nos num instante”. O cinema é para Varda um instrumento para narrar a vida e teorizar sobre a sua prática. Demarca-se da fotografia porque integra o tempo e, podendo tornar mais complexa a realidade, abre possibilidades para a compreendermos melhor: com a imagem em movimento estende e leva mais longe a pulsão original de conjugar subjetividade e campo artístico, ampliando estatística e qualitativamente o acervo que assumiu como “estaleiro de reflexão sobre o devir da imagem”, nas palavras de Laure Adler. Em *Les Plages d'Agnès* a narradora diz, instantes antes de surgirem cinco jovens nus de pé, imóveis no quebra-mar, a olhar a praia e não o mar, *como se murmurassem que o espaço do ilimitado onde estão é propício ao pensamento da finitude humana* – “As margens do mar prestam-se à contemplação / Além de qualquer ideia de desporto, natação ou navegação. / Basta ver com quem vê, / Divagar com quem divaga. / Estamos todos à beira-mar” (“Ler bords de mer se pré-tent à la contemplation / Hors de toute idée de sport, nage ou navigation. / Il s'agit simplement de voir avec ceux qui voient, / De rêvasser avec ceux que rêvassent. / Nous sommes tous au bord de la mer”).

Abrindo para a possibilidade de celebrar os temas de modo mais profundo, a grande motivação, oculta ou declarada de cada um dos seus filmes, é artística. Porque o olhar é um modo que se aprende, e nesta aprendizagem valoriza o que se pretende filmar, quando ele sai da pintura ou a integra e prolonga, descobre o que é apaixonante. Degas seria quem mais a agitava. Os quadros de mulheres de pescoço longo de Piero della Francesca inspiraram *La Pointe Courte*. Também relevante neste filme foi leitura de *Palmeiras Selvagens* de Faulkner: uma narrativa estruturada em duas histórias paralelas e que vão confluindo no tempo do romance. Varda cria uma lógica idêntica, mas as suas histórias nunca se encontram. O tempo mecânico,

a duração objetiva, é para os outros. Varda ata e desata no roteiro as questões filosóficas que a habitam desde a adolescência: sair de si mesmo, chegar ao outro, passar do “eu” ao “nós”? Filma o bairro marítimo de Sète, La Pointe Courte: imagens mudas e sobre elas os atores Silvia Monfort e Philippe Noiret narram a história, sem elaborações estéticas ou picos sentimentais ou emotivos. Uma criança morre, inesperadamente, e todo o filme se enche de tristeza. Foi dedicado a Pierre Fournier, que tinha um tumor e que virá às locuções e depois ao set com a mulher. A finitude do ser humano exprime-se na forma de usar a câmara, que nunca larga o rosto da protagonista e mostra a sucessão dos seus estados de espírito. Uma inquietação existencial que habita este filme.

Os Editores

Scheer, Gene, Wallace, Robert K. (2013)
Heggie and Scheer's Moby-Dick – A grand Opera for the 21st Century
(libretto by Gene Scheer; text and interviews by Robert K. Wallace)
Denton, Texas: University of North Texas Press¹

Em *Moby-Dick de Heggie e Scheer, Uma grande Ópera para o século XXI*, Wallace descreve-nos como o compositor Jake Heggie e do libretista Gene Scheer adaptaram o romance de Herman Melville, que é um microcosmo de experiências e problemáticas da vida, a um género onde a música tem “precisamente a mesma posição” das palavras – como é que a música encontrou o seu espaço na história. De 2005 a 2010 criaram a partitura e o libreto, num trajeto que os reuniu ao maestro Patrick Summers e ao diretor Leonard Foglia e, por fim, um elenco composto originalmente por oito cantores principais, um coro masculino de 40 membros, uma orquestra com 75 elementos e 20 “supranumerários” (acrobatas, trepadores). Passar os elementos-chave do romance para um género musical a representar em palco durante cerca de três horas, mantendo a poesia da escrita de Melville, pediu

¹ <https://youtu.be/fhnUmkcjWqU>; <https://books.google.pt/books?id=IHuJB6E4G04C&lpg=PP1&hl=pt-PT&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>; <https://youtu.be/PASr2g21ORs>

atenção aos sentidos e subtilezas do texto: Ismael, o narrador da baleação no livro de 1851, que se distingue por seguir uma ética e uma moral demarcadas da fé organizacional, pode ser associado a um dos dois filhos de Abraão (Livro do Génesis) e ao nome do pai do povo muçulmano, e é na ópera um jovem marinheiro chamado Greenhorn, que embebeu a multiculturalidade no convívio com os companheiros do *Pequod* e que, ao salvar-se no caixão que fora feito para a ser a sepultura de Queequeg, e ser içado para o *Rachel* (epílogo), canta a ária solo “A loucura humana é uma coisa astuta e muito sentimental” (“Human Madness”); as questões filosóficas e metafísicas que juntam Queequeg e Ismael/Greenhorn e se levantam em New Bedford e na pousada, acontecem bordo do navio (no libreto Queequeg transmite a Greenhorn os deveres de um remador num bote baleeiro e tem o estatuto de seu professor e amigo, ao passo que no romance é o agente transformador de Ismael); no romance Ahab é descrito ao longo de vários capítulos antes da aparecer à tripulação e convencê-la a juntar-se-lhe na perseguição à baleia branca, enquanto na ópera surge no tombadilho e interrompe o coro, que evoca as cidades a que cada um regressará no fim da viagem, com a palavra “Infinito” e, logo a seguir, “Colheremos o Infinito” (a cena ajusta-se às batidas de um coração e ao seu ritmo numa conversa) (<https://youtu.be/xABUSU0-uk4>); quando Ahab toma consciência de já não desfrutar do prazer da natureza, na cena do Pôr-do-Sol”; no episódio em que quase dispara sobre Starbuck e naquele em que olha para o “vidro mágico” do olho deste e fica próximo de desistir da sua obsessiva busca.

A função dos cenários é proporcionar condições para que a história seja contada com fluidez: em *Uma grande Ópera para o século XXI* a audiência vê apenas uma parte do navio e tem a sensação de partilhar o convés com os “marinheiros”, que na solidão do mar e na agitação da caça à baleia, têm a ilusão de estarem protegidos; o ambiente marítimo é criado com a ajuda de projeções digitais e, realçando o despojamento do palco, os cantores atuam em posições desconfortáveis, em mastros e paredes – Ben (Ahab) anda com uma perna amarrada enquanto representa; Talise Trevigne, a soprano que representa Pip e faz papel de “calça”, emprestando ao elenco masculino o alcance, cor, variedade vocal e cadência melódica de um grumete afro-americano de quatorze anos de idade), canta a ária *Castaway* suspensa num arnês.

O processo criativo desenvolveu-se por intermédio de um procedimento que Heggie e Scheer designam “orgânico” e que possibilita a progressão da história em várias direções, algo que julgam ter acontecido na redação do romance por

Melville: o compositor e o libretista partem da experiência emotiva das personagens exploram linguagens que dão a esta um lugar na música. Um método que confere a cada personagem a música e a emotividade próprias: por exemplo, reformularam a música do resgate de Greenhorn no Epílogo quando Heggie se apercebeu, já com a ópera acabada, que ela era dominada pela música de fundo de Ahab e Starbuck, e pelo canto de Queequeg. A música exerce aqui um efeito de amplificação das palavras e de informação das personagens: na relação entre Queequeg e Greenhorn, quando aquele canta a ária “O navio é como um braço amigo” (“Ship is like arm of friend”); no abraço de Queequeg a Pip, uma cena comovente na ópera e que não ocorre no romance; no prelúdio orquestral, quando Ahab olha o oceano e medita sobre o seu lugar no universo sob um céu estrelado; na analogia entre Greenhorn e Pip, que apurou a relação entre a ária e o texto – este está perdido no mar “como” aquele (Ismael) estava perdido em terra; no abraço transcultural entre Queequeg, Pip e Greenhorn e quando este sela o compromisso que assumiu com o arpoador polinésio na ária Try-Works e declara o desejo de viajarem juntos, visitar a sua ilha, aprender a sua língua e as histórias por trás de cada palavra (Greenhorn abraça o “amigo pagão” num ato transformador e canta “Eu estava a dormir / Mas agora vejo”).

O tema da perseguição e vingança de Ahab, bem como o excesso de “eu” que é o motivo da sua alienação, mantêm-se no enredo da ópera. Depois de descoberta a personagem e a vida interior de Ahab, inspiradas num dos capítulos do romance, “Pôr do Sol”, a música surgiria com confiança: uma pessoa magoada e numa busca vã, contempla o “rasto branco e turvo” que o navio deixa no oceano. Mas, contrariamente ao que acontece no romance, no libreto e na partitura todas as personagens têm a mesma relevância: o grumete Pip (é um ser alienado por perder o “eu” ao cair ao mar); Greenhorn, o narrador futuro; o arpoador Queequeg; o imediato Starbuck. É a voz de barítono e a música (quer cante a solo, em dueto com Ahab, em quarteto com Ahab, Queequeg e Greenhorn) que dão a Starbuck a densidade emotiva que o libreto pede. Pip é o “coração do navio e da tripulação” e vai perder-se no mar numa cena anterior à ocasião em que surge no romance para este papel se revelar mais efetivo. Queequeg é “a alma do navio” e o seu ponto de equilíbrio e inicia a ópera cantando “Fune ala” em língua polinésia.

Um dos propósitos desta adaptação parece acontecer com naturalidade: acolher a dimensão multicultural do romance, que constitui uma oportunidade de leitura e interpretação ajustada aos tempos atuais, que estejam para além da ética

de um empreendimento baleeiro cristão que, independentemente dos contratempos, nas palavras de Wallace, num “navio em chamas avança”. Eis uma síntese: Ato 1, Dia 1. Queequeg e Greenhorn tornam-se amigos. Ahab incita a tripulação a juntar-se-lhe na perseguição à Baleia Branca, e veem-se os primeiros sinais de conflito com Starbuck. Este exprimirá na cena 7, num solo de barítono, a angústia que sente e as dúvidas de disparar contra o seu Capitão – “Oh, Senhor, é assassinato atacar um suposto homicida na sua cama?”. No Dia 2, passados três meses, Pip está perdido no mar e Greenhorn tem uma tomada de consciência renovadora sob o corpo de uma baleia em chamas. No mesmo palco e na cabine abaixo Starbuck e Ahab mostram sinais de tensão. A tripulação do *Pequod* entoia o lamento coral por Pip: “Perdido no Coração do Mar”. Porém, Queequeg resgata-o e conforta-o, cena a que Greenhorn assiste, cantando a ária Try-Works (nome da fornalha onde se extraía o óleo dos cetáceos). Fortalece-se o vínculo espiritual de Greenhorn ao “amigo pagão” (a personagem espiritualmente mais profunda da tripulação). No primeiro dia do Ato 2 passou-se um ano. Queequeg está doente e parece inevitável a sua morte. É um Ahab exultante que conduz o navio em direção a uma tempestade de raios. No Dia 2 nega ao Capitão do navio baleeiro *Rachel* ajuda para salvar o filho, esfrega o sangue de Pip na sua lança vingadora, e rompe com Starbuck. No Epílogo é sugado para as profundidades marinhas, juntamente com a tripulação, depois de arpoar a baleia.

Os Editores

Raban, Jonathan (1999)

Passage to Juneau, a sea and its meanings.

London: Picador Collection, 2023.

Nos anos 1790 os navios *Discovery* e *Chatham* exploraram o labirinto das ilhas, recifes e ilhéus, e a complexa hidrologia das águas da costa Noroeste do continente norte-americano, e tentaram descobrir uma rota de ligação do Pacífico ao Atlântico (*A Voyage of Discovery to the North Pacific Ocean and Round the World in which the Coast of North-west America... under the command of George Vamcouver, 1798, 3 vols*). Em *Passagem para Juneau, um mar e os seus significados* (1999) Raban narra a viagem que faz a solo de Seattle a Juneau, num veleiro de 35 pés (10m668cm) e dois mastros, com uma estante cheia de livros (Homero, Herman Melville, Boas, Trollope, Arendt,

monografias sobre os Kwakiutl, os Tlingit e os Haida), seguindo a rota de Vancouver e dos atuais navios de pesca. Nas suas palavras, a fim de ir para o mar no próprio barco e “descansar e aceitar, de alguma forma, a atração peculiar que leva as pessoas a flutuarem no mar profundo, escuro, indiferente, frio e assustador”, com o objetivo de “meditar sobre o mar, no mar” (p. 6). Os navios do Almirantado mapearam a costa para a memória do poder imperial britânico, nomearam os lugares e identificaram sítios onde estabelecer aglomerados. A viagem de Raban foi física, literária e etnohistórica, estudou a influência do mar e dos seus sinais nas populações locais, tentou usar uma linguagem livre de análises e lugares-comuns das heranças coloniais, refletiu sobre a “arte marítima” Kwakiutl, Tlingit, Nootka, Haida, Salish, que *transformava os acontecimentos em elementos constituintes do design* e fazia do oceano um “lugar” dinâmico e senciante, uma “superfície móvel cheia de presságios, pistas e significados” – o convívio com os reflexos das águas ecoava na sua composição e concepção formal, que *imitava pela fragmentação e recomposição de criaturas o modo de uma ligeira ondulação desfazer um reflexo*, e a forma ovóide representava uma “minúscula onda capilar levantada pela pata de um gato, ao captar a luz e formar uma moldura para o sol” (pp. 24-25).

Os europeus encontraram “num mundo espelhado, onde os seus próprios termos mais básicos eram invertidos” (p. 103) e induziram alterações de escala destas práticas ao introduzirem instrumentos de ferro, que tornaram possível e menos assustador o acesso às florestas e montanhas: passaram a moldar os troncos para fazer os grandes totens. O corpus da literatura oral índia, que seria “uma parábola épica sobre a essência caprichosa e indigna de confiança da natureza”, sexualmente predadora, que se ofendia com facilidade e se vingava rapidamente (p. 404), foi abafado por dois séculos de romantismo, que “embotaram a capacidade de olharmos para as cascatas e precipícios em termos que não sejam empoeirados e de segunda mão” (p. 184): a vida humana acontecia na casa, na aldeia e, sobretudo, na canoa (p. 227), e era constantemente ameaçada pela natureza gananciosa e voraz, que a podia destruir à mínima rudeza: *as perturbações da mulher-ursa começam quando zombou grosseira e indelicadamente do grande ânus do urso-pardo*. Porém, os folcloristas depuraram o que nestas narrativas lhes parecia impróprio e perderam a relação com “as narrativas duras, surpreendentes, e escatológicas ouvidas por Franz Boas e antropólogos anteriores”, que “abordavam os terrores do desconhecido – a ilha solitária, a floresta escura, a gruta submarina do peixe-diabo gigante. [...] [que] refletiam um mundo social em perigo, no qual os humanos eram ridícula-mente insignificantes em relação às coníferas de 60 metros de altura, às montanhas

intransponíveis de 3.000 metros de altura e aos rápidos que lembravam Niágara horizontais. Aqui as pessoas encontravam-se em enorme desvantagem numérica e superadas por animais selvagens carnívoros”.

Os europeus narravam pobremente as jornadas das canoas de cedro e buscavam os locais onde podiam aportar os seus botes, cortar madeira, planejar o estabelecimento de colonos – o mar foi para eles, até ao século XIX, um “espaço vazio” e ameaçador, *aqua nullius* —, os índios tinham na água o seu lugar habitável, e na terra viam o “espaço indiferenciado”. Nas mesmas águas as navegações traduziam mares diferentes: os tripulantes e oficiais dos navios de guerra usavam bússolas, quadrantes, cronómetros, dispositivos para criar horizontes artificiais e “reduzir o globo a uma malha bidimensional de linhas que se intersectam”; os nativos seguiam uma orientação sensorial, primitiva, animista (p. 98).

A rota seguida por Vancouver e por Raban é hoje navegada por grandes navios de cruzeiro, cujos passageiros estão longe da intimidade e das emoções de uma travessia onde se veem e se sentem as correntes de água, os troncos de árvores, a profundidade dos canais e a velocidade e irregularidade das marés, manifestações que intrigavam Vancouver, *pois as marés são meios com que um marinheiro estima o tempo na costa*: “Em alguns dias não havia o menor fluxo perceptível; em outros eram muito rápidos e em geral continuavam na mesma direção por vinte e quatro horas, e às vezes por mais tempo. A época da enchente era também vaga e indefinível” (p. 180).

Os habitantes destes cenários vivem agora de economias frágeis e instáveis: turismo, exploração florestal, pesca e indústria conserveira. Mas os cardumes de salmão estão em risco de esgotamento e as fábricas de conserva abrem falência e há cidades em ruínas. Acima de tudo, as pessoas e os rituais deixaram de ser como nos textos de antropologia: Raban sentiu a sua *poluição e falsificação* quando foi convidado a assistir a um baile Salish num edifício moderno com símbolos cristão (p. 76). Um sentimento de perda cultural e material que leva ao limite quando afirma que hoje apenas resta “um resíduo de leite-e-água da Espiritualidade Americana Nativa” (pp. 215-217). Nos finais do século XVIII os índios teriam alcançado um elevado sentido de aplicação das suas tecnologias, como mostra *o refinamento dos artefactos Nootka feitos por artesãos que trabalharam com ossos, pedras e conchas* (recolhidos por Cook), ou o baú Tlingit de cedro vermelho (século XVII, Museu Americano de História Natural de Nova York), frente ao qual imagina “uma luta

feroz entre a imaginação crescente do escultor e a sua caixa mínima de ferramentas; como se o próprio objeto “sonhasse com o que poderia ter sido, se ao menos o entalhador possuísse um cinzel melhor” (pp. 220-221).

O texto tem uma escrita apelativa, fluída e enciclopédica. Neste aspeto, talvez sintamos a falta de um índice de autores pela riqueza de contributos que trazem à obra. Pertence claramente ao género da narrativa de viagem. Foi interrompida por dois factos inesperados mais ou menos a meio: a notícia do falecimento do pai, e o seu divórcio. Este dá lugar a uma meditação sobre relações pessoais e os seus falhanços. Aquela motiva uma reflexão sobre a morte do poeta Percy Shelley (que amava a arte de velejar e morreu nas águas do Golfo de Spezia, Itália, em julho de 1822) e uma analogia entre o seu veleiro e um caixão, por terem formas semelhantes e pelo facto de algumas Nações índias do Noroeste enterrarem os mortos em barcos.

Os Editores

Mateus, Isabel e Filipe Gomes (2022)

O Menino que Queria ver a Baleia-azul a Passar nos Açores.

Néveda/Miratecarts, 2022.

Algumas narrativas, pelo tema escolhido, são tanto uma história como História. Ou seja, conjugam-se em si elementos da narrativa ficcional e histórica (considerando-se no âmbito mais abrangente do termo História, não só cronológico, mas antropológico). Frequentemente este tipo de narrativa, está associada com autores de fora da “esfera ocidental”, que sentem necessidade, por reivindicação histórica e cultural ou para simples entendimento da narrativa, inserir, em benefício daqueles que não partilham a sua nacionalidade, língua, etnicidade, religião, cultura ou história. Mas aqui curiosamente temos um livro português, ainda que de produção regional, neste caso Açores; a dirigir-se ao público nativo, mas já distanciado do que é narrado, mas também continental e emigrado nos EUA (o livro tem uma edição em inglês).

A Autora recorreu à relação entre Avô e Neto e pelas perguntas do segundo dar voz ao primeiro e meio de expressão a uma cultura. O exercício está delicadamente

feito, mas creio que este é um caso em que, sendo a Autora e Editores locais, é feita justiça aos intervenientes. O desejo da criança de saber mais sobre o passado baleeiro do Avô, leva-os ao mar, e à revelação da realidade da caça, à lenda, e finalmente, à contemplação da baleia.

O livro (e a história) não está, no entanto, preso ao passado. A caça acabou, o menino, agora homem não é baleeiro, mas guia de visitas-safari para turistas verem as baleias. Embora eu goste deste final, com uma mudança de acção dentro da cultura, a redacção é um pouco abrupta. Mas mais uma vez creio haver uma grande consciência de se estar a escrever para gente de fora das Ilhas. É um excelente livro para quem queira saber, mesmo um adulto, mais sobre a cultura baleeira.

Ana Rita Fernandes (Livreira Baobá)

Alvarado, Mayte (2023)

A Ilha.

Ed. Levoir²

Um oráculo sobre o destino dos habitantes do povoado de marítimos de uma ilha é o ponto de partida desta história: “o que foi roubado ao mar, ao mar será devolvido”. Tudo se conta em linhas, formas e cores: os contornos do oceano, das montanhas, casas e caminhos são traçados em tons de azul, castanho e verde acastanhado. Os pescadores regressam da faina nos botes, recolhem as redes, conversam. Não vemos os típicos balões que apontam nos livros gráficos quem fala e o que diz: apenas frases tipografadas em algumas páginas e sugerem pensamentos e afirmações. Num estratagema de tipo anafórico vamos lendo versões da profecia ao longo da obra. O leitor tem enigmas a decifrar: sons da natureza (o mar e as ondas, gaivotas, sinais da meteorologia), a presença humana (murmúrios, conversas, risos e gritos); o significado dos gestos; movimentos (uma mulher conserta redes de pesca frente à casa; um peixeiro carrega nos braços, encostado ao colo, um cabaz de peixe). Mayte Alvarado ancora-nos de repente à história: é o pormenor

² <https://bandasdesenhadas.com/2023/11/05/a-ilha>

de uma figura feminina a observar as crianças que correm e nadam numa praia e nós vemo-las como se espreitássemos por detrás da sua nuca. “A Jovem” é o segundo título, dos nove que contam a história. Ela vai mar adentro (a água sobe até à cintura), numa sucessão de painéis que simulam a fita de um filme: ergue o antebraço e a mão que segura os sapatos, inclina a cabeça (interroga-se? introspeção?). Uma frase tipografada: “só estas rochas separam o mar do céu / só esta ilha me separa do fundo do mar”. As cores escurecem.

A leitura do livro gráfico é um processo exigente: tem uma mensagem de texto que é imediatamente contexto. Mas a sua interpretação dá-nos grande liberdade no duplo olhar que nos pede: aos sinais que codificam as expressividades (sentimentos, humores, receios, espantos) e situações; à exploração do vocabulário. Os desenhos e as cores estão longe de serem meros acessórios da língua e dos diálogos: são uma escrita que tem a capacidade de se reinventar, de criar objetos de pensamento e renovar processos cognitivos, e de alcançar formas novas de comunicar.

As crianças correm para a aldeia e, de passagem, atiram um objeto (pedra?) a um homem sentado no casco de uma embarcação: barba e o sobretudo negros de solidão, melancolia, tristeza, luto, angústia. Acaba de esculpir uma figura com uma navalha, a miniatura de um cão. A jovem encosta-se ao barco que está perto. O homem oferece-lhe a escultura acabada, e em redor de ambos ondulam linhas: harmonia. O vestido molhado atraiçoa-a e sem demoras os traços do desenho espelham uma alteração de humor: “o mar tem sempre fome”, lemos na frase tipografada. Separam-se. Os painéis seguintes trazem as recordações deste solitário em tons verde, negro e cinza: uma criança que apanha conchas e um jovem que traja uma blusa às riscas brancas e azuis. Sobe a falésia atraído pelo chamamento do cão – a sequência de painéis define a distância e o tempo, que são longos – e ao voltar à praia o mar levava o filho. Tenta agora escutá-lo nas conchas do mar.

O mar é sombrio e as paisagens avermelham-se no quinto título, “Amante”. Numa janela, preenchida pelo amarelo de uma luz artificial, a jovem penteia-se. No painel seguinte corre ao encontro do namorado e contagia de vermelho o mundo. Dançam. O vento leva o lenço vermelho que ele tem ao pescoço e que a jovem desata. O luar e o ambiente têm tons de cinza e azul. O cão espreita e chama. As frases tipografadas dos títulos seguintes remetem para o devir dos dias e das noites. Ressurgem as cores e tonalidades do início da história: há botes no mar e marítimos deitados na praia.

Contudo, forma-se no peito da mulher um rumor de mar e no ventre um nado azul, claro e escuro, que cresce e domina o espaço. Lemos, “o que aconteceu antes voltará a acontecer”. A jovem entra num mar de tons cinza e roxo. Lá adiante, num cais rústico, uma figura masculina e uma feminina deitam à água uma coroa de flores e um vestido branco. Nos painéis seguintes surgem os sinais de uma inquietação total da natureza. Linhas e folhas flutuam e o vestuário indica um dia ventoso e frio. É um temporal. Uma vaga enorme ameaça desabar sobre a igreja, para onde as pessoas caminham. O sino chama. A jovem fica na praça, traça o mesmo vestido branco de alças e a coroa de flores. O perfil do cão funde-se com o da ilha. Esta é uma tatuagem no corpo do animal no oitavo título, “a noite”. Na vertente oposta, o corpo da jovem desenha a orografia.

A comunidade absorveu uma vez mais este presságio trágico e que dá sentido à vida. No epílogo, “o amanhecer”, voltam os dias luminosos: a jovem de vestido de alças branco responde ao chamamento do cão, corre para o mar, e o seu corpo funde-se no corpo deste.

Os Editores

Delgado, João Paulo Quinzico (2023)

A Transformação das Pescas Nacionais: Caminhos e causas na construção do cenário atual. O caso da Comunidade Piscatória da Nazaré.

Tese de Doutoramento em Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, orientada pelo Prof. Doutor Elísio Guerreiro do Estanque e pelo Prof. Doutor Álvaro Francisco Rodrigues Garrido

João Delgado faz parte do tema sobre que pensa e escreve: filho, neto, bisneto e descendente direto de pescadores e “mulheres do mar”, profissional e armador da pequena pesca artesanal, dirigente cooperativo, para si as problemáticas

do setor são a sua realidade e a sua vida consciente, pensamento e compromisso social e político. O laboratório largo desta Tese é o legado do Estado Novo e o modelo corporativista, a integração na CEE/EU e as transformações globais nas décadas de 1980 e 1990, a formação profissional (*descontextualizada das condições laborais, assente na visão de sujeitos abstratos e individualistas, com sentimentos fatalistas em relação à vida e à exclusão e desvalorização social*), as expectativas de gestão partilhada e a liberalização do mercado. O laboratório de proximidade é a comunidade da Nazaré, as condições laborais debilitadas pelo longo adiamento na construção do porto de abrigo e pelo déficit de fixação de jovens no setor, o recurso das famílias à fuga à fileira das pescas e a alternativas de subsistência (marinha mercante e turismo, migrações e emigrações). Destacamos na sua argumentação quatro termos-chave: debate público; reinventar; cogestão; Política Comum de Pescas.

Lemos a tese defendida por João Delgado numa dupla perspetiva. Por um lado, é um olhar às muito variadas circunstâncias de um debate público que incluía profissionais da fileira da pesca, cientistas, legisladores, decisores e ambientalistas. Por outro lado, inspira em nós uma série de interrogações sobre os impactos de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (Janeiro de 1986) e o enquadramento em que ocorreu: globalização e mundialização do fluxo de “mercadorias”, subtração dos “mercados” à ação regulamentadora dos Estados e das organizações supranacionais. Eis algumas perguntas que surgem da leitura. Sabendo-se da urgência em reconverter e modernizar as frotas e rever os protocolos institucionais e internacionais, que expectativas trouxeram a Revolução de Abril, a entrada na CEE/UE e a criação das ZEEs (corolário da Lei do Mar)? Que desafios, resistências e terrenos propícios encontrou a economia social para exercer ações transformadoras? Se os legados culturais são importantes para a preservação da atividade e para uma economia sustentável, porque se incentiva os herdeiros da cultura piscatória a irem trabalhar para outras áreas laborais? É sensato deixar de lado este saber empírico, feito de experiência, quando queremos qualificar e formar a força de trabalho nas pescas? Qual o valor e o lugar dos processos criativos para explorar propostas de trabalho que impactem de modo positivo nas economias regionais? A implementação de modelos de mercado favoráveis ao pequeno comércio pode contribuir para sanear a disparidade entre os rendimentos das companhias e o volume de capturas? Como viabilizar acordos internacionais para a obtenção de licenças de pesca em águas longínquas (antes da Revolução de Abril 10% dos pescadores embarcavam em navios operando em costas distantes)? O que fazer

para conferir às Cooperativas de Pesca o papel de plataformas de incremento e valorização do setor?

As famílias da pesca na Nazaré mantiveram a antiga capacidade de se “reinventar” para compensarem a desvalorização dos rendimentos e do seu modo de vida: sob o Estado Novo, o condicionamento dos protestos organizados levava a reivindicações murmuradas e silenciosas, de tipo epidérmico, que os *mecanismos culturais, religiosos, familiares ou políticos, e as características do mercado* terão induzido e em relação aos quais mantiveram uma atitude condescendente; hoje, num ambiente com instrumentos de fiscalização mais totalizantes, panóticos, e uma estrutura de mercado que é uma barreira, tanto à possibilidade da pequena empresa gerar recursos financeiros para investir, renovar meios e fixar a força de trabalho, como ao desejo de levarem a cabo ações em defesa dos interesses de classe, tais práticas de “transgressão” informal, económica, política e quotidiana, figuram um outro tipo de “resistência muda”. Em nenhum momento estes recursos atingiriam níveis de expressão coletiva relevantes e, modernamente, poderíamos erguer paralelismos entre o decréscimo, em Portugal, das unidades de produção e dos inscritos nas pescas e a liberalização e mundialização do setor: à data da adesão à CEE/EU haveria cerca de 41 mil inscritos, e em 2019 contavam-se 14.617; em sentido inverso, aumentaram em 70% as importações de pescado consumido, bem como o fosso entre as áreas produtiva e comercial (em prejuízo de uma distribuição equitativa dos rendimentos de profissionais e empresas, em especial nas pescarias artesanal, local e costeira). Também com ecos no contexto local, a CEE/EU passou nas últimas décadas de um estádio no qual promovia políticas que davam primazia às necessidades alimentares das populações e ao equilíbrio entre consumidores e produtores (até à data de aplicação do tratado de Maastricht 1993) para uma abertura dos mercados à liberalização. Como tela de fundo desta evolução teríamos uma noção de racionalidade económica tendencialmente vinculada à “produtividade” e à “produção”, que desvincula o trabalho das ideias de liberdade, autonomia existencial e controlo das práticas laborais e das necessidades e do consumo.

Em meados da década de 1980, Portugal tinha o maior número de pescadores por mil habitantes entre os membros da Comunidade Europeia. A cogestão podia formar uma ponte para a renovação do movimento cooperativo e das estruturas associativas do armamento, integrando classes piscatórias, comunidades científicas e administração). Nessa altura, pouco antes da adesão de Portugal à Comunidade

Económica Europeia, a Terceira Conferência das Nações Unidas lançou as bases para a criação das Zonas Económicas Exclusivas (área que vai das linhas de base que definem o mar territorial até às 200 milhas marítimas): os governos ficaram com a responsabilidade de monitorizar e fiscalizar, e promover a investigação, uma área marítima de 1,700.000 quilómetros quadrados. Eventualmente, com a oportunidade de reorientarem as pescarias, que até então dependiam de maneira substancial, de pesqueiros externos: era preciso um conhecimento profundo da ZEE nacional para oferecer às frotas possibilidades de pesca e pesqueiros alternativos. Mas o esforço de pesca continuou concentrado na plataforma continental e ao nível da gestão os laços entre administração, ciência e marítimos mantiveram-se frouxos: ausência de sintonia entre estas instâncias; desfaseamento entre a realidade sentida no terreno, os dados das pesquisas e os projetos e planos de desenvolvimento; alterações, à escala global e nacional que apanhavam o setor imprevisto.

Por fim, para o tempo recente, nesta aproximação às pescarias portuguesas e à comunidade da Nazaré, João Delgado parece considerar a diferença de estratégias seguidas por Portugal e Espanha no âmbito da CEE um dos fatores das fragilidades que enumera e que tentámos aqui resumir: os governos e as autonomias espanholas alinham planos de renovação das frotas, libertaram meios de investimento e encetaram esforços diplomáticos para acordos bilaterais e exploração de pesqueiros longínquos; as autoridades nacionais deram prioridade a percepções orientadas do exterior e às Políticas Comuns das Pescas (PCP) – muitas vezes por faltarem meios e dados de investigação científica —, que tomam por certa a necessidade de as limitar por meio de Quotas por espécie e de Totais Admissíveis de Captura (TACs). E aqui reentramos no que é, do nosso ponto de vista, o elemento vertebral do pensamento de João Delgado: os discursos das PCP foram, de início e assim se mantêm, de leitura e interpretação difíceis, conservadores no que respeita a padrões governativos, que são burocratizados e centralizados, e têm índices baixos de aceitação de diálogo entre parceiros (um sinal positivo neste campo foi a criação dos Conselhos Consultivos Regionais). Este texto é, sob esta ótica, um apelo enunciado nas entrelinhas das relações de causa e efeito para que se instituem diálogos e uma busca dialética de soluções em diálogo.

Os Editores

Sumpsi Langreo, Amaya (2023)

Entre-Ilhas – Etnografias da Circulação nos Açores

Tese de Doutoramento em Antropologia, FCSH – NOVA, orientada pelo Prof. João Leal e pela Prof. Dra. Catarina Alves Costa.

Entre-Ilhas é um exercício multidisciplinar e heterográfico (filme e escrita), que tem por balizas a segunda metade do século XIX e inícios do XXI.º e retoma as memórias da cabotagem feita por veleiros, navios a vapor e pequenas embarcações, no arquipélago dos Açores: no filme-documentário seguimos a viagem do ferryboat que em 2016 ligava as ilhas dos grupos Ocidental, Oriental e Central (intercalada pela leitura de trechos de *Diários* [séculos XIX-XX] de uma família da localidade de Urzelina, ilha de São Jorge, por entrevistas e documentos de arquivo); a parte escrita da tese baseia-se também em material de arquivo e entrevistas, textos literários, etnográficos e filosóficos. A autora faz uma aproximação às circunstâncias destas viagens e ao fôlego identitário que conferiram aos seus habitantes, da antiga azáfama nos cais e a bordo aos efeitos humanos, sociais e paisagísticos que decorrem da localização das ilhas numa região estratégica do Atlântico Norte, incluindo pelo domínio atual das redes de ligação aérea. Sintetizamos a exposição de Amaya Sumpsi das vicissitudes, ocorrências, representações e práticas associadas às travessias e contactos neste imenso território oceânico pelos habitantes das nove ilhas, nomeadamente a importância das heranças culturais – por exemplo, as comunidades das cinco ilhas do grupo central criaram mecanismos de entreajuda importantes assentes no maior desenvolvimento da construção naval e da baleação na ilha do Pico – e a influência da operacionalização de instalações tecnologicamente sofisticadas, a partir de um roteiro mapeado pelos termos Arquicéu, Cabotagem, Insularidade, Estudos de Ilha Arquicéu. Sumpsi combina os procedimentos da administração central relevantes na cabotagem, os episódios e histórias que assinalam as mudanças nas ilhas e nos respetivos grupos, e a dinâmica do tecido social, cultural e empresarial. Diríamos que o eixo da argumentação é a deslocação dos lugares de partida e chegada das viagens entre as ilhas, e do arquipélago ao “continente”/“Lisboa”, para infraestruturas aeroportuárias: um movimento que tirou presença no dia-a-dia aos temporais que transtornavam as viagens, aos cheiros a maresia e peixe, às visões de mastros e cordames e velames. A circulação aérea substituiu a realizada por via marítima e ganhou sentido um conceito ajustado ao mapeamento das ligações aéreas, que passam a codificar o território: o de “arquicéu” (Sousa Monteiro). O que acontece

nas ilhas mantém-se um eco do que atravessa o oceano, inclusive os procedimentos administrativos e de geopolítica. Porém, tanto a experiência de quem vive e enfrenta hoje as peripécias de uma travessia de mar é radicalmente diferente da do passado, como quem o cruza pouco o sente. Mas sentimos igualmente que no escrutínio destas alterações feito pela autora – da interiorização subjetiva e coletiva das viagens marítimas à sua substituição pela rede de ligações aéreas – o ser açoriano conserva no íntimo um mundo de inquietações que nasce do apego à “sua” ilha e região e, em simultâneo, da atração pelo que está para lá dos horizontes oceânicos.

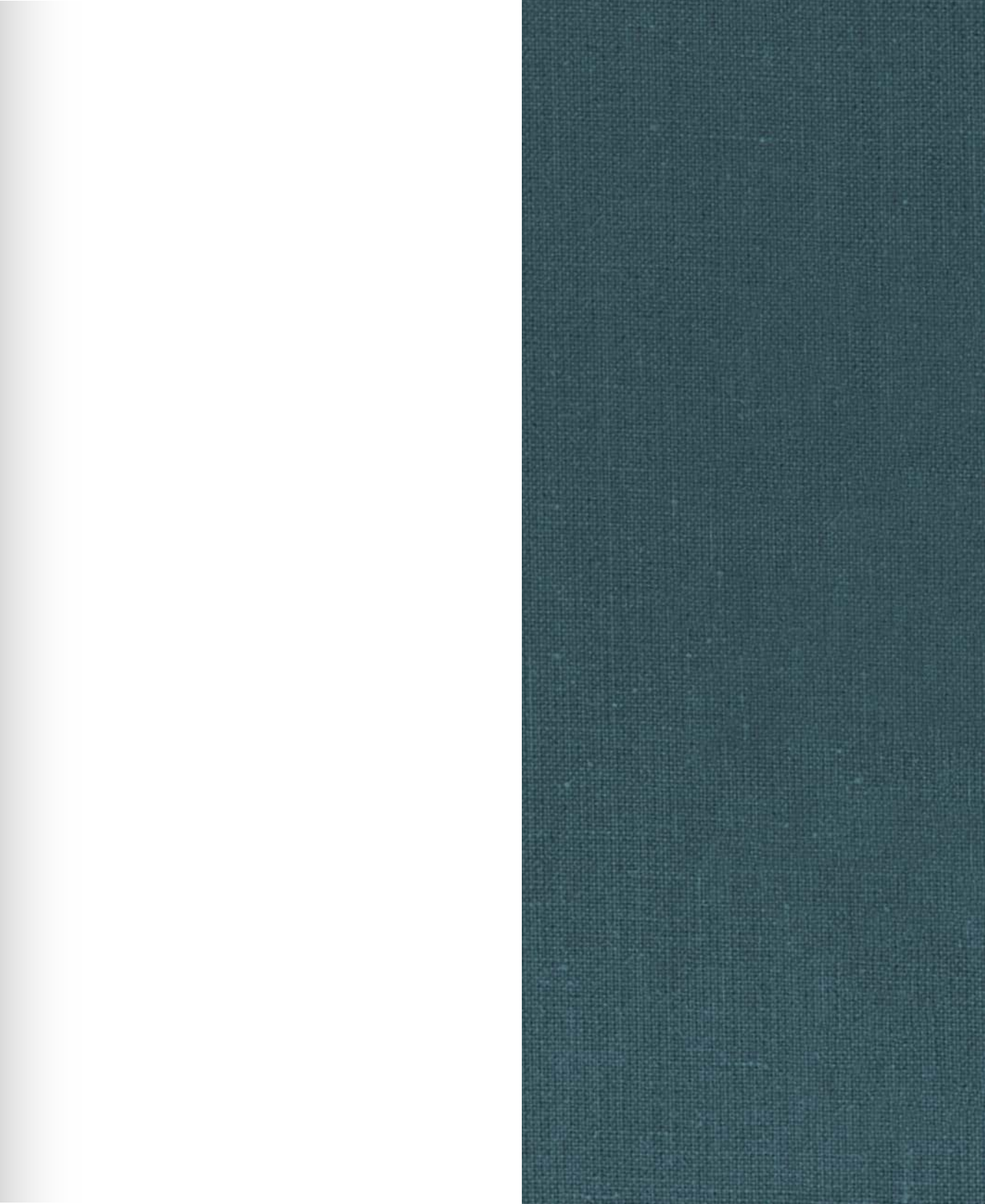
Cabotagem. Os entrevistados trazem narrativas comoventes e cheias de melancolia, das ocasiões de lazer e convívio, da dureza e dos percalços das viagens, que permitem a Sumpsi seguir com tenacidade a intuição de que, num território oceânico, são os “caminhos” (invisíveis) do mar a acolher os sentimentos de pertença e identidade política e cultural: desde logo porque a intensidade emocional e os convívios típicos da travessia marítima estão ausentes na viagem aérea. Torna-se assim decisivo o uso que faz dos dados anteriores e coevos à introdução das redes de circulação aérea para apreender o impacto das transformações ocorridas no período estudado. As viagens são, de igual modo, lembradas pelos iates dos *Parece Machado*, pelas lanchas e gasolinas da Empresa Açoriana de Navegação e da Empresa das Lanchas do Pico (adquirida em 1987 pela Transmaçor, uma entidade público-privada), e que tornam lendários os nomes *Santo Amaro*, *Espírito Santo*, *Terra Alta*. A estas recordações de barcos e pessoas juntam-se os episódios em que a amizade e os favores dos tripulantes e armadores ajudaram a fazer travessias em condições de mar desaconselháveis, a levar encomendas ou a adiar a hora de partida até os passageiros resolverem as tarefas que tinham ido fazer, ou ainda acostar em locais precários para recolher pessoas quando as estradas e a orografia dificultavam as deslocações até aos cais. Esta flexibilidade nas rotinas, rotas e horários não era imitada pelas operações dos navios da Empresa Insulana de Navegação (Carvalho Araújo, Lima, Arnel e Cedros), que ligavam os três grupos de ilhas. A exceção era o navio Ponta Delgada, graças ao comando de Armando Soares Cordeiro, marinheiro carismático. Este rigor justificar-se-ia em nome da segurança, de que o caso mais notável teria sido o decreto ministerial de julho 1955, que limitou a circulação dos pequenos armadores ao interior do grupo em que estavam sedeados e transformou o modo e o ritmo das trocas comerciais e das relações entre ilhas, em particular das embarcações do grupo central (Pico e Graciosa), que ficaram impedidas de viajar até São Miguel.

Insularidade. Concentrando a atenção nos horizontes marítimos, Sumpsi põe-nos a pensar o mar como causa e espaço onde tudo ou quase tudo acontece. As ilhas são lugares das manifestações transitórias de despedida, saudação, operações de cargas e descargas. Da leitura fica-nos a inspiração para uma carta marítima dos Açores que replique as rotas de navegação da totalidade das embarcações que cruzaram estes mares e uniram, num dado período, os pontos terrestres que estão no seu interior (realizassem ou não missões de cabotagem): para dar amplitude visual à natureza peregrina do ilhéu na terra onde nasceu e vive, aquela que lhe exige deslocações perigosas, por vezes longas e demoradas, para comerciar, estudar, prestar serviços públicos, visitar familiares e amigos, ir em devoção religiosa; e para consagrar visualmente os cruzeiros e peregrinações de outras “civilizações, culturas e gentes”, que atravessam este território e exercem uma ação transformadora, fundamental quando se concretizam na instalação de infraestruturas de tecnologia aeronáutica e militar, que contribuem para quebrar o isolamento. Por exemplo, concorrem para um acréscimo da frequência nas ligações internas, entre Santa Maria e Ponta Delgada, ou entre Flores e Corvo, e para o incremento de comunicações e intercâmbio cultural. Insularidade é, deste ponto de vista, a representação de formas de ligação e relacionamento.

Estudos de Ilha. As “gentes do mar” formulam e sustentam problemáticas de modo diferente das gentes da terra – esta é uma particularidade mais evidente no texto literário ou técnico, pelo conhecimento da linguagem e das circunstâncias da vida marítima que distinguem a sua escrita. A Tese da Amaya Sumpsi coloca-nos no caminho de pesquisas que propõem e pensam hipóteses de trabalho a partir de *modos de habitar* de uma ilha ou grupo de ilhas, onde o mar tem uma função estruturante no imaginário e na busca e descoberta-de-si da identidade. Isto é, o ilhéu desenvolve modos de atuar e processos próprios. Sem constituírem o tema da Tese – os estudos de ilha compartilham mais comumente o interesse dos contextos muito diversos da micronésia, melanésia e polinésia, onde as pesquisas defendem a existência de epistemologias e modernidades autónomas e criativamente independentes das que têm origem na colonização —, *Entre-Ilhas, Etnografias da Circulação nos Açores*, reúne uma série de elementos de pesquisa que se sustentam nas sensações e sentimentos como recursos coletivo e organizador da identidade e idiosincrasia açorianas: as travessias foram tão marcantes que, independentemente da regularidade com que aconteciam, passaram a fazer parte de um imaginário e da consciência de ser ilhéu. Ainda dentro do mesmo fôlego heterográfico de uma parte escrita e uma parte visual, Amaya Sumpsi sugere-nos, no prolongamento das

suas pesquisas, o estudo do impacto destas mudanças na literatura, no teatro, nas artes em geral, por influência direta ou indireta dos contextos intercontinentais, e como contribuíram para fortalecer o perfil do açoriano.

Os Editores



IMAGINÁRIOS DO MAR

UMA ANTOLOGIA CRÍTICA

VOL. 4

